UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

HERICK VAZQUEZ SOARES

A INCORPORAÇÃO SUBORDINADA DO CENTRO-OESTE AO CAPITALISMO BRASILEIRO: UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

v. 1

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica

Herick Vazquez Soares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Doutor Alexandre de Freitas Barbosa

v. 1

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S676i

Soares, Herick Vazquez
A INCORPORAÇÃO SUBORDINADA DO CENTRO-OESTE AO CAPITALISMO BRASILEIRO: UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA / Herick Vazquez Soares ; orientador Alexandre de Freitas Barbosa. - São Paulo, 2013.
198 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. CH712.13.1.2. 2. CA111. 3. CH781. 4. CH783.6. I. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. II. Título.

HERICK VAZQUEZ SOARES

A INCORPORAÇÃO SUBORDINADA DO CENTRO-OESTE AO CAPITALISMO BRASILEIRO: UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

Dissertação de Mestrado em História Econômica para a obtenção do título de Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

Banca Examinadora:

_____

Professora Doutora Luciana Suarez Lopes – FEA/USP

_____

Professor Doutor Jaime Tadeu Oliva – IEB/USP

_____

Professor Doutor Alexandre de Freitas Barbosa – IEB/USP

Resultado: _____

São Paulo, __de_____de_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Alexandre de Freitas Barbosa, pela orientação e pela oportunidade de desenvolver este trabalho. Durante todo o período em que estive sob sua orientação e cursando sua disciplina, reconheci um profissional extremamente competente, um pensador bastante contundente e uma pessoa admirável, sempre preocupado com seus alunos.

Meus agradecimentos também aos professores que participaram da minha banca de qualificação e que muito acrescentaram a esta pesquisa: Jaime Tadeu Oliva e Luciana Suarez Lopes, que também foi minha supervisora no PAE, com quem tive a chance de aprimorar meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Aos professores Alexandre Saes e Larissa Mies Bombardi, agradeço pelo apoio, pelas sugestões e pelos conhecimentos transmitidos em suas disciplinas.

A todas as funcionárias e funcionários do Departamento de História, por serem terem prestado as orientações necessárias para a conclusão do curso, e a todos os funcionários dos bandeijões, da limpeza e segurança da Universidade meus sinceros agradecimentos pelo trabalho árduo e por manter-la funcionando.

Aos meus pais, agradeço pelo apoio, pela formação e pelo trabalho, sem os quais eu não conseguiria ter obtido o conhecimento para entrar na Universidade e no Mestrado. À minha irmã pelo apoio e por ter aberto vários caminhos do conhecimento e da Universidade. Aos meus amigos pelo apoio, paciência e alegria que tornaram possível essa trajetória, em especial à Priscila e ao Vitor que me deram inspiração para o tema e apoio na execução do trabalho. Agradeço também à Vera Strano e Márcia Midori pelo apoio dado no ambiente de trabalho durante toda a realização do mestrado.

RESUMO

Este trabalho investiga a forma como a região Centro-Oeste historicamente se articulou ao capitalismo brasileiro e às demais regiões do país por via da retomada histórica de seu processo de ocupação aliada a um estudo teórico sobre o termo fronteira. Observou-se a região converteu-se em frente pioneira a partir de 1960, com a transferência da capital para Brasília. A partir de então, todo o processo de produção do Centro-Oeste como um espaço economicamente atrativo para os grandes capitais nacionais e internacionais teve atuação decisiva do Estado, dentro de um projeto de rápido crescimento econômico empreendido entre as décadas de 1960 e 1970, e que se esgotou a partir de 1980. A partir desse levantamento, o trabalho busca levantar quais foram as conseqüências desse processo para a estrutura agrária e o desenvolvimento regional, levando em conta os indicadores agropecuários, de renda e desenvolvimento sociais levantados a partir dos censos populacionais e agrários.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Agropecuária, Fronteira, História Econômica.

ABSTRACT

This study investigates how the Midwest region was historically articulated with Brazilian capitalism and with other regions of the country through the historic resumption of its process of occupation and also a theoretical study on the term frontier. It was observed that the region became the pioneer front in the 1960's, when the Capital was transferred to Brasília. From then on, the entire production process of the Midwest, as an economically attractive area to the large national and international capitals, suffered decisive action of the State, in a rapidly growing economic project undertaken between the decades of 1960 and 1970, and which was depleted from 1980 on. From this survey, the study aims to recognize which were the consequences of this process for the agrarian structure and regional development, taking into account the agricultural indicators, income and social development analyzing population and agrarian censuses.

Keywords: Economic development, Agriculture, Border, Economic History.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Evolução do PIB per capita do Centro-Oeste x Brasil (1960=100) 181

Figura 1: Foto dos irmãos Villas Boas 70
Figura 2: Juscelino Kubitschek e João Goulart na inauguração de Brasília. 21/04/1960.....75
Figura 3: Anúncio de lotes disponíveis na futura capital, fevereiro de 1954 76

Mapa 1: As Monções do Sul 47
Mapa 2: Malha Ferroviária nacional em 1930 e conexões comerciais do CO 61
Mapa 3: Biomas brasileiros 95
Mapa 4: Níveis de Centralidade em 1993 154
Mapa 5: Classificação da Rede Urbana: Metrópoles e Centros Regionais 157
Mapa 6: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de São Paulo (SP).....161
Mapa 7: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de Brasília (DF).....162
Mapa 8: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de Goiânia (GO).....163
Mapa 9: Classificação das regiões pelo tipo de imóvel rural predominante 171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população em Goiás e Mato Grosso (atuais Goiás, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), entre 1872 e 1950 (mil pessoas) 59

Tabela 2: Legenda das setas do mapa 62

Tabela 3: Principais cultivares de soja plantados no Brasil entre 1960 e 1980 99

Tabela 4: Participação das Empresas no Segmento de Soja 100

Tabela 5: Distribuição da Imigração por Origem e Destino dos Migrantes entre 1970 e 1980.119

Tabela 6: Chefes de Família imigrantes interestaduais economicamente ativos segundo condição de ocupação entre 1970 e 80 em percentual 122

Tabela 7: Participação da indústria de produtos alimentares na indústria de transformação no Brasil 127

Tabela 8: Principais Empresas Agroindustriais que atuam no Brasil (2008) classificadas entre as 1000 maiores empresas que atuam no país 132

Tabela 9: Brasil - Taxa de urbanização (população urbana) (%) e número absoluto de municípios por Estado 147

Tabela 10: Municípios brasileiros segundo classe de tamanho – 1991 158

Tabela 11: Distribuição da População por Classes de Municípios Centro-Oeste (em %) – 1970, 1980, 1991, 1996 159

Tabela 12: Ocupação dos solos segundo o uso econômico 166

Tabela 13: Evolução da população ocupada no meio urbano e no meio rural 167

Tabela 14: Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – Centro-Oeste 168

Tabela 15: Área das propriedades em ha segundo condição do proprietário 168

Tabela 16: Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos e áreas segundo grupos de área total 169

Tabela 17: Agricultores Patronais – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total 170

Tabela 18: Despesas com salários nas atividades da agropecuária em R$ de 2000 172

Tabela 19: Evolução do pessoal ocupado na agropecuária entre 1970 e 1985 172

Tabela 20: Agricultura Familiar – Percentual de estabelecimentos produtores entre os agricultores da categoria (principais produtos) 173

Tabela 21: Evolução dos indicadores de renda e percentual de pessoas pobres entre 1970 e 1980 176

Tabela 22: Evolução dos domicílios com água canalizada e eletricidade entre 1970 e 1980 177

Tabela 23: Evolução da defasagem escolar, dos anos de estudo e do percentual de analfabetos entre 1970 e 1980 178

Tabela 24: Evolução da mortalidade infantil e da expectativa de vida entre 1970 e 1980 178

Tabela 25: Evolução do IDH e da estimativa do IDH renda entre 1970 e 1980 180

Tabela 26: Evolução do Coeficiente de Gini – Centro-Oeste e Brasil 181

Tabela 27: Evolução do Coeficiente de Gini na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos – Centro-Oeste e Brasil 182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

1 FRONTEIRA E CAPITALISMO: O DEBATE NO BRASIL. 6

1.1 TURNER E CASSIANO RICARDO: A FRONTEIRA COMO MITO DE ORIGEM.....7

1.2 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA.....10

1.3 A FRONTEIRA E O "SENTIDO DA COLONIZAÇÃO": O DEBATE ENTRE CAIO PRADO E SÉRGIO BUARQUE.....22

1.4 A FRONTEIRA DO OESTE A PARTIR DE 1930: A CONTRIBUIÇÃO DE OTÁVIO GUILHERME VELHO. 28

1.5 QUANDO A TERRA PASSA A SER MERCADORIA.....35

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO-OESTE ATÉ 1930 42

2.1 DO TRATADO DE TORDESILHAS AO SURTO MINERADOR 43

2.2 DO DECLÍNIO DA MINERAÇÃO À REPÚBLICA 49

2.3 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA.....55

3 ESTADO, MULTINACIONAIS E A FRONTEIRA OESTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....63

3.1 A "MARCHA PARA O OESTE" DO GOVERNO VARGAS 64

3.2 A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA: O CENTRO OESTE NA DÉCADA DE 1950. 71

3.3 A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" NO BRASIL.....77

3.4 A AGROPECUÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS OCORRIDAS ENTRE 1960 E 1980.....82

3.5 AS POLÍTICAS ESTATAIS E A INCORPORAÇÃO CAPITALISTA DO CENTRO-OESTE 90

3.5.1. Política Tecnológica 94

3.5.2 Política Fundiária.....101

3.5.3 Política de financiamento rural.....108

4 O CENTRO-OESTE NO CAPITALISMO BRASILEIRO: O LUGAR DA DESIGUALDADE. 111

4.1 ALIENAÇÃO E AJUSTE ESPACIAL: O PACTO REGIONAL DE CLASSES FORMADO ENTRE 1950 E 1980 NO CENTRO-OESTE 114
4.1.1 Os imigrantes da "Revolução Verde" 118
4.1.2 O papel do Estado no ajuste espacial 126
4.1.3 O grande capital agroindustrial no processo de alienação e ajuste espacial 131

4.2 A GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E O ESPAÇO DO CENTRO-OESTE. 140

4.3 ESPAÇOS URBANOS: OS CENTROS DINÂMICOS OU SUFOCADOS DA AGROPECUÁRIA MODERNA ? 149

4.4 ESTRUTURAS SOCIAL E AGRÁRIA ORIUNDAS DO CAPITALISMO NO CENTRO-OESTE 164

CONCLUSÃO 183

BIBLIOGRAFIA 187

INTRODUÇÃO

O processo de colonização do Brasil teve como ponto de partida e principal região de exploração econômica o litoral do país e suas imediações. A penetração rumo ao oeste, inibida pela Coroa Portuguesa num primeiro momento, mostrou-se necessária e inevitável já nos primeiros séculos da colonização. Principalmente a partir da capitânia de São Vicente, o homem branco aventurou-se rumo ao desconhecido em busca de riquezas, e até mesmo de uma "Terra Prometida". Essa busca, permeada por misticismos e espírito de aventura, aos poucos ganhou contornos mais "profissionais", e mesmo motivada pela possibilidade de enriquecimento rápido, passou a abrigar certo espírito de trabalho e de negócio. Esses elementos típicos da mentalidade capitalista passaram a permear a ocupação do território brasileiro sob forte presença do espírito de aventura, do personalismo e do hedonismo ibéricos, deixando um legado econômico, cultural e social bastante específico e complexo para o Brasil.

Não obstante, até a segunda metade do século XX, grandes porções interioranas do Brasil tinham ocupação humana rarefeita, e baixa integração física, social, cultural e econômica às principais centralidades do país, localizadas na faixa litorânea. Nesse contexto, diversos pensadores de várias áreas escreveram a respeito da distância entre os "Brasis" do litoral e do interior: Euclides da Cunha, Cassiano Ricardo, Monteiro Lobato, Graça Aranha, Roberto Simonsen, Mário de Andrade são alguns dos mais famosos dessa geração. A lenta superação do pacto colonial se estendeu até 1930 e, nesse período, o "sentido da colonização" se fez amplamente presente na formação social, cultural, histórica e econômica do Brasil, bem como na abertura de novas fronteiras.

O reflexo dessa forma de articulação se fez sentir territorialmente, de modo que, até a primeira metade do século XX, o interior do Brasil ligava diferentes "ilhas econômicas" próximas ao litoral que concentravam 90% da população: o complexo açucareiro do litoral nordestino, o complexo cafeeiro, que englobava São Paulo, parte de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o complexo extrativista da Amazônia, capitaneado por Belém do Pará, e o complexo pecuarista do sul, capitaneado pelo Rio Grande do Sul.

O interior do Brasil tinha uma economia incipiente, justamente pela sua baixa capacidade de integração aos centros dinâmicos da economia nacional e internacional. O distanciamento não só econômico, mas também social e político do interior do país em relação aos centros de poder político do litoral não foi, até 1930, alvo de políticas específicas por parte do Estado brasileiro e da elite política do país, empenhados em administrar o modelo agroexportador que se arrastava desde o período colonial. A partir da crise de 1929, e da deterioração extrema da situação cambial, esse modelo se esgotou, culminando na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Nesse período, o fortalecimento mundial do nacionalismo como vertente política influenciou de forma decisiva a atuação de Getúlio Vargas, levando a uma mudança no eixo de atuação econômica do Estado brasileiro. Nesse contexto, a preocupação em relação à necessidade de se ocupar e desenvolver economicamente o interior do país deixou de ser um debate intelectual e começou a se tornar uma política de Estado, culminando na Marcha para o Oeste, de 1937.

Justamente por ser a primeira iniciativa estatal de ocupação e povoamento do interior do Brasil, a Marcha representou uma ruptura para a região Centro-Oeste, objeto de estudo deste trabalho. O projeto se baseou na instalação de colônias agrícolas e seu principal resultado foi o surgimento de frentes de expansão que apontaram o potencial da região para a pecuária e para diversas culturas agrícolas, como arroz, cana de açúcar e mate, conforme será analisado no capítulo 3. Os resultados da empreitada foram modestos, entretanto ela serviu para evidenciar as dificuldades e o atraso a que estavam submetidas as regiões interioranas do Brasil, marcadas pela ausência do Estado; a ausência ou péssimas condições das vias transporte e comunicação com outras regiões, prolongando a distância em relação aos grandes centros; conflitos por terras e com povos indígenas; além de doenças e escravidão de trabalhadores por dívidas.

A partir de 1956, com o início da construção de Brasília, foram iniciadas as obras de diversas rodovias para ligar as diferentes regiões do país à capital federal, o que representou um grande avanço em termos de conectividade da região Centro-Oeste em relação ao restante do país, e o início da conversão da região em frente pioneira. A partir de então, a terra começou a ter seu domínio ditado pela propriedade e a tornar-se mercadoria.

As condições para que o agronegócio capitalista moderno se expandisse rapidamente pela região Centro-Oeste começaram a ser dadas entre 1965 e 1980, período principal de análise deste trabalho. Essa ruptura se deu através da articulação das infraestruturas deixadas pela transferência da capital com as novas políticas de planejamento e desenvolvimento regional e agropecuário, frutos dos objetivos estratégicos dos planos econômicos e de desenvolvimento dos governos militares. Nesse período, as políticas econômica, agrária, tecnológica, de financiamento agrícola e o acelerado processo de urbanização brasileiro foram combinados no sentido de incorporar a região ao espaço econômico nacional, segundo a tônica do projeto de industrialização do Brasil praticado no período.

Nesse processo, a elevada integração entre indústria e agricultura fez com que as multinacionais do setor agroquímico, de esmagamento de grãos e frigoríficos assumissem um papel destacado na forma como a região se integrou ao capitalismo brasileiro, e na "vocação agropecuária" estabelecida para o Centro-Oeste. No contexto da "Revolução Verde", a agropecuária brasileira se modernizou sem romper com o modelo de concentração fundiária e precarização do trabalho, possibilitando grandes margens de lucro para os capitais agroindustriais tanto na compra de matérias primas, como na venda de insumos agrícolas, sementes e maquinário. Além disso, o rápido processo de urbanização e industrialização que marcaram o Brasil durante os governos militares fez com que a demanda por produtos alimentícios industrializados tenha crescido rapidamente, e se tornado um importante componente na formação dos preços da mão de obra industrial, tornando o setor alimentício estratégico.

A região Centro-Oeste tem a maior parte de suas terras no bioma do Cerrado, para o qual a legislação ambiental prevê regras menos rígidas[1] de exploração da terra em relação à Amazônia. Essa maior flexibilidade, somada à maior proximidade e conectividade aos grandes centros consumidores brasileiros, estimulou a expansão da agropecuária na região, batizada de "celeiro do Brasil". Sob o discurso da rápida industrialização, o Estado brasileiro subsidiou a formação de grandes conglomerados agroindustriais, a crescente mecanização da agricultura e o desenvolvimento de novas

[1] Segundo o Código Florestal brasileiro (lei 12.727/2012), nas regiões de Cerrado, 35% das florestas devem ser preservadas no interior das propriedades, ante 80% na região amazônica. (SENADO FEDERAL, 2012)

tecnologias, moldando a forma como esta organizada parcela significativa da agropecuária brasileira.

O objetivo deste trabalho consiste em estudar a articulação do Centro-Oeste - a grande fronteira brasileira do século XX - ao capitalismo brasileiro, a partir da agropecuária. Nesse estudo, chamou bastante atenção o fato de, em pleno século XX, a fronteira oeste ter preservado seu aspecto de local de conflito entre diferentes tempos históricos. Esse aspecto motivou um debate historiográfico importante acerca do conceito de fronteira, que é na verdade um debate sobre o Brasil, tendo em vista a magnitude e a profundidade histórica que requer.

Tendo em vista que a região Centro-Oeste se incorporou ao capitalismo brasileiro através da agropecuária, fez-se necessário analisar como o seu papel econômico se transformou a partir do processo de industrialização, e a articulação dessas transformações com a totalidade da economia-mundo capitalista. Esse estudo, ao envolver aspectos tecnológicos aspectos tecnológicos, retomou a questão da adaptação de sementes e desenvolvimento de tecnologias específicas para o Centro-Oeste, já que a introdução da agropecuária moderna na região territorializou a "vocação agrícola" que lhe estabelecida dentro do contexto de rápida industrialização e urbanização pelo qual o país passou entre 1950 e 1980.

As conseqüências desse processo têm uma natureza controversa, à medida que aumentaram em grande escala a produção de riquezas da região, sem reduzir desigualdades e mazelas históricas, como a elevada taxa de analfabetismo, a concentração de renda, e o baixo dinamismo dos centros urbanos. Assim, a principal contribuição desta pesquisa consiste justamente em mostrar como o processo de industrialização da agropecuária e o planejamento regional dos governos militares interferiram na incorporação Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, o significado histórico e econômico desse processo na atualidade, bem como suas correlações com ocorrências externas nacionais e internacionais, e as origens dos impactos sociais controversos que engendrou para a região e para o país. Nessa análise busca-se evidenciar o papel dos agentes sociais envolvidos, sem perder o âmbito da totalidade da economia-mundo capitalista.

Para tanto, a dissertação está dividida em 4 (quatro) capítulos. O capítulo 1 busca realizar uma discussão teórica sobre o papel da fronteira na formação sócio-econômica, cultural e política do Brasil, buscando evidenciar as raízes explicativas dos moldes em que a região foi incorporada ao espaço econômico nacional e o papel da fronteira no capitalismo brasileiro.

O capítulo 2 retoma a história do Centro-Oeste desde o período colonial, buscando esclarecer como se desenvolveu a integração da região aos centros dinâmicos até 1937, ano considerado um ponto de inflexão importante no processo de integração do Centro-Oeste, em virtude da primeira iniciativa do Estado para ocupação da região: a "Marcha para o Oeste".

O capítulo 3 abarca o período da Marcha, destacando o que representou e suas consequências, além de trazer a análise do processo de ocupação e integração econômica da região ao espaço econômico nacional a partir dos anos de 1950, período de consolidação do processo de industrialização no Brasil e da construção de Brasília. O capítulo 3 destaca ainda o período em que a fronteira do Centro-Oeste deixou de ser uma frente de expansão e converteu-se definitivamente em frente pioneira (1960 e 1980).

O capítulo 4 traz os resultados da incorporação capitalista do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, tendo em vista a análise do pacto regional de classes construído entre 1960 e 1980. Além disso, serão analisados o papel e as características dos espaços urbanos locais, os indicadores sociais e os censos agropecuários, de forma a traçar um panorama da economia e das peculiaridades regionais, de modo a revelar seus dilemas e desigualdades.

1 FRONTEIRA E CAPITALISMO: O DEBATE NO BRASIL.

Nesse capítulo, busca-se construir uma base teórica comum para o estudo dos vários elementos e conceitos que envolvem a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro como fronteira agrícola na segunda metade do século XX. Para tanto, serão discutidos os livros *The Significance of the frontier in America History* e *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, de Turner (1893) e Cassiano Ricardo (1940), nos quais a fronteira aparece como mito de origem. Em seguida, será analisada parte da obra de Sérgio Buarque de Holanda, buscando seus pontos de diferença em relação a Turner e aprofundando o estudo do caso brasileiro. Será feita também uma discussão entre as obras de Sério Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, ressaltando as particularidades através das quais a questão da fronteira aparece para cada autor, bem como os pontos de aproximação e diferenças. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, de Otávio Guilherme Velho (1974), será utilizado para entender o período entre 1930 e 1950, marcado pelo início do processo de industrialização, uma nova fase do capitalismo no Brasil, no qual o Centro-Oeste começa a ganhar papel decisivo no contexto sócio-econômico nacional.

Pela contribuição de suas análises, as obras de Sérgio Buarque de Holanda e Frederick Turner têm papel fundamental, inclusive pelos seus pontos de divergência e pela diferença das regiões e épocas a que os autores dedicam seus estudos. Não menos importante, é a contribuição de Caio Prado Júnior que, ao propor o *sentido da colonização*, deu uma noção contextualizada do surgimento das bandeiras dentro da realidade da colônia. Apesar de considerar as frentes de expansão do interior um setor inorgânico e de pouca importância econômica na vida na colônia, Caio Prado deu grande contribuição à pesquisa histórica das regiões de fronteira brasileiras e sua articulação com o sistema colonial. Velho (1974), por sua vez, deu um novo papel para a fronteira dentro da linha de pensamento pradiana, colocando-a como fator importante na consolidação do capitalismo autoritário, forma de atualização do modelo brasileiro no século XX, ainda fortemente marcado pelo sentido da colonizaçãode Caio Prado.

Esse estudo também passa por conceitos importantes - como “frente de expansão”, “frente pioneira”,” terra como renda capitalizada” - concebidos por José de Souza

Martins (1996b). São conceitos de extrema importância para entender a entrada do grande capital oligopolista no meio rural e a forma como ele transformou social, cultural e economicamente a fronteira. Através de Martins (1996b), também será retratado o papel do Estado e das principais instituições e atores políticos da cena nacional na segunda metade do século XX, e a forma como atuaram no processo de modernização conservadora da agricultura brasileira ocorrido no período.

Não se pode ignorar o tempo da fronteira e o momento de encontro entre vários tempos históricos que ela representa, justamente por se tratar de uma situação de conflito social. Esse conflito é o encontro dos diferentes atores sociais que se descobrem mutuamente na fronteira, como índios, camponeses, empresários do agronegócio, especuladores do mercado imobiliário e grileiros. Não se trata somente do conflito entre diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas de tempos históricos, pois os diferentes grupos envolvidos estão situados de forma heterogênea e, muitas vezes, contraditória no mesmo espaço.

Esse capítulo, ao analisar parte importante da historiografia, não só é bastante relevante do ponto de vista teórico, mas também proporciona uma retomada histórica do processo de ocupação do território brasileiro. Além disso, resgata conceitos importantes que serão utilizados ao longo do todo o estudo do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro. A análise da bibliografia do capítulo buscou obedecer a ordem cronológica dos processos históricos estudados nas obras, de modo a facilitar a contextualização dos conceitos e das discussões.

1.1 TURNER E CASSIANO RICARDO: A FRONTEIRA COMO MITO DE ORIGEM.

A fronteira foi o cerne de uma das formulações mais aceitas para a interpretação da cultura e das instituições democráticas dos Estados Unidos: a tese de Turner, como ficou conhecida a obra de Frederick Jackson Turner, historiador norte-americano, que publicou, em 1893, *The Frontier in American History*. Nessa obra, Turner caracteriza a fronteira como um ponto de encontro entre o civilizado e o primitivo, no qual o pioneiro entra em contato com a simplicidade da sociedade primitiva: um encontro de tempos

históricos diferentes. Ainda segundo Turner (1996), os valores americanos foram fruto das novas oportunidades geradas pelas novas terras livres e pelo constante reencontro com a natureza e o mundo primitivo. Na fronteira, o pioneiro voltou a estágios primitivos e retomou o legado da civilização européia.

Turner defendeu que a expansão para a fronteira do Oeste marcou uma nova ordem de americanismo, na qual Leste e Oeste começaram a perder contato um com o outro, sendo esta uma etapa na qual a simplicidade da sociedade "primitiva" estabelecida nas regiões de fronteira teve grande influência sobre o que ele chama de "caráter americano". A fronteira permitiu que os colonos buscassem uma vida nova nas terras livres, o que estimulou o espírito de iniciativa e a igualdade de oportunidades. Assim, a democracia e o individualismo, essências do "americanismo", teriam surgido, em grande parte, pela dinâmica da fronteira. Ao buscar oportunidades nas novas terras, o colonizador entrou em contato com a "simplicidade da sociedade primitiva", que Turner considerou fundamental para o surgimento de uma sociedade nova, mais democrática, na qual o trabalho e a livre iniciativa são amplamente valorizados.

Um ponto nevrálgico da tese de Turner é a questão das terras livres como *"válvula de escape"* para receber excedentes populacionais dos centros mais industrializados, evitando acirramento de conflitos sociais e econômicos. Para Turner, a sociedade primitiva estabelecida nas fronteiras é baseada no individualismo e em uma organização social de pequena propriedade rural. Esses elementos podem ter sido essenciais para a democracia estadunidense, à medida que foram decisivos para impedir uma luta de classes aguda no país (TURNER, 1996).

Segundo TURNER (1996, p. 311), a fronteira influenciou a sociedade americana de forma tal, que o seu fechamento no final do século XIX foi elemento fundamental de uma transformação sócio-produtiva, determinada por um novo cenário de falta de terras, concentração de capital, e combinação de alocação de mão-de-obra e capitais nas indústrias pesadas. Como impacto dessa revolução, a democracia dos EUA se voltou mais para o fortalecimento do Estado, em detrimento da livre iniciativa, como forma de se manter e se defender dos monopólios, típicos da nova realidade de recursos menos disponíveis. Isso significa que, para Turner, a fronteira foi determinante na consolidação

da democracia americana, tanto durante sua ocupação, como após seu fechamento, moldando a sociedade americana tanto pela sua consolidação, como por sua superação.

Cassiano Ricardo, em sua obra *Marcha para Oeste: a influência da bandeira formação social e política do Brasil* (1940), que lhe deu a fama de "Turner brasileiro", foi considerado propagandista da Marcha para o Oeste do Governo Vargas. Sua obra trouxe à tona elementos das bandeiras paulistas da época colonial para defender a expansão rumo à fronteira como um rompimento de amarras conservadoras, e como forma de consolidar a brasilidade nas formas de organização social. Ricardo fez a mesma analogia de Turner: leste conservador, no caso do Brasil ligado à Europa, e o desbravamento do oeste como uma nova ordem, que significava o rompimento dos laços com a antiga metrópole. (RICARDO, 1970, p. 229). O entendimento de Ricardo para a lógica da fronteira é de um mito de origem, assim como na tese de Turner.

Ricardo considerou que a frente de expansão, justamente por sua tendência natural de sociedade primitiva, desenvolveu uma estrutura de "democracia hierarquizada" sob a liderança forte do bandeirante, que introduziu a racionalidade e superou o que ele chamou de "comunismo selvagem" [2]. Ao contrário de Turner, que ressalta a importância da fronteira para consolidar a democracia baseada na livre iniciativa, para Ricardo, na fronteira é onde surge a forma genuinamente brasileira de organização social: líder forte conduzindo o processo de ocupação e desenvolvimento de formas centralizadas de liderança para superar as amarras coloniais e o "comunismo selvagem". (RICARDO, 1970, p. 27)

A concentração de poder nas mãos do chefe da bandeira; a expansão geográfica; a integração territorial que o movimento bandeirista proporcionou; e a miscigenação como um instrumento de democratização tipicamente nacional eram os valores que serviam para pensar este movimento como a gênese do Estado Novo. Sua formulação levou o símbolo da fronteira para além do Estado de São Paulo.

Através das bandeiras, seriam enfrentadas as "formas feudais" de dominação das velhas elites litorâneas e o comunismo. Essa nova organização social democrática, com base na miscigenação, enfrentaria o que Cassiano Ricardo chamava de "liberalismo exótico" do litoral, que não passaria de uma deturpação liberal de influência européia,

[2] Trata-se da forma através da qual o autor definiu as formas de organização sociais dos povos indígenas brasileiros.

imposta à formação democrático-social hierarquizada genuinamente brasileira que fora instituída nas bandeiras.

> Vaqueiro, criador de boi, tropeiro, lavrador, industrial, operário, caçador - tudo isso são atividades que o bandeirante exerce, acessoriamente, sem prejuízo de seu principal mister. Na atividade do grupo, intercalam-se tôdas essas profissões que só se destacam umas das outras fora da bandeira. Esta é um esbôço de democracia social, integral. (...) O comunismo, "o verdadeiro, não este utópico que rezam as teorias pregadas às massas de ignorantes" reina entre eles (RICARDO, 1970, p. 480)

Essa democracia social era possível devido à constituição de caráter familiar das bandeiras, cuja estrutura de organização patriarcal enfraqueceria as "aristocracias feudais" litorâneas, e democratizaria a organização do Estado brasileiro (TRUBILIANO, 2008). Ricardo estabeleceu uma dicotomia entre o sertão, visto como reserva de brasilidade, e o litoral, entendido como portal de entrada das idéias corruptoras da nacionalidade vindas da Europa. Essa dicotomia é análoga à contraposição entre o leste e o oeste dos Estados Unidos da obra de Turner, e esteve presente em muitas das análises sobre Brasil do final do século XIX e da primeira metade do século XX, como por exemplo, na obra Euclides da Cunha[3], um dos principais pensadores do período.

1.2 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA

Na introdução do livro *O Extremo Oeste* de Sérgio Buarque de Holanda, José Sebastião Witter (1986), ao traçar uma linha de "evolução" da fronteira na obra do historiador paulista, organizou sua dinâmica em basicamente em três momentos. O primeiro seria a adaptação do pioneiro às condições da fronteira, uma vez que o ambiente hostil e desocupado é mais forte que os homens. O segundo é marcado pela retomada do legado europeu ou da civilização do leste, e a transformação do novo ambiente com base nesse legado. O terceiro momento seria o "americanismo": o

[3] Euclides da Cunha (1866 – 1909) deixou um vasto legado para a historiografia e literatura brasileiras ao estudar e retratar em suas o Brasil a partir de seu interior. Destacado pelo jornal *O Estado de São Paulo* pra cobrir o conflito de Canudos, em 1902, o autor publica sua obra de maior repercussão: *Os Sertões*, romance no qual retratou a grande distância cultural, social, econômica e até mesmo moral entre o Brasil do litoral e o Brasil interiorano, indo muito além da visão segundo a qual o arraial de Canudos era uma tentativa de restauração da Monarquia.

rearranjo da tradição européia sobre um fundamento de adequação e integração parcial com padrões indígenas, gerando uma civilização nova, com novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade.

Sérgio Buarque de Holanda concebeu a experiência brasileira como diferente em relação à norte-americana. Essa diferença aparece no que diz respeito à forte variação na forma e na intensidade dos contatos dos brancos com os nativos, como em relação ao papel que a dificuldade de acesso a terra exerceu no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda se aproximou de Turner no argumento da "americanização" proporcionada pela fronteira (o europeu se adapta ao nativo e depois retoma o legado do Velho Mundo adaptando-o à vida no novo continente, o que resultaria na americanização), bem como através da própria utilização do termo "fronteira". Entretanto, a adaptação ao nativo, que foi regra no Brasil, era exceção nos EUA; e a segurança institucional para a posse sobre a terra que existiu nos Estados Unidos nunca existiu no Brasil.

Sob tais condições, Holanda (1957, p. 6-7) manifestou clara oposição à aplicação da lógica de Turner ao caso brasileiro, tanto no que diz respeito às *"ações e reações"* dos colonos que partiram rumo ao interior, quanto no que diz respeito aos resultados da investida.

> Nessa acepção a palavra "fronteira" já surge nos textos contemporâneos da primeira fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizado aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia, em particular na historiografia norte-americana desde os trabalhos já clássicos de Frederick Jackson Turner. De qualquer modo seria injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se criaram no Brasil e se associaram à sua expansão geográfica. O contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo (que a si próprio se chamou, certa vez, de "fronteiro" do Paraíba) e as dos pioneers da América anglo-saxônica é, com efeito, tão òbviamente radical quanto o será sem dúvida, o que subsiste entre as conseqüências próximas ou remotas que delas podem decorrer (HOLANDA, 1957, p. 6 - 7).

Segundo Robert Wegner, autor do *livro A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (2000), a possibilidade de acesso a terra é elemento fundamental para o entendimento da lógica de "americanização" da fronteira, ou seja, é essencial analisar se, no Brasil, a terra permaneceu razoavelmente livre para servir à lógica da fronteira. Além disso, o intervalo relativamente curto de tempo em que se deu a experiência norte-americana, quase todo concentrado no século XIX, foi determinante para os rumos da ocupação da fronteira nos moldes em que se deu, principalmente em

virtude da tecnologia já avançada do período. Outra questão é a capacidade do europeu em se adaptar ao novo meio e retomar o seu legado, que determina como as diferentes heranças culturais que cada região recebeu influenciaram na expansão rumo à fronteira.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque esclareceu que a instituição do latifúndio agrário em terra brasileiras se deu em virtude das necessidades e conveniências da produção e do mercado. O autor destacou que a Europa ainda não estava industrializada na época do "descobrimento" e que, em decorrência disso, não carecia elevar significativamente a produção de gêneros agrícolas para a alimentação de grandes contingentes urbanos. O fato de, naquele momento, a Europa ser capaz de produzir os gêneros garantidores da subsistência de sua população, reservou às colônias tropicais a possibilidade de se integrarem à economia européia suprindo uma demanda que a agricultura européia não tinha como atender: produtos naturais típicos dos climas quentes. Aos territórios da Nova Inglaterra, coube o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, em virtude da sua incapacidade de produzir gêneros que possibilitassem sua integração econômica com a Europa (HOLANDA, 1976. p. 16-17).

Essa constatação é muito importante para explicar as diferenças entre a colonização do norte dos Estados Unidos, as colônias do sul e da América Latina. Significa dizer que o clima e outras condições físicas, tidas por muitos pesquisadores como fatores essenciais para determinar o modo como se estabeleceram as diferentes formas de colonização nos territórios do Novo Mundo, tiveram papel secundário. Foram as circunstâncias da economia européia à época os determinantes principais de como seriam aproveitados os férteis solos tropicais brasileiros. A partir delas, coube aos portugueses instituir o altamente lucrativo regime de exploração fundiária baseado na monocultura e na escravidão negra (HOLANDA, 1976. p. 17).

A abundância de terras férteis também contribuiu para que a grande propriedade rural se tornasse a unidade de produção típica da colônia brasileira, pois, do contrário, a grande disponibilidade de terras estimularia a proliferação de pequenas e médias unidades produtoras. Essa atomização tenderia a dividir os ganhos, prejudicando a possibilidade de elevada acumulação primitiva, que era o que de fato viabilizava a projeto colonizador.

Dado o tipo de organização da produção colonial, foi necessário instituir o regime de mão-de-obra que mais se ajustasse à necessidade de produção em escala. E para tanto, a presença do escravo negro teve papel fundamental. Os nativos da América portuguesa, cujas habilidades eram incontestavelmente eficientes no extrativismo, na caça, e na confecção de muitos artigos artesanais, não se adaptavam ao sedentarismo e aos rígidos controles de produtividade típicos da exploração dos canaviais. A produção de cana baseava-se na busca pela máxima lucratividade por parte de um colonizador que buscava enriquecimento rápido através da ousadia, e não do trabalho, de forma que era necessário que o esforço do colonizador fosse o mínimo necessário e estivesse restrito ao gerenciamento das operações que viessem a maximizar seus rendimentos. (HOLANDA, 1976, p. 18).

O problema da escassez de uma mão-de-obra que permitisse manter a alta rentabilidade da produção de açúcar era preocupação recorrente da Coroa. Necessitava-se organizar um sistema coercitivo de organização da mão de obra que limitasse o acesso a terra, e que fosse incompatível com a pequena produção independente. Para que o sistema se mantivesse estável, e com a produção em escala compatível com as taxas de lucro almejadas, a escravidão negra foi o mecanismo que permitiu com que os esforços produtivos da colônia de concentrassem no setor exportador, inviabilizando ao máximo possível a produção de subsistência independente.

Em Portugal, a mão de obra já era escassa, situação agravada pelos descobrimentos, que tiveram papel nefasto na disponibilidade de mão-de-obra para as lavouras da metrópole (HOLANDA, 1976, p. 21). Além disso, os portugueses já possuíam experiência com a captura e escravização de negros em suas colônias da África, onde foram observadas a abundância e a boa adaptação da mão-de-obra à disciplina imposta pelo regime de trabalho nos canaviais, sem falar no fabuloso negócio que representava o tráfico negreiro, responsável pelo surgimento de grandes fortunas a época. Dessa forma, a escravidão negra constituiu-se num ponto central da colonização portuguesa e da organização da sociedade colonial.

O sistema de *plantation* permitiu que acumulação primitiva de capital na colônia fosse drenada para a metrópole, tendo a escravidão cumprido papel essencial na estabilidade do sistema. Num cenário de abundância de terras férteis, no qual o

colonizador chegava buscando enriquecimento rápido, caso a mão de obra fosse livre, não haveria condições do sistema de *plantation* se manter organizado e com elevadas taxas de lucro. Para tal, o nível de salários pagos pela grande lavoura deveria compensar o custo de oportunidade de deixar de partir rumo a novas terras buscando metais preciosos ou ainda com intuito de organizar sua própria propriedade, o que tornaria a produção de cana inviável. (NOVAIS, 1979, p. 102-105)

O controle da fronteira por parte da Coroa portuguesa, inclusive com proibições à construção de vilas no interior, existiu com intuito de reunir mão de obra em torno das atividades econômicas prioritárias do litoral, sobre as quais o governo centralizado de Portugal conseguia manter controle. Para tanto, limitar o acesso a terra era essencial para garantir que o avanço para o interior fosse incipiente, a última alternativa a ser cogitada no contexto social do século XVI.

Não obstante, no século XVII, ainda que pouco significativa social e economicamente, a penetração rumo aos sertões passou a atrair um fluxo continuado de colonos. A fronteira que, antes era reprimida, passa a ser uma alternativa para os habitantes da colônia. As bandeiras, motivadas pelo abandono e miséria da Capitânia de São Vicente, ganharam novo impulso quando a onda migratória rumo às terras do oeste fugiu ao controle da Coroa, ainda que não tenha ocorrido de forma massificada. WEGNER (2000, p. 136) caracterizou o século XVI por uma fronteira controlada e o século XVII por uma fronteira mal controlada.

As motivações do pioneirismo paulista durante o período colonial eram o aprisionamento de escravos indígenas, a busca por metais preciosos, ou a criação de gado para a produção de couros, carne, e até mesmo de força animal para os engenhos. Ocorreu devido à grande disponibilidade de terras e à impossibilidade dos que não eram senhores de terra ou escravos se encaixarem no sistema agro-exportador. Vale notar que a região de onde partiu o maior fluxo de bandeiras foi a Capitânia de São Vicente, a mais pobre e a que tinha pouco sucesso na exportação açucareira: principal atividade da colônia na época.

A questão do acesso a terra constitui um dos principais problemas para a transposição da tese de Turner para o caso brasileiro. A “conquista do oeste” americana

se intensificou após o *Homestead Act*[4], em 1862, que liberou o acesso a terra, estimulando a formação de pequenas unidades de produção independentes organizadas fundamentalmente no trabalho livre e familiar. Já no Brasil, não bastasse a dificuldade que a mão-de-obra escrava representou para o acesso a terra e para a livre iniciativa do trabalho individual, quando a escravidão iniciou seu processo de decadência rumo à Abolição - com a proibição do tráfico em 1850 - foi promulgada a Lei de Terras [5], que impediu que a posse garantisse o direito à propriedade da terra, dificultando o surgimento da propriedade independente de subsistência.

Essa diferença é marcante no que diz respeito à articulação entre o político e o econômico no Brasil nos Estados Unidos. Nos EUA, a promulgação do *Homestead Act* representou um alicerce importante da consolidação da democracia americana, baseada na livre iniciativa do trabalho, segundo o esquema turneriano. No Brasil, a legislação sobre terras foi justamente um entrave para a democratização do acesso à propriedade rural e ao trabalho individual. Dificultar o livre acesso a terra foi mecanismo fundamental de preservação do sistema colonial, num momento em que o sistema coercitivo de recrutamento de mão-de-obra entrava em seus momentos finais, o que podia abrir espaço para o surgimento de um grande contingente de trabalhadores em busca de terras. O Estado brasileiro, controlado pela elite proprietária de terras, criou um elemento dificultador ao surgimento de uma classe de pequenos produtores rurais, diferentemente do que aconteceu nos EUA. (WEGNER, 2000 e NICODEMO, 2008).

Ao observar que as falhas do controle da Coroa sobre as entradas para o interior, e a existência de um setor flutuante, que em condições de vida precárias e sem

---

[4]A lei de 20 de maio de 1862 determinava que qualquer chefe de família, ou pessoa maior de vinte e um anos, cidadão dos Estados Unidos Estados, ou que tivesse apresentado sua intenção declarada para tal, e que nunca tivesse combatido com armas contra o Governo daquele país ou dado ajuda e conforto aos seus inimigos, passava a ter, a partir de 01 de janeiro de 1863, o direito de entrar em um quarto de seção ou menor quantidade de terras públicas desocupadas, sobre a qual essa pessoa tenha apresentado um pedido de preferência, ou que pudesse, no momento em do pedido pagar um dólar e vinte e cinco centavos por hectare sem exceder, no total de terras já possuídas, cento e sessenta hectares (ESTADOS UNIDOS. Governo Dos Estados Unidos da América. Arquivo Nacional (Org.). HomesteadAct**:** Lei Pública. Texto original disponível no site. Disponível em: <http://blogs.archives.gov/todaysdocument/2011/05/20/may-20-homestead-act/>. Acesso em: 21 fev. 2012).

[5] A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 proibiu a aquisição de terras devolutas por outro titulo que não o de compra , **a** exceção das terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais continuaram sendo concedidas gratuitamente. (BRASIL. Imperador do Brasil. Casa Civil (Org.**).** Lei nº 601, DE 18 de setembro de 1850**:** Lei de Terras. Texto original disponível no site. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 fev. 2012).
.

possibilidade de se encaixar no centro da vida colonial, optou por buscar novas oportunidades nas terras do oeste, Sérgio Buarque aplicou uma explicação situacional na interpretação da História brasileira. Esse enfoque fez com que ele passasse a estudar os bandeirantes e a conquista do Oeste de forma mais detalhada. O historiador publicou *Monções*, em 1945, e *Caminhos e Fronteiras*, de 1957. Nessas obras, nota-se como o europeu foi obrigado a se adequar aos padrões de vida indígenas, tendo de abandonar seu estilo de vida. Só num segundo momento, de forma lenta, os padrões europeus foram sendo retomados. Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque retratou, na primeira parte do livro, a adaptação do adventício aos padrões de vida do nativo. Já a segunda e a terceira mostraram a retomada do legado europeu, caracterizada pelos "*monçoeiros"* do século XVIII e pelos tropeiros e fazendeiros, resultados da americanização dos valores do Velho Mundo.

Essa dinâmica da obra de Buarque dá a entender que Turner havia se tornado uma importante referência, ainda que ele não tenha seguido à risca o esquema turneriano, muito pelo contrário. O processo de ocupação do Oeste norte-americano se deu num curto espaço de tempo, entre os anos de 1820 e 1880. No Brasil, ele foi mais dilatado entre o século XVI até o XIX; mas por seu menor potencial dinamizador, se comparado à economia litorânea, não culminou numa ocupação massiva do território, de modo que é possível verificar múltiplas fronteiras pelo país ainda no século XX (VELHO, 1979, p. 114).

Nos textos de Sérgio Buarque, percebe-se que, no sertão, o homem branco foi obrigado a adaptar-se à natureza, mais forte que ele, ajustando-se quase que totalmente ao nativo. Holanda (1986) revelou que esse ajuste foi fruto das necessidades impostas pelo meio. Uma evidência disso é o fato de a simples disponibilidade de armas mais modernas não ter dado aos colonizadores brancos vantagens sobre as armas nativas. As diferenças naturais e geográficas tornavam as armas européias muitas vezes ineptas em um ambiente úmido onde, na maior parte das vezes, não era possível combater cara a cara com o inimigo. Só no século XIX, com as pistolas com cilindro rotativo de seis câmaras, é que foram totalmente eliminados os elementos de desvantagem das armas de fogo em relação às armas nativas, principalmente o arco e a flecha.

Pode-se dizer, assim, que a inovação tecnológica contribuiu de forma ampla para a conquista do Oeste norte-americano. Entretanto, da mesma forma que constituíram instrumentos de dominação com efeitos trágicos para os indígenas, estabeleceram uma relação de distanciamento dos colonos para com os povos dominados, que pouco se adaptaram aos colonizadores em comparação com os nativos brasileiros em relação aos portugueses. Os bandeirantes e os *"monçoeiros"* não tinham disponíveis armas que representassem incontestável superioridade bélica em relação aos nativos. Para Holanda (1986), foram decisivas na empreitada a grande miscigenação e comunicação com os índios da terra, ambas amplamente praticadas desde o início da colonização.

È nesse ponto que aparece de forma decisiva a questão da capacidade adaptativa do português. Na obra de Sérgio Buarque, o português é geralmente associado com a idéia de *plasticidade*. Em *Raízes do Brasil,* o autor explicita a "docilidade" ou "passividade" ante o real:

> (...) foram nossos primeiros colonos: instrumentos passivos, sobretudo, aclimavam-se facilmente, aceitando o que lhes sugeria o ambiente, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis (HOLANDA, 1976, p 22).

A *plasticidade* e a capacidade de adaptação do português são características que ampliaram a lógica dinamizadora da fronteira. A tradição luso ibérica possibilitou o surgimento com mais facilidade de uma versão americanizada do legado europeu, não aparecendo como um obstáculo à sua construção. O português cedia aos costumes nativos de forma mais dócil, através de uma racionalidade de adequação ao mundo. O resultado foi uma fronteira na qual a recriação do Velho Mundo ocorreu de forma menos traumática em relação ao caso norte-americano, abrindo uma possibilidade maior de aproximação com o nativo em um processo marcado por maior grau de miscigenação e entrosamento cultural.

No Brasil, a adaptação do colono às técnicas e costumes indígenas foi regra e foi fator determinante na conquista do território. Já nos EUA, essa característica foi exceção, apesar de ressaltada por Turner em vários momentos de sua obra. Em Holanda (1957), o eixo central foi a adaptação do colonizador aos padrões nativos, em especial aos tecnológicos, o que, no Brasil, significou algo muito mais profundo que na América do Norte. Em que pese o fato de a incursão rumo ao Oeste no Brasil ter ocorrido dois

séculos antes, com grau de tecnologia muito menos desenvolvido, a "*plasticidade"* do português foi decisiva para que, no Brasil, a dominação dos nativos tivesse como base mais a mistura e a astúcia que o poder.

Conforme aumentaram o controle sobre o meio, o disciplinamento ocorreu gradualmente e sem ruptura ou revolução de costumes "com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio" (HOLANDA, 1986, p. 16). Através do próprio intercâmbio do homem com o ambiente, deu-se o ordenamento que fez com que o típico homem da colônia fosse se transformando. Uma lenta adequação, empreendida pelas atividades cotidianas, e pelas novas necessidades de um meio em transformação: "o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência" (HOLANDA, 1949, p.289).

Em *Visão do Paraíso,* destaca-se que a visão das novas terras predominante entre portugueses e espanhóis confundia-se com a visão bíblica do paraíso: clima ameno, riquezas abundantes, onde o homem estaria imune às doenças, à morte e ao trabalho. Entre os portugueses, predominou a visão de que as novas terras eram um paraíso à espera de ser ganho, desfrutado (HOLANDA, 1958. p. 346). A visão anglo-saxã era quase que antagônica: o paraíso não se encontrava pronto nas terras no Novo Mundo, mas poderia ser construído nessas terras através da subjugação moral do ambiente hostil. O paraíso não estava à espera de ser ganho, mas necessitava ser construído com trabalho. (WEGNER, 2000, p. 132)

A transformação da mentalidade ibérica ocorreu ao longo dos séculos, foi gradual, marcada pela lentidão e pelo tradicionalismo. É evidente que há uma linha de continuidade bastante forte entre os séculos e os personagens, o que deu elementos peculiares a esse processo de disciplinamento da mentalidade do colonizador. Esse processo não passou por rompimento, mas se deu através de um disciplinamento gradual do espírito aventureiro. Sérgio Buarque de Holanda não falou de uma "consciência capitalista" individualista e racional, próxima do capitalismo clássico, mas do surgimento de um indivíduo disciplinado que nasceu sem ruptura com o tradicionalismo e, mesmo assim, transformou os personagens da fronteira a ponto de

redesenhar o espírito aventureiro. (HOLANDA, 1976; HOLANDA, 1986; WEGNER 2000).

Surge assim uma “nova mentalidade”, resultante de um processo de transformação gradual proporcionada pela dinâmica da fronteira. Mais disciplinada, essa mentalidade “menos anárquica” é a nova marca da figura do tropeiro. O disciplinamento do sertanista modifica os hábitos de vida patriarcais e rudimentares descritos em *Raízes do Brasil*. Nas *Monções* e entre os tropeiros, começou-se a encontrar o cálculo, o planejamento e até mesmo “certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa” (HOLANDA, 1949, p.290). Alguns traços da moral capitalista surgem sem destruir as características do mundo patriarcal, não excluindo o personalismo nas transações.

Nesse ponto, vale destacar elementos de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1920). Para Weber (1967), o espírito do capitalismo surgiu de um rompimento radical com o hedonismo e com o tradicionalismo, incompatíveis com uma mentalidade capitalista do tipo burguês. Isso não occorreu com os tropeiros e *monçoeiros* brasileiros que, segundo Sérgio Buarque, desenvolveram uma nova mentalidade mais disciplinada em relação ao mesmo ganho meramente aventureiro, típico das bandeiras. Significa dizer que, através da dinâmica de conquista do interior, formou-se uma mentalidade mais adaptável à economia mercantil, mas sem um rompimento com valores e costumes considerados incompatíveis com a mentalidade burguesa, como a vazão dos sentimentos e prazeres.

Notadamente, a penetração via fluvial foi fundamental para as bandeiras alcançarem as regiões de Goiás e Mato-Grosso, principalmente através de frotas de comércio em canoas indígenas. Nesse segundo momento da fronteira, os europeus começaram a mobilizar técnicas e recursos do Velho Mundo, associando-os às técnicas nativas, marcando o início da fase em que as incursões para o Oeste deixaram de ser aventura e começaram a ter um caráter de negócio. Os progressos técnicos e a utilização de técnicas européias em associação às técnicas nativas de transporte surgiram das necessidades que as rotas comerciais estabelecidas pela *Monções* começaram a criar, e também pela intensificação da imigração européia para o Brasil no século XVII.

No século XVII, foi grande o número e comerciantes oriundos da Europa que chegaram ao Brasil trazendo técnicas de planejamento, cálculo, transporte. O maior número de comerciantes na colônia representou o surgimento incipiente de uma mentalidade menos aventureira em um meio hostil a ela. Mesmo assim, surgiram mudanças de hábitos e novas atividades conforme a vida foi se estabilizando na fronteira. As *monções* de povoado já não pertencem mais à história aventureira das bandeiras. Sérgio Buarque de Holanda, ao falar das *Monções* fala de "confronto de duas Humanidades tão diversas, tão heterogêneas, tão verdadeiramente ignorantes (...) uma da outra, que não deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal" (HOLANDA, 1986, p.59). No segundo momento da fronteira, a idéia de confronto entre duas humanidades distintas – colonizador branco e nativo - aparece com mais força, apesar da nova mentalidade ter surgido de uma experiência contínua, de adequação lenta às mudanças das necessidades.

Os comerciantes de Cuiabá e Mato Grosso tinham ambições e métodos mais disciplinados que os bandeirantes, o que levou a um choque maior em entre brancos e nativos. No entanto, existiu uma linha de continuidade entre bandeirante e monçoeiro, uma vez que não houve uma ruptura com a tradição bandeirante, mas uma lenta adaptação às mudanças de necessidades e às novas oportunidades de ganho na fronteira. O segundo momento da fronteira marcou o ordenamento das incursões sertanistas, isto é, retomada parcial do legado europeu. O aventureiro de outrora começou a se tornar comerciante e o ritmo do negócio passou a pautar, ainda que de forma incipiente, o ritmo do desenvolvimento da sociedade na fronteira.

Nas monções de povoamento, não eram tão comuns os casos de recrutamento forçado de homens, como ocorria nas bandeiras. Já não era necessariamente forçoso reunir remeiros, guias, carregadores para a as monções. Claro que não foram eliminados os recrutamentos forçados e a escolha de indivíduos considerados hostis para embarcar nas missões, mas a oportunidade de negócio comercial na fronteira passou a atrair espontaneamente mais pessoas para a empreitada *"*o ócio começa a ceder lugar ao negócio*"* (WEGNER, 2000, p. 172).

Assim, pode-se dizer que a sociedade partiu dos valores ibéricos iniciais: busca pelo enriquecimento rápido de caráter aventureiro, e a partir da dinâmica da fronteira,

foi se tornando uma sociedade com valores marcados parcialmente pelo individualismo e com certa ordem mercantil-burocrática. Isso significa dizer que, embora o processo de formação do homem da fronteira tenha conduzido a uma sociedade capaz de se ligar parcialmente à economia marginal emergente colonial , nela não são encontradas as características e valores típicos da moral capitalista weberiana. Na obra de Sérgio Buarque, o processo de formação do brasileiro ocorreu de forma diferenciada, através de transformações graduais do indivíduo em contato com o meio, sem uma racionalidade que rompesse com os valores pré-burgueses. Apesar cultivo do "luxo e das diversões", conseguiu-se chegar à organização de uma sociedade produtiva, que adequou o legado colonial e permitiu à região se inserir no âmbito de um mercado interno embrionário.

> Dessa maneira, estamos diante de uma situação em que a nossa tradição se moderniza "por dentro", de maneira que ao encontro de influxos externos de modernização não ocorre, como antes, uma absoluta incompatibilidade entre tradição e modernidade (WEGNER, 1998, P. 21).

Os valores da iniciativa e do mérito pelo trabalho, observados por Turner na fronteira norte-americana, e que vieram, segundo ele, a ser o cerne da democracia americana, não foram observados com mesma intensidade na fronteira retratada na obra de Sérgio Buarque. No Brasil, não por responsabilidade do homem da fronteira, mas pela necessidade de sobreviver e de controlar o novo meio, é que o legado europeu foi abandonado e, posteriormente, ajustado às condições da América. A sua retomada em condições sociais, econômicas, jurídicas e culturais distintas das observadas nos EUA resultou em algo novo, mas que nunca rompeu completamente com o hedonismo e com a busca pelo enriquecimento rápido herdados da tradição ibérica. Entender essa diferença é crucial para a discussão dos textos nos quais Sérgio Buarque se dedica às entradas e bandeiras, pois indica em que medida pode-se lê-los tendo em vista a tese de Turner e sua aplicação ao caso brasileiro.

Segundo a visão buarquiana, no Brasil, a fronteira representou um elemento importante dessa modernização "de dentro para fora", capaz de dinamizar o arcaísmo do legado ibérico sem rompimento brusco. A tradição ibérica "abrasileirada" foi capaz de integrar o Brasil à economia capitalista européia sob a lógica do sentido da colonização, ainda que carregando resquícios fortemente incompatíveis com a mentalidade burguesa

tipicamente weberiana. Essa característica não indica um caminho inverso do país em direção à "civilização capitalista", mas um caminho particular com dinâmica e atores próprios. Particular principalmente em relação aos Estados Unidos.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como Turner, trabalhou com a idéia de que a fronteira americanizou o legado europeu, seja o ibérico, seja o anglo-saxão. As diferenças entre esses legados tiveram papel importante na direção e nos produtos da fronteira. Assim, a explicação das experiências das fronteiras dos dois países parte de um legado específico de cada povo colonizador ao conceber as novas terras, das diferenças de época, do grau de tecnologia, das condições de acesso a terra. Em suma, existem diferenças decisivas que evidenciam a impossibilidade de transposição automática da tese de Turner para o caso brasileiro.

1.3 A FRONTEIRA E O "SENTIDO DA COLONIZAÇÃO": O DEBATE ENTRE CAIO PRADO E SÉRGIO BUARQUE.

Tanto Sérgio Buarque de Holanda, como Caio Prado trabalharam com a idéia segundo a qual um setor da população não integrado à agroexportação, fio condutor do "sentido da colonização", passa a demandar a fronteira como forma de buscar novas oportunidades. Em linhas gerais, o que diferencia Caio Prado Júnior de Sério Buarque é a abordagem e o papel desse movimento nas obras de cada um.

Prado Júnior (2011, p. 195-206), descreveu as frentes de expansão como frentes de baixo potencial dinamizador, que não faziam parte do centro da vida econômica da colônia: a agroexportação. O autor ressaltou inclusive que muitas dessas frentes não se desvinculavam significativamente da costa, e eram anexas às atividades principais. Nesse contexto, tais frentes não se aproximavam de um modelo de desenvolvimento da colônia capaz de romper com o *"*sentido da colonização*"*. Como exemplo, usou a frente de expansão pecuária no Nordeste, que produzia couros, carne e força-animal para subsistência e para os engenhos, e foi propulsora importante da expansão da fronteira. O autor considerou que ela surgiu devido à grande disponibilidade de terras em torno do complexo agro-exportador, e à impossibilidade dos poucos trabalhadores livres se encaixarem nele, mas não deixou de ser "anexa" aos engenhos.

Para Prado Júnior (2011, p. 55-88), as bandeiras e a expansão rumo ao interior (à exceção das frentes mineradoras das Minas Gerais) constituíram, durante o período colonial, frentes de baixo potencial dinâmico, muitas vezes, anexos ao núcleo principal da economia, e que se desmantelavam tão logo a economia principal demandasse os recursos e a mão-de-obra empregados na empreitada.

Já na obra de Sérgio Buarque de Holanda, à medida que a fronteira passou a ser mal controlada a partir do século XVII, e passou a atrair um fluxo significativo de colonos em busca de novas oportunidades no Oeste, a fronteira passou a ter significância diferenciada. A importância da fronteira em sua obra deu a ela relevância como elemento de investigação e definição da história do Brasil.

É significativa a contribuição de Prado Júnior (2011, p. 125-134), no entendimento da Conquista do Oeste. Ao constatar que o sistema econômico de produção criou em todo o Brasil uma população flutuante, sem posição social definida, que vivia às margens das atividades econômicas regulares, dominadas pela escravidão, Caio Prado Júnior levantou as origens do movimento de expansão para Oeste e o surgimento das bandeiras em uma fronteira mal controlada.

Apesar de ratificar a existência de uma população flutuante, Sérgio Buarque traz novos elementos de caráter cultural, e até mesmo cotidiano para o modelo sugerido por Caio Prado, colocando como protagonistas aqueles que, na obra de Caio Prado, são um setor minoritário e com baixo potencial dinamizador para o sistema econômico principal: as populações flutuantes que não estão incluídas na economia de exportação e partiram rumo ao interior. Sérgio Buarque analisou a dinâmica da fronteira e seu potencial dinamizador do legado conservador português observando os reflexos nos indivíduos, na construção da sociedade brasileira, suas idéias e valores. Essa dimensão imaterial a obra de Caio Prado não se propôs a abarcar. Isso fica claro logo no texto de abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo*: “Sentido da Colonização”, quando o autor se referiu à colonização da América pelos europeus:

> (...) são trópicos brutos e indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados

> nestas terras americanas, entregues ainda ao livre jogo da natureza é comum também à zona temperada (PRADO JÚNIOR. 2011, p. 27).

Nesse trecho, fica claro que para Caio Prado, a natureza assumiu outro papel, diferente do que assumiu para Sério Buarque. Para Caio Prado, a natureza foi "amesquinhadora" do homem, enquanto que, para Sérgio Buarque, ela teve caráter transformador, de forma que a convivência com ela é que abrigou o caráter dinamizador da fronteira. Prado Júnior trabalhou, sob uma perspectiva material, a idéia de que o homem branco ibérico, ao organizar o sistema de *plantation* da cana, logo dominou a natureza nas regiões costeiras. Dessa forma, a adaptação do português às condições do novo meio foi menos relevante em sua obra. Assim, em seu esquema lógico, minimizou-se a possibilidade do ambiente natural da fronteira ter tido um efeito transformador sobre o legado europeu.

Não obstante, Nicodemo (2008) considerou que existe uma interlocução pouco conhecida entre Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior relação à fronteira. A formulação pradiana sobre o sentido da colonização representou um marco na produção intelectual brasileira, capaz também de abarcar diversos aspectos relevantes sobre a pecuária, as vias de transporte e comércio interno no período colonial, sem falar na sua relevância para o entendimento da dinâmica social que alimentou a expansão para o Oeste.

Assim como Caio Prado, Sérgio Buarque analisou o sentido da formação do Brasil, refletindo sobre a dependência por meio de laços econômicos que, muito embora atualizados, marcaram parte importante da existência econômica do Brasil até o século XX:

> Se aquela hipertrofia urbana de Lisboa ou a do Porto, com sua poderosa indústria marítima e sua ativa burguesia mercantil, é desconhecida no Brasil colonial, mantém-se aqui, no entanto, e naturalmente em escala maior, a mesma espécie de extroversão econômica e social já existente no reino, breve epítome em muitos aspectos dos mundos explorados pela sua gente. "Se vamos à essência de nossa formação", diz um historiador brasileiro, "veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros, mais tarde outro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É como tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JUNIOR, 1942, p. 26, extraída de Visão do Paraíso, p. 467).

O trecho acima faz referência à ideia central do livro de Caio Prado Jr, e partindo dessa citação de Sérgio Buarque de Holanda em *Formação do Brasil Contemporâneo* é possível estabelecer um elo bastante contundente entre os autores. Caio Prado (1942) estabeleceu uma interpretação marxista da história do Brasil, integrando-o ao movimento de expansão marítima europeia, e revelando a origem dos traços de dependência criados pela produção de gêneros agrícolas para o mercado mundial com intermédio do monopólio comercial português.

Já em *Visão do Paraíso,* Sérgio Buarque trouxe novos elementos para o sentido da colonização, como por exemplo, a permanência de práticas mentais arcaicas, a questão da busca por um cenário cheio de riqueza e a adaptação do colonizador às condições do meio. Para tentar estabelecer os elementos formadores do sentido da colonização, o autor analisou a formação da sociedade portuguesa, identificando um arcaísmo fortemente ligando a elementos medievais em sua formação. Esses elementos foram reproduzidos na época do descobrimento e da colonização, tendo sido a base da organização de um modelo baseado na construção de feitorias e entrepostos comerciais. Esse modelo havia sido usado pelos genoveses séculos antes em locais como Chipre e Creta, evidenciando a fórmula medieval adotada pelos portugueses em sua empreitada. (NICODEMO, 2008. p. 165) Além disso, uma visão mais prática do mundo, apegada ao cotidiano e ao imediato, em que mesmo o desconhecido e o incomum parecem fazer parte do familiar, foi fator determinante para a adaptação do português no Brasil.

> Surgindo com relativo atraso no horizonte das navegações lusitanas, sem o que engodo de tesouros e maravilhas que, bem ou mal, tinham sido causa de tantas outras expedições descobridoras, o Brasil não oferece campo nem mesmo a essas cintilantes associações. Ainda quando vindos por livre vontade, seus antigos povoadores hão de habituar-se nele a uma natureza chã e inerte, e aceita-lo em tudo tal como é, sem a inquieta atração de outros céus ou de um mundo diverso. Portos, cabos, enseadas, vilas, logo se batizam segundo o calendário da Igreja, e é um primeiro passo para se batizar e domesticar a terra. São designações comparativas, como a significar que a lembrança e o costume devem prevalecer aqui sobre a esperança e a surpresa (HOLANDA, 1958. *Visão do Paraíso*, p 346).

Nicodemo (2008) sugere que o caráter conservador da mentalidade portuguesa - em comparação à corrente modernista da época - está ligado a essa busca por adaptação e pela necessidade de sobrevivência, elementos de extrema importância na expansão marítima portuguesa. A busca por metais preciosos no oeste da colônia se intensificou a

partir do século XVII devido a notícias das descobertas no Peru. Para os colonizadores, a semelhança da paisagem com as descrições bíblicas do paraíso configurava um indício da existência de abundância de metais preciosos possíveis de se extrair sem grande esforço. Conforme a realidade se apresentou diante dos sertanistas, o "Eldorado" foi sendo adaptado e o aprisionamento de indígenas passou a ser a atividade mais rentável das bandeiras.

> O princípio conservador da mentalidade portuguesa é diretamente ligado à sua experiência marítima colonizadora (e de seus antecessores). Trata-se de uma espécie de imperativo de sobrevivência desenvolvido pelo explorador português no Novo Mundo. Tal postura parece acompanhar um sentimento de desapego a terra. Uma sensação de que a qualquer momento pode-se retornar à metrópole, que se traduz em uma vontade de anular a distância, adaptando tudo para o mais próximo da terra natal (NICODEMO, 2008. p. 176).

A substituição é bastante coerente à medida que se observa o caráter extrativista e ganancioso dessa atividade de lucro imediato, o que remota ao conceito de "aventureiro" presente em *Raízes do Brasil*. Essa figura do "aventureiro" se realiza também no tipo de exploração agrária empreendida, revelando uma raiz da questão econômica do sentido da colonização no terreno da cultura material. (NICODEMO, 2008. p. 179)

> O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou no início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros -, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações (HOLANDA, 1948. Raízes do Brasil, p. 46).

Sérgio Buarque considerou que a lenta ocupação do território, com elevado grau de adaptação do colonizador ao nativo e aos seus métodos não deixou de ter caráter devastador em relação aos recursos naturais. Em *Visão do Paraíso*, fica claro que a relação do colonizador europeu com a natureza, apesar de ter sido de bastante envolvimento e permeada pela adoção costumes nativos, manteve-se predatória e sem traços de preocupação em relação ao esgotamento dos recursos no futuro. Da mesma forma, deu-se a relação com os nativos. Apesar do elevado grau de miscigenação e adoção de costumes, essa relação foi amplamente marcada pela violência, pela escravidão, aprisionamentos, imposição religiosas, torturas e assassinatos.

> Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a independência, sequer, ou a República (HOLANDA, p. 334, 1958).

Em *Raízes do Brasil,* Sérgio Buarque de Holanda ressaltou a herança rural como uma das principais características constitutivas da sociedade brasileira. A civilização de raízes rurais, formada a partir do engenho de açúcar, era um organismo completo que se bastava a si mesmo, tal qual uma pequena república, de modo que o quadro familiar tem mais força que a autoridade pública. O domínio rural é marcado pela família, seus agregados e escravos, organizados em torno do patriarca, característica marcante da Península Ibérica (HOLANDA, 1976, p. 48). Nesse cenário, o ente privado precede o público e são proeminentes os laços afetivos em todas as esferas da sociedade, o que limita o espaço para a ocorrência de revoluções que de fato subvertam a ordem social vigente. Também Prado Júnior (2011, p. 305) denominou o grande domínio da unidade agro-exportadora como a "célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso "clã", da família patriarcal brasileira".

Não é de se estranhar, portanto, que a superação do predomínio agrário colonial tenha se dado através de uma revolução lenta, um processo dilatado ao longo do tempo, que coincidiu com a lenta decadência da lavoura do açucar durante a primeira metade do século XIX. Essa revolução, lenta e silenciosa, marcou a transposição do centro de decisões da vida nacional, do campo, para as cidades. O novo centro dinâmico da economia nacional, a cafeicultura, tinha unidades de produção menos auto-suficientes. A fazenda de café não era mais um mundo, mas um meio de vida, da vida que terá sua dinâmica ditada pelos costumes e pelo ritmo das cidades. (HOLANDA, 1976, p. 128)

Nota-se, em toda a obra de Holanda, uma preocupação em entender o sentido da colonização também através da influência cultural no terreno histórico. Percebe-se que ele procurou dialogar de forma bastante contundente com a formulação marxista de sentido da colonização de Caio Prado Júnior:

> Dispôs assim da abundância de produtos apetecidos e procurados pelos estrangeiros, como o são as especiarias do Oriente, o ouro da Mina, o marfim, os escravos, de madeiras tintoriais, mais tarde, o açúcar, o tabaco, os diamantes, o café, para a troca, receber os gêneros mais necessários ao sustento diário, não é essa, em suma a ideia que terão constantemente em mente os portugueses ao longo de sua expansão ultramarina? No Brasil especialmente é o desenvolvimento de produções altamente cobiçadas no estrangeiro, produções para exportar, o que representará desde o início e não deixa de representar até hoje a meta de nossa existência econômica (HOLANDA, 1958, p. 1).

> Ela [a economia brasileira] fez convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 136).

Apesar da interlocução entre os autores ser bastante positiva, deve-se ressaltar que Sérgio Buarque de Holanda focou a fronteira de forma diferenciada, buscando caminhos que possam ter culminado em uma formação social alternativa para a compreensão da história do Brasil, aspecto em relação ao qual Caio Prado não se dedicou de forma tão contundente.

1.4 A FRONTEIRA DO OESTE A PARTIR DE 1930: A CONTRIBUIÇÃO DE OTÁVIO GUILHERME VELHO.

Velho (1979) discutiu a natureza do campesinato a partir do desenvolvimento político, econômico e social do Brasil e sua interação com a agricultura. Em oposição a Turner, construiu um modelo no qual o capitalismo estruturalmente autoritário, em que a esfera econômica está articulada à política, tem papel importante no controle da fronteira pelo Estado.

Em sintonia com o sentido da colonização pradiano, Velho (1979) identificou a agroexportação como cerne da vida econômica colonial, que concentrou para si a mão-de-obra e a maior parte das forças produtivas. O autor indicou inclusive a existência de um setor “flutuante” da população que, na impossibilidade de se ligar ao sistema de repressão de mão de obra, demandou a fronteira em busca de novas oportunidades.

> O fato principal, no entanto, para o país como um todo, é que embora houvesse casos em que a repressão da força de trabalho não fosse evidente, era estruturalmente o traço dominante. Para os indivíduos, em termos gerais, o preço de não estar ligado a ela era a marginalidade. Certas áreas para além da fronteira econômica tornaram-se, a

> não ser por fugazes momentos de expansão bandeirante que gradativamente desapareceram, um lócus para esses marginais, e em o sendo constituíam um aspecto paradoxal mas complementar do sistema de repressão da força de trabalho (VELHO, 1979. p. 117).

O sistema de repressão à força de trabalho através da escravidão, traço dominante da organização sócio-econômica, impediu a possibilidade de haver, na fronteira brasileira, uma experiência turneriana com as mesmas características e implicações observadas nos Estados-Unidos. O fato de, no núcleo central da economia, o trabalho ter sido organizado num esquema de repressão da mão de obra estruturou um sistema de extração de excedentes de capital através da agroexportação, cujos lucros eram drenados para fora do Brasil. Para manter a organização e rentabilidade desse sistema, o colonizador não economizou esforços. A Coroa portuguesa chegou até a proibir expedições rumo ao interior a fim de evitar a desorganização da mão de obra na agricultura. Nesse cenário, surgiu na fronteira foi um ”campesinato marginal”, que buscava sobreviver através de uma agricultura para o autoconsumo e de laços frouxos com o mercado, muito diferente do campesinato de massas, assentado na livre iniciativa no trabalho individual, retratado na Tese de Turner (VELHO, 1979, p. 116-117).

Nessa lógica, a fronteira passa a ser uma relação com o meio e não somente como uma projeção ou expansão sobre ele. Diferentemente dos EUA, no Brasil não é possível estabelecer uma fronteira específica como objeto de análise, pois há a ocorrência de múltiplas e complexas fronteiras que podem ser agrupadas em três grandes frentes de expansão: região de *plantations* da costa; extensa região de gado e de extração mineral e vegetal; e a floresta tropical - área extensa de ocupação rarefeita para subsistência. (VELHO, 1979. p. 116).

A partir de século XVII, o complexo açucareiro do Nordeste entrou num longo processo de decadência, levando ao empobrecimento da região Nordeste, até então, a mais próspera da colônia. A partir de então, a *plantation* passou a encontrar dificuldades para absorver seu crescimento demográfico natural, o que levou ao surgimento de uma pequena agricultura subordinada voltada para o autoconsumo no Nordeste. Essa agricultura envolvia trocas mercantis e não mercantis, inclusive com as fazendas de cana e engenhos, servindo como a ocupação para a mão de obra fora dos momentos de colheita da cana. (VELHO, 1979. p. 118)

Apesar desse movimento, observou-se, a partir do século XIX, um êxodo gradativo para outras regiões, seja rumo à região amazônica em virtude da borracha, seja rumo aos centros urbanos do Centro-Sul e do Nordeste a partir da década de 1920, com a intensificação do processo de industrialização. Paralelamente, crescia o "campesinato marginal", indicando um gradativo arrefecimento do sistema de repressão de mão de obra. Velho (1979), no entanto, ressaltou que as migrações foram artifícios para que a *plantation* mantivesse em torno de si, sob condições de estabilidade social, a mão de obra realmente necessária.

> O ponto básico a ser acentuado é que em última análise assiste-se aqui, mais uma vez, ao desenvolvimento capitalista de um sistema originalmente baseado na repressão da força de trabalho, através de sua transformação gradual e não-revolucionária (VELHO, 1979. p. 119).

Essa análise revela o desenvolvimento da combinação complexa entre mudança e permanência no Brasil. O fato de não haver existido ao longo da história do Brasil, um ponto de mudança radical em relação ao passado significou, em termos práticos, que as mudanças configuraram uma nova roupagem para o sistema agroexportador, para o qual, acreditava-se que o Brasil tinha vocação na divisão internacional do trabalho. As transformações foram moldadas a partir das transformações do contexto internacional ao longo do tempo. Invertendo uma frase clássica de *Hobsbawm* sobre a história inglesa, na qual houve uma busca por inventar velhas tradições para novas instituições *"velhos rótulos para novas garrafas",* o autor ressaltou que, no Brasil, buscou-se inventar *"novos rótulos para velhas garrafas"* (VELHO, 1979, p. 124).

> De fato parece-nos que as mudanças que ocorrem têm a ver com as transformações não revolucionárias, primeiramente de um sistema de repressão da força de trabalho e posteriormente de um capitalismo autoritário nascido dele, basicamente sob pressão "externa" em todos os níveis do capitalismo internacional. Contrasta com o desenvolvimento capitalista burguês e um paradoxo curioso é que escondido por detrás do mito disseminado do caráter "cordial" do brasileiro; são exatamente os "sábios" compromissos da sociedade brasileira que se articulam com o autoritarismo, ao passo que as grandes revoluções burguesas na verdade abriram caminho para a democracia e o liberalismo. (...) Essa "lógica" torna muitas vezes difícil por vezes avaliar as mudanças porque em geral o "passado" não é destruído, mas transformado (VELHO, 1979, p. 126).

Velho (1979) aproxima de Prado Junior (1942) no que diz respeito à origem do sistema de repressão da mão-de-obra. O início desse sistema deu-se sob domínio político de Portugal, sob a perspectiva de extração predatória de riquezas, no contexto do sentido da colonização. Após a independência, a dominação política passou a ser

exercida internamente, mas o Brasil continuou inserido na ordem internacional como fornecedor de gêneros agrícolas, cuja estrutura sócio-econômica tinha como eixo principal a escravidão.

Entre 1820 e 1840, o país vivenciou a ausência de um produto de exportação capaz de se destacar como centro estabilizador da economia nacional. A atividade açucareira vivia um período de decadência prolongado e a extração mineral em Minas Gerais já estava notadamente se esgotando. Nessa época de instabilidade econômica e política, o autoritarismo monárquico foi essencial para enfrentar as inúmeras revoltas que ameaçaram a unidade nacional, e garantir a construção do Estado Nacional de preceitos liberais sobre os alicerces materiais e sociais da colônia.

A partir de 1840, com a consolidação do café como centro estabilizador e com a proibição do tráfico negreiro em 1850, buscaram-se alternativas para resolver o problema da mão de obra. Em São Paulo, o centro cafeeiro mais dinâmico, a vinda de mão de obra imigrante barata, que contou com o apoio do Estado a partir 1880, tornou o trabalho escravo menos relevante. No Nordeste, a decadência do açúcar, além de liberar mão de obra para o Centro-Sul, incentivava formas mais maleáveis de trabalho, que permitissem ao proprietário não ser responsável pela subsistência da mão de obra nos períodos desfavoráveis. Assim, a lei Áurea, além de não ter trazido consigo nenhuma ruptura na ordem social vigente, foi assinada somente no momento em que a escravidão já representava mais uma categoria jurídica do que sociológica (VELHO, 1979, p. 121).

Em 1850, a Lei de terras impediu que a posse da terra garantisse o direito de propriedade, que passou a ser obtida apenas através do título de compra. A medida foi no sentido oposto ao do *Homestead Law*, representando mais uma forma de repressão à livre iniciativa e, consequentemente à formação de um campesinato de massa. (VELHO, 1979. p.140). Foi uma articulação política para o fortalecimento de um sistema econômico autoritário que dificultou a formação de um campesinato de massa com o fim da escravidão.

A *plantation* organizada através de um sistema de repressão da mão-de-obra instalada no Brasil foi obstáculo decisivo à formação de uma massa camponesa no país. Entretanto, a falta de lugar para os chamados tipos sociais “intermediários” dentro desse sistema e a existência de terras livres, ainda que em áreas distantes da fronteira

econômica, criaram condições para o surgimento de um *"tipo social distinto"* (VELHO, 1979. p. 137) que teve sua viabilidade econômica mediada pela sua relação com o proprietário de terras e com a *plantation*, atuando em atividades complementares ao sistema principal.

> O fato principal é que um verdadeiro campesinato livre de massas não pôde surgir. Sugerimos que grandes conflitos como Canudos e o Contestado com sua forma messiânica servem para demonstrar a contradição entre o sistema dominado pela *plantation* e a existência de um campesinato livre. Todavia, já aí é interessante notar as duas pontas do dilema: *o mesmo sistema que era incompatível xom um campesinato de massas deu origem a tensões que trabalhavam no sentido de forçar a existência de um campesinato. (grifo dele)* Em certos casos ocorreu um avanço limitado, especialmente quando o campesinato se manteve próximo à marginalidade em áreas que eram periféricas ou situadas "além da fronteira". A verdade é que a tensão provocada pela existência física de terras livres não podia ser simplesmente eliminada pelo sistema de repressão da força de trabalho (VELHO, 1979. p. 139).

O final do Império e a instauração do regime republicano marcaram o início de um período em que ocorreram importantes mudanças, ainda que de forma gradativa combinada com a permanência do velho autoritarismo. A mudança político-institucional foi limitada e representou uma fachada liberal para um domínio oligárquico. A descentralização do regime federativo, na verdade, funcionou como fator de enrijecimento do poder das oligarquias e seu autoritarismo sobre a força de trabalho. O poder local era o braço de um autoritarismo maior, uma manifestação de dominância que não era estritamente local (VELHO, 1979. p. 122-123). O autoritarismo passou a ser um pouco mais descentralizado sob a fachada liberal da República. Uma mudança sem rompimento, tradição e transformação moldando o país e a sociedade, sem rupturas.

As ocorrências na esfera internacional que culminaram na crise de 29 tiveram efeitos negativos gradativos sobre o preço do café, forçando reações do Estado oligárquico no intuito de manter a viabilidade da lavoura nacional e defender o "interesse da nação". As sucessivas desvalorizações cambiais ocorridas ainda durante a República Velha para manter o poder de compra do setor cafeeiro acabaramestimulando a substituição de importações. (VELHO, 1979. p. 126). Assim, as camadas médias urbanas bem como a nascente burguesia industrial, embora bastante atreladas às elites cafeeiras, tornaram a correlação de forças entre as diversas facções da classe dominante mais complexa, constituindo um fator de tensionamento que acabou culminando na

Revolução de 30, na qual *"mudanças importantes ocorreram, mas laços muito estreitos com o passado foram mantidos"* (VELHO, 1979, p. 124).

Da mesma forma, funcionou a queima de café após 1930[6]. Para Velho (1979, p. 128), foi justamente nesse período que se consolidou o desenvolvimento capitalista autoritário, pois é a partir de 1930 que o autoritarismo adquire caráter de política econômica. De 1940 em diante, o desenvolvimento nacional foi se tornando uma política consciente na forma de uma ideologia nacionalista. O Estado deixou de ser apenas mediador para ser um agente de transformação do processo de industrialização. O desenvolvimento de uma economia capitalista industrial no Brasil não se deu sob uma Revolução Burguesa, mas sob condução autoritária e centralizada do Estado, ainda que as transformações não tenham representado amplas rupturas em relação ao passado, principalmente no que diz respeito à estrutura agrária e à concentração de poder e de renda nas elites agrárias e na incipiente burguesia urbana.

Nesse momento, observa-se um paradoxo entre mudança e permanência. O novo sistema consistia em uma estrutura paralela, o compromisso em não atacar o tradicional sistema era claro. Não houve interferência no campo, os esforços governamentais foram concentrados na industrialização urbana, através do apoio a uma burguesia emergente e mobilizando a força de trabalho fabril através de um "populismo modernizador", marcante durante o Estado Novo.

> Não obstante, a exportação de produtos primários continuava a funcionar como uma fonte fundamental para a industrialização e a compra de Equipamento estrangeiro necessário no processo de substituição de importações. Esse último substituiu os bens de consumo (de início os não duráveis e na década de 50 os duráveis) como o item principal das importações brasileiras. A mudança e a permanência continuavam a coexistir e a se combinar (VELHO, 1979, p. 127).

Nesse processo de condução autoritária do desenvolvimento capitalista, a ocupação econômica do território teve papel de destaque durante o Estado Novo. A expansão da fronteira agrícola estava altamente atrelada ao compromisso de modernização sem rupturas com as tradicionais estruturas agrárias. Aos novos espaços econômicos, coube

---

[6] Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado considerou que a política de compra e destruição de café empreendida no Brasil entre 1931 e 1939 manteve o nível de emprego na economia exportadora e nos setores produtores ligados ao mercado interno, evitando queda na renda monetária da coletividade. A política explicitamente defensora dos cafeicultores constituiu-se, ainda que não de forma intencional, numa ampla política anticíclica que deslocou o centro dinâmico da economia do mercado externo para o mercado, estimulando a substituição de importações de bens de consumo não duráveis, já prejudicada pela moeda nacional desvalorizada (FURTADO, 1959. p. 268–273).

a função de viabilizar a reprodução das antigas estruturas num contexto em que a industrialização do Centro-Sul acelerava as transformações do capitalismo autoritário. Com o programa Marcha para o Oeste de 1938, o Estado brasileiro, pela primeira vez, planejou a incorporação efetiva de uma região interiorana do Brasil. Para tanto, os elementos da análise da bandeira feita por Cassiano Ricardo foram extremamente úteis. O cultivo do espírito bandeirante propagandeou a Marcha para o Oeste. Alegava-se que o mapa político era muito maior que o econômico e que era necessária à integração econômica para defender o território nacional.

> O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (Parte do Discurso de Getúlio Vargas no dia 31/12/1937 anunciando a Marcha Para Oeste).

A integração capitalista induzida pelo Estado permitiu que os novos espaços da fronteira do oeste se integrassem ao pólo industrializante do Sudeste de modo a cumprir funções específicas dentro do projeto modernizador da época. A expansão da fronteira agrícola buscava melhorar a situação das exportações brasileiras, fixar excedentes populacionais do Sudeste e do Sul, evitando tensões sociais[7] e substituir a imigração estrangeira, que poderia trazer consigo "ideologias estranhas" para a colonização nacional (VELHO, 1979. p. 148-149).

Tais objetivos casavam-se com a necessidade do capitalismo autoritário de orientar seu desenvolvimento conforme com os preceitos nacionalistas modernizadores do período. Sob a bandeira da integração nacional e do desenvolvimento econômico, as tensões sociais eram aliviadas com a abertura da fronteira do Oeste. A estrutura agrária corria menos risco de ser questionada, uma vez que o campesinato nascente, oriundo do fechamento das fronteiras do Sudeste e do Nordeste, estava sendo canalizado para uma nova região. Reforçava-se assim o compromisso de direcionar o desenvolvimento do

[7] O elemento da fronteira como "válvula de escape" aliviando tensões sociais está presente na tese de Turner. Apesar de não profundamente detalhado, uma vez que o enfoque genético-situacional predomina em sua obra, Turner (1891) tratou a questão da "válvula de escape" mais como transferência populacional entre territórios, diferentemente de Velho (1974), que tratou essa questão como um mecanismo de minimização de tensões sociais oriundas de um capitalismo mais desigual do que o dos EUA, no qual o acesso a terra foi rigidamente controlado.

país de acordo com estruturas que se desejava transformar, mas não destruir completamente.

1.5 QUANDO A TERRA PASSA A SER MERCADORIA

José de Souza Martins trata do tema da fronteira buscando enfrentar-se com as idéias de Turner sobre a ocupação da fronteira nos EUA que, segundo ele, não se aplicam ao caso brasileiro. Martins (1996b) utiliza-se da Amazônia brasileira – para ele, a última grande fronteira da América Latina do século XX - para investigar a fronteira e a unidade do diverso que a caracteriza. José de Souza Martins combate a Tese de Turner não só pelo fato de seu objeto de estudo, a fronteira amazônica da segunda metade do século XX, se caracterizar por um contexto histórico e condições naturais e sociais muito diferentes da fronteira estudada por Turner, mas, principalmente, por focar a atuação do capital e não a ação individual como elemento principal da análise.

Diferentemente da obra de Turner, na qual a expansão norte-americana rumo ao Oeste é marcada pela livre iniciativa individual em um contexto tido como democrático, tanto a fronteira do Centro-Oeste como a fronteira amazônica pós-64 foram fortemente marcadas pela expansão do grande capital aliado a formas arcaicas de apropriação da terra e de exploração do trabalho. Cabe, nesse momento, uma referência ao livro *O cativeiro da Terra* (1979), também de José de Souza Martins que, apesar tratar de época e espaço distintos aos analisados neste trabalho, traz conceitos importantes para a compreensão do movimento de expansão capitalista na fronteira do Centro-Oeste na segunda metade do século XX.

No livro, o autor trata do regime do colonato nas fazendas de café em São Paulo. Martins (2010) constatou que a renda da terra tem origem pré-capitalista e surge no momento em que, na fronteira, a terra é aprisionada e passa a ser monopólio de uma pequena classe. Entretanto, a terra vai perdendo esse caráter pré-capitalista à medida que o processo de produção de capital transforma renda da terra em renda capitalizada.

> Num plano mais geral, reputo como importante, a partir da retomada da constatação de que o capital é um processo, desenvolvida por Marx, a observação de que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Pude chegar a esse ponto especialmente através de uma reflexão demorada sobre a análise que Marx faz da renda territorial na sociedade capitalista. Sendo a renda da terra de

> origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada (MARTINS, 2010, p. 3).

O deslocamento rumo ao Centro-Oeste, principalmente a partir de 1950, ocorreu em um contexto de busca pela rápida industrialização, que estimulou a concentração do capital industrial e a vinda das multinacionais para o Brasil. A busca por uma ampliação na base de produtos exportáveis e a crescente demanda por gêneros alimentícios no meio urbano fizeram a produção crescer, favorecendo as indústrias fornecedoras de insumos agrícolas e fabricantes de alimentos industrializados. Na euforia expansionista, promoveu-se a adaptação tecnológica para possibilitar a agricultura nas terras do cerrado, facilitando a expansão da agropecuária organizada em empresas capitalistas no Centro-Oeste. Vale notar que uma das prioridades do I PND[8], era tentar controlar a inflação através do aumento da oferta de alimentos.

Nesse processo de modernização conservadora, o camponês não deixou de existir completamente, mas passou a ter a renda de sua terra subordinada através dos oligopólios comerciais, industriais e do capital financeiro. Tal subordinação, nos setores em que a renda da terra é alta - como a cana, a soja e a pecuária de corte - ocorreu através da inviabilização da produção do camponês, obrigando-o a vender sua propriedade. Nos setores ligados à produção de alimentos para o mercado interno e, naqueles em que as economias de escala não são elevadas, o capital também sujeitou a renda da terra, entretanto sem inviabilizar completamente a produção camponesa (OLIVEIRA, 1980. p. 9-10).

Além da subordinação da renda terra e da expropriação do campesinato, o conflito social marcou e marca profundamente a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, sendo que o conflito social é um aspecto amplamente ressaltado por Martins (1996b). Para analisar esse aspecto, o autor dividiu os estudos da fronteira

---

[8] O I Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1971, no governo Médici, estabeleceu ações prioritárias que visavam, dentro outras realizações e metas: manter o país na lista dos 10 países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), ultrapassar barreira dos 500 dólares de renda per capita,em 1974. (BRASIL. Senado Federal. Estado Brasileiro (Org.). Lei n°: 5.727 de 4 de novembro de 1971:I - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) - I972/1974).

brasileira entre duas concepções teóricas: a de frente pioneira, amplamente utilizada pelos geógrafos, e a de frente de expansão, mais utilizada pelos antropólogos.

A concepção de frente de expansão expressa a percepção da ocupação a partir das populações indígenas e demais populações já instaladas na região antes da terra ter valor e seu domínio ditados pela propriedade. Já a concepção de frente pioneira leva em conta os empresários, fazendeiros e pequenos agricultores modernos rumo à fronteira. Fica evidente que a diferença entre as definições está nos modos de ver a fronteira, dos locais sociais a partir dos quais ela é observada. Mais do que modalidades e momentos de ocupação do espaço, as concepções fazem referência a modos de ser e viver no espaço novo, levando a diferentes visões, expressões diferentes do mesmo processo. (MARTINS, 1996b, p. 27-28)

A concepção de frente pioneira assume implicitamente que, na fronteira, cria-se uma nova sociabilidade, o novo, fundado no mercado e nos contratos regulando as relações sociais. Constitui-se em algo maior que a simples mobilidade da população nos novos territórios. A frente pioneira é uma situação espacial e social que induz ao predomínio de relações capitalistas e novas formas de organização da vida social. Aparece como uma das faces da reprodução ampliada do capital que converte terra em mercadoria, em renda capitalizada, isto é, uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. (MARTINS, 1996b, p. 29)

Já concepção de frente de expansão engloba a fronteira demográfica, na qual a expansão do capital não ocorre de forma essencialmente capitalista, mas a produção e a circulação de mercadorias estão ligadas de forma incipiente ao mercado. Essa frente é marcada pela expansão da rede de trocas e comércio, mas com pouco dinheiro envolvido, comandado por quem tem o poder pessoal e controle dos recursos nas relações de exploração. Não obstante, a simplificação em torno da questão econômica impede a observação da realidade dos diversos personagens da fronteira. Perde-se a totalidade dialética, o momento de contradição e lugar de conflito, a "*contraditória diversidade da fronteira"* (MARTINS, 1996b, p. 30).

O encontro dos que são diferentes entre si, índios, brancos, proprietários de terra, camponeses que, com o avanço da frente de expansão, passaram a ser mediados pelo capital, é, segundo o autor, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores. A fronteira é um local de descoberta e encontro entre temporalidades históricas diferentes

de seus protagonistas. E é nesse aspecto que José de Souza Martins mais se aproxima de Sérgio Buarque de Holanda.

> Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios na América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS S.J,1996b, p 27).

Cada uma das realidades regionais e sociais tem seu próprio tempo histórico, estejam inseridas ou não na fronteira econômica, marcando diferentes níveis de organização social, resultando em tempos distintos e desencontrados que, na fronteira, se encontram. Trata-se do que Martins (1996b, p. 31) chama de *"contemporaneidade da diversidade"*. O autor considera que essa distinção dos tempos históricos não pode ser considerada classificatória e, caso seja, pode abrigar grandes equívocos sobre os tempos históricos da frente de expansão, da frente pioneira e dos diferentes grupos envolvidos. Na fronteira, esses grupos passam a ser mediados pelo capital que os junta sem destruir suas diferenças.

Martins (1996b, p. 32) alerta que a distinção entre frente pioneira e frente de expansão vem sendo utilizada indevidamente como metodologia de classificação da fronteira, reduzindo-a ao esquematismo do debate latino-americano sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo que predominou durante os anos sessenta e setenta. A controvérsia desse período girava em torno da classificação dos conflitos no campo como transformações do capitalismo ou como transição de pré-capitalismo ou feudalismo para capitalismo. Por isso, Martins (1996b, p. 33) considera que a categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica é a de frente de expansão, uma vez que ela traz tempo de conflito e alteridade, a fronteira como limite do humano e da humanidade, na qual a dimensão econômica é secundária, ao contrário do que ocorre na concepção de frente pioneira.

A frente pioneira se expande à medida que o espaço vai sendo apropriado de forma capitalista para a produção. O dinheiro passa a ser a medida de valor também para a terra e não só para a circulação dos produtos. Nesse processo, a indústria

subordina o comércio às necessidades dos pólos industriais urbanos e transforma a agricultura em consumidora de insumos industriais. Vale ressaltar também à medida que o capitalismo se desenvolve, ele, contraditoriamente, engendra relações não capitalistas de produção e de trabalho para promover a acumulação primitiva e também a reprodução ampliada na fronteira. Dessa forma, na frente pioneira, não são eliminados os elementos e personagens da frente de expansão. Apesar da rápida expansão da frente pioneira e da propriedade da terra, é possível dizer que na fronteira agropecuária do Centro-Oeste, há uma sobreposição das frentes de expansão e da frente pioneira, pois as formas capitalistas de produção não se tornaram inteiramente homogêneas nesse processo.

O uso da peonagem, da escravidão por dívida, do assassinato de índios, da grilagem, do desmatamento ilegal e dos assassinatos de lideranças dos movimentos populares marcaram e marcam a região de forma bastante relevante. A penetração do aparato contratual capitalista e das práticas de mercado passou a coexistir com as formas típicas não capitalistas da frente de expansão, que continuaram sendo adotadas inclusive pelas modernas empresas capitalistas. A sobreposição da frente de expansão e da frente pioneira produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos, na qual as relações capitalistas não aniquilaram as relações existentes desde o tempo em que o uso da terra não era regulado pela propriedade capitalista (MARTINS, 1996b, p. 45-48).

Nas frentes de expansão, a rede de relações comerciais integra de forma incipiente à lógica do capital os produtos do extrativismo ou os produtos agrícolas de subsistência. Além disso, as relações sociais são predominantemente não capitalistas e, nesse processo de subordinação pelo capital comercial, mediam a reprodução capitalista do capital. Isso não indica que essas regiões façam parte de outro modo de produção, mas indica uma insuficiência dos mecanismos de reprodução capitalista - salário, capital e renda da terra - como incentivos para o produtor organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. Conforme o capital apodera-se da terra e recria seus mecanismos de reprodução ampliada - trazendo a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: mercado de produtos e de força de trabalho, instituições reguladoras - ele passa a comandar o processo de ocupação do território, o

que já caracterizaria uma situação de frente pioneira. Ainda assim, a dinâmica dos agentes resulta da ação e dos interesses do capital combinados com as concepções do camponês, o mundo residual da expansão capitalista, ao qual o capital continua a recorrer em seu processo de produção e reprodução.

> Isso não impede, também, que grandes empresas, dotadas de organização empresarial e técnica moderna e sofisticada, recorram à peonagem, isto é, a escravidão por dívida, sobretudo nas atividades de derrubada da mata e de implantação de suas fazendas, o que é próprio dos seringais e castanhais da frente de expansão. Como não impede, ainda, que bolsões de populações indígenas e camponesas sobrevivam no interior da frente pioneira, ou mesmo em regiões de ocupação antiga, como ocorre no Nordeste e no Sul do país, ainda que num certo sentido enclausuradas em terras de menor interesse econômico ou em territórios demarcados. E que, a partir daí, se integrem marginalmente (ou não) ao mercado de produtos agrícolas (MARTINS, 1996b, p. 46).

As frentes de expansão são marcadas por uma economia mais próxima do mercantil simples do que da economia capitalista, isto é, mais próxima da economia de subsistência com venda de excedentes pelo camponês, sem regulação pelo mercado. Os personagens, atividades econômicas e relações sociais específicas que as constituem se aproximam mais das formas familiares, comunitárias e precárias de trabalho do que das relações capitalistas de produção.

Não se pode compreender a frente de expansão apenas do ponto de vista material. Os conflitos por terra entre camponeses e capitalistas marcam e são frutos de um novo relacionamento do homem com a natureza na fronteira, elemento presente também na obra de Sérgio Buarque, apesar da diferença temporal entre os estudos. Essa alteração da relação do indivíduo com a natureza é uma marca da fronteira em qualquer época, fruto do encontro de diferentes tempos históricos. A relação se transforma, mas também segue permeada pela tradição em um novo cenário protagonizado pelo capital. Essa nova relação envolve, além do aspecto econômico, redefinição de costumes e tradições sem rompimento brusco com o passado.

Tanto José de Souza Martins, como Sérgio Buarque de Holanda confluem para a idéia de que, na fronteira, desenvolve-se um imaginário místico que se adapta ao sentido do movimento próprio da frente de expansão. No Centro-Oeste do século XX, na Piratininga do século XVI e nas monções do século XVIII, os sertanistas vão rumo ao desconhecido, ao limite do humano, uma busca por uma “Terra Prometida”. Nessa busca, se manifesta a singularidade temporal e histórica da fronteira: tempo e espaço

fundidos no limite do humano. Claro que o reconhecimento do momento de alteridade e encontro de diferentes tempos históricos na fronteira, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, se dá num outro contexto: migração dos setores marginalizados do centro da vida colonial rumo à fronteira. Contexto esse bem diferente da incorporação capitalista da fronteira agrícola retratado por Martins (1996b).

Apesar de muitos a considerarem inepta na interpretação do caso brasileiro, a tese de Turner teve um papel de divisor de águas na pesquisa acadêmica sobre a fronteira em toda a América. Ao enfatizar o genético e o cultural em uma teoria na qual não se enfatiza a atuação do capital, a tese de Turner suscitou por toda a América uma ampla produção intelectual que teve como intuito, em boa parte dos casos, combatê-la. É justamente nessa ruptura que a tese de Turner suscitou ao debate sobre a fronteira que se encontra a sua principal contribuição.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO-OESTE ATÉ 1930

Construída a base teórica dos conceitos que servirão de pilares para este estudo, segue-se para análise dos fatos históricos que, do ponto de vista regional, foram determinantes para o processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro.

O período entre o início da colonização do Brasil e a Marcha para o Oeste do governo Vargas - primeira iniciativa organizada pelo Estado de povoamento do Centro-Oeste e do Norte do Brasil - compreende cerca de quatro séculos e foi marcado pela limitada integração econômica do Oeste brasileiro ao resto do território e pela ausência de uma frente duradoura de povoamento na região. Os centros dinâmicos da economia que ligavam o Brasil à economia-mundo capitalista estavam nas regiões mais próximas à costa. As dificuldades de transporte, a indefinição acerca da posse do território até a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e a grande disponibilidade de terras próximas ao litoral para as produções de exportação inviabilizaram uma integração produtiva significativa do oeste ao restante do Brasil.

Se a Marcha para o Oeste obteve resultados objetivos modestos, ela representou o início da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e do Norte do Brasil. A partir dos anos 50, com a construção de Brasília, o desenvolvimento da região ganhou estímulos decisivos e a atuação do Estado se intensificou na questão dos transportes, no estabelecimento de complexos produtivos e de programas de colonização. Essa atuação iniciou-se no governo JK e foi aprofundada durante os governos militares, determinando a estruturas sócio-econômica, agrária e produtiva e o papel da região Centro-Oeste na variação de capitalismo instaurada no Brasil, e suas particularidades significativas em termos de inserção externa e interna.

2.1 DO TRATADO DE TORDESILHAS AO SURTO MINERADOR

Os colonizadores, tanto portugueses, quanto espanhóis, após haverem delimitado os limites de suas posses pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, e terem estabelecido os primeiros núcleos de ocupação costeira, não demoraram em desbravar através de expedições o interior do continente, parte do que hoje conhecemos como Centro-Oeste. Já no século XVI, os espanhóis chegaram aos territórios dos atuais estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, pertencentes à Espanha segundo o Tratado de Tordesilhas. Assim como as incursões portuguesas, as espanholas buscavam metais preciosos. O fato desses metais não terem sido encontrados na região, somado à grande resistência indígena e à grande quantidade de metal encontrada no Peru e na Bolívia fez com os espanhóis perdessem o interesse no Brasil Central.

Também no século XVI, ocorreram incursões partindo da vila de Piratininga rumo ao interior. A primeira que se tem notícia alcançou o Rio Araguaia, foi a de Domingos Luís Grou em 1560, segundo Ferreira (1960). O fato das primeiras expedições terem partido justamente de Piratininga revelam que a sociedade do planalto paulista não apresentava a estabilidade e sedentarismo surgidos no litoral nordestino em virtude do plantio de açúcar.

> Aquela sociedade meio aluvial constituída no planalto vicentino irá manter-se ainda por dois séculos ou mais em situação instável e imatura, que deixa espaço ao maior intercurso com a gente nativa. Sua vocação está no caminho, que convida ao movimento, não na grande lavoura que cria indivíduos sedentários (HOLANDA, 1976, p. 26).

Tal movimento, no entanto, caracterizou mais um reconhecimento de área, uma aventura que não resultou em um processo de povoamento maciço e permanente. É do século XVI, no entanto, o estabelecimento dos primeiros povoados castelhanos e das primeiras missões de jesuítas na região do sul do Mato Grosso. Já no final do século XVI e início do XVII, foi observado um aumento de missões sertanistas oriundas principalmente de São Paulo. As mais significativas missões rumo ao Brasil Central no período foram: a de Domingues Rodrigues (1596-1600), a de Belchior Carneiro (1607-1609), a de Martins Rodrigues (1608-1613), a de André Fernandes (1613-1615), a de Pedroso de Alvarenga (1615-1618) e a de São Francisco Buenavides (1655-1666), que inaugurou o caminho de terras para Goiás. Essas bandeiras tinham como objetivos

principais aprisionar índios para trabalhar nas fazendas paulistas - cuja rentabilidade menor em relação às fazendas de cana do Nordeste inviabilizava a aquisição de escravos negros - e a busca por metais preciosos. A partir de Belém, partiram missões pelo Rio Amazonas, quase todas de cunho religioso. Essas missões tiveram início em 1625, quando o jesuíta Cristóvão de Lisboa estabeleceu a primeira missão no Tocantins (DINIZ, 2006, p. 35-36).

Como elementos estimulantes dessas frentes, destacam-se a situação de extrema pobreza que vivia a Capitânia de São Vicente, pouco relevante para o agronegócio açucareiro, bem como os incentivos econômicos da captura dos indígenas e da busca por riquezas minerais. Essas atividades acabavam por ser a alternativa encontrada para os setores que não se encaixavam na estratificação social do agronegócio exportador (escravo e senhores de terras), além de atrair homens vindos da Metrópole. Vale lembrar que a visão portuguesa do Novo Mundo confundia-o com o paraíso, de modo que essa visão de mundo, marcante no colonizador português - além de sua *plasticidade*, que facilitou sua adaptação - serviu de grande estímulo às expedições que penetraram o interior do Brasil em busca de enriquecimento rápido através do aprisionamento de escravos e da descoberta de riquezas naturais.

Tal penetração foi possibilitada pelas bacias fluviais, principalmente as dos rios Paraná e Paraguai. Foi pelo rio Paraguai, de fácil navegação, que os colonizadores castelhanos penetraram no sul de Mato Grosso, buscando as cabeceiras dos rios platinos em terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, eram oficialmente da Espanha. Paralelamente, as frentes sertanistas de São Paulo avançaram rumo às missões jesuíticas, onde a mercadoria dos aprisionadores de índios era encontrada com abundância, evidenciando a fraqueza da ocupação castelhana no sul de Mato Grosso.

Ao longo do século XVII, ocorreram muitas bandeiras que, em seu conjunto, costumam ser conhecidas como as do Ciclo da Vacaria, isto é, a área compreendida pelos rios Paraná e cabeceiras do Rio Pardo e as serras de Maracaju e Amabaí. As bandeiras partiam em geral de São Paulo ou de Sorocaba e chegaram a atravessar a Vacaria até a Província dos Chicas no Reino do Peru. Em 1648, se deu a ocupação de

Santiago de Xerez [9] e a destruição das reduções jesuíticas em busca de mão-de-obra indígena. A região ficou reduzida a vestígios de ocupação humana assim como outras localidades, revelando a importância secundária da região do oeste brasileiro para os espanhóis (BRUNO, 1967, p. 20-21).

Em Goiás, apesar do menor risco de contraposição à expansão castelhana, as penetrações de reconhecimento foram menos numerosas. Foi a partir do final do século XVI que as primeiras bandeiras se dirigiram à região e foi durante o século XVII que a presença de missionários jesuítas se avultou em Goiás, como a do famoso Padre Antônio Vieira em 1654.

Até o final de século XVII, nas terras da atual região Centro-Oeste, não houve ocupação duradoura e estável. Os sertanistas ou missionários passavam pela região ou se estabeleciam de forma rudimentar, com base em extração vegetal ou captura de indígenas. As iniciativas oficiais de ocupação dos territórios tanto da América Portuguesa como da América Espanhola ainda se davam em regiões muito distantes do atual Centro-Oeste. Mais próximas à costa, estavam localizadas as atividades econômicas chave para o sentido da colonização, concentrando as atenções e esforços das metrópoles e da maior parte dos colonizadores, no caso do Brasil, a *plantation* açucareira. Mesmo as incursões mais significativas pelo interior do território: as povoações do Rio Amazonas ao redor de Belém, o gado do interior do Nordeste, os primeiros arraiais de ouro de Minas e as povoações de São Paulo ainda estavam muito longe da região do atual Centro-Oeste. Não é de se estranhar, portanto, que a questão das fronteiras entre a América Espanhola e a América Portuguesa só tenha tomado importância no século XVIII.

A exploração do ouro e, em menor grau, do diamante resultou em uma intensificação das bandeiras rumo a oeste, com destaque para a zona central de Mato Grosso, em torno da povoação de Bom Jesus de Cuiabá, e no noroeste, próximo de Vila Santíssima de Trindade. Em Goiás, o povoamento se concentrou nos arredores de Vila Boa de Goiás e nas margens dos caminhos para o Nordeste e Minas Gerais (BRUNO, 1967, p. 29-30).

---

[9]Santiago de Xerez foi um importante centro jesuítico do antigo Império Espanhol localizada no atual estado e Mato Grosso do Sul e ocupada por sertanistas paulistas ainda no século XVII.

O mais importante alicerce desse povoamento foi, sem dúvida, a busca pelo enriquecimento rápido através da extração de metais preciosos. A distância em relação às regiões de maior adensamento populacional da colônia e as dificuldades de transporte dificultaram, num primeiro momento, o desenvolvimento de atividades mercantis. O abastecimento da região dependia quase que exclusivamente das monções que partiam de São Paulo. A viagem levava de 4 a 6 meses, o que elevava o preço dos produtos a níveis exorbitantes.

> Enquanto dependeram ordinariamente de uma economia de subsistência, sujeitaram-se mal ou bem, os paulistas, às veredas primitivas, sucessoras de trilhas de índios ou carreiros de antas, e que mesmo nas melhores condições não se destinavam senão a pedestres. De outro lado, nem as conveniências do trato mercantil teriam como contribuir para se aperfeiçoarem essas vias, em terra onde o pequeno volume das transações dava pouca base a qualquer intento de se desembaraçar a circulação dos bens de consumo (HOLANDA, 1976, p. 30-31).

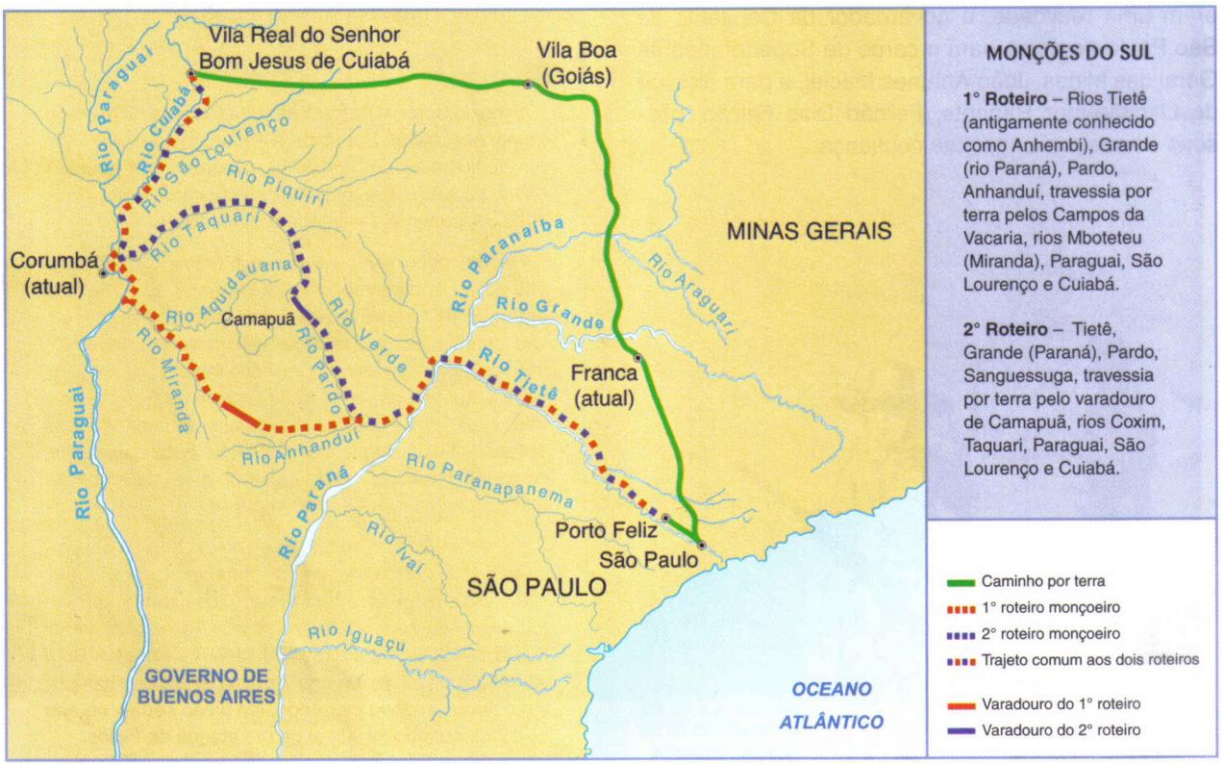
A atividade mineradora na região teve impulso decisivo para as bandeiras paulistas que buscavam ouro após a Guerra dos Emboabas[10], quando os paulistas perderam seu domínio nas zonas auríferas mineiras. Mato Grosso antecedeu Goiás na descoberta do ouro. Já em 1719, a bandeira comandada por Pascoal Moreira Cabral, que subiu o rio Cuiabá até a confluência com o Coxipó-Mirim, encontrou a primeira jazida de ouro, marco na fundação do arraial de Cuiabá. Posteriormente, em Vila Bela da Santíssima Trindade, estabeleceu-se uma Casa de Fundição para a cobrança do quinto. Tão logo foram divulgadas as descobertas, a região passou a atrair moradores de várias regiões (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro). Os territórios do chamado Pantanal permaneciam praticamente despovoados, pois além de economicamente pouco atrativos, eram dominados pelos índios Canoeiros, muito hostis aos povoadores (BRUNO, 1967, p. 31).

O mapa 1 mostra que as monções que partiam de São Paulo, principais responsáveis pelo abastecimento das regiões de minas do Centro-Oeste, se utilizavam dos Rios Tietê, Pardo, Paraná para adentrar a região. O mapa mostra também que, por terra, o caminho era mais longo e demorado, de modo que essa imensa dificuldade de transporte fez com que se desenvolveram algumas atividades subsidiárias à mineração: pastoreio, lavouras

[10] A Guerra dos Emboabas foi travada de 1707 a 1709, pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro, na região das Minas Gerais. O conflito contrapôs o grupo formado pelos bandeirantes paulistas, que haviam descoberto a região das minas e que por esta razão reclamavam a exclusividade de explorá-las; aos imigrantes portugueses e imigrantes das demais partes do Brasil, sobretudo da região Nordeste.

de milho, feijão e cana para a fabricação de aguardente, conforme observou Holanda (1945).

Mapa 1: As Monções do Sul



Fonte: Siqueira (2002)

Apesar do surto de povoamento, a instabilidade e as dificuldades ainda eram imensas. A comunicação com a região era por trajetos fluviais perigosos com a constante ocorrência ataques indígenas e até mesmo de acidentes. Foi nesses trajetos que também emergiram novas zonas de povoamento através de novas descobertas de jazidas e da formação de estabelecimentos de socorro. Por volta de 1745, foi criada a Capitania de Mato Grosso, desligando a região do bispado do Rio de Janeiro. A sede do governo foi estabelecida em Vila Bela da Santíssima Trindade, já tendo em vista uma possível expansão castelhana e pela proximidade maior dessa região com o Pará, o que facilitava a comunicação com o Norte da colônia. A escolha de Vila Bela já sinalizou que a questão das fronteiras com a América Espanhola começava a ganhar alguma importância e alguma atenção por parte da Coroa (BRUNO, 1967, p. 35).

> Suposto entre os distritos que compõem aquela capitania, seja o de Cuiabá o mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso" e mais, "por esta causa que naquele

> distrito se faça população numerosa e haja fôrças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila(Instruções dadas ao Governador Antônio Rolim de Moura in BRUNO, 1967, p, 31).

A expansão dos luso-brasileiros na Amazônia, no sul e no Oeste do Brasil colocou em evidência, já na primeira metade do século XVIII, a questão dos limites entre as Américas Portuguesa e Espanhola, levando à assinatura do Tratado de Madri em 1750. No Tratado, ambos os países reconheceram que haviam violado a linha estabelecida no Tratado de Tordesilhas, e passaram a se utilizar do princípio *uti possidetis* como delimitação de fronteiras, reconhecendo assim a posse portuguesa da região leste de Mato Grosso.

Em Goiás, o descobrimento das minas se deu alguns anos depois, por iniciativa da bandeira paulista de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, provocando uma intensificação das penetrações para o Oeste entre os habitantes da Bahia e Minas Gerais. Intensificado o povoamento e a região tendo adquirido importância mais significativa, as terras de Goiás foram desmembradas de São Paulo em 1744. A produção de ouro em Goiás atingiu seu auge entre 1750 e 1754, sendo quase cinco vezes superior à de Mato Grosso, também no auge nesse período. A relevância da mineração na região pode ser avaliada através dos números da produção aurífera brasileira no século XVII, extraída de Pinto (1979): entre 1750 e 1754, Minas Gerais produziu 8.789 kg de ouro, enquanto Goiás produziu 5.580 e Mato Grosso 1.100.

A atividade aurífera foi o centro dinâmico da economia da região no período, levando até a instituição de uma casa de fundição na Vila de Goiás em 1752. Com fins de abastecimento das zonas auríferas, a pecuária, as lavouras e milho, feijão e algodão também se desenvolveram. Além dessas, merece destaque a cana para fabricação de aguardente, proibida de início, mas que, em 1729 já abastecia a região mineira de Cuiabá e, em 1750, já atingia algumas regiões das Minas Gerais. Essa ligação se dava através da uma picada, construída em 1736, que ligava Mato Grosso a Goiás que, por sua vez, já possuía via de comunicação com São João Del Rei.

2.2 DO DECLÍNIO DA MINERAÇÃO À REPÚBLICA

Nos últimos decênios do século XVIII, a atividade mineradora da região entrou em franca decadência. Não obstante, o povoamento seguiu se expandindo até a Independência, agora sob estímulo da pecuária e dos conflitos contra os castelhanos, que tentavam expandir suas fronteiras a partir da Bolívia e do Paraguai (BRUNO, 1967, p. 48). Com a decadência da mineração e do fluxo comercial, a população se viu na contingência de produzir gêneros de subsistência para consumo local. Assim, expandiu-se a pecuária com a formação de consideráveis rebanhos em Goiás e Mato Grosso e também a atividade agrícola.

No Mato Grosso, iniciou-se um processo de estagnação e involução econômica que acentuou o isolamento geográfico da região. A decadência da mineração fez retroceder o fluxo comercial, levando à extinção da ligação com Belém feita pela Cia. De Comércio do Grão-Pará. Os comerciantes passaram a ter pouco estímulo para enfrentar os perigosos caminhos que ligavam São Paulo ao extremo oeste em virtude do risco de não receber o pagamento por seus produtos em virtude da decadência da atividade mineradora. Essa situação de carestia de produtos e alta de preços levou a uma conturbação política no Mato Grosso. Dentre os conflitos, destacou-se a Rusga Cuiabana, movimento revoltoso da população local contra comerciantes portugueses.

> Essa hostilidade cresceu ao longo da década, na medida em que os comerciantes portugueses passaram a ser identificados com as freqüentes crises econômicas e a alta dos preços, e com a ação dos atravessadores no mercado local, provocando acúmulo de capital em mãos de um reduzido grupo, em detrimento das camadas menos favorecidas da região (CORRÊA, 1976, p. 60).

A falta de definição de fronteiras luso-castelhanas e a omissão de ambas as coroas sobre o tema estimularam a expansão pelo território, gerando alguns conflitos entre as partes. A disponibilidade de terras e a adaptação dos paulistas aos incômodos decorrentes da conquista de uma área, a uma primeira impressão, inóspita ao homem europeu, permitiu que os portugueses conquistassem inclusive territórios nos quais havia ocupação espanhola. O colonizador português só conseguiu tal feito em virtude de *plasticidade* ante o real. Percorrer a pé os longos caminhos indígenas, utilizar as canoas

herdadas dos nativos e se misturar a eles até o ponto de abandonar o legado europeu em prol da sobrevivência foram armas fundamentais para o sucesso da empreitada (HOLANDA, 1976, p. 53).

A capacidade de adaptação do português foi fundamental para derrotar os nativos hostis à ocupação européia na região. Apesar dos rebanhos de cavalos e da posse de quantidades consideráveis de armas de fogo, a menor adaptação dos espanhóis às condições do meio determinou seu insucesso para conseguir manter suas posses na região. Na região do Paraguai, para enfrentar as tribos hostis aos povoadores, as armas de fogo passaram a constituir quase um inconveniente, em virtude do tempo que se levava para preparar e carregar a arma.

> A insuficiência do armamento civilizado irá evidenciar-se ainda mais para as bandas do Paraguai, onde os cristãos teriam de enfrentar as tribos do mbaia ou guaicuru, tão bons cavaleiros como os comanche e apache norte-americanos, e capazes de lutar em capo aberto, diversamente do que se dava com outras tribos. Desse "gentio Cavaleiro" como também foi chamado, consta que inventou um estratagema para destroçar canoas paulistas: enquanto uns disparavam flechas e outros davam botes de azagaia, os que remavam tinham o cuidado de jogar águas nos fechos das armas, que, com isso, negavam fogo (HOLANDA, 1976 p. 54-55).

Não obstante, os espanhóis lutaram não só contra os nativos para tentar manter seus territórios. Em 1777, o presídio de Iguatemi, fundado dez anos antes por uma expedição organizada pelo governador da Capitania de São Paulo no extremo sul do Mato-Grosso, foi arrasado por espanhóis, que almejavam recuperar seus territórios. Em contrapartida, foram estabelecidos fortes e presídios no território do atual estado de Rondônia não só para conter a expansão espanhola, mas também para conter os indígenas. Expandiu-se assim o povoamento do Oeste, a despeito da decadência do centro da economia da região: a mineração. Foi neste cenário que ,em 1818, foram elevadas à categoria de cidades as vilas de Bom Jesus do Cuiabá e de Vila Bela de Santíssima Trindade. A primeira passou a ser sede do governo da Capitania e da Casa de Fundição em 1820. (BRUNO, 1967, p 49-50)

A partir de 1763, o fator preponderante de expansão da ocupação em Goiás foi a pecuária, apesar da mineração decadente ainda ter sido o principal produto de exportação da região por um longo período. A distância maior em relação à América Espanhola garantiu uma pressão menor em relação à expansão castelhana, tão marcante no caso do Mato Grosso. Além disso, a proximidade com Minas Gerais e Bahia garantiu

à região uma posição mais privilegiada de comércio e de ligação com os centros da economia colonial, uma vez que a região funcionava como ponto de passagem importante entre Bahia, Minas e Mato Grosso.

Não obstante, a decadência da mineração e a dificuldade de comunicação também tiveram papel decisivo para a ocupação humana em Goiás. Com uma economia menos diversificada que a de Mato Grosso, várias regiões goianas, outrora prósperas e povoadas, tornaram-se desertos populacionais e ruínas abandonadas pelos habitantes, que se aventuravam pelo sertão para fugir da cobrança de impostos e tentar garantir a sobrevivência.

> (...) foram e têm sido anos diversos dos que haviam decorrido desde a descoberta da província. O ouro diminuiu, as fábrias dessecaram-se, os trabalhos se extinguiram e os habitantes de Goiás sentiam a mão férrea da desgraça ir pesando sobre as suas cabeça. (Relato do General Cunha Matos apud BRUNO, 1967, p. 52).

Nesse contexto, expandiram-se a pecuária e as frentes pastoris possibilitando a abertura de novas fronteiras e a expansão do povoamento a partir do sul da Capitania - área mais tradicional de criação de gado - agora, sem a presença tão massiva de escravos quanto na mineração. Foi assim que foram fundados muitos arraiais e povoações pequenas em áreas já devassadas ou em outras até então inexploradas.

Em suma, foi a pecuária o suporte econômico do Brasil Central a partir do final do século XVIII. O gado penetrou a região a partir dos rebanhos do sertão do Nordeste, mais especificamente do oeste da Bahia, e a partir de São Paulo, Minas Gerais, Peru e Paraguai. Seguindo a lógica pradiana, pode-se dizer que o fato de a região do Brasil Central não ter se ligado diretamente à Europa dentro do sentido da colonização foi determinante na forma e no papel da expansão da pecuária na região a partir da decadência da exploração mineradora. A criação de gado foi a forma de sobrevivência encontrada pelos habitantes da região em um cenário de horizontes econômicos quase nulos. A distância dos centros dinâmicos da colônia e a ausência de uma produção capaz de integrar a região de forma direta no sentido da colonização fizeram com que os habitantes do Centro-Oeste recorressem à pecuária extensiva. Por sua baixa complexidade técnica e pela abundância de lambedouros e pastagens naturais no

cerrado, o pastoreio foi capaz de manter a subsistência do criador através da obtenção de leite, carne e couro a baixo custo.

Cabe ressaltar também que as *monções* fortaleceram o comércio da região, dando um caráter de negócio mais expressivo às expedições rumo ao Brasil Central, que passaram a ser feitas por terra através do sistema de frotas, o que aumentou substancialmente a necessidade de tração animal. O caráter de negócio que passou a envolver as frotas de comércio atraiu consigo contingentes de burocratas, comerciantes profissionais, clérigos e até mesmo os familiares dos aventureiros. Isso além de aumentar a necessidade de dominação dos indígenas mais hostis, elevou as necessidades de transporte de cargas e pessoas (HOLANDA, 1976).

A agricultura, por sua vez, foi bem mais restrita economicamente. A distância dos centros consumidores inviabilizava a exportação e limitava as possibilidades de cultivo a gêneros e escalas de subsistência. Tiveram algum destaque as produções de açúcar e cachaça no Mato Grosso, pois além de encontrarem consumo local podiam ser exportados sem que se estragassem durante o transporte. Algodão e tabaco eram produzidos com certa expressividade, o último até com incentivo do Governo da Capitania, mas somente em escala suficiente para as necessidades locais. Permaneceram assim, ouro e o diamante como principais produtos de comércio exterior da região, apesar da queda expressiva das quantidades produzidas.

Apesar do menor afluxo de escravos para o Oeste brasileiro após a decadência da mineração, não houve qualquer alteração brutal na estrutura social vigente no período do auge da mineração. O maior disciplinamento das *monções* em relação às bandeiras diminuiu um pouco a organização rudimentar da vida social que, não obstante, seguiu marcada pelo relaxamento das relações familiares e pela manutenção da escravidão negra – marcante nos engenhos de açúcar mais prósperos próximos a Cuiabá – e da escravidão indígena (BRUNO, 1967, p. 62).

Nos últimos anos do século XVIII, e primeiros anos do século XIX, as aglomerações urbanas eram muito pequenas e pobres, embora algumas que se formaram no auge da mineração tivessem alguma sofisticação no traçado urbano e nas fachadas. Cuiabá era o maior e mais bem estruturado núcleo urbano do Oeste; além de abrigar um setor dinâmico da economia regional da época, a produção de aguardentes, era sede da

Capitania de Mato Grosso, onde se concentrava um pequeno aparato burocrático, fortalecido com as *monções*. Observou-se um esvaziamento de alguns dos núcleos urbanos surgidos durante o auge da mineração, principalmente em Mato Grosso, onde o número de vilas e fortes era maior. Esse esvaziamento esteve ligado justamente à expansão do povoamento através de frentes pastoris e da incipiente agricultura, que foram os refúgios de sobrevivência da população após a decadência da extração aurífera.

Durante o período imperial, a importância crescente da pecuária e da agricultura realocou mão-de-obra escrava para o pastoreio e para as lavouras, em detrimento da atividade mineradora que definhava progressivamente. Apesar da peste da cadeira[11], procedente da Bolívia e que quase aniquilou os rebanhos do Mato Grosso, a presença de pastagens naturais demandava poucos capitais e não exigia complexidade técnica para a criação do gado. Assim, a pecuária teve papel decisivo para a ocupação da região durante nesse período. As frentes pastoris, também estimuladas pelo início da navegação a vapor no Rio Paraguai em 1856, atraíram fluxos migratórios de paulistas e nordestinos em direção a Goiás e de mineiros em direção a Mato Grosso. Esses contingentes adensaram o povoamento nessas regiões, possibilitando derrotas definitivas contra tribos indígenas mais hostis à ocupação branca, conferindo mais estabilidade às frentes de ocupação. A lavoura canavieira de Cuiabá ganhou mais importância e passou a se valer da introdução da navegação no rio Paraguai para se integrar um pouco mais ao comércio com outras regiões do Império, principalmente São Paulo (DINIZ, 2006, p.50).

Em 1848, apesar das dificuldades de ligação com outras regiões, o gado do Mato Grosso já chegava a exportado para São Paulo e Minas Gerais. Em Goiás, onde não chegou a peste da cadeira, por volta de 1870, já se exportava carne para o Rio de Janeiro e couro para o Norte do país através do Tocantins. Cabe destaque também às atividades agrícolas, principalmente em Goiás. Apesar de rudimentar e pouco expressiva, a agricultura tinha papel fundamental na subsistência da população da região, sendo que a produção de aguardentes vinha aumentando continuamente assim como a de açúcar,

[11] A peste da cadeira, que inutilizava o gado e o cavalo e se alastrou epidemicamente durante o século XIX. Foi introduzida por animais oriundos da Bolívia. Grassou por várias décadas no Mato Grosso, causando prejuízos irreparáveis.

ambos importantíssimos no abastecimento local. Nesse período, Goiás assumiu posição de liderança tanto na pecuária quanto na agricultura em relação ao Mato Grosso. Isso se deu em razão da posição geográfica mais privilegiada em relação aos centros do Império e à Guerra do Paraguai, que afetou o povoamento do sul de Mato Grosso de forma mais significativa, sem falar da peste da cadeira que não chegou a Goiás, mas atingiu profundamente os rebanhos mato-grossenses (BRUNO, 1967, p. 83-85).

O fim da Guerra do Paraguai fez com que a erva mate ganhasse destaque na economia regional, em especial no sul de Mato Grosso. Foi introduzida em 1885 a Mate-Laranjeira, amplamente beneficiada pela reabertura da navegação pelo Rio Paraguai após a guerra. Cabe um registro também em relação à região pantaneira que teve sua ocupação mais acentuada, todavia, rudimentar e rarefeita no espaço. As povoações eram muito pobres e pouco expressivas e mesmo as fazendas mais abastadas eram marcadas pela pobreza das construções e pela ausência de atividade econômica que pudesse de fato interligar a região ao resto do Império.

Como em todo o Império, mantiveram-se o cativeiro de escravos (embora a decadência da mineração não tenha permitido uma aglomeração de escravos tão significativa em algumas regiões do Oeste) e a subordinação dos homens de menos recursos, de índios e de escravos aos proprietários de terras ou donos de lavras auríferas. Os fluxos migratórios de paulistas, mineiros e nordestinos para a região possibilitaram, no aspecto sócio-cultural, mais estabilidade à vida social do Oeste e maior identificação cultural em relação ao resto do Império.

Os núcleos urbanos, após a Independência e à elevação da prelazia de Cuiabá a Bispado em 1826, passaram a contar com maiores recursos e a presença mais acentuada de autoridades. Entretanto, não se pode dizer que houve desenvolvimento e melhoras significativas no Brasil Central. Durante o império, o Centro-Oeste continuou a ser uma área pouco integrada ao resto do país, com suas possibilidades de intercâmbio comercial, social e cultural restringidas pelas doenças, pestes, distâncias e dificuldades de comunicação.

2.3 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA

O projeto nacional de superação da crise econômica, de recuperação da credibilidade internacional e de modernização do país com apoio do capital estrangeiro mobilizou os esforços das oligarquias estaduais e do governo central na Primeira República. Em aliança com o capital estrangeiro, foi dada continuidade ao processo de expansão da malha ferroviária que vinha sendo empreendido desde 1870. Como resultado, as ferrovias se aproximaram ou penetraram o Centro-Oeste brasileiro, sendo propulsoras importantes da expansão da ocupação e do desenvolvimento econômico da região no período. Observou-se a estabilização de alguns núcleos agrícolas e pecuaristas.

Em Goiás, a possibilidade de integração comercial através das ferrovias permitiu, desde 1895, com a chegada dos trilhos da Mojiana em Araguari (Minas Gerais), a expansão das atividades agrícolas no sul do estado em relação ao período anterior. Os destaques são a mandioca - para abastecimento das zonas seringueiras da Amazônia - e a produção de café. Além dessas, o arroz e o fumo também tiveram crescimento que vale ser destacado. Entretanto, ainda era a pecuária a atividade mais dinâmica de Goiás e também de Mato Grosso. Em Goiás, o gado e o cavalo curraleiro eram importantes produtos de exportação para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (DINIZ, 2006, p. 54; BRUNO, 1967, p. 101).

A economia goiana se recuperou de sua estagnação e passou a apresentar crescimento, levando consigo a região do Triângulo Mineiro, que se tornou o principal entreposto comercial que fazia a ligação de Mato Grosso e Goiás com São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A ferrovia permitiu também a retenção dos excedentes comerciais dentro de Goiás, uma vez que eliminou parte do comércio intermediário do feijão, do milho e, principalmente do arroz produzidos no estado. A construção da extensão ferroviária até Anápolis em 1935 estimulou a produção de arroz a ponto de atrair fluxos migratórios de Minas Gerais para a região. Entre 1888 e 1930, surgiram 35 povoados e municípios, dentre eles, Bela Vista de Goiás, Caldas Novas e Pires do Rio. O poder político foi exercido por uma burguesia emergente formada pelos grandes

proprietários e comerciantes, sem a ocorrência de violentos conflitos, como em Mato Grosso (DINIZ, 2006, p. 55-56).

No Mato Grosso, a expansão da economia cafeeira paulista beneficiou o desenvolvimento da indústria de erva-mate e a pecuária, que estimularam as frentes de expansão em direção ao sul e às zonas pantaneiras. A necessidade de transporte da erva-mate até o Rio Paraguai para embarque - principalmente em direção à Argentina - foi um grande estímulo à pecuária. Além disso, a Estrada de Ferro Noroeste Brasil facilitou a comunicação de Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Miranda com São Paulo, estimulando ainda mais a pecuária e a agricultura, que atraíram alguns contingentes de imigrantes japoneses e alemães para o pastoreio. Vale notar que a expansão cafeeira pelas terras do oeste paulista, possível graças à alta nos preços do café e a garantia de mão-de-obra através da imigração, foi decisiva para impulsionar o surto ferroviário até a região Centro-Oeste e permitir o crescimento das lavouras de produtos primários na região (CANO, 1977).

O leste e as zonas centrais do estado foram dinamizados pela garimpagem de diamantes. Novas descobertas atraíram garimpeiros e aventureiros oriundos do Maranhão, Goiás, Minas Gerais e Bahia para a região. Formaram-se muitos arraiais na região, possibilitando o povoamento de áreas antes só povoadas por indígenas, como a zona de Poxoréu, no sudeste de Mato Grosso, habitada até 1914 somente pelos índios boroxós (BRUNO, 1967, p. 109-110).

No norte, é necessário destacar o impulso econômico que a exploração da borracha representou no final do século XIX e início do século XX. A exploração se iniciou nas serras do Grão-Pará, do Aguapeí e Tapirapuã, e chegou a ser, a partir de 1897, junto com a pecuária, a principal fonte de renda do Mato Grosso. O processo de exploração seguia as linhas do processo amazônico: extensiva sem a preocupação com o esgotamento das árvores e marcado por formas de recrutamento de mão-de-obra que beiravam a escravidão (BRUNO, 1967, p. 111-112).

A expansão ferroviária deu estímulo à integração de Mato Grosso com São Paulo, um mercado em expansão pelo crescimento constante do trabalho semi-assalariado através do regime de colonato, diminuindo a dependência comercial em relação aos países hispânicos. Entretanto, já no começo do século XX, a dificuldade de transporte

ainda era o principal obstáculo ao desenvolvimento do Mato Grosso. As regiões centrais e do leste ainda tinham que fazer muito uso do transporte de tração animal pelos antigos e estreitos caminhos, e da navegação fluvial para escoar sua produção.

No sul, a chegada da ferrovia Noroeste Brasil dava melhores condições ao desenvolvimento, e a maior ligação com São Paulo acirrou os conflitos regionais no Mato Grosso. Com o fim da Guerra do Paraguai, houve uma acirrada disputa entre fazendeiros de mate do sul de Mato Grosso e a Cia Mate Laranjeira, que monopolizava o cultivo do mate e contava com o apoio do governo de Cuiabá. A insatisfação com o isolamento da região sul de Mato Gross cresceu, até que, em 1900, na cidade de Nioaque, teve início a Revolução de Jango Mascarenhas, tendo os combatentes do sul sido derrotados em 1901. Em 1907, outro movimento eclodiu em Bela Vista e foi derrotado em 1911. A partir de então, os movimentos divisionistas se intensificaram a partir de Campo Grande, muito dinamizada pela chegada da ferrovia Noroeste Brasil em 1914. Durante o Governo Vargas, a porção sul de Mato Grosso se aliou a São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932. Em decorrência da derrota sofrida pelos paulitas, os movimentos divionistas perderam força, embora, durante a Marcha para Oeste tenha sido criado o território de Ponta Porã, extinto pela Constituição de 1946. Com a rápida expansão da agropecuária na região a partir de 1965, o assunto voltou a ganhar destaque, e em 1975, o governo federal montou uma comissão para avaliar a viabilidade da divisão do Estado, culminando na criação de Mato Grosso do Sul em 1977.

A Lei Áurea foi assinada ainda durante o Império. Entretanto seus tímidos reflexos só foram de fato sentidos durante a Primeira República, que se iniciou menos de dois anos depois do fim da escravidão. Assim, pode-se dizer que a mudança sócio-institucional mais relevante do período da Primeira República foi o fim da escravidão, cujos impactos, no Centro-Oeste, foram se fizeram sentir nas lavras de mineração e nas grandes fazendas de cana e de gado. A substituição do trabalho escravo no Oeste brasileiro fomentou um prolongamento informal do regime servil, uma vez que a região não recebeu fluxos migratórios significativos o suficiente para possibilitar o pleno desenvolvimento do trabalho assalariado.

Evidenciado o Centro-Oeste como uma frente de expansão onde os mecanismos de contratação capitalistas são insuficientes na regulação da vida econômica, a mudança

institucional mais marcante do período – a Abolição da escravidão - não impediu a criação de novas técnicas de coerção dos trabalhadores, principalmente nas zonas de exploração da borracha - onde os trabalhadores se tornavam prisioneiros de dívidas impagáveis com os donos das propriedades através do esquema de parceria - e nas fazendas de gado - onde permaneceu o trabalho em troca da subsistência, muitas vezes, sob métodos de controle escravistas. Não houve também uma ruptura em relação à grande propriedade rural, resultando em profundas desigualdades entre proprietários e não proprietários, isto é, entre brancos latifundiários e trabalhadores brancos, negros, índios e mestiços.

> Curioso é observar-se um contraste aqui: junto a um grande número de proprietários de vastidões territoriais que raramente os donos conhecem integralmente, vastidões que encerram riquezas das mil e uma noites há uma massa de população pobre, miserável, curtindo fome, devorada pelas doenças, sobretudo pelo impaludismo (Depoimento de Julio Paternostro, 1931 in BRUNO, 1967, História Geral e Regional do Brasil – Vol. 6 Grande Oeste – p. 116).

Os núcleos urbanos tinham suas características determinadas pelo progresso ou decadência econômica da região em que se situavam. Vila Bela, no noroeste do Mato Grosso seguia em seu processo de despovoamento e decadência. Próxima dela, São Luís de Cáceres, sede comercial da borracha no estado apresentava mais potencialidades econômicas e condições urbanas mais sofisticadas. Nas regiões de maior prosperidade econômica, os planos urbanísticos se delinearam no contexto do projeto nacional de modernização do país que marcou a Primeira República. Em Corumbá e Campo Grande, principais centros urbanos ao sul de Mato Grosso, observavam-se traçados urbanos modernos, com avenidas largas e projetos arquitetônicos bem elaborados, à semelhança das novas cidades do café do interior de São Paulo e dos projetos de reurbanização do Rio de Janeiro e São Paulo.

O crescimento populacional refletiu a maior integração da região com o restante do país e o crescimento e a diversificação da atividade econômica. O primeiro censo demográfico feito no Brasil, em 1872, revelou que os estados de Goiás e Mato Grosso (territórios que englobam os atuais estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins) tinham 221.000 habitantes. Em 1900, a região contava com 373.000 habitantes, um crescimento de 68,77% em quase trinta anos. Já em 1920, com a consolidação da ligação ferroviária, a população da região mais que dobrou, chegando

a 759.000 habitantes. A tabela 1 evidencia que o crescimento populacional da região Centro-Oeste foi superior ao crescimento da população brasileira no período apresentado. Em Goiás e Mato Grosso, entre 1872 e 1950, o crescimento da população total foi de 802,71%, contra 523,10% da população brasileira. Para tanto a integração ferroviária foi determinante, visto que o crescimento da população se tornou mais vigoroso a partir de 1900, época em que a malha ferroviária penetrou a região Entre 1872 e 1920, a população da região cresceu 343,44 %, contra 308,52% da população nacional.

Tabela 1: Evolução da população em Goiás e Mato Grosso (atuais Goiás, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), entre 1872 e 1950 (mil pessoas)

	1872	1900	1920	1940	1950
Goiás e Mato Grosso	221	373	759	1259	1774
Brasil	9930	17438	30636	41236	51944
% na pop brasileira	2,23%	2,14%	2,48%	3,05%	3,42%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1872, 1900, 1920 e 1950).

Ainda assim, observa-se que, nos levantamentos analisados, a proporção da população dos três estados em relação ao total da população brasileira se manteve entre 2% e 3,5%. Isso indica que a região Centro-Oeste do Brasil, até 1950, ainda era pouco populosa, pouco povoada e, sobretudo, uma frente de expansão incipientemente conectada aos centros dinâmicos da economia nacional.

A grande novidade do período foi a aproximação e até penetração da malha ferroviária no Centro-Oeste, o que deu a região uma condição de melhor conectividade comercial, social e cultural com o resto do país, ampliando um pouco mais os horizontes de desenvolvimento. Assim, a principal atividade econômica da região, a pecuária, pode desenvolver mais suas potencialidades e melhorar sua técnica abastecendo outras regiões do país. Vale destacar que o mercado interno mais dinâmico, fruto do crescimento do trabalho assalariado e do colonato – principalmente em São Paulo - também representou um estímulo a esta produção.

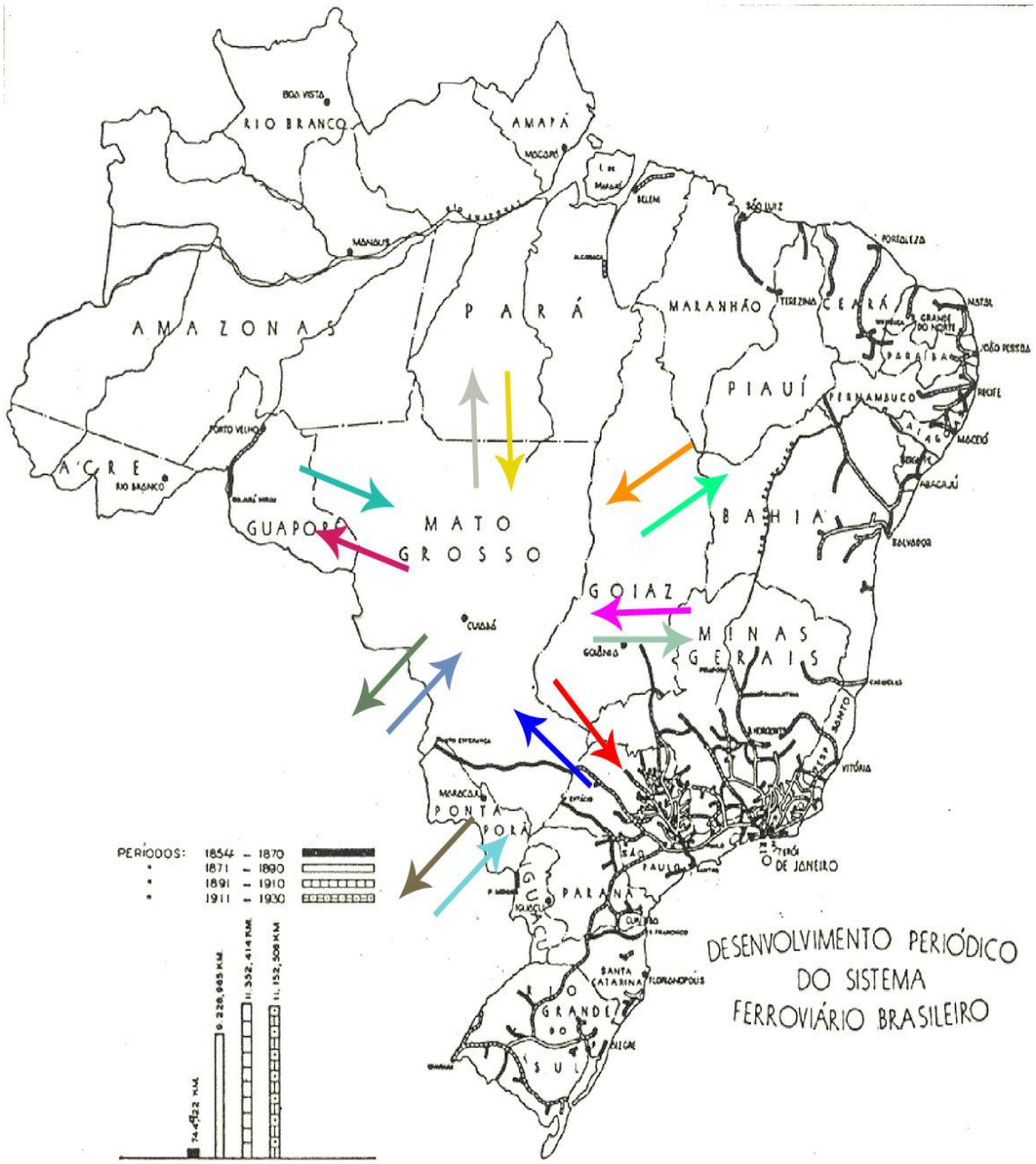
Observa-se, ao final da Primeira República, uma maior conectividade entre o Centro-Oeste brasileiro e os centros da economia nacional em relação ao período anterior. Houve, inclusive, algumas iniciativas por parte do Estado no sentido de assegurar a posse sobre territórios mais próximos das fronteiras entre o final do século XIX e início do século XX: a edificação e ampliação de quartéis, a extensão da ferrovia Noroeste Brasil e a construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon.

A Comissão Rondon atuou na construção de uma rede de telégrafos que se estendeu por mais de sete mil quilômetros no território de Mato Grosso e chegou até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, além de ligar a região ao Rio de Janeiro. A Comissão também teve trabalho notável junto às populações indígenas, o que levou à fundação do Serviço de Proteção ao Índio em 1930, e no levantamento e caracterização geográfica de diversas serras e rios importantes, como o traçado do divisor das águas do Rio Paraná com os Rios Taquari e Aquidauana (DINIZ, 2006, p. 58).

Tais ações tiveram significado como um marco importante no povoamento do Centro-Oeste à medida que facilitaram a comunicação e o escoamento e abastecimento de mercadorias da e para a região, aproximando-a dos grandes centros. Entretanto, foi só a partir de 1938, que o Estado chamou para si o planejamento de uma política de colonização do Oeste brasileiro através da Marcha para o Oeste.

Apesar das notáveis dificuldades de transporte, no início do século XX, conforme o mapa 2, a região Centro-Oeste do Brasil se mostrava conectada com as outras regiões do país através de produções voltadas fundamentalmente para o mercado interno, tais como gado, tabaco, aguardentes, milho, feijão, arroz, além da borracha, que, no início do século XX, teve importante participação nas exportações brasileiras. Dessa forma, pode-se dizer que a ocupação da região avançou impulsionada pelo desenvolvimento e diversificação do mercado interno brasileiro. Trata-se de um aspecto importante na análise, pois ressalta a estratégica posição geográfica central da região, que acaba facilitando a interligação com todas as outras regiões e constituindo importante ponto de ligação e um estímulo ao comércio inter/ intranacional.

Mapa 2: Malha Ferroviária nacional em 1930 e conexões comerciais do CO



Fonte: IBGE (1954). Setas adicionadas pelo autor.

Tabela 2: Legenda das setas do mapa

Cores	Região	Principal ligação comercial: tipo e produtos
	Norte e Pará	Compra de Borracha; ervas medicinais; óleos vegetais; produtos industrializados[12]
	Norte e Pará	Venda de Mandioca; café; arroz; fumo; gado; borracha; diamantes; óleos vegetais; ouro; couros
	Rondônia (Guaporé)	Compra de extratos e óleos vegetais; borracha
	Rondônia (Guaporé)	Venda de Mandioca; café; arroz; feijão; fumo; gado; couros
	Bolívia	Compra de gado; milho; couros
	Bolívia	Venda de erva-mate; gado; diamantes; ouro; couros
	Paraguai e Argentina	Compra de gado; milho; produtos industrializados; couros
	Paraguai e Argentina	Venda de erva-mate; gado; ouro; diamante; couros
	São Paulo	Compra de café; produtos industrializados; arroz; algodão
	São Paulo	Venda de Mandioca; café; arroz; fumo; gado; diamantes; ouro; borracha; milho; couros
	Minas Gerais	Compra de café; leite; produtos industrializados
	Minas Gerais	Venda de Mandioca; café; arroz; fumo; gado; babaçu; borracha; couros
	Bahia e Nordeste	Compra de gado; mandioca; fumo; cacau; produtos industrializados; couros
	Bahia e Nordeste	Venda de gado; borracha; fumo; borracha; diamantes; ouro; couros

Fonte: Compilação de informações de Bruno (1967); Diniz (2006); Siqueira (2002)

[12] Na legenda do mapa, a categoria "produtos industrializados" abrange desde produtos semiartesanais ou manufaturados de baixa complexidade até produtos industriais importados ou de origem nacional.

3 ESTADO, MULTINACIONAIS E A FRONTEIRA OESTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Na segunda metade do século XX, observou-se no Centro-Oeste um avanço acelerado das frentes de expansão rumo a terras inexploradas ou territórios indígenas, motivada pelo processo de incorporação da região ao capitalismo brasileiro, que levou a fronteira oeste a converter-se em frente pioneira a partir dos anos sessenta.

> A tendência observada até agora é a da aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas. Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para "fora" da fronteira econômica ou para "dentro" como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de kilometros adiante (MARTINS S.J, 1996b, p. 41).

Nessa direção, o Estado teve papel marcante, principalmente a partir de 1965, através das políticas agrícolas que tornaram possível o aproveitamento dos solos do cerrado, cuja latitude, originalmente, era inadequada para a soja. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolveu as sementes de soja de período juvenil longo[13], como a Timpira, Tropical e Numbaíra e novas formas de tratamento do solo. Além disso, o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), e a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) incentivaram a imobilização de capital na aquisição de terras para a abertura de fazendas e empreendimentos agroindustriais de grande porte, promovendo a aliança entre os grandes proprietários de terras e o grande capital, com forte presença das multinacionais agroquímicas. Ressaltam-se ainda a efetivação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) em 1965, que teve papel importante no aumento da produtividade com taxas e normas mais flexíveis em relação ao crédito tradicional.

Os incentivos à agroindústria e às pesquisas tecnológicas por parte do Estado fizeram com a que integração econômica tenha se dado de acordo com os interesses das multinacionais e da indústria do Centro Sul, e foram efetivados dentro da lógica da

[13] As sementes de período juvenil longo são menos dependentes de latitudes baixas para seu plantio porque dependem menos do "tamanho" do dia (foto período) para o seu desenvolvimento. Ou seja, os dias curtos, típicos das regiões tropicais, que tenderiam a induzir ao florescimento precoce e ao baixo desenvolvimento do cultivar, já não têm esse efeito sobre as sementes de período juvenil longo (SOUZA, 1990, p. 192).

política macroeconômica do governo do período, que buscava favorecer o rápido crescimento da indústria de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas através de medidas protecionistas e diferenciação nas taxas de câmbio. Além disso, o governo militar buscava ganhos adicionais de exportação através da maximização do valor adicionado, o que requereu o desenvolvimento de um parque agroindustrial. (DELGADO, 1985, p. 51-75) Para tanto, o Estado teve papel marcante garantindo instituições e um aparato legal que facilitaram a propriedade da terra e sua valorização imobiliária, seja através de obras de infraestrutura pública no Centro-Oeste, projetos de colonização e até mesmo sendo negligente em relação à grilagem de terras.

Este capítulo propõe-se a analisar o processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro a partir de 1930, quando, além da mudança do cenário internacional com a crise de 29, iniciou-se o processo de fortalecimento e modernização do Estado brasileiro sob a condução de Getúlio Vargas, cujas políticas e iniciativas de planejamento tiveram impacto importante sobre a economia brasileira. Do ponto de vista regional, a Marcha para o Oeste, primeira iniciativa estatal planejada de ocupação da região, foi a expressão máxima das mudanças ocorridas nosanos de 1930 e 1940. Procura-se articular o processo de ocupação da região com o processo de industrialização do Brasil ocorrido a partir de 1930, tendo em vista que o setor industrial do Sudeste do país, por ter se tornado o setor dinâmico da economia nacional, passou a ter papel determinante no surgimento e desenvolvimento de novas atividades em novas regiões

3.1 A “MARCHA PARA O OESTE” DO GOVERNO VARGAS

Sob um discurso de progresso através da ocupação do interior do país, exploração de riquezas e integração racial, moral, cultural e política, Getúlio Vargas empreendeu o programa de colonização denominado “Marcha para o Oeste”. O intuito oficial era, através de políticas e estímulos estatais, incentivar os brasileiros a buscarem no Oeste novas oportunidades. Lançada logo após o golpe de 1937, que iniciou a ditadura do Estado Novo, a Marcha foi parte de importante de um período cuja

tendência foi o aumento do poder do Estado em todo o mundo, em virtude das pressões oriundas da crise de 29 e seus diferentes efeitos nos países.

> Antes de 1930 pode ser distinguir os rumores de um desenvolvimento capitalista autoritário. Mas é efetivamente depois de 1930 que gradativamente adquire consistência ao nível de política econômica, permitindo-nos começar a distinguir a sua "evolução".O fato de que nos anos 30 o fascismo estava se desenvolvendo na Europa e no Japão permitiu que a sua forma fosse emprestada ao capitalismo autoritário brasileiro – com o qual de qualquer maneira sem dúvida estava relacionado – fornecendo-lhe certa formulação ideológica. O antiliberalismo podia ser expresso bastante livremente (VELHO, 1974, p. 128).

A passagem torna obrigatória uma digressão a respeito do contexto ideológico-político em que nasceu a Marcha para o Oeste. Não se trata apenas de entender a importância propagandística da Marcha, mas de entendê-la como parte de um processo histórico que marcou as décadas de 1930 e 1940, e que foi determinante não só para a forma como a região foi se articulou à economia industrial do Sudeste, mas também para as transformações pelas quais o Brasil passou no período.

A Marcha para o Oeste deve ser identificada como reflexo da tendência de aumento da autoridade e do poder do Estado na sua relação com o espaço. Na década de 30, existiu um amplo debate ideológico sobre as origens da dependência brasileira em relação à agroexportação, à necessidade de industrialização e de superação do passado colonial e sobre os rumos do desenvolvimento nacional. Nesse debate, o nacionalismo ganhou força como fator de articulação entre o político e o econômico. Azevedo Amaral, um dos principais ideólogos do Estado Novo teve participação ativa nesse debate, assim como Cassiano Ricardo e outros nomes importantes.

Amaral (1943) afirmou que a falta de eficácia da autoridade estatal no sentido de resolver os problemas econômicos foi a causa da falência da democracia liberal. Segundo ele, a pressão oriunda dos problemas econômicos impôs uma intervenção maior do poder público para submeter interesses privados e racionalizar as atividades econômicas. Sendo assim, contra a democracia liberal, surgiu uma reação de afirmação nacionalista, contrária à generalização mundial de instituições padronizadas, típicas da democracia liberal AMARAL (1943, p. 31-34). Segundo o autor, a partir de 1930, as pressões da vida nacional tornaram natural a tendência ao fortalecimento da autoridade estatal para resolver os graves problemas econômicos, de modo que a política centralizada tornou-se inevitável. Tão inevitável, que essa tendência ao centralismo já se

observava antes da Revolução de 1930 nos movimentos ditos liberais dos anos 20, incluindo a Aliança Liberal, que levou Vargas ao poder. Para ele, o momento exigia o reforço da autoridade, pois a insistência na democracia liberal manteria a política como reflexo do atraso econômico brasileiro (AMARAL, 1930, p. 234).

Cassiano Ricardo (1970) buscou legitimar o Estado Novo através de um "germe" autoritarista que, para ele, esteve presente ao longo de toda a história. Ele viu esse "germe" como algo extremamente positivo para as bandeiras e para o processo de expansão territorial que prosseguiria com a Marcha para o Oeste. O autor construiu uma relação ideológica entre autoritarismo e fronteira:

> Na formação dessa democracia agreste, o índio entra com a mobilidade social, o negro com a abundância de sentimento e calor humano, o branco com seu espírito de aventura e de comando. (...) Na divisão de trabalho como nos postos políticos cada elemento humano tinha o seu papel, determinado mais pela tendência de cada grupo do que pela violência ou pela imposição de um preconceito racial (RICARDO, 1970, p. 324).

A bandeira nasceu num meio de hierarquização por cor, segundo uma divisão do trabalho que permitia ao grupo se organizar de forma civil e militar. Essa "democratização racial" (RICARDO, 1970, p. 120) levava a uma cooperação que permitia o desenvolvimento de todos numa sociedade sem o conservadorismo da organização "feudal", baseada em prestígios, supostamente predominante nas *plantations*. Essas representavam o poder conservador, enquanto que a bandeira representava a revolução de onde sairiam a democracia e a independência (RICARDO, 1970, p. 452-53). A distância dos bandeirantes em relação às autoridades da Coroa foi o nascedouro de uma experiência de *self-governement*, uma miniatura de Estado na qual o chefe da bandeira concentrava os poderes (RICARDO, 1970, p. 187). A racionalidade e a ordem só poderiam ser impostas através dessa tendência autoritária, capaz de criar uma "democracia hierárquica" tipicamente brasileira, baseada na colaboração entre as raças, na qual a liderança e o controle militar estavam concentrados nas mãos do bandeirante branco.

> (...) uma coisa é a nossa formação democrático-social e outra vem a ser a nossa "deformação" liberal e urbana. Já o bandeirante havia provado que o "liberal" nada tem a ver com o "democrático". Imperialista e antiliberal, realizara ele a sua

> democracia rude mas verdadeira em oposição à aristocracia do açúcar e ao comunismo aborígene (...) (RICARDO, 1970, p. 542).

Velho (1974, p. 145) evidenciou o caráter propagandista e caracterizou a Marcha para o Oeste como um "mito da origem do autoritarismo", Segundo ele, a figura do bandeirante era claramente uma analogia ao criador do governo forte; e o germe do autoritarismo surgido nas bandeiras, na verdade, uma justificação e legitimação do autoritarismo estatal. Sem dúvida, existe uma analogia entre a bandeira e o Estado Novo. Ambos são autenticamente brasileiros e não uma "deturpação" de "modelos importados".

Não obstante, a obra de Ricardo vai além do caráter propagandista. A década de 1930 foi um fértil período de produção intelectual e de acirramento da disputa ideológica entre liberais, nacionalistas, autoritaristas, socialistas e fascistas (organizados no Brasil através do movimento integracionalista) na busca pelo entendimento/questionamento da inserção internacional do Brasil e por alternativas e caminhos para o desenvolvimento do país. Cassiano Ricardo foi um expoente importante dessa polarização ideológica, e sua obra tem importância destacada no estudo da política territorial brasileira pós-1930.

Nesse contexto, pode-se dizer que a crise de 29 representou um ponto de inflexão para a economia brasileira que, junto com as mudanças advindas da Revolução de 1930, criaram um cenário propício ao surgimento de uma nova política territorial no Brasil. O Estado alterou sua visão territorial a partir de 30, através da estruturação de todo um aparato institucional e uma política de planejamento, cujo intuito era garantir a integridade territorial. Essa política envolveu diversos setores estatais: aparelho estatal militar, planejamento, agricultura, meio ambiente, universidades, institutos de pesquisa e legislação (DINIZ, 2006, p. 62).

Entre os anos 30 e 40, a retórica integracionista do Estado Novo impulsionou programas de colonização agrícola e povoamento nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Essa política visava à manutenção da unidade nacional tendo em vista os crescentes conflitos entre as oligarquias locais ao final da Primeira República, evidenciados na Revolução Constitucionalista de 1932[14]. No caso do Mato Grosso, a

[14]Um dos acontecimentos mais significativos da Era Vargas foi a Revolução Constitucionalista de 1932. O conflito armado ocorreu no Estado de São Paulo entre os meses de julho e outubro de1932, e teve por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. Reprimido pelo

relação entre o norte e o sul ficou tensa a ponto de, durante a Revolução de 32, as forças do estado se dividirem entre o interventor de Cuiabá, Leônidas Antero de Matos, pró Vargas, e Vespasiano Barbosa Martins que, desde Campo Grande, apoiava os paulistas contra o presidente. Após o fim do conflito, Vargas manteve o estado unido e as rixas políticas acalmadas (DINIZ, 2006, p. 63).

O objetivo da Marcha para o Oeste era dar unidade territorial ao país à luz das mudanças na política territorial surgidas a partir do novo cenário político-econômico. Através de estímulos estatais, o processo de integração fundou 2 colônias agrícolas no Centro-Oeste, uma em Ceres (GO) e outra em Dourados (MS), cujos objetivos eram manter a segurança e a integração dos territórios, estimulando a ocupação dessas regiões através de pequenas propriedades. Em 1938, conforme Ponciano (2001, p. 98), foi criada a Divisão de Terra e Colonização. Esse órgão integrado ao Ministério da Agricultura implantou as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), através do Decreto-Lei 3.059, de fevereiro de 1941. Essa medida tinha como objetivo fixar o homem no campo, por meio da pequena propriedade voltada para a produção de bens agrícolas em grande escala para outros mercados, além de produzir para sua subsistência.

Vale destacar que a busca pela colonização da região Centro-Oeste através da pequena propriedade foi uma característica particular da Marcha para o Oeste, que não esteve presente com o mesmo destaque no processo de integração econômica regional nas décadas seguintes. Essa particularidade da Marcha esteve ligada ao Departamento Nacional de Povoamento, ligado ao Ministério do Trabalho, e surgiu a partir da ideia de fixar excedentes populacionais rurais oriundos principalmente das *plantatios* decadentes do Nordeste. No entanto, o estímulo à pequena propriedade ficou restrito aos projetos de colônias agrícolas que, sem o apoio necessário durante as décadas seguintes, acabaram tendo sua viabilidade comprometida.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) era formada por onze áreas próximas do local onde estava sendo construída Goiânia. A área englobava solos férteis ao norte de Goiânia e Anápolis, onde em 1935 já havia chegado a comunicação ferroviária. Houve incremento populacional significativo na região e substancial

---

governo federal, o movimento serviu para desgastar o governo provisório de Vargas, forçando a promulgação de uma nova Constituição em 1934.

produção de alimentos como arroz, milho e feijão. Apesar da promessa inicial de terras gratuitas para todos os colonos, até 1950, as terras não haviam sido regularizadas e a CANG passou a ceder espaço para as grandes fazendas que passaram a se instalar na região (ESTEVAM, 1997, p. 1997).

O projeto foi importante para o início da integração rodoviária do norte de Goiás à nova capital Goiânia. A fundação de Goiânia representou um importante fato na história regional do Centro-Oeste e de Goiás, marcando o início de uma nova ideologia empreendedora e modernizante, típicas das propagandas oficiais sobre a Marcha para o Oeste. Em 1940, Goiânia já tinha 40.000 habitantes e sua posição geográfica de destaque (ponto de partida da integração rodoviária da região) e a chegada da ferrovia, em 1950, deram à cidade um vigoroso crescimento econômico e populacional que a consolidou como importante pólo de influência regional (BEZERRA, 2004, p. 29).

A colônia agrícola de Dourados propiciou o início da exploração sob controle governamental com a implantação da pequena propriedade, um dos objetivos da Marcha para o Oeste que a diferenciou dos processos de integração econômica da região ocorridos na nas décadas seguintes. Não obstante, tal política também foi parte da solução para o conflito separatista na região, visto que propiciou a presença constante das forças do Governo Federal, e a consolidação da segurança interna nessa área de fronteira, com a criação do Território Federal de Ponta Porã.

> Registre-se ainda que o Governo Vargas não conseguiu inicialmente fazer com que os trabalhadores se instalassem na região do sul de Mato Grosso, tendo em vista ser a região inóspita, o que dificultava o trabalho do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) na medição e demarcação dos lotes. Além da inospitalidade da região, os colonos enfrentavam problemas resultantes de doenças - sarampo, malária, gripe asiática; de dificuldades de acesso - inexistência de rodovia; e de intempérie climática - geadas e grandes estiagens. No entanto, atraídos pela qualidade do solo e pela propaganda oficial, muitos agricultores se dirigiram para o sul de Mato Grosso, sobretudo para os Campos da Vacaria, região da Grande Dourados, com o intuito de adquirir terras, principalmente no final da década de 40 e início da década seguinte, ocorrendo, em função dessa avalanche de migrantes que chegavam, um aumento territorial da área de ocupação. Esta compreenderá 409.000 hectares, ultrapassando a área reservada à Colônia, que perfazia um total de 300.000 há (PONCIANO, 2001, p. 99).

Durante o governo Vargas, criou-se também a estrutura de penetração do Araguaia e do Xingu: Fundação Brasil Central[15], que incorporou as funções da Comissão Rondon. Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas (figura 1) participaram já das primeiras atividades da Expedição Roncador Xingu. Criada pelo governo federal no início de 1943, a expedição tinha o objetivo de conhecer e desbravar as áreas mostradas em branco nas cartas geográficas brasileiras. O posicionamento dos irmãos Villas Boas em relação aos nativos indígenas seguiu a prática da Comissão Rondon, tendo sido pautado por uma preocupação protecionista e de preservação dos modos e da cultura dos povos indígenas, com o mínimo de intervenção possível na vida e na organização social desses povos.

> Os Villas Bôas dedicaram todas as suas vidas a conduzir os índios xinguanos do isolamento original em que os encontraram até o choque com as fronteiras da civilização. Aprenderam a respeitá-los e perceberam a necessidade imperiosa de lhes assegurar algum isolamento para que sobrevivessem. Tinham uma consciência aguda de que, se os fazendeiros penetrassem naquele imenso território, isolando os grupos indígenas uns dos outros, acabariam com eles em pouco tempo. Não só matando, mas liquidando as suas condições ecológicas de sobrevivência (RIBEIRO, Darcy. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 194).

Figura 1: Foto dos irmãos Villas Boas

Fonte: A Marcha para o Oeste – a epopéia da expedição Roncador Xingu (1994)

[15] A Fundação Brasil Central foi criada através do decreto n°: 5.878, de 4 de outubro de 1943 para atuar na zona a ser percorrida pela Expedição. A instituição, além coordenar a missão, tinha por objeto, segundo seus estatutos – aprovados pelo Decreto No. 17.274, de 30 de novembro de 1944 -, "o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu." Assumiu a presidência do novo órgão, o ministro João Alberto Lins de Barros. (MACIEL, 2006, p. 8)

A Marcha para o Oeste teve como principal resultado acelerar a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro através de estímulos ao crescimento de frentes de expansão sobre territórios esparsamente ocupados ou até mesmo ainda não ocupados. Os resultados práticos da Marcha estiveram restritos a instauração de frentes expansionistas em alguns territórios da região, seu maior reconhecimento geográfico e ao reforço dos laços das frentes de expansão da região ao mercado consumidor nacional, através de projetos governamentais de produção e fomento voltados para gêneros de consumo interno ou exportação.

A incorporação da região ao espaço econômico nacional iniciou-se de fato a partir de 1965 e reservou à região uma "vocação agropecuária" que foi instituída através de políticas estatais orientadas para assegurar o fornecimento de alimentos para as regiões urbano-industriais, com vistas à manutenção do nível de salários; promover a fixação de excedentes populacionais para evitar tensões sociais nas regiões urbanas e de *plantations*; e a ocupação efetiva do território, assegurando os limites geográficos do país. Não obstante seus resultados tímidos, o valor histórico da Marcha para o Oeste reside no fato de ter representado uma ruptura na forma como o Estado brasileiro passou a planejar sua política territorial, sendo um marco inicial na sua nova relação com a região Centro-Oeste.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA: O CENTRO OESTE NA DÉCADA DE 1950.

Encerrado o segundo governo Vargas (1951-1954), o Brasil havia passado por uma série de mudanças econômicas. A ênfase na industrialização passou a ser a base do desenvolvimento. Além disso, o país vivia um período de liberdades democráticas e liberalização política garantidas pela Constituição de 1946, ao mesmo tempo em que permanecia o controle social e sindical herdados do período Vargas. Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil iniciou seu processo de urbanização, o que trouxe profundas repercussões em vários aspectos da vida do país. Do ponto de vista político, a emergência do populismo e a incorporação ao processo político de toda a população alfabetizada maior de 18 anos marcaram o processo de "modernização política" pelo

qual o país passava. O populismo deu maior legitimidade ao “Estado forte” e às políticas públicas centralizadas, reforçando a aceitação de soluções institucionais. Ao mesmo tempo, o sufrágio universal representou uma forma eficaz de controle social, ao canalizar as tensões para a via eleitoral.

O projeto político varguista, aliado às ocorrências internacionais, fez que com a indústria se fortalecesse com participação fundamental do Estado, que implementou políticas de desenvolvimento e tornou-se um agente econômico. Esse processo esteve intimamente ligado ao surgimento de novos segmentos intelectuais, formados por profissionais com conhecimentos técnico-científicos e formação humanista, o que resultou na formulação de políticas de desenvolvimento. Vale destacar a grande influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) nesse período e o aproveitamento de alguns de seus nomes para o primeiro escalão do governo JK.

Juscelino Kubitschek chegou ao poder num período de liberdades democráticas. A Constituição de 1946 tinha caráter liberal, estabelecia um sistema partidário de âmbito nacional, eleições livres e periódicas e liberdade de imprensa. Entretanto, as liberdades políticas estavam mais restritas no que diz respeito às organizações de esquerda e sindicais. O Partido Comunista, por exemplo, foi colocado na ilegalidade em 1947; e os sindicatos permaneceram sob controle, ainda que mais frágil, do Ministério do Trabalho. O novo presidente soube aproveitar esse clima de otimismo e liberdades para propor uma agenda otimista de governo, cativando a opinião pública em torno de seu Plano de Metas (CPDOC/FGV, 2002).

No âmbito do planejamento econômico, JK pôde se beneficiar de algumas instituições e instrumentos iniciados por Getúlio Vargas, como a criação de agências para estudar, formular e implementar políticas de desenvolvimento sob a supervisão Assessoria Econômica da presidência, comandada por técnicos predominantemente nacionalistas, como Rômulo de Almeida. Sob um discurso nacionalista, esses órgãos desenvolveram políticas de desenvolvimento que se davam através da condução planejada e centralizada do Estado durante o II Governo Vargas, período no qual foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), a Petrobras, e outros órgãos de caráter setorial ou regional. JK deu continuidade à

formação dessas comissões técnicas como instrumentos para lidar com questões de planejamento (CPDOC/FGV, 2002).

Assim, pode-se dizer que o projeto desenvolvimentista de JK foi facilitado pelo fato de, naquela altura, o Brasil já contar com um corpo institucional e uma estrutura burocrática e estatal razoavelmente consolidada, com capacidade de planejar, taxar, executar, financiar e se sobrepor a conflitos regionais. JK soube articular o planejamento estatal iniciado nos anos 30, atraindo investimentos externos e usando e utilizando os recursos do Estado a serviço de seu projeto - coroado pela construção de Brasília – sem que fosse necessário recorrer ao fechamento de instituições representativas e cercear das liberdades democráticas.

Do ponto de vista regional, o processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Centro-Oeste deve ser analisado dentro das perspectivas do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), em especial a partir da meta síntese: a construção de Brasília. As mudanças da economia brasileira nesse período reordenaram a geopolítica de "ocupação dos vazios populacionais" e integração nacional, agora mais sujeitos à interferência de forma mais direta do setor industrial da região Sudeste, principalmente da indústria automobilística do Estado de São Paulo, majoritariamente controlada pelo capital internacional. Com o início da construção de Brasília a ocupação rumo ao oeste brasileiro ganhou impulso decisivo e iniciou-se o processo de integração da região ao resto do país através das rodovias (TREDEZIN, 2001, p. 1).

A discussão sobre a mudança da capital vinha desde o século XIX. Durante a década de 1850, esse debate ganhou força no Senado e, em 1852, foi apresentado o primeiro projeto que demarcava a área destinada à nova capital do Império. O projeto não prosperou, entretanto serviu como motor para as discussões acerca da necessidade de transferência da capital para o interior como forma de consolidar a unidade do Império, melhorar a comunicação e diminuir a ocorrência de conflitos regionais. Com a Proclamação da República, o positivismo ganhou força na sociedade brasileira, de modo que as diferenças regionais e a concentração populacional passaram a representar preocupações maiores (DINIZ, 2006, p. 58-60).

Desse modo, na Constituição de 1891, o artigo 3° determinou pertencente à União, uma zona de 14.400 km² no Planalto Central do Brasil, onde oportunamente seria demarcada a futura Capital Federal (DINIZ, 2006, p. 72). Não obstante, as mudanças política do período, as disputas de poder entre as oligarquias regionais e a constante preocupação com a defesa da lavoura cafeeira fez com que o assunto só voltasse à tona em 1934, na elaboração da nova Constituição brasileira. Mais uma vez, as ocorrências políticas, que levaram ao golpe de 1937, fizeram com que o assunto perdesse importância, voltando à tona somente após o fim da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo.

A necessidade de mudança da capital do país passou a ser discutida de forma mais atrelada à necessidade de integração econômica do território. Sendo assim, em 1953, a Lei n° 1803 criou uma comissão de estudos para a localização da capital, estabelecendo que a área da nova capital deveria se situar entre os paralelos 15° e 17° e os medianos 46° e 49°. Em 1955, foi estabelecida a área do "sítio castanho" para a construção de Brasília, cuja localização foi mantida sob sigilo para evitar especulação em relação ao valor dos terrenos. A construção da nova capital foi incluída no Plano de Metas como a 31ª meta, a meta síntese. Juscelino Kubitschek, alguns meses após a posse, em 18 de abril de 1956, assinou o documento que ficou conhecido como "Mensagem de Anápolis", convertida na Lei n° 2874, de setembro de 1956, que criou a Novacap (Companhia Urbanizadora da Capital Federal). Em outubro, já foi iniciada a construção do aeroporto de Brasília (DINIZ, 2006, p. 73).

Nos anos 1950, o imaginário popular e a discussão política contrapunham o mundo rural, que representava o passado, e a atividade industrial, que apontava para o futuro. O passado era visto como imobilismo, atraso e dependência, que só seriam vencidos através da industrialização. A influência da CEPAL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é clara nessa polarização ideológica. A idéia geral era que a criação do novo, do moderno, só se daria através do processo de industrialização, que fundaria um processo de mudança na sociedade brasileira capaz de fazer o país superar o subdesenvolvimento. A eleição de JK marcou o início de um período de otimismo, no qual a impressão geral era de que as forças do "novo" venceriam o atraso. Essa

sensação geral foi capitaneada pelo slogan “50 anos em 5” e fez parte da do movimento cultural da época (CPDOC/FGV, 2002).

Figura 2: Juscelino Kubitschek e João Goulart na inauguração de Brasília. 21/04/1960

Fonte: CPDOC/FGV

A construção de Brasília deve ser entendida a partir do processo histórico em que a força do nacional-desenvolvimentismo planejamento e ação econômica mostrou-se decisiva. Essa correlação expressou-se no Plano de Metas, cujas ações e resultados também estão amplamente vinculados ao processo de internacionalização da economia e intensificação da presença de empresas estrangeiras no país.

Junto com o Plano de Metas, a construção de Brasília alterou significativamente o panorama regional do Centro-Oeste. Simultaneamente à obra da nova capital, iniciou-se a construção de diversas estradas para ligar Brasília às principais cidades do Centro-Sul e do Norte. O Estado passou a atuar claramente no sentido de dar unidade ao território nacional através do incremento de infraestrutura que possibilitasse crescimento econômico da região Centro-Oeste (BRANDÃO, 1989). Pode-se dizer que a construção de Brasília deu o pontapé inicial para consolidar a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro segundo os interesses dos grandes capitais industriais

nacionais, internacionais e proprietários de terra, em função dos quais, o Estado passou a ter uma ação planejada e eloquente na região.

Não por acaso, nesse processo de integração regional, foi concretizada a opção pelo transporte rodoviário, determinando a consolidação de um importante centro dinâmico da economia nacional: a indústria automobilística. A integração da região Centro-Oeste se deu através da construção de ampla malha rodoviária, cujas principais rodovias são: Belém – Brasília; Brasília – Cuiabá; Brasília – São Paulo; Brasília – Belo Horizonte; Brasília – Barreiras (BA); São Paulo – Corumbá. (DINIZ, 2006, p. 75). Além disso, a transferência da capital federal para o Centro-Oeste, obrigatoriamente, levou à instalação de um amplo aparato burocrático e de infraestrutura de serviços e comunicação para a região.

Figura 3: Anúncio de lotes disponíveis na futura capital, fevereiro de 1954

Fonte: CPDOC/FGV

A Marcha para o Oeste marcou o início da intervenção governamental no fomento das frentes de expansão já existentes e criação de novas. Além de ser a primeira iniciativa estatal organizada de ocupação da região, a Marcha constituiu o início da integração econômica do Centro-Oeste ao mercado interno. A transferência da capital para Brasília e as obras de infraestrutura relacionadas criaram parte das condições para a

região para se converter em uma frente pioneira, constituindo o marco inicial do processo de industrialização como fator determinante da integração econômica do Centro-Oeste.

Não obstante as profundas alterações que a transferência da capital trouxe para a região, até 1965, a região ainda era predominantemente uma frente de expansão, na qual os mecanismos tipicamente capitalistas de produção; circulação; propriedade; e de geração e apropriação de mais-valia ainda se articulavam de forma incipiente. A compreensão contextualizada desses processos históricos deve marcar e diferenciar seu entendimento em relação à ocupação do oeste brasileiro ocorrida até então. De baixo adensamento populacional, e diluída no espaço, essa ocupação era marcada por atividades fundamentalmente locais, que se relacionavam com o mercado através de laços mercantis incipientes, típicos da frente de expansão.

3.3 A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" NO BRASIL

O rápido crescimento econômico ocorrido entre as décadas de 1965 e 1980 levou a uma acelerada penetração de relações e práticas de caráter capitalista em todos os âmbitos da vida sócio-econômica do país. O papel do setor agrícola passou a ser definido a partir das necessidades do desenvolvimento urbano industrial, e não mais a partir de uma estratégia de crescimento baseada primordialmente na expansão da produção exportadora (DELGADO, 1985, p. 26). Trata-se de um marco importante, pois é partir dele que surgiram novos aspectos no planejamento das políticas agrícolas, como a necessidade de produção estável e em escala suficiente para a manutenção dos preços da mão de obra no meio urbano.

Essa mudança de identidade do papel da agricultura fez com que o papel de atrair divisas estrangeiras tenha se somado às exigências de uma maior integração de relações intersetoriais, evidenciando novas demandas e interesses nacionais e internacionais envolvidos na agropecuária. A partir desse momento, o Estado mudou a forma de articulação da sua política econômica e suas ações para o setor agrícola. A política deixou de ser meramente cambial, e passou a incentivar a transferência de recursos para constituir aparatos financeiros, reguladores e tecnológicos mais complexos que, em

virtude da correlação de forças políticas e classistas do campo brasileiro, marcou um processo tradicionalmente denominado de “modernização conservadora”.

Segundo Pires (2009, p. 412), o termo “modernização conservadora” foi desenvolvido por Moore Junior (1975) para caracterizar a passagem da Alemanha e do Japão de economias pré-industriais para economias capitalistas e industriais. O eixo central do projeto de modernização conservadora é uma aliança entre as elites burguesas e elites proprietárias de terras que leva a regimes autocráticos e totalitários na passagem do estágio pré-industrial para a economia capitalista. Dessa forma, o projeto de modernização conservadora é típico dos países onde a burguesia nascente não tem forças para romper com a classe de proprietários rurais, o que resulta num pacto político entre as duas classes. Esse pacto acaba por possibilitar a construção de uma sociedade capitalista, entretanto sem retirar as elites pré-industriais do centro do poder de comando do Estado (PIRES, 2009, p. 413-414).

Essa rearticulação de interesses entre as elites instituiu um novo pacto econômico e político que, segundo Pires (2009, p. 413), configurou uma revolução vinda de cima, na qual as elites pré-industriais continuaram a exercer influência sobre as decisões do Estado Nacional. Essa forma de revolução determinou as mudanças sociais, na medida em que foram desenhadas as relações políticas e as correlações de força dentro de cada Estado nacional.

> Em relação à força dos proprietários rurais, esta se manteve forte, criando assim, um processo de modernização impulsionando o avanço destas economias no capitalismo industrial, entretanto aterradas em uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras (PIRES, 2009, p. 415).

O termo foi desenvolvido em referência ao Japão e à Alemanha, considerados desde o final da II Guerra Mundial países desenvolvidos. Para a aplicação do termo ao caso brasileiro, devem ser feitas algumas mediações em relação à diferente formação econômica e social do Brasil em relação aos dois países. No Brasil, nunca houve uma revolução de fato, apesar de o termo ser amplamente utilizado para denominar fatos históricos que não tenham representado rupturas sociais, políticas ou econômicas que pudessem ser assim denominadas. Não obstante, episódios cuja motivação foi

justamente evitar ímpetos revolucionários ganharam tal denominação, como a Revolução de 1930 e o Golpe Militar de 1964 (VIANNA, 1996, p. 4 - 5).

Ao contrário do que ocorreu com os outros países da América Latina, o processo de Independência e a construção do Estado brasileiro não tiveram motivação revolucionária. A Independência se deu por iniciativa de um membro da própria família real portuguesa, e o comando do Estado-nação se deu por mais de sessenta anos por quadros descendentes da mesma família. A formação do Estado-nação, por se tratar de um processo complexo de correlação de forças nas várias províncias, e envolver várias instâncias de poder, contou também com a participação da antiga elite colonial e até mesmo de antigos defensores da libertação nacional, em um pacto de transformação permeado pelo conservadorismo (VIANNA, 1996; VELHO, 1974; FERNANDES, 2006).

> Como notório, aqui, a história da ruptura com o pacto colonial, do processo da Independência e da formação de um novo Estado-nação, diferiu da experiência da América Hispânica, que se revestiu, ao menos em seu impulso inicial, das características de um típico processo revolucionário nacional-libertador, abortado, no caso brasileiro, pelo episódio da transmigração da família real, quando a Colônia acolhe a estrutura e os quadros do Estado metropolitano. O nativismo revolucionário, sob a influência dos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, desde aí começa a ceder terreno à lógica do conservar-mudando, cabendo à iniciativa do príncipe herdeiro da Casa Real o ato político que culminou com o desenlace da Independência, em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora (VIANNA, 1996, p. 1).

Vianna (1996) afirmou que, assim como as revoluções passivas europeias, a formação do Estado-nação brasileiro também tem origem no ciclo revolucionário de 1789 a 1848[16]. Isso porque um ponto de inflexão importante na formação do Estado brasileiro e do próprio surgimento da idéia do Brasil como nação se deu a partir da chegada da família real em 1808, que, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, buscava manter seu poder, ainda que ao custo de transformar a colônia em sede do Império. Esse processo ambíguo de manutenção do poder através mudança do seu pólo de irradiação efetivado pela monarquia portuguesa teve consequências determinantes na história do Brasil ao preparar politicamente as elites nacionais para lidar com eventuais

[16] Segundo Gramsci (1975), o *Risorgimento* italiano teve origem nesse ciclo revolucionário, iniciado com a Revolução Francesa. As revoluções passivas teriam sido, na prática, uma tentativa de "prevenção" ou até mesmo contrarrevolução.

ímpetos libertários ou revolucionários, bem como lhes deu habilidade na condução do Estado-nação.

> Mas esse movimento defensivo era, por natureza, ambivalente: o que significava *conservação* na metrópole importaria *conservação-mudança* na Colônia. Nesse sentido, embora consistindo em um processo desferido na periferia do mundo e sem alcance universal, é marca da revolução passiva no Brasil a sua precocidade, o que certamente dotou, mais tarde, suas elites políticas de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções européias de 1848, se disseminou pelo Ocidente (VIANNA, 1996, p.1).

Apesar de mantido o legado sócio econômico colonial, a partir do momento em que as elites nacionais passaram a ter voz ativa no processo decisório e no controle do Estado, as cidades passaram a irradiar as mudanças determinantes da história do Brasil, embora o poder econômico e político ainda fossem oriundos, majoritariamente, das elites agrárias. Dentre as mudanças, destaca-se o fim da escravidão. A Abolição marcou a reorganização da sociedade e da economia nacionais, inserindo as antigas estruturas econômicas coloniais em uma nova ordem, na qual o legado colonial teve que ganhar novos substratos materiais, morais e dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica das economias centrais, uma vez que continuaram preponderando as conexões econômicas com o exterior. A ausência de Revolução Burguesa no país condicionou a transformação dos antigos senhores rurais e aristocratas, modelando lentamente a situação de mercado no país de acordo com as estruturas de subserviência econômica que não se buscava destruir, somente adaptar a nova realidade dos fatos (FERNANDES, 2006. p. 110).

Para este trabalho, deve-se fazer outra consideração importante: o fato de o progresso técnico ter penetrado a estrutura econômica brasileira sob a forma de empresas capitalistas modernas sem destruir estruturas arcaicas. Segundo Pires (2008, p. 15), isso significa dizer que as elites dominantes dos países centrais buscaram integrar os estratos sociais inferiores ao seu projeto de nação, o que não ocorreu no Brasil. Dessa forma, no Brasil, a moderna empresa capitalista penetrou uma estrutura econômica mais desigual, na qual não são garantidas a democracia e a cidadania, de modo que os estratos inferiores da sociedade são pouco beneficiados pelos frutos do processo de modernização. O subdesenvolvimento, portanto, não constitui apenas um estágio do

processo de formação da economia, mas o resultado da forma como se deu a penetração da moderna empresa capitalista (FURTADO, 1965, p. 184).

Vale destacar também que muitas dessas empresas aproveitaram-se das estruturas pré-capitalistas em seus processos de acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital, de modo que o a sobreposição entre as frentes de expansão e pioneira observada no processo de integração capitalista do espaço do Centro-Oeste é um exemplo bastante contundente de como se deu o processo de modernização conservadora no Brasil; justamente por ter sido uma região incorporada à fronteira agrícola através das inovações tecnológicas da "Revolução Verde" [17].

Para Rangel (2005), a concentração fundiária não foi um obstáculo à industrialização no Brasil, pois a grande propriedade agrária, quando penetrada pelas forças produtivas do capital, expandiu a produção sem demandar maiores áreas e o fracionamento das propriedades. O uso intensivo de insumos industriais na agropecuária "selecionou" os produtores capazes de se adequar às novas tecnologias e transformou os outros em mão de obra nos mercados de trabalho capitalistas. As elites agrárias mantiveram-se no poder político determinando os rumos do desenvolvimento do país e tendo a burguesia industrial como "sócio menor":

> (...) uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época (RANGEL, 2005b, p. 61).

Os produtores rurais que conseguiram internalizar as inovações tecnológicas - desenvolvidas principalmente pelas multinacionais e pelas agências de pesquisa do Estado - o fizeram graças à política governamental de financiamento no período. O

[17] Segundo Alves e Contini (1992) in Diniz (2006, p. 85) "O que ocorreu no Brasil, como em outras partes do mundo foi a adoção do modelo que ficou conhecido como "Revolução Verde", sob forte influência ideológica e política americana. Este modelo foi proposto e implementado por instituições americanas e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e USAID) como sendo a forma de se salvar a agricultura dos países em desenvolvimento de uma suposta incapacidade de superar os obstáculos tecnológicos". Esse modelo veio de encontro aos interesses das multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas, as quais determinaram os novos padrões tecnológicos e subordinaram os produtores. O modelo manteve intocados os principais problemas dos países em desenvolvimento: a concentração fundiária e as relações de produção arcaicas no campo. Assim, a "Revolução Verde" consistiu basicamente na difusão de pacotes tecnológicos capazes de aumentar a produção das grandes propriedades agrícolas.

processo de modernização conservadora da agropecuária brasileira constituiu-se a partir da integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias. No contexto da "Revolução Verde", os produtores foram estimulados a demandarem produtos industriais e internaliza-los como parte importante do processo produtivo e de reprodução ampliada do capital. A questão agrária passou a estar mais ligada à questão da expulsão do meio rural dos produtores que não tiveram condições de adaptarem aos novos padrões do que à questão da divisão da terra em si (RANGEL, 2000, p. 144).

Essa nova configuração da questão agrária se deu em virtude de o ritmo de expulsão da mão de obra rural ter sido maior que a capacidade de absorção dos núcleos urbanos. Assim, surgiu um exército de reserva oriundo do meio rural, que acabou por baratear o preço da mão de obra, tanto no meio urbano como no meio rural. Vale notar que o barateamento da mão de obra foi um dos principais alicerces do processo de acumulação de capital tanto no meio urbano, como no meio rural durante as décadas de 1960 e 1970. Pode-se dizer, portanto, que o processo de modernização conservadora da agricultura significou reforço nas desigualdades no meio rural brasileiro, e em grau bastante acentuado no Centro-Oeste, pois ampliou as diferenças entre os produtores rurais capazes de internalizar as inovações tecnológicas e os produtores que não tiveram condições para tal, o que teve reflexos significativos no meio urbano-industrial. Os produtores que não puderam incorporar tais tecnologias não conseguiram se articular nos elos das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais e, muitas vezes, acabaram por abandonar o campo, o que reforçou o êxodo rural; a concentração fundiária; e barateou a força de trabalho. Tomadas as peculiaridades regionais, que serão discutidas mais a frente, foi em meio a esse contexto, em que a fronteira do Centro-Oeste converteu-se em frente pioneira.

3.4 A AGROPECUÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS OCORRIDAS ENTRE 1960 E 1980

De modo a aplicar o conceito de "modernização conservadora" ao caso brasileiro, cabe analisar o impacto das transformações sócio-econômicas ocorridas entre 1960 e 1980 e suas influências no campo e nas políticas agrícolas e agrárias. As reformas do

aparelho do Estado a partir de 1964 estimularam um rápido crescimento industrial. Esse crescimento foi impulsionado pela política desenvolvimentista do Estado, que ganhou uma sobrevida após 1974, graças ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Os setores mais importantes nesse processo foram os de bens de consumo duráveis, até 1973, e o de bens de produção, impulsionado pelo II PND após o primeiro choque do petróleo.

Durante esse período, a modernização da regulação do sistema financeiro permitiu maior captação de excedentes através de títulos da dívida pública, do fortalecimento do mercado acionário, do aumento do fôlego financeiro do Estado (em virtude do crescimento da carga tributária) e da indexação da economia com a criação da correção monetária. Houve também diversificação das linhas de crédito para consumo de bens duráveis, permitindo o fortalecimento desse tipo de indústria. A criação de diversos fundos de desenvolvimento tecnológico e industrial ligados às agências de desenvolvimento nacionais e com fins específicos, como por exemplo o FINAME[18], possibilitou o financiamento de longo prazo para a modernização industrial do país. Merece destaque também a criação do Sistema Financeiro da Habitação, alimentado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e depósitos voluntários em poupança. Esses recursos possibilitaram o endividamento das famílias em financiamentos de longo prazo, dinamizando a demanda habitacional e, por consequência, a produção industrial voltada para a construção civil (DELGADO, 1985, p. 51-56).

Além disso, o processo de urbanização ocorrido no período 1960-1980 levou a um aumento significativo do emprego não agrícola, bem como da demanda por produtos agrícolas num curto período de tempo. Segundo o censo demográfico de 1980, entre os anos de 1970 e 1980, a população urbana do país aumentou em 28,4 milhões de pessoas, o que foi viabilizado pela rápida industrialização do país no período, visto que o emprego industrial cresceu a taxas de 5,2 % a.a. entre 1960-70 e a 8,4% a.a. entre 1970-74. Esse aumento requereu uma elevação da oferta de alimentos, o que significou pressão sobre os preços.

[18] Trata-se de financiamento do BNDES para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional disponibilizado para Sociedades nacionais e estrangeiras e fundações, com sede e administração no Brasil. È um dos pilares mais importantes da política industrial brasileira (BNDES, 2012).

Soma-se a isso o fato de a ampliação e a diversificação da pauta de exportações agrícolas, estimulada pela política econômica dos governos militares, também ter alimentado a pressão sobre os preços de forma significativa. Entre 1960 e 1980, o setor agrícola foi fonte provedora de divisas para o restante da economia, destacando-se o aspecto de relações interindustriais da agricultura no contexto da "Revolução Verde". As exportações de produtos agrícolas elaborados pelo setor industrial e o crescimento da importação de insumos e equipamentos para a agricultura refletiram a mudança na base técnica rural. A exportação de produtos agrícolas elaborados aumentou mais de dez vezes entre 1967 e 1983, passando de U$$ 201,5 milhões de dólares em 1967 para mais de U$$ 2, 8 bilhões em 1983. Aumentou também mais de dez vezes a importação de meios de produção para a agricultura, que passou de U$$ 128,5 milhões em 1967 para mais de U$$ 1,9 bilhões em 1983 (DELGADO, 1985, p. 26-33).

O quadro de aumento da população urbana e das exportações levou a uma necessidade de maior oferta de gêneros agrícolas para garantir o baixo custo da mão de obra urbana e, consequentemente, manter as taxas de acumulação. Dessa forma, ocorreu uma maior penetração capitalista nas relações de produção do setor agropecuário, levando à formação de um mercado de produtos agrícolas de escala nacional, bem como à consolidação do trabalho assalariado em diversos setores da agricultura e à negociação de ativos agrícolas e terras no mercado financeiro.

Segundo Delgado (1985, p. 19), as transformações do período determinaram o início de um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira através de sua integração com a indústria, tendo se formado o complexo agroindustrial brasileiro (CAI). Trata-se de uma mudança bastante relevante, visto que a agricultura tornou-se menos dependente do trabalho humano e das condições naturais, pois a maior articulação com as indústrias de insumos, bens de capital e de processamento de alimentos permitiu a manipulação das condições naturais e maior grau de mecanização. Esse processo foi importantíssimo no sentido de colocar a agricultura no "tempo do capital", isto é, de fazer com que a reprodução ampliada do capital na agricultura passe a depender menos do trabalho humano e das condições naturais e mais dos produtos industriais.

> Desse modo, um dos caminhos buscados pela pesquisa tecnológica voltada para o setor (agropecuário) objetivou justamente uma aproximação do seu processo

> produtivo com o funcionamento da indústria, parâmetro considerado ideal para obter maior crescimento e acumulação. Diante disso, uma das principais orientações da pesquisa tecnológica na agricultura teve como intuito a produção de insumos artificiais, fabricados em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, ter maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável e, em consequência, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo (ELIAS, 2003, p. 60-61).

Na década de 1950, iniciou-se o processo de mudança da base técnica da agricultura que pode ser dividido em três etapas: a primeira, entre 1950 e 1965, marcada pela crescente utilização de bens de produção industriais, basicamente tratores e fertilizantes químicos importados; a segunda, entre 1965 e 1975, de integração técnica entre agricultura e indústria, com a implantação de indústrias de bens de produção agrícolas no Brasil e o favorecimento do Estado ao consumo desses novos insumos; e a terceira etapa, iniciada no final da década de 1960, mas que se intensificou a partir de 1975, que é a da integração ou fusão de capitais intersetoriais, aprofundando as relações interindustriais.

Também no âmbito das políticas econômica e monetária, de 1965 em diante, foram introduzidas inovações cujos impactos tiveram grande relevância para a consolidação e avanço do Complexo Agroindustrial (CAI): constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), possibilitando financiamento subsidiado para a modernização da agropecuária brasileira; medidas de subsídios à exportação através de isenções fiscais, crédito e taxas de juros favorecidas[19]; adoção do sistema de minidesvalorização cambial; e abandono do câmbio fixo, abrindo a possibilidade de desvalorização mais rápida da moeda e com menos impactos à estabilidade do sistema cambial. Além disso, as inovações na base técnica da agricultura avançaram com as políticas de substituição de importações de insumos agrícolas patrocinadas pelos planos de desenvolvimento, consolidando o CAI.

O novo sistema de crédito rural marcou a passagem de um tempo em que as políticas agrícolas estavam restritas aos setores primário-exportadores, para um tempo em que o crédito agrícola passou a abranger o setor agrícola como um todo, fixando relações intersetoriais entre a agricultura e a indústria, e criando um mercado de escala nacional para os gêneros agrícolas (DELGADO, 1985, p. 20-21). A partir desse período,

[19] Decreto Lei n°: 461/69.

surgiram as condições para que o setor agroindustrial pudesse contar com um mercado pujante, tanto pelo lado da demanda por bens de produção, como pelo lado da oferta de insumos agrícolas para as indústrias processadoras de gêneros agrícolas, o que levou a um amplo processo de modernização da agropecuária brasileira.

Essa modernização trouxe alterações profundas na base técnica da agropecuária. A reprodução ampliada do capital no campo passou a estar cada vez mais integrada com a indústria em todas as etapas do processo produtivo. Os padrões de produção da indústria processadora de gêneros agrícolas no que se refere a exigências sanitárias, qualidade, homogeneidade da matéria-prima e regularidade da entrega, impuseram necessidades tecnológicas aos produtores que só as indústrias de insumos agrícolas e maquinário são capazes de suprir. Além disso, o ramo industrial produtor de insumos agrícolas, com o apoio do Estado, conseguiu introduzir as inovações, e estimular a incorporação delas, inclusive nos ramos em que os produtos são consumidos *in natura* (como o feijão) através de propaganda, leis sanitárias e condicionantes tecnológicas para liberação de crédito (PASTORE; DIAS; CASTRO, 1972, p. 147-152).

À medida que o CAI avançou, aumentou a necessidade de regulação das relações econômico-sociais pela máquina estatal, até mesmo pela penetração dos agentes e meios de reprodução do capital agroindustrial nas decisões e no aparato do Estado (DELGADO, 1985, p. 43). Essa dominação teve (e tem) braços nas esferas normativa, financeiro-fiscal, produtiva, e previdenciária, fazendo com que a atuação do Estado tenha se dado de forma eloquente no sentido de modernizar a agricultura com base na grande empresa capitalista agroindustrial, sem que fossem questionadas a estrutura agrária e as relações de trabalho no campo, o que, de certo modo, também favoreceu os grandes proprietários rurais não integrados à indústria.

A esfera das normas foi alterada no ano de 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural[20], que estendeu direitos trabalhistas urbanos para o campo. Seu efeito prático foi minorado pela ausência de reformas mais gerais na estrutura agrária, já que

[20] A lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, revogada pela lei 5889, DE 08/06/1973 estendeu os direitos garantidos aos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, no entanto sua aplicação foi bastante restrita em virtude da ausência de outras mudanças estruturais no campo e na estrutura agrária, tendo, na prática, se convertido em “letra morta”.

no ano seguinte, com o golpe militar, foi promulgado o Estatuto da Terra[21] que consolidou a propriedade capitalista da terra. A mudança política ocorrida em 1964 consolidou a ideia de desenvolvimento rural sob a forma da empresa capitalista, transformando a propriedade territorial rural em fonte de valorização patrimonial e fortalecendo a aliança entre o grande capital; as elites proprietárias rurais; e o Estado em prol da especulação imobiliária no campo.

A esfera financeira se destacou como eixo fundamental e condutor da intervenção do Estado na economia, cujos aspectos principais impactaram as outras esferas. Nesse sentido, a estrutura bancária do Estado e, principalmente, a política de crédito rural foram capazes de abranger a mercadoria agrícola inclusive em algumas atividades que não são típicas da grande propriedade monocultora. No início dos anos de 1960, iniciou-se a constituição do sistema nacional de crédito rural através da criação do Grupo Executivo de Crédito Rural, criado pelo governo João Goulart. O grupo formulou as diretrizes do crédito rural levando em conta a necessidade de se promover programas de aumento da produção e de melhoria da produtividade, ainda que para isso fosse necessário sacrificar a rentabilidade da linha de crédito. Vale lembrar que, apesar da mudança de governo em 1964, as principais diretrizes da proposta do sistema de crédito rural foram mantidas (DINIZ, 2006, p. 97).

O SNCR organizou a produção agrícola dentro de um claro sentido modernizador, com condições favoráveis de pagamento para o produtor modernizado, público alvo das transações interindustriais do CAI. Essa orientação marcou a forte articulação entre interesses urbanos e rurais no desenvolvimento do Brasil a partir de então, pois o crédito rural foi responsável pelo fortalecimento de setores industriais de meios de produção para a agricultura. Segundo dados o Banco Central do Brasil (1982), entre 1969 e 1976, os empréstimos bancários cresceram 23,8% ao ano. Esse ritmo, sem dúvida, foi alavancado pelo crescimento do complexo agroindustrial no período. Para tanto, tiveram papel fundamental os bancos públicos, em especial o Banco do Brasil. Sobre o SNCR, vale esclarecer que se tratou de uma expansão de crédito sem base de depósitos,

[21] A lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 passou a regular os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Em seu texto, reconheceu a função social da terra e estabeleceu medidas para garantir o pleno emprego das terras, inclusive impedindo a reforma agrária em latifúndios considerados produtivos. Na prática, a proteção aos latifúndios produtivos se estendeu a todas as grandes propriedades rurais, sem que a Reforma Agrária tenha sido colocada em prática.

tendo sido executada pelo Banco do Brasil graças ao poder de emissão detido pelo banco no período. Não obstante, a viabilidade para financiar essa emissão se deu em virtude do aumento da renda nacional[22], que viabilizou maior transferência de recursos aos bancos, possibilitando o aumento do crédito (DELGADO, 1985, p. 66-75).

Além do Crédito Rural, outro importante mecanismo de estímulo à modernização agrícola foi a concessão de incentivos ficais, cujo intuito foi estabelecer margens diferenciadas de lucro para os capitais envolvidos na agricultura, de modo a fomentar o desenvolvimento de alguns setores considerados estratégicos (DELGADO, 1985, p 46). Dentre os incentivos, destacam-se as deduções do imposto de renda pessoa física e jurídica para aplicações nos Fundos de Incentivos Setoriais FISET[23]; os incentivos fiscais e creditícios às empresas, com enfoque na exportação de produtos agroindustriais; além dos fundos fiscais regionais para o Nordeste e a Amazônia, que forneceram crédito com incentivos para projetos empresariais na agricultura. Aliado a isso, o forte gasto público em infraestrutura de estradas, energia e comunicações possibilitou a obtenção de vantagens para os capitais aplicados nos empreendimentos para os quais houve incentivo.

Vale ressaltar também que, no ramo produtivo, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce investiram capitais no ramo de fertilizantes e defensivos. Além disso, os sistemas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) foram responsáveis pelos esforços de geração, adaptação e até mesmo de difusão da tecnologia moderna, cumprindo papel essencial para o CAI. Já no "Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970", base para o I PND (1972-1974), a questão agrícola constava da seguinte forma: "(...) elevação da produção e da produtividade agrícola pela transformação da agricultura tradicional, mediante a mudança de métodos e a utilização de insumos modernos" (BRASIL, 1967). Esse trecho denota claramente que o projeto de expansão da produção e da produtividade agropecuária foi uma das prioridades do governo instaurado em 1964, não só no que diz respeito à expansão da fronteira agrícola, mas também no que diz respeito à mudança da base técnica da agropecuária (DINIZ, 2006, p. 89).

---

[22] Esse aumento da renda teve impacto positivo sobre os depósitos à vista e sobre a quantidade de recursos fiscais ou parafiscais oriundos do exterior ou do crescimento da carga tributária.

[23] O Fundo de Investimentos Setoriais foi instituído através dos recursos provenientes de Incentivos Fiscais, tendo sido criado pelo decreto-lei n.º 1.367 de 12/12/1.974.

A política de controle de preços agrícolas teve papel reduzido até o final da década de 1970. Essa política se articulou estabelecendo preços mínimos, e criando linhas de crédito para a comercialização com base nesses preços, possibilitando a formação de estoques nos períodos que o preço de mercado estava abaixo do estabelecido. Tratou-se fundamentalmente de uma política de apoio ao capital mercantil através da concessão de financiamento sob penhor dos estoques, já que o Estado pouco atuou diretamente comprando grandes quantidades de produto e formando estoques. Houve também o tabelamento de preços máximos para os produtos, mais comum para os bens agropecuários de consumo de massa, como feijão, arroz, leite, trigo, açúcar e carne bovina. Essa política passou a ter mais importância a partir da década de 1980, com a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), quando o governo passou a usar a política de preços como forma de induzir o plantio de certos produtos considerados estratégicos para o controle da inflação e para as exportações (DINIZ, 2006. p 102).

Segundo Ângela Kegeyama et al (1990), as políticas de preço, isoladamente não induziriam a uso de técnicas mais modernas pelos produtores, pois a política de preços estava subordinada à política de combate à inflação, que sempre superava os índices previstos anteriormente à safra. Já a política de crédito rural estabelecida, dadas as taxas de juros da linha e a inflação no período, constituía uma verdadeira "doação" de recursos aos produtores e, por este motivo representava um mecanismo muito mais eficaz de reorganização da produção e aumento da rentabilidade. A política de preços só passou a ter mais importância a partir de 1980, com a retração do volume de crédito (MUELLER, 1990 e DELGADO, 1985).

O Estado atuou de forma tímida e segmentada esfera previdenciária. Somente em 1971, foi instituído o Fundo de Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL[24]) com benefícios parciais em relação ao sistema urbano. A penetração do capitalismo no campo desintegrou muitas ocupações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, o que aumentou a demanda por benefícios previdenciários nos anos 80. Além disso, o

[24] Contribuição Previdenciária sobre a Comercialização Rural de 2,3% sobre sua receita bruta na comercialização de produtos agropecuários. Dos 2,3%, 2% eram destinados para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, 0,1% destinado ao financiamento das prestações por acidente do trabalho e 0,2% destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR (FORTES, 2010).

empobrecimento das populações rurais excluídas do CAI levaram a um aumento da informalidade, de enfermidades crônicas e subnutrição, sem que o Estado estivesse preparado para atender tais demandas, evidenciado fragilidades do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira.

3.5 AS POLÍTICAS ESTATAIS E A INCORPORAÇÃO CAPITALISTA DO CENTRO-OESTE

O processo geral de modernização agropecuária do período 1965-1980 tem diversos aspectos contraditórios e bastante heterogêneos. A mudança da base técnica, a constituição do CAI e a crescente integração de capitais trouxeram consigo elementos conservadores, visíveis na mediação estatal do processo. È nas políticas agrícolas e agrárias do período que podem ser observados os traços dos interesses oligárquicos rurais que dão o nome de "modernização conservadora" ao processo. A estruturação do crédito agrícola, dos benefícios e incentivos fiscais atingiram prioritariamente a grande propriedade. O agravante a ser destacado é que, muitas vezes, o apoio financeiro não esteve vinculado à mudança na base técnica, e foi concedido a grupos e proprietários que se utilizavam amplamente de técnicas primitivas de manejo da terra e de plantio. Mesmo na fronteira agrícola do Centro-Oeste, onde foi instalada a moderna agropecuária dentro processo de integração capitalista da região à economia industrial do Sudeste, as formas pré-capitalistas de trabalho auxiliaram na acumulação primitiva e na reprodução ampliada do capital na região. Pode-se afirmar, portanto, que a mediação estatal sofreu a influência de um forte elemento conservador ligado à grande propriedade.

O que diferenciou a fronteira do Centro-Oeste foi o papel que ela passou a cumprir dentro do contexto de necessidade de aumento da oferta de alimentos, e de diversificação da pauta de exportações para equilibrar o balanço de pagamentos, sem falar da forma como as políticas agrícolas buscaram esses objetivos nessa fronteira. Enquanto o Nordeste manteve seu setor arcaico coeso e sem grandes alterações após a constituição do CAI, a fronteira agrícola do Centro-Oeste cumpriu um importante papel no desenvolvimento da empresa capitalista agropecuária, sem que as formas pré-

capitalistas de manejo da terra e de organização do trabalho deixassem de existir completamente, marcando o fenômeno da sobreposição das frentes pioneira e de expansão.

> (...) esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por um lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 1972. p. 96).

A política econômica e os planos nacionais de desenvolvimento implementados entre 1965 e 1980 revelam uma estratégia específica de desenvolvimento agropecuário, na qual é possível observar uma ação planejada de constituição e fortalecimento do CAI em eloquente articulação com as oligarquias rurais, evidente nas benesses que o setor conquistou através das políticas agrícolas e agrárias. Para Delgado (1985, p. 57), a variação regional de todo o processo de penetração do capital na agricultura determinou uma ampla diferenciação da produção rural entre as diferentes regiões do Brasil, e a forma como o capital passou a controlar e intermediar as relações envolvidas. Isso torna a análise mais complexa, desde a mudança da base técnica até o processo de integração de capitais. As políticas públicas se desenharam em função dos interesses e correlação de forças formadas pelos diferentes grupos sociais nas várias regiões. Essas instâncias de poder tiveram papel importante na definição dos rumos regionais do processo de modernização conservadora, determinando a diversidade do setor agrícola brasileiro.

Levando em consideração as diferentes realidades regionais, alianças de classe, e instâncias de poder determinantes das políticas públicas, Delgado (1985, p. 58) traçou um esquema representativo daqueles que podem ser considerados os três principais segmentos do setor agrícola brasileiro no período entre 1965 e 1985: setor moderno, setor arcaico e subsetor de fronteira agrícola. Delgado (1985, p. 58) caracterizou o setor moderno como concentrado principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com base em uma estrutura fundiária concentrada nas grandes empresas capitalistas e em pequenas propriedades bastante integradas ao CAI, ambas com uso de tecnologia moderna; elevados graus de capitalização, de integração com a indústria, de acesso às políticas agrícolas e de integração de capitais. O setor arcaico, concentrado principalmente na região Nordeste do país, teria a estrutura fundiária concentrada, embora houvesse

presença significativa da pequena exploração de subsistência em muitas áreas. O maneja da terra seria marcado pelo primitivismo e elevado uso de mão de obra, característica marcante em unidades com baixo grau de capitalização, e elevada presença de trabalho semiassalariado e de formas pré-capitalistas de dependência e relacionamento entre os agentes envolvidos. Além disso, seriam características desse setor a baixa integração com a indústria e acesso restrito das grandes propriedades – na sua maioria de propriedade individual - às políticas agrícolas.

Para Delgado (1985, p. 58), o subsetor de fronteira agrícola - que merece mais destaque nesse trabalho - abrange as regiões Norte e Centro-Oeste e tem tendência concentradora da estrutura agrária, evidenciada pelo elevado número de conflitos por terra e o constante avanço da grande propriedade sobre as terras de posse, inclusive através da grilagem. A capitalização é predominantemente baixa no período de acumulação primitiva, no qual são utilizadas formas pré-capitalistas de trabalho. Entretanto, conforme a fronteira vai sendo incorporada pelo CAI, e converte-se em frente pioneira, a tendência é de um aumento na capitalização das propriedades e redução do uso da mão de obra. O grau de integração técnica é crescente, principalmente em razão da agricultura só ter sido introduzida nessas regiões através de modificações nos solos e nas sementes. Além disso, a política agrícola do período, antenada à necessidade de aumento da produção agropecuária, reservou um papel importante para a fronteira agrícola: diversificar e aumentar a produtividade da agropecuária. Assim, pode-se dizer que o acesso às políticas agrícolas foi prioritário para as grandes propriedades capitalistas que optaram por se instalarem na fronteira, destacando-se os vários incentivos fiscais e crédito subsidiado que possibilitaram taxas de lucro diferenciadas para essas empresas.

Durante o regime militar, o processo de incorporação da região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro se deu com base na definição de uma “vocação regional” para a produção agropecuária destinada à exportação e à agroindústria na divisão nacional do trabalho, estabelecida pelo planejamento econômico estatal. O projeto de industrialização a partir do Sul e Sudeste, embutido na estratégia dos planos de desenvolvimento, estabeleceu qual deveria ser o papel da agropecuária neste contexto e também estabeleceu como seriam ocupados os novos espaços produtivos. Para o

governo militar, a agropecuária tinha o papel de assegurar preços baixos para os produtos que predominavam na formação dos preços da mão-de-obra e gerar divisas mediante a exportação de gêneros agrícolas "*in natura*" ou já industrializados, conforme foi expresso em 1964 no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG):

> A agricultura brasileira se caracteriza pela sua baixa produtividade geral. Não só a formação de capital fixo é reduzida, como o progresso tecnológico é lento. Acresce que políticas simplistas de combate à inflação, pela via de meras tentativas de controle de preços, conduzem, numa perspectiva de longo prazo, a um círculo vicioso: a distorção do sistema de preços tende a desencorajar o investimento na agricultura e, em consequência, esta não se expande a uma taxa suficiente para compensar o ritmo de crescimento da demanda. Mantém-se, assim, uma pressão constante de alta de preços. Ao tentar estimular o crescimento o setor leva-se em conta que compete à Agricultura neste estágio do desenvolvimento do País: prover a base indispensável à intensificação da concentração urbana determinada pela industrialização, por via do fornecimento de bens alimentícios e matérias-primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital; absorver parte da mão-de-obra que, anualmente, acorre ao mercado de trabalho, tendo em vista a relativamente baixa taxa de aumento do emprego do setor secundário (PAEG (Síntese publicada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica), 1964, p. 92).

Para tanto, os incentivos estatais para o processo de modernização da agropecuária seguiram quatro eixos estratégicos, alinhados com as políticas nacionais de desenvolvimento da época: desempenhar um papel de estímulo ao desenvolvimento interno (em geral favorecendo indústrias domésticas de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, através de medidas protecionistas); buscar ganhos adicionais de exportação, facilitando a instalação de um parque agroindustrial e crescente utilização doméstica de seus produtos; constante preocupação com o abastecimento interno, revelada pela ampla utilização do farelo de soja pela indústria doméstica de rações e óleo de soja; e estímulo às importações de insumos industriais. Dentro desse panorama geral das políticas agrícolas e agrárias, cabe analisar as ações setoriais estratégicas para o setor agropecuário, em especial aquelas que tiveram impactos sobre a produção de soja no Centro-Oeste (MUELLER, 1990, p. 51-63).

3.5.1. Política Tecnológica

As políticas tecnológicas para a agropecuária foram estabelecidas através de agências públicas e privadas de geração e difusão tecnológica e tiveram papel decisivo no avanço da fronteira agrícola da região Centro-Oeste. As áreas de cerrado, que, conforme o mapa 3, compõem a maior parte dos solos da região Centro-Oeste, puderam ser integradas ao espaço agrícola nacional graças às inovações tecnológicas que possibilitaram o aproveitamento dos solos ácidos e de baixo teor de cálcio. Apesar de serem áreas planas e com vegetação de menor vulto em relação a outros biomas, como o da Amazônia e o da Mata Atlântica (o que representa uma vantagem, visto que barateia a instalação de unidades produtoras agrícolas), os solos do Cerrado têm características que impedem o uso de técnicas de manejo puramente primitivas. Os solos ácidos e com baixo teor de cálcio facilitam a perda dos minerais solúveis do solo através do processo de lixiviação. Além disso, os solos do Cerrado são, em geral, pobres em fósforo assimilável, com média ou baixa disponibilidade de nitrogênio e potássio trocável (DINIZ, 2006, p.93).

Mapa 3: Biomas brasileiros

Fonte: IBGE (2010).

A Lei Delegada de número 9, de 11 de outubro de 1962, criou uma série de Institutos de Pesquisa e Experimentação vinculados ao Ministério da Agricultura. Para este trabalho, vale a pena destacar o IPEACO (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste). Com sede em Sete Lagoas (MG), sua especialidade era a pesquisa de milho e sorgo. Destacam-se também o IPEAO (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias), sediado no Mato Grosso, e o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Em 1973, esses institutos foram subordinados à Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (DINIZ, 2006, p. 90).

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) é um marco da política agrícola no Brasil. A partir de sua criação, o governo decidiu organizar maciçamente e em escala nacional o sistema de pesquisa agropecuária. Esse sistema foi essencial para criar demanda para as tecnologias de produção agrícola (implementos,

maquinários e insumos agrícolas) através de novas variações de sementes e cultivares que demandam mais insumos agrícolas, estimulando as inovações a montante na agropecuária. A difusão das mudanças da base técnica também ocorreu no campo das indústrias processadoras de gêneros agrícolas (indústria a jusante). Entretanto, essa disseminação se deu mais através da regulação estatal nas esferas normativa, sanitária e comercial do que através dos sistemas de pesquisa. Em 1974, o sistema de pesquisa agropecuária se fortaleceu com a transformação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural na EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural) e nas EMATERES (Empresas Estaduais de Assistência Técnica Rural).

As inovações tecnológicas na agropecuária podem ser divididas em três grandes grupos: inovações mecânicas, aquelas que afetam a intensidade e o ritmo do trabalho, como os tratores; inovações físico-químicas, aquelas que alteram as condições do solo elevando a produtividade do trabalho aplicada a ele; e as inovações biológicas, que alteram a velocidade do tempo das culturas e a rotação do capital, potencializando os outros dois grupos de inovações, e reduzindo o período de trabalho necessário para a reprodução ampliada do capital (ELIAS, 2003, p. 75).

Para Delgado (1985), a introdução das mudanças na base técnica da agricultura no Brasil ocorreu através de uma divisão do trabalho, na qual o Estado ficou com a tarefa de gerar e difundir as inovações biológicas, em virtude dos maiores custos e dificuldades de pesquisa num cenário de variação regional tão amplo como o brasileiro. As inovações mecânicas e físico-químicas ficaram a cargo da grande empresa capitalista de capital estatal, multinacional ou nacional privado. Os três grupos de inovações são inseparáveis. As inovações físico-químicas e biológicas alteram a engenharia das plantações, o espaçamento das plantas e os tipos de insumos agrícolas necessários para a produção, influindo nas inovações mecânicas e vice-versa. Não obstante, é possível identificar que, no Brasil, houve, por parte do Estado, certa especialização nas inovações biológicas.

> A presença do Estado na produção direta de tecnologia ocorre conforme uma certa divisão do trabalho. Pelo seu sistema de pesquisa, bastante reforçado a partir da criação da EMBRAPA em 1973, observa-se uma determinada concentração de esforços na geração das chamadas *inovações biológicas* (introdução de novos cultivares, por produtos e distintas regiões, melhoria genética na pecuária, controle de

> pragas e moléstias, etc). Aponta-se como uma das razões dessa especialização, os custos mais elevados e demorados da pesquisa, aliados a uma certa dificuldade de apropriação provada dos resultados da pesquisa, haja vista que sua difusão está sujeita a modificações, em razão da diversidade do clima, ecossistema e outros fatores de natureza regional (DELGADO, 1985. p. 92).

As inovações mecânicas foram dominadas por empreendimentos multinacionais ou nacionais dependendo do ramo, conforme será discutido no capítulo 4. Apesar da divisão do trabalho apontada, o papel do Estado na difusão das tecnologias foi essencial. Como exemplos, destacam-se o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, ambos de novembro de 1974, integrantes das metas de substituição de importações do II PND. O padrão da difusão apresentou características que condicionaram sua adoção e produtividade econômica a condições exógenas ao setor agrícola, o que é típico dos "pacotes tecnológicos" da agricultura. Isso significa dizer que as inovações biológicas se difundem ou não dependendo de sua adaptação às estratégias industriais das inovações mecânicas e físico-químicas produzidas que, no caso brasileiro, foram desenvolvidas majoritariamente pelo capital industrial privado, apesar de terem tido o apoio de programas estatais para sua difusão (DELGADO, 1985, p. 96 e PASTORE; DIAS; CASTRO, 1972, p. 150-153).

È nesse ponto, que deve ser destacada a importância do Crédito Rural para a difusão dos "pacotes tecnológicos", pois a liberação do crédito passou a estar mais vinculada à adoção das inovações, bem como à supervisão dos serviços de assistência técnica governamental. Observa-se também que as inovações de forma geral estiveram apoiadas numa matriz energética intensiva no uso de petróleo, intensivamente usado como matéria-prima dos nitrogenados e demais insumos necessários para a extração do minério e aplicação dos fertilizantes no solo. Essa variável passou a ser um complicador da política agroindustrial a partir da crise cambial provocada pelo II Choque do Petróleo.

A estratégia da conhecida "Revolução Verde" combinou inovações físico-químicas e mecânicas com a criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação, levando a um aumento exponencial da demanda por insumos industriais de todas as ordens, sem que tenham ocorrido alterações na estrutura agrária. Apesar da topografia relativamente plana facilitar o emprego de práticas

agrícolas mecanizadas, os solos do Cerrado tiveram que ser corrigidos mediante a adição dos componentes químicos de que os solos são deficientes. O fato de os solos do cerrado serem pobres em fósforo assimilável, em nitrogênio, potássio, cálcio, e magnésio trocáveis impede o uso de sistemas de manejo tradicionais. Dessa forma, a mecanização e a adaptação de sementes e dos solos possibilitaram a incorporação de uma enorme área para o plantio da soja e para a produção agropecuária de forma geral.

A soja foi introduzida na região já com elevado grau de pesquisas científico-tecnológicas e mecanização, o que potencializou o controle humano sobre seu ciclo produtivo. Os novos cultivares de período juvenil longo produzidos principalmente pelo setor público através da Embrapa, além de possibilitarem o plantio de soja nos solos do Cerrado, aumentaram a eficácia das inovações tecnológicas, mecânicas e físico-químicas. Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa de soja no Brasil pôde contar com um legado de pesquisas já bastante consolidado para que, no processo de expansão da soja para o Centro-Oeste, não fosse possível somente incorporar novas terras para a produção do grão, mas também possibilitar que essas terras fossem incorporadas com elevados índices de produtividade (SOUZA, 1990, p. 191-192).

Vale destacar que, apesar do já consolidado legado de pesquisas existentes nos EUA, o processo de inovação biológica brasileiro foi além ao viabilizar o plantio da soja em regiões tropicais:

> As cultivares de período juvenil longo representam uma caminhada tecnológica bastante diferente daquela trilhada pelos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. O que há na pesquisa agronômica brasileira com relação à soja é muito mais do que um fenômeno de criatividade e invenção: é na, verdade, um “breakthough” intelectual (SOUZA, 1990, p. 192).

Essa inovação não se limitou às inovações biológicas, mas também abarcou a questão da correção do solo através da seleção de bactérias e técnicas de correção desenvolvidas pela EMBRAPA e pelo PNP – Soja (Programa Nacional de Pesquisa de Soja). Logo após o I Choque do Petróleo, foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja. Ligado à EMBRAPA, o centro foi instalado em Londrina, grande região produtora, e tinha como objetivo produzir efeitos imediatos no aumento da produtividade da lavoura brasileira de soja. O Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados (CPAC) teve importante papel na efetivação da produção de

soja neste bioma, ao desenvolver projetos para a correção do solo; fertilização; microbiologia; e auxiliar na criação de variedades de soja, como a Doko, Savana, Mato Grosso e Numbaíra. Os principais cultivares plantados no Brasil desde os anos 60 até o início dos anos 80 estão na tabela 3, dentre as que mais se popularizaram a partir de 1980 foram as seguintes variedades Timpira; Tropical; Numbiara; BR-15; Cristalina; IAC-8; UFV-1 e IAC-7, predominantemente, sementes de período juvenil longo, que logo se disseminaram pelo território do Centro-Oeste pela sua boa adaptação aos solos do Cerrado.

Tabela 3: Principais cultivares de soja plantados no Brasil entre 1960 e 1980

Período	Principais cultivares
-/60	Amarela, Comum, Abura, Pelicano e Mogiana
1960/68	Hill, Hood, Majos, Bienville e Hampton
1968/74	Bragg, Davis, Hardee, Santa Rosa, Delta, Campos Gerais, IAC-2, Viçosa e Mineira.
1975/80	IAS-4, IAS-5, Planalto, Prata, Pérola, BR-1, Paraná, Bossier, Sant'Ana, São Luiz, IAC-4 e UFV-1.
1980/-	BR-2, BR-3, BR-4, Ivaí, Vila Rica, União, Coob, Lancer, Co-136, IAC-5, IAC-6, IAC-7, UFV-2, UFV-3, Cristalina, Timpira, Tropical, Numbiara, IAC-8, BR-15 e Doko

Fonte: Kaster e Bonato (1980).

A ausência de um marco regulatório dos direitos de propriedade intelectual sobre plantas fez com que o domínio no segmento de vendas de sementes de soja no Brasil tenha sido da EMBRAPA. Até 1996 e 1997, anos da criação da Lei de Proteção aos Cultivares[25] e da Nova Lei de Propriedade Industrial[26], a EMBRAPA tinha 70% de participação no mercado de soja brasileiro, número que caiu para 55% após 1997. A aprovação dessas duas leis viabilizou a cobrança de *royaltes* pelo uso de sementes, atraindo vultosos investimentos privados no setor. Esses investimentos se deram

[25] Lei 9456/97 que passou a reconhecer aos melhoristas brasileiros o direito à propriedade intelectual de novas variedades vegetais (SENADO FEDERAL, 2012).

[26] Lei 9276/96 substituiu a lei 5772/71 e ampliou a proteção para produtos e processos biotecnológicos, incluindo o patenteamento de genes usados na indústria de sementes (SENADO FEDERAL, 2012).

principalmente na pesquisa de sementes de soja, pela sua elevada rentabilidade e pela abertura da possibilidade de plantio de variedades transgênicas, aprovada em 2003, marcando o início de um período em que as biotecnologias passam a ter na semente o seu principal vetor de aplicação (SANTINI; PAULILLO, 2003, p. 28-30).

Nesse contexto, diversas empresas agroquímicas entraram no mercado de sementes visando complementar suas atividades e viabilizar a expansão da produção de agroquímicos. Conforme a tabela 4, observa-se que, após 1997, a participação de empresas agroquímicas transnacionais no mercado de sementes de soja no Brasil aumentou consideravelmente, marcando o início de uma acentuada internacionalização no setor.

Tabela 4: Participação das Empresas no Segmento de Soja

Nome da Empresa	Percentual
Até 1997	
EMBRAPA	70
FT Pesquisas e Sementes	12
COODETEC/Ocepas	10
IAC	2
Dois Marcos	1
Outros	5
Após 1997	
EMBRAPA	55
Monsanto (Monsoy)	20
Coodetec	10
CTPA (Emgopa)	5
Pionner/Du Pont	1
Aventis	1
Outros	8

Fonte: WILKINSON (2000), KLEFFMAN AMIS (2000) apud SANTINI; PAULILLO (2003, p. 28).

Na década de 1970, a constituição e consolidação de um sistema nacional de pesquisa agropecuária criaram condições para que fossem desenvolvidas e difundidas

variedades de sementes que exigem a ampla utilização de modernos insumos agrícolas entre os produtores. Dessa forma, pode-se dizer que as sementes e mudas das novas variedades de soja foram um pilar da industrialização da agricultura e do processo de integração capitalista da fronteira agrícola do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, uma vez que estimularam a industrialização da agricultura tanto a montante como a jusante no contexto da "Revolução Verde". Além disso, a ausência de um mecanismo regulatório dos direitos intelectuais sobre as inovações representaram um mecanismo indireto de subsídio estatal para produtores e indústrias processadoras através da Embrapa que, ao vender as sementes, não cobrava direitos sobre a propriedade intelectual das inovações.

3.5.2 Política Fundiária

A política fundiária brasileira instituída após a mudança política ocorrida em 1964 estabeleceu duas diretrizes básicas sobre a questão agrária: as bases institucionais para que, em tese, ocorresse a realização de uma Reforma Agrária e o princípio da inviolabilidade da empresa rural, tida como importante pilar da Política de Desenvolvimento Rural. A política de reestruturação agrária do Estado se concentrou nos projetos de colonização e "assentamento rápido" – na prática uma intervenção cartorial buscando a titulação legal de terras já sob posse de produtores - amplamente praticados nas fronteiras do Centro-Oeste e do Norte. Essa atuação foi extremamente tímida diante das 3.369.349 propriedades rurais que compunham a clientela potencial para a reforma agrária, ou 65% do total de 5.159.851 de estabelecimentos rurais levantados pelo Censo Agropecuário de 1980 (DELGADO, 1985, p. 90-105).

Não obstante, o Estatuto da Terra deu aos governos estaduais e ao governo federal, amplos poderes para realizar alterações na estrutura agrária, sendo alguns deles de competência privativa do governo federal. Os principais são: discriminar e arrecadar terras devolutas, reconhecendo, demarcando e legitimando a posse de terras não tituladas para posterior transferência a particulares; e desapropriar, por interesse social, áreas definidas como latifúndio, situadas em áreas de grave conflito social ou situadas em área de atuação do Programa de Irrigação do Nordeste, sob responsabilidade

executiva do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Segundo o Estatuto, o pagamento da desapropriação deveria ser feito em dinheiro ou Títulos da Dívida Agrária. Destaca-se a também exclusão da desapropriação por interesse social de áreas definidas como de empresas rurais, o que acabou por desarticular totalmente a política de reforma agrária da legislação (LEI 4504 de 30/11/1964).

Outro poder de redistribuição agrária do Estado previsto na legislação, e que foi pouco utilizado, é a possibilidade de implantação de projetos públicos de colonização em novas áreas. Segundo Delgado (1985, p.98-99), a política esteve restrita ao reassentamento de desapropriados de projetos hidroelétricos e projetos de irrigação pública no Nordeste. Segundo dados do INCRA, do total de 104.803 colonos assentados entre 1978 e 1983, apenas 41.602 eram de projetos de colonização pública; enquanto 35.264 eram de "assentamentos rápidos" e 20.327 de projetos de colonização privados. Se forem somados a esse contingente os 5.048 colonos assentados pelo DNOCS e pela CODEVASF, ainda assim, pode-se considerar as políticas implementadas extremamente insuficientes perto das necessidades de 65% dos estabelecimentos rurais do país.

O destaque da política agrária está mesmo no apoio aos grandes empreendimentos rurais, implícito numa estratégia de valorização dos patrimônios territoriais. Esse apoio de deu principalmente através do apoio à colonização privada; através dos incentivos fiscais a projetos agropecuários pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); através da cédula "G" de tratamento diferenciado do Imposto de Renda para empresas agropecuárias - altamente generoso na isenção à tributação de lucros - e através da concentração espacial de investimentos e aplicações subsetoriais em grandes projetos agropecuários. No Centro-Oeste, pode ser observada a instalação de grandes projetos agropecuários apoiados nas linhas de incentivo público citadas. Um exemplo foi a fazenda Suia-Missu, no estado do Mato-Grosso, à época, a maior fazenda do mundo, que contou com financiamento de mais de

U$$ 30 milhões da SUDAM e chegou a ter 560.000 hectares (ISA, 2012 e VALE DOS ESQUECIDOS, 2012).

A colonização privada teve apoio principalmente através de investimentos públicos em infraestrutura básica, financiamento à implantação de colonos, e amparo institucional pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para essa iniciativa do capital no mercado de terras. Na região Centro-Oeste, teve destaque o projeto de colonização estadual de Aripuanã (MT), com área de 1 milhão de hectares, patrocinado pela Cotriguaçu[27]. Os projetos de colonização privada chegaram a ocupar uma área equivalente a 2,2% da superfície total dos estabelecimentos agropecuários segundo dados do Censo Agropecuário de 1980.

No Centro-Oeste, até 1970, os projetos de colonização foram majoritariamente implementados pelos governos estaduais, que passaram a participar desse processo no regime militar, em sintonia com as mudanças na geopolítica territorial observadas nesse período, cujo lema era "ocupar para não perder" (REZENDE, 2007). Nesse contexto, o INCRA passou a incentivar a colonização privada principalmente no norte do Mato Grosso. Esse processo ganhou impulso com o fechamento da fronteira agrícola na região Sul do país, que acabou por estimular a migração para o Centro-Oeste, para onde a capital federal trouxe uma malha rodoviária capaz de tornar viável a produção na região (DINIZ, 2006, p. 112).

Como projetos de colonização privadas importantes, podem ser citados o de Alta Floresta, implantado pela INDECO S.A. (Integração, Desenvolvimento e Colonização) em 1975; o de Terra Nova, implantando na rodovia MT-322, na mesma região; e o projeto de Sinop (Sociedade Imobiliária Norte do Paraná), implantando na rodovia BR-163, que ocupou mais de 645 mil hectares, divididos entre pequenos e médios proprietários. Em torno desse último projeto surgiram as cidades de Cláudia, Carmem, Vera e Sinop, este último elevado a município em 1979, considerado atualmente a capital do norte de Mato Grosso. (OLIVEIRA, 2008).

Outra política de favorecimento da grande empresa rural, que incidiu sobre a valorização da propriedade fundiária, foi a de investimentos em infraestrutura específica

[27]Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.

para determinadas regiões, projetos rurais, e até mesmo empresas privadas. São investimentos em eletrificação rural a preços subsidiados, obras de irrigação pública, drenagem, saneamento ambiental, e a construção de estradas vicinais em benefício de empresas privadas.

A construção de uma estrutura de transportes e de uma rede de eletrificação rural capazes de escoar a produção e viabilizar o uso das inovações tecnológicas para a agricultura foi extremamente importante para o desenvolvimento agropecuário no Centro-Oeste. Já a partir do Plano de Metas, os investimentos estatais em infraestrutura; base energética e telecomunicações tiveram destaque e passaram a ser incentivados através de programas regionais de desenvolvimento, viabilizados por incentivos fiscais, crédito subsidiado, créditos extraordinários, dentro outros. Sem esses mecanismos, a região Centro-Oeste dificilmente teria alcançado o grau de integração aos mercados interno e externo que possui hoje (DINIZ, 2006, p. 120).

Nesse sentido, a transferência da capital federal para a região foi bastante decisiva no sentido de viabilizar vultosos investimentos federais. Já em 1960, a extensão das redes rodoviária dos estados de Goiás, Mato Grosso (que englobava o atual Mato Grosso do Sul) e Rondônia era de 6.481 km. Entre 1950 e 1960, a região Centro-Oeste recebeu 37% do incremento da extensão de vias federais do período e, entre 1960 e 1970, além do asfaltamento de mais de 800 km de rodovias, as malhas rodoviárias estaduais cresceram 284% (NATAL, 1991, p. 159-165).

O traçado das rodovias revela que a força condutora da economia industrial de São Paulo e do Sudeste se projetou para o norte e noroeste do país através da rede de transportes, desintegrando as seculares relações econômicas entre essas regiões, que tinham Belém como centro polarizador através da navegação fluvial. Nesse processo, destacam-se as rodovias Belém-Brasília (BR-163); a BR-364, que integrou o Mato Grosso a Rondônia e ao Triângulo Mineiro, tendo sido decisiva para a ocupação do Estado; a BR-163, que ligou Campo Grande a Cuiabá e Santarém, chegando ao entroncamento com a Transamazônica (BR-230), estimulando a ocupação do norte de Mato Grosso e viabilizando projetos de colonização particulares; e a BR 262, que liga Corumbá a Campo Grande e Três Lagoas, integrando o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, a São Paulo. Esses incrementos na área de transportes estimularam o

crescimento da frota de veículos de carga na região, que, segundo Diniz (2006, p. 122), chegou a 32.539 veículos em 1970, contra 11.707 da região Nordeste no mesmo ano, evidenciando a forte presença dos interesses das indústrias automobilísticas no processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro.

Vale notar que todos esses benefícios à propriedade fundiária, sob a aparência de política de desenvolvimento rural impactaram de forma contundente na valorização da propriedade. Essa política foi orientada no sentido de fortalecer a grande propriedade e estimular sua reprodução na fronteira agrícola do Centro-Oeste. Nesse processo, deve ser observado o aumento da participação das formas societária de empresa na detenção da propriedade fundiária. Segundo os Censos Agropecuários de 1975 e 1980, as S/A, Ltda, Cooperativas, Sociedade de pessoas e Entidades Públicas que, em 1970, tinham 17,96% da propriedade fundiária, em 1983, passaram a ter 23,01%. Esse movimento se desenvolveu sob estímulo do Estado, uma vez que o acesso aos incentivos fiscais para projetos agropecuários requereu formas societárias de constituição das empresas rurais.

Segundo Delgado (1985, p. 106), outro grande fator de mobilização de capitais industriais, comerciais, e bancários no comércio de terras foi a transformação desse mercado em ramo especial do sistema financeiro. A propriedade de terras passou a constituir reserva de valor na carteira de ativos das empresas, além de um meio para se obter crédito e incentivos subsidiados, uma vez que existia expectativa de valorização das terras em virtude das políticas agrícolas e agrárias do governo, sem que houvesse necessidade de aplicação de capital produtivo nessas áreas. Essa visão especulativa da propriedade da terra deixou seu preço sujeito à avaliação capitalista de ativos e títulos financeiros de forma geral. Dessa forma, a renda da terra passou a conter a expectativa de valorização do capital financeiro disponibilizado para a sua compra e seu custo de oportunidade em relação a outras formas alternativas de aplicação.

Esse processo impediu que a fronteira agrícola do Centro-Oeste funcionasse como um espaço de disponibilidade de terras a pequenos produtores migrantes de outras regiões. O espaço disponível para a absorção dos excedentes de mão-de-obra do Sudeste e do Nordeste ficou restrito aos loteamentos e aos projetos de colonização privada, que deixaram de fora os pequenos produtores mais pobres, posseiros e trabalhadores rurais, agravando os conflitos pela terra na região.

Vale destacar também a experiência de intervenção direta e organizada do Estado no meio agrícola: a criação dos polos de desenvolvimento rural integrado, instituídos a partir do II PND. Para Delgado (1985, p. 108), essa concepção compreendeu uma forma planejada de organizar o espaço, promover sua racionalização técnica e, nele, instalar serviços articulados para o objetivo de sua exploração eficiente segunda uma dada meta. Essa política teve apoio do Banco Mundial e outras agência internacionais de financiamento. Os principais pólos desenvolvidos foram: POLONORDESTE, POLOCENTRO, e POLAMAZÔNIA.

O sistema de planejamento dos vários polos abarcou as diferenças e os protagonistas do planejamento agrícola de cada região, determinando a elaboração, acompanhamento, participação das agências e capitais internacionais em cada projeto. Para a análise que este trabalho se propõe a fazer, será analisado mais detalhadamente o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). O POLOCENTRO teve uma estratégia de buscar o aproveitamento econômico dos cerrados através da superação das limitações naturais de seus solos, mediante mecanização e aplicação de corretivos de PH e fertilizantes fosfatados. O destaque do programa foi a liberação de crédito a grandes empresas rurais e esforços de pesquisa e assistência técnica no desenvolvimento de cultivos apropriados para a região através da EMBRAPA.

O POLOCENTRO fez parte das estratégias do II PND para agricultura e, baseado na concepção de polos, selecionou 12 áreas com infraestrutura satisfatória e potencial agrícola, para nelas, melhorar as condições de infraestrutura e do solo e instalar fazendas através de crédito subsidiado para custeio e investimento (MUELLER, 1990, p. 53-56). Buscava-se assim, incorporar o cerrado ao espaço agrícola nacional sob a lógica empresarial, estimulando a grande lavoura e a pecuária comercial. O programa foi bem sucedido do ponto de vista tecnológico ao desenvolver e difundir inovações em pesquisa, infraestrutura, produção e comercialização de insumos agrícolas, dando condições para o surgimento e desenvolvimento de uma lavoura de soja com bons índices de produtividade e rentabilidade no Cerrado. Segundo Mueller (1990, p. 55), O POLOCENTRO foi responsável pela incorporação de 2,06 milhões de hectares, ou 31,5% das áreas do Cerrado incorporadas à fronteira agrícola.

Em complementação ao POLOCENTRO, foram implantados outros programas de desenvolvimento com foco na ocupação do Brasil Central: o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE, de 1971); o Programa de Integração Nacional (PIN, de 1970); o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER, de 1979); Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA, de 1967); dentre outros programas de irrigação e de financiamento de insumos agrícolas (GOODMAN, 1978; GALINDO; SANTOS, 1995; MUELLER, 1990).

O PROCEDER, coordenado pelo Ministério da Agricultura, através da Embrapa, deu origem ao Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados, atualmente chamado de Embrapa Cerrados, que teve papel fundamental no desenvolvimento agrícola dos cerrados através da adaptação dos solos e das sementes. O projeto atuou inicialmente no cerrado mineiro, chegando ao Centro-Oeste em 1985. O PROCEDER II incorporou 200 mil hectares na região, com investimentos de mais de US$ 350 milhões (DINIZ, 2006, p. 118).

O PIN (Programa de Integração Nacional) buscou transferir contingentes populacionais do Nordeste, acelerando o desenvolvimento de regiões do Centro-Oeste através da abertura de rodovias, distribuição de terras, incentivos fiscais e investimentos produtivos através do PROTERRA e do PRODOESTE, que tinham como alvo a construção de infraestrutura e assentamento de colonos (ISA, 2012). O PRODOESTE teve atuação majoritária na construção de malha rodoviária, sendo que sua execução ficou a cargo dos Ministérios dos Transportes, do Interior e da Agricultura.

Vale notar que a massa de investimentos públicos localizados nas áreas impactadas pelos polos tornou-se um fator de reforço à propriedade territorial, uma vez que promoveu uma valorização imobiliária, cujos benefícios foram apropriados pelos entes privados detentores da propriedade fundiária, seja através da diferenciação das taxas de lucro das atividades produtivas instaladas, beneficiadas com benefícios fiscais e crédito subsidiado, seja através da especulação imobiliária.

3.5.3 Política de financiamento rural

O volume de crédito concedido a taxas de juros reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências) é um dos principais mecanismos de articulação dos interesses agroindustriais nas políticas agrícolas do Estado. Foi assim que a demanda por insumos modernos cresceu a ritmo acelerado, o que consolidou o CAI, fortalecendo a aliança urbano-industrial que efetivou a mudança da base técnica da agricultura. Cada destinação do crédito contemplou um bloco agroindustrial específico do CAI (Aquisição de Máquinas, eletrificação rural, irrigação, safra, pastagens, beneficiamento, etc).

No crédito de comercialização agrícola, predominou o crédito vinculado à política de preços mínimos. Vale destacar que ele tem mais abrangência nos setores onde há maior concentração ou centralização de capitais, tais como açúcar; café; oleaginosas e trigo, amplamente ligados às agroindústrias e cooperativas, o que leva a concluir que o crédito a jusante dirige-se, majoritariamente, a produtos de alta integração de capitais (DELGADO, 1985, p. 85 e PASTORE; DIAS; CASTRO, 1972, p. 149-152). Essa observação tem importância relevante para a soja, uma vez ela foi incorporada ao complexo agroindustrial tanto pelo seu papel relevante na produção de alimentos para o consumo humano, como pelo fato de ser a base para a produção de rações animais. Desse modo, além da crescente demanda por alimentos em larga escala nos centros urbanos, o fato de a indústria a jusante ter sido o alvo do crédito vinculado aos programas de preços mínimos teve impacto decisivo na expansão dessa lavoura.

Com o crédito para custeio da produção não foi diferente. Ele também representou um elo importante para o projeto de modernização conservadora. No caso da soja, foi evidente a criação de relações interindutriais a montante e a jusante através de uma elevação da demanda por defensivos químicos; rações, cuja soja é matéria-prima importante; maquinário; implementos; e assistência técnica. Isso se deu em virtude do caráter modernizador do crédito rural. A partir dessas novas demandas, o Estado e o grande capital internacional realizaram grandes projetos de implantação de unidades produtoras de insumos agrícolas, defensivos químicos e fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos, além de uma série de bens intermediários

essenciais para a aplicação desses processos químicos. Além disso, através de normas sanitárias, e da condicionante de alimentação dos rebanhos com ração para a liberação de recursos para a pecuária, o Estado estimulou a demanda por rações. Tanto a montante como a jusante, fica evidente o caráter interindustrial do crédito rural.

O importante papel do Estado na regulação e financiamento das novas condições de produção e reprodução ampliada do capital na fronteira agrícola através das políticas agrárias, agrícolas, econômica e financeira propiciou a alavancagem de fundos para o processo de modernização conservadora da agricultura, de forma a consolidar a valorização da propriedade fundiária como reserva de valor e ativo financeiro. Esse processo aprofundou as relações de integração técnica agricultura-indústria a montante e a jusante, fortalecendo relações interindustriais pelo lado da oferta e da demanda agrícolas, consolidando a integração de capitais no CAI.

Além disso, a política fundiária praticada entre 1960 e 1980 incentivou o início da integração de capitais e a transformação do mercado de terras em um ramo especial de formação de ativos no mercado financeiro. A partir de 1980, o capital financeiro emergiu como novo organizador do mercado rural e do processo de acumulação de capital na agropecuária, junto com o capital industrial e, muitas vezes, controlando-o. Conforme foi analisado, a regulação estatal nesse processo - através de incentivos fiscais que possibilitaram diferenciação nas margens de lucro na agropecuária, e incentivos maiores a capitais integrados e com estabelecimentos localizados na fronteira agrícola - fortaleceu monopóliose oligopólios do grande capital no campo. Além disso, os investimentos localizados, em áreas consideradas estratégicas e a organização dos pólos de desenvolvimento levaram a uma valorização seletiva do espaço que acabou por fortalecer o caráter especulativo da propriedade da terra, cuja propriedade passou a seguir a lógica do capital financeiro, seja pela valorização dos títulos de propriedade, seja pelos incentivos encontrados pela propriedade fundiária no mercado monetário.

O rápido processo de urbanização, o crescimento e diversificação do comércio exterior, e a expansão da demanda industrial ocorridos no Brasil entre 1960 e 1980 foram fatores de extrema importância para o ritmo e a forma da modernização agropecuária. Entretanto vale ressaltar o papel específico do sistema financeiro na introdução e concepção das mudanças técnicas ocorridas, bem como na forma que se

organizaram os grandes capitais nacionais e internacionais, Estado e proprietários rurais no processo de modernização conservadora.

4 O CENTRO-OESTE NO CAPITALISMO BRASILEIRO: O LUGAR DA DESIGUALDADE.

O período 1930-1980 foi decisivo para a história do Centro-Oeste. A partir de 1930, com o ingresso do país em um padrão de acumulação cuja tônica é dada pela indústria, começaram a surgir as condições para a expansão do mercado interno, e o Estado passou a atuar no sentido de unifica-lo através da abertura de novas fronteiras de acumulação. O novo modelo econômico, conduzido pela indústria, aumentou a demanda por alimentos nos meios urbanos e criou novas relações entre a economia urbano-industrial e as áreas de produção agropecuária. O resultado das mudanças inauguradas nos anos de 1930 foi a integração das regiões brasileiras em uma mesma divisão do trabalho, sob o comando da economia industrial paulista (CANO, 1985). Em meio a esse processo, a região Centro-Oeste passou a ter maior presença na vida nacional, já que a oferta de terras fez com que a região tenha sido alvo da expansão da fronteira agrícola.

Além das transformações socioeconômicas de âmbito nacional, entre 1930 e 1980, houve políticas deliberadas do governo federal de aberturas de novas fronteiras para a posterior inserção do capitalismo nas novas regiões: a Expedição Roncador-Xingu; a Marcha para o Oeste; a construção de Brasília; a instalação de colônias agrícolas; as políticas creditícias, fundiárias e fiscais de incentivo para a instalação de empreendimentos empresariais na região; e a expansão da rede de transportes, conforme mencionado no capítulo anterior para o caso específico do Centro-Oeste. A partir dessas políticas, ficou nítido o novo padrão de acumulação que, sob o comando do polo urbano-industrial do Sudeste, começa a redefinir o papel da agropecuária no capitalismo brasileiro, através da industrialização e do fortalecimento do mercado interno.

Este capítulo busca levantar os reflexos sociais, demográficos, políticos e econômicos na região do processo de inserção subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro. O principal recorte de análise será o período entre 1950 e 1980, dado que foi nesse período que o Estado assumiu de forma eloquente e articulada a tarefa de redefinir o papel fronteira agrícola no capitalismo brasileiro através da concessão de incentivos à ocupação de terras e da dotação de infraestrutura necessária à produção.

Durante os governos militares, esse processo se acentuou e se consolidou através da articulação das infraestruturas físicas com um processo amplo de planejamento autoritário, que culminou em um novo padrão de industrialização, a elevadas taxas de crescimento econômico, e na constituição de mercados de grande escala. Nesse contexto, mudou completamente a função da fronteira agrícola, que passou a ser um importante fator de consolidação do mercado interno, possibilitando a alguns núcleos urbanos regionais, estrategicamente beneficiados pelas infraestruturas, o fomento da acumulação de capitais, a diversificação produtiva, e a mudança de seu papel na produção agropecuária.

Serão estudadas neste capítulo as relações entre os setores determinantes na conversão da fronteira oeste em frente pioneira. Serão também examinados os principais aspectos demográficos, econômicos e sociais que caracterizam a população local, a articulação de classes entre os capitais privados nacionais e internacionais, o Estado e os proprietários de terras, e a importância da imigração na constituição da população local.

Outro aspecto empírico de bastante relevância no entendimento da integração do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional é a questão do projeto nacionalista de segurança das fronteiras e de ocupação do território. Trata-se de um fato político bastante relevante que permeou fortemente a atuação do Estado na região, principalmente no que diz respeito à criação de municípios e às fronteiras estaduais.

Intimamente ligada à questão da criação de municípios, estão a relevância das cidades e o intenso processo de concentração da população no meio urbano observado no Centro-Oeste. É importante ressaltar que, apesar de ser uma região integrada ao capitalismo brasileiro através da agropecuária e da agroindústria, segundo o censo populacional de 1980, a região Centro-Oeste já concentrava 67,79% da população nas cidades, índice que superou os 85% em 2010. Tal fato revela que a agropecuária moderna tem forte ligação com as cidades, ou seja, apesar da produção agrícola se concretizar no campo, parte de sua mais-valia se realiza é escoada para os meios urbanos. Esse escoamento se dá através de vários dispêndios necessários para a reprodução da agropecuária moderna, tais como crédito, compra e manutenção de maquinário, contratação de serviços técnicos especializados e de mão de obra temporária. Entretanto, não são todas as localidades urbanas que conseguem reter parte

da renda da agropecuária moderna, de modo que a maior parte delas é incapaz de atender sequer às necessidades mais básicas de suas populações e inseri-las em outras atividades tipicamente urbanas. Dessa forma, pretende-se analisar as causas e as consequências dessa realidade, de modo a perceber sua ligação com os aspectos que permearam a incorporação capitalista da região ao espaço econômico nacional.

Sendo assim, cabe analisar também as estruturas sociais e agrárias engendradas pela incorporação capitalista da região ao espaço econômico nacional com base nos censos agrário e demográficos, bem como uma análise dos indicadores sociais, a fim de levantar quais foram os reflexos do processo para o meio rural, a população e o desenvolvimento local. Através de tais índices pretende-se aqui verificar a hipótese segundo a qual o Centro-Oeste representa, com suas especificidades, um espaço privilegiado de manifestação das desigualdades características do capitalismo brasileiro.

Em síntese, pretende-se com este capítulo entender as consequências da inserção do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro sob uma perspectiva regionalizada, sem perder de vista as ocorrências de âmbito nacional e suas relações com a economia-mundo capitalista. Trata-se de um capítulo crucial para a pesquisa, uma vez que o objetivo aqui é realizar uma análise empírica para verificar as proposições teóricas dos capítulos anteriores, de modo a consolidar uma ampla ampla do tema proposto. Para tanto, a compreensão do significado da fronteira e a análise seu papel na história e na economia brasileiras, realizada no capítulo 1, bem como a recuperação do processo de povoamento e inserção do Centro-Oeste no espaço nacional feita nos capítulos 2 e 3 são fundamentais, à medida que fornecem os subsídios necessários para a análise empírica aqui pretendida.

O capítulo se inicia pela análise da aliança regional de classes formada em torno do projeto de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, que engloba basicamente o Estado, os imigrantes que chegaram à região principalmente na década de 1970, e o grande capital agroquímico. Em seguida, buscar-se-á levantar a questão da segurança nacional envolvida na ação estatal na região. Na seção 4.3, será analisado o papel dos centros urbanos da região na agropecuária capitalista moderna e a relevância que ganharam no novo contexto regional e nacional iniciado a partir de 1950. Na seção 4.4, a análise dos dados e do panorama das estruturas social e agrária trará um retrato

das novas relações de trabalho e das desigualdades engendradas pelo processo de incorporação capitalista subordinada da região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro.

4.1 ALIENAÇÃO E AJUSTE ESPACIAL: O PACTO REGIONAL DE CLASSES FORMADO ENTRE 1950 E 1980 NO CENTRO-OESTE

O processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro se deu no contexto de uma reorganização geográfica do capitalismo mundial, no qual o Estado pode ser avaliado como um agente produtivo e regulador, cujo papel foi fundamental para a consolidação da agroindústria capitalista na região. Para analisar tal processo não se pode abrir mão de uma análise no âmbito da totalidade da economia-mundo capitalista. Para tanto, a contribuição da análise de economia-mundo de Immanuel Wallerstein em *World-Systems Analysis: An Introduction* (2004), assim como o detalhamento das variáveis regionais, das peculiaridades do campo brasileiro, e da inserção internacional do Brasil são fundamentais. Dessa forma, para este capítulo, impõe-se um diálogo entre David Harvey, Milton Santos e Immanuel Wallerstein.

Durante o século XX, em especial a partir de 1950, alguns países do chamado "Terceiro Mundo", dentre eles o Brasil, se industrializaram, e passaram a se diferenciar de forma bastante contundente do restante dos países da periferia. Internamente, os países periféricos industrializados acabaram por ter economias mais diferenciadas, aparelhos de Estado e relações sociais mais complexas, bem como um novo relacionamento entre as elites locais, o capital internacional e o Estado. Não obstante, a industrialização da periferia não eliminou a dependência em relação aos países centrais, mas a tornou mais complexa e diferenciada em relação ao esquema clássico de dependência observado nas sociedades genuinamente agroexportadoras (EVANS, 1980, p. 30).

Ainda que a exportação de capital dos países centrais para a periferia tenha sido utilizada como forma de controlar os meios de produção na periferia, de modo a intensificar o desenvolvimento do capitalismo no centro, ela inevitavelmente acelerou o desenvolvimento do capitalismo e das formas capitalistas de produção por todo o mundo. Milton Santos (2003, p. 138) considerou que o desenvolvimento das forças

produtivas e dos meios de produção levou a um aprofundamento da divisão social e geográfica do trabalho em escala nacional e internacional. Dessa forma, à medida que o capitalismo separou o homem dos meios de produção e a propriedade desses passou a se concentrar nos detentores do capital, o homem deixou de ser local e passou a ser global.

> Assiste-se, neste último quartel de século (século XX), a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para os outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem "local" para se tornar um "homem mundial". A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise por seu desigual poder de atrair capital (SANTOS, 2003, p. 138-139).

Não é mais somente a escala de decisões local que determina a divisão social e geográfica do trabalho, mas o capital, de acordo com suas necessidades de localização, relocalização e reprodução. O capital torna-se o intermediário entre o homem, destituído dos meios de produção, e o espaço alienado e sua capacidade de atrair capitais (SANTOS, 2003, p. 139). Isso significa dizer que as elites locais detêm poder sobre os fluxos de capital cuja dinâmica é local, já os capitais oligopolistas transnacionais controlam o fluxo de capital e o funcionamento da economia a nível mundial.

No entanto, não se pode dizer que o local é passivo. Sendo assim, o imperialismo acaba por engendrar relações de classe dialéticas características das localidades periféricas. Baran e Sweezy (1966, p. 177-191) analisaram o imperialismo como um fenômeno político que se manifestou na estrutura de classes formada na periferia. Segundo o autor, ao capital estrangeiro, não era interessante que houvesse um estímulo autônomo à industrialização, de modo que esse setor iria buscar alianças com elementos das elites locais que compartilhavam tal interesse: comerciantes importadores e elite agrária. O grande ponto de questionamento da aplicação de seu esquema ao caso brasileiro está no fato dele prever que a agricultura nos países da periferia industrializada tende a permanecer essencialmente "feudal".

Durante o processo de industrialização brasileira, a penetração do capital no meio rural transformou a produção em mercadoria, valor de uso em valor de troca.

Ainda que se leve em consideração que algumas regiões de exploração agrícola mais tradicional, como o Nordeste, não tenham apresentado transformações radicais no que diz respeito à integração com os capitais industriais, é inegável que, na fronteira do Centro-Oeste, a agropecuária desenvolveu-se com elevado grau de tecnologia produtiva e integração com os capitais financeiro e industrial, produzindo um modelo de exploração e acumulação essencialmente capitalista também na agricultura. Isso demonstra que o funcionamento do imperialismo e da exportação de capitais para a periferia têm como pressuposto certo grau de desenvolvimento e diferenciação produtiva em alguns de seus pontos mais avançados. Segundo Evans (1980, p. 37), o curso desse desenvolvimento tende a ser determinado tanto pelas ocorrências do centro, como pela evolução interna das próprias sociedades periféricas, revelando que o local não é passivo ante o grande capital multinacional.

Segundo Evans (1980, p. 41), a "teoria da dependência" identificou na depressão da década de 1930 um ponto de inflexão, a partir do qual a velha base agroexportadora tornou-se obsoleta e a transição do eixo dinâmico para o mercado interno foi inevitável. O principal êxito da teoria foi identificar que algumas estruturas sociais típicas das sociedades dependentes continuaram a existir – ainda que transformadas - apesar da industrialização, bem como mapear tais estruturas. A consolidação do mercado interno, ou seja, a industrialização através de substituição das importações foi seguida de uma internacionalização da economia à medida que o processo avançou rumo aos bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital, cujos significados políticos e econômicos se mostraram diferentes da primeira fase da industrialização.

> O desenvolvimento dependente é um caso especial de dependência, caracterizado pela associação ou aliança do capital internacional e nacional. O Estado também participa da aliança como um sócio ativo, e a resultante tríplice aliança é um fator fundamental no aparecimento do desenvolvimento dependente.
>
> Tal desenvolvimento ocorria mesmo durante o período de dependência clássica e de "crescimento orientado para a exportação", pelo menos nos países que puderem, mais tarde, fazer a transição para a "consolidação do mercado interno". Se a acumulação de capital e certo grau de industrialização não tivessem ocorrido nesses países, a transição teria sido impossível. Mas o desenvolvimento dependente era a antítese emergente, e não o principal tema da dependência clássica. Nesta, a acumulação do capital industrial ocorreu apesar dos interesses da elite dominante (EVANS, 1980, p. 42).

Nesse novo cenário, surge uma aliança entre capital nacional, capital internacional e Estado, retratada por Cardoso (1974). Seu modelo, chamado de "desenvolvimento dependente associado", apresenta uma relação mais complexa entre os grupos sociais envolvidos na aliança, no qual a acumulação de capital, promovida através da aliança entre capitais nacionais e estrangeiros, gera uma diferenciação no sistema produtivo. O Estado participa da aliança de forma bastante ativa.

O termo "desenvolvimento dependente" é apropriado ao Brasil não só pelo fato de a acumulação de capital e a industrialização terem se diversificado e se internacionalizado nos setores de bens de consumo duráveis e de bens intermediários e de produção, mas também pelo fato de a industrialização diversificada ter tido impacto decisivo na transformação da economia e estrutura social do país. Não obstante, Evans (1980, p. 43) ressaltou que o desenvolvimento dependente não pode configurar a negação da dependência, mas sua combinação e correlação com o desenvolvimento, justamente pelo fato de não eliminar as características típicas que marcam a estrutura da periferia, acentuando-as, já que a divisão internacional do trabalho permanece, embora baseada em novos patamares de desigualdade entre os países:

> Quando examinamos as relações entre as economias do "desenvolvimento associado" e as economias centrais, não é difícil compreender que a "divisão do trabalho" internacional persiste, baseada em graus muito desiguais de riqueza, ou formas desiguais de apropriação do excedente internacional e na monopolização de setores capitalistas dinâmicos pelos países centrais (CARDOSO, 1977, p. 20).

Essa abordagem deve abarcar as estruturas de classe específicas em seus locais no âmbito do capitalismo brasileiro. No caso do Centro-Oeste, apesar de a região ser uma frente pioneira não pautada pela expansão da indústria, sua inserção subordinada no capitalismo brasileiro revelou-se uma expressão do processo de industrialização brasileira, à medida que esse espaço foi, em grande proporção, aproveitado economicamente a partir das necessidades da economia urbano-industrial do Sudeste. No caso do Centro-Oeste, o pacto social do processo de integração econômica regional se expressa através de uma relação de classes algo diversa da de Evans (1980), ainda que seu esquema de tríplice aliança seja de bastante utilidade: os imigrantes da "Revolução Verde", oriundos principalmente da região Sul do Brasil que passaram constituir a principal parte da classe proprietária de terras; o Estado, através da

intensificação do capital fixo "dormente" [28], condição necessária à ampliação dos capitais "vivos" (capital variável das empresas) e "mortos" (capitais fixos), o que levou a uma diferenciação especulativa do espaço; e os capitais agroindustriais nacionais e, sobretudo, internacionais, que tiveram atuação importante na expansão da atividade agropecuária na região e sua integração com os capitais financeiro e industrial.

4.1.1 Os imigrantes da "Revolução Verde"

O principal movimento migratório rumo ao Centro-Oeste se deu a partir de 1970, período em que a cultura das variedades de sementes tropicais desenvolvidas pela EMBRAPA começou a se espalhar mais rapidamente pela região. Entre 1970 e 1980, os territórios compreendidos pelos atuais estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, além do Distrito Federal, receberam 1.401.573 de imigrantes, conforme a tabela 5. Esse número corresponde a 62,14% do crescimento da população residente da região, que aumentou em 2.255.329 no período, passando de 4.551.391 para 6.806.720 de habitantes. Do total de imigrantes, 22% eram oriundos da região Sul do país, ou seja mais de 301.000 imigrantes que se dirigiram principalmente para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos quais 48% e 43% dos imigrantes eram oriundos da região Sul respectivamente, conforme tabela 5.

[28] Santos (2003, p. 140) divide em três rubricas os "tipos" de capital necessários para o empreendimento agrícola capitalista: capitais fixos empregados na criação de infraestruturas de uso coletivo; capitais fixos destinados a criar ou renovar os meios de produção; e capitais variáveis, aplicados nas esferas da circulação e da produção. O capital fixo aplicado em infraestruturas, chamado por Santos (2003, p. 141) de capital fixo "dormente", é necessário para a reprodução do capital "vivo", constituído pelas forças de produção das empresas (capitais fixos para meios de produção e capitais variáveis).

Tabela 5: Distribuição da Imigração por Origem e Destino dos Migrantes entre 1970 e 1980

UF Anterior	UF Atual							
	GO		MS		MT		DF	
	Imigrantes % e total		Imigrantes % e total		Imigrantes % e total		Imigrantes % e total	
Distrito Federal	22%	66570,3	1%	1750,6	1%	1629,0	0%	0,0
Goiás	0%	0,0	3%	7877,7	13%	43006,1	16%	77556,5
Mato Grosso	5%	14793,4	5%	13129,5	0%	0,0	1%	2379,0
Mato Grosso do Sul	2%	5855,7	0%	0,0	11%	35186,8	1%	2854,8
Minas Gerais	30%	91534,2	3%	9336,5	10%	31603,0	16%	77556,5
Nordeste	22%	66262,1	6%	16047,1	5%	16290,2	42%	200790,6
Norte	2%	5855,7	1%	1458,8	0%	358,4	2%	9991,9
Outros Sudeste (ES e RJ)	2%	5855,7	3%	7294,2	0%	684,2	12%	55669,4
Outros Sul (RS e SC)	1%	3390,2	7%	21590,7	8%	25738,5	2%	9040,3
Paraná	2%	5547,5	41%	118748,8	35%	112402,4	1%	5233,9
Rondônia	0%	308,2	0%	1167,1	0%	358,4	0%	475,8
São Paulo	11%	33285,2	3%	9365,7	13%	41702,9	5%	23790,4
Tocantins	3%	9245,9	0%	291,8	1%	3909,6	2%	10943,6
Total em milhares	308.196		291.766		325.804		475.807	
Total de imigrantes	1.401.573		Total de Imigrantes da Região Sul				22%	301.692

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980 apud Cunha (2002, p. 29).

A associação de alguns dos conceitos de Harvey (2005) à introdução da cultura de soja no Centro-Oeste a partir de 1970[29], e de elementos estruturais e conjunturais da região Sul ajuda a observar as origens dessa frente migratória. Harvey (2005, p. 142-143) propõe uma "teoria da geografia histórica do capitalismo" na qual suas contradições levam a crises de superacumulação, que tendem a ser solucionadas através de um "ajuste espacial", no qual a empresa multinacional, por sua capacidade de

[29] Até então a soja era plantada predominantemente na região Sul, de latitude e clima adequados para o seu plantio. Até meados dos anos 1990, o Rio Grande do Sul foi o maior estado produtor do Brasil. Dessa forma, a experiência adquirida com o plantio do grão na região Sul deve ser interpretada como um fator importante que levou muitos "sulistas" a migrarem para a região Centro-Oeste quando, através do desenvolvimento de novas sementes adaptadas ao clima da região pela EMBRAPA, o plantio de soja passou a ser viável na região

deslocar tecnologia, controlar mercados de trabalho, recursos, e organizar sua própria divisão territorial do trabalho, tem papel fundamental. Nesse processo, as diferenças geográficas, o grau de urbanização, as conexões interindustriais, o grau de divisão social do trabalho, as alianças regionais de classes e o papel do Estado podem configurar variáveis estratégicas para barrar ou facilitar a acumulação de capital. Trata-se da "coerência estruturada" para a produção de um determinado espaço produtivo. Ela abrange tanto as estruturas físicas quanto as infraestruturas sociais (mercado de trabalho coerente, criação de culturas de consumo, consciência nacional) que permitem a circulação dos grandes capitais sem limites de lucro com segurança institucional para a acumulação.

Segundo Harvey (2005, p. 146-147), os agentes econômicos tomam suas decisões em meio a uma dialética entre destinar seu capital para áreas onde a taxa de remuneração é maior ou permanecer ligado a uma aliança regional de classes (uma resposta inevitável à necessidade de se defender valores materializados e uma coerência regional estrutural alcançada) já consolidada. Tais alianças tendem a ser instáveis, pois além do compromisso entre capital e trabalho que as legitima ter de ser interessante tanto para a acumulação de capital pela burguesia, quanto para a condição de vida da mão de obra, ele tende a ser constantemente desestabilizado.

Uma economia regional eficientemente organizada, repleta de infraestruturas, tende a ser satisfatória para a maioria e condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, os agentes têm estímulo a deixar as alianças regionais de classe devido ao aumento da competição nas regiões com maior intensidade de infraestruturas, e devido às possibilidades de acumulação maior através de uma mudança geográfica. Da mesma forma, as relações entre capital e trabalho tendem a se desestabilizar. Conforme os incentivos para uma acumulação maior através da mudança geográfica se acentuam, maior o incentivo para o capital tentar aumentar sua taxa de exploração através de ameaças de saída, o que coloca em risco a conciliação e a aliança regional de classes.

Harvey propõe uma teoria para explicar a dinâmica de movimentação do capital entre diferentes países, de modo que surgem dúvidas se caberia aplicar tal esquema para explicar o deslocamento de capitais e pessoas ocorridos da região Sul para a região

Centro-Oeste a partir da abertura da possibilidade de aproveitamento agrícola dos solos dessa região. Em relação a isso, pode-se dizer que, conforme avançou a valorização espacial seletiva na região Sul do Brasil, os custos da reprodução ampliada do capital aumentaram de forma que, para os produtores agrícolas e agroindústrias poderem aumentar sua rentabilidade, foi necessária uma nova intensificação e reordenação espacial da agropecuária moderna, com transferência de excedentes populacionais e de capitais para as atividades e regiões com maiores possibilidades de lucro, o que, juntamente com os incentivos estatais, estimulou as frentes de imigração rumo ao Centro-Oeste.

Essas frentes de imigração devem ter suas características levantadas a partir dos seus fatores de estímulo e suas transformações ao longo do tempo. Nos estados da região Sul, a coerência regional estrutural alcançada, fortemente baseada em propriedades agrícolas familiares de caráter empresarial, levou a uma crescente escassez de terras para a formação de grandes propriedades, processo que, segundo Mueller (1990, p. 63), costuma ocorrer em áreas onde a terra tem elevado valor e onde predomina a agricultura empresarial mecanizada. A contradição desse movimento (que pode ser identificado como uma das origens principais da "crise" que se estabeleceu na região Sul e que estimulou a migração) está justamente no fato de que a agricultura empresarial mecanizada exige grandes espaços para ser viável.

Sendo assim, observa-se que, nos anos de 1970, boa parte dos migrantes que chegavam à região Centro-Oeste tinham como intuito estabelecer empreendimentos próprios, dado o fato de a região, naquele momento, oferecer a oportunidade de constituição de propriedades maiores em relação aos estados de origem (CUNHA, 2006, p. 98 e MULLER, 1990, p.63). Esse fato pode ser comprovado pela tabela 6, de ocupação dos chefes de famílias imigrantes interestaduais da região Centro-Oeste segundo o Censo Demográfico de 1980. A tabela mostra a ocupação dos chefes de família economicamente ativos em números totais e percentuais, para que se possa apurar qual a participação dos imigrantes na formação da classe proprietária de terras da região, e sua participação na classe trabalhadora. Os dados foram tabulados sem o Distrito Federal, que concentra grande contingente de servidores públicos, enquadrados no setor de serviços, realidade incompatível com a observada no restante da região.

Dos 224.046 chefes de família que migraram para a região nos anos de 1970, 16,6% eram empregados da agropecuária, 37,4% da indústria, comércio e serviços, 3,1% trabalhadores agrícolas volantes e 0,5% parceiros ou meeiros empregados, totalizando 57,5% dos chefes de família imigrantes na condição de empregados/trabalhadores. 41,7% eram de alguma forma eram autônomos ou trabalhavam por conta própria, sendo que 17,8 % eram autônomos na agricultura e 5,7% empregadores sem remuneração e, portanto, proprietários de estabelecimentos agrícolas ou não agrícolas. Em Mato Grosso, os autônomos da agricultura e empregadores chegam a somar 23,5% dos chefes de família.

A tabela 6 mostra ainda a baixa penetração de mão de obra assalariada relacionada ao setor agrícola nesse período: 19,7%, valor que inclui a soma das categorias de empregado na agropecuária e trabalhador volante agrícola, revelando a importância do estabelecimento de propriedades familiares. Esse fato marca também a existência de uma precarização das relações de trabalho na região, já que a categoria de autônomos em outras atividades, que inclui um segmento de baixa renda urbano, dedicado a "bicos" e atividades esporádicas, chegou a 16,6%.

Tabela 6: Chefes de Família imigrantes interestaduais economicamente ativos segundo condição de ocupação entre 1970 e 80 em percentual

Estado	Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Total CO sem DF	
Categorias	%	total	%	total	%	total	%	total
Trabalhador Volante Agrícola	3,3%	2.411,4	2,6%	2.031,2	3,3%	2.404,1	3,1%	6.846,7
Parceiro ou Meeiro Empregado	0,6%	438,4	0,4%	312,5	0,6%	437,1	0,5%	1.188,0
Empregado na Agropecuária	13,8%	10.083,9	16,3%	12.734,0	19,6%	14.278,8	16,6%	37.096,8
Empregado Comércio e Indústria	47,3%	34.563,1	26,3%	20.546,3	39,3%	28.630,4	37,4%	83.739,8
Total trabalhadores/empregados	65,0%	47.496,8	45,6%	35.624,1	62,8%	45.750,4	57,5%	128.871,3
Parceiro ou Meeiro Autônomo	1,7%	1.242,2	0,9%	703,1	2,2%	1.602,7	1,6%	3.548,1
Autônomo Agropecuária	8,5%	6.211,1	31,4%	24.530,6	12,6%	9.179,2	17,8%	39.921,0
Autônomo Outros	18,8%	13.737,5	16,2%	12.655,9	14,8%	107.81,9	16,6%	37.175,4
Empregador sem remuneração	5,4%	3.945,9	5,0%	3.906,2	6,7%	4.881,0	5,7%	12.733,1
Total Autônomo/Empregador	34,4%	25.136,8	53,5%	41.795,8	36,3%	26.444,9	41,7%	93.377,5
Outros (mal definidos)	0,6%	438,4	0,9%	703,1	0,9%	655,7	0,8%	1.797,2
Total		73.072		78.123		72.851	100,0%	224046,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações especiais Nepo/Unicap apud Cunha (2002, p. 39-40).

Esse movimento migratório foi base importante para a formação da elite proprietária de terras e também de uma nova classe trabalhadora e um novo campesinato na região. Nessas frentes migratórias é que surgiram muitos dos grandes e médios proprietários de fazendas empresariais modernas e integradas à agroindústria nacional e internacional. Conforme verificou-se, a região desenvolveu, via imigração, uma estrutura e classes com uma marca bastante clara: a desigualdade.

A tabela 6 mostra que, ao mesmo tempo em que o Centro-Oeste recebeu imigrantes que puderam estabelecer propriedades agrícolas familiares, empreendimentos comerciais e industriais, e até mesmo tornarem-se empregadores, também recebeu um enorme contingente de trabalhadores, sobretudo nos setores comerciais e industriais. Esse dado revela que a maior disponibilidade de terras em relação a outras regiões do país, não foi um vetor de redução das desigualdades. Uma evidência disso está no fato de que a maior parcela dos imigrantes que chegaram à região tenham tornado-se mão de obra empregada na indústria e no comércio, atividades tipicamente urbanas, destacando a baixa capacidade da agropecuária moderna em absorver mão de obra.

As marcas dessa estrutura de classes desigual que a imigração ajudou a desenhar são visíveis na estrutura urbana, nos indicadores sócio-econômicos – conforme será analisado nas seções 4.3 e 4.4 – no cenário político ou na correlação de forças entre as classes sociais. No Centro-Oeste, observa-se justamente o predomínio de uma burguesia agrária, que não se limita somente ao controle da propriedade da terra, mas que controla também alguns setores do capital industrial nacional, como abatedouros, frigoríficos, e grupos processadores de alimentos. Esse predomínio da burguesia agrária se deu em virtude da nova ligação do espaço econômico do Centro-Oeste à economia urbano-industrial do Sudeste e do papel da agroindústria nesse cenário.

Não pode ser descartado aqui o fato de, historicamente, o imperialismo estimular, nos países dependentes, o crescimento dos capitalistas agrários voltados para exportação. Entretanto, essa evidência da correlação existente entre a totalidade da economia-mundo capitalista e a forma de articulação das elites nesse novo espaço não pode levar à estreita concepção de que elite local do Centro-Oeste tenha se constituído

como um simples elo local de uma hegemonia dos grandes capitais agroindustriais nacionais e internacionais na economia-mundo capitalista. Ela teve e tem poder de influência decisivo no desenvolvimento regional, nas políticas de Estado e nos cenários políticos local e nacional.

A aparente relação de "subordinação" da burguesia local esconde, na verdade, uma relação dialética entre burguesia nacional e multinacionais. Segundo Evans (1980, p. 48), mesmo a burguesia "internacionalizada", coerentemente aliada ao capital internacional, tem interesse pela acumulação local como forma de manter sua posição e privilégios. Seja através da propriedade conjunta de firmas, ou da prestação de serviços e atividades complementares àquelas desempenhadas pela multinacional, a burguesia local depende do "nacionalismo", ainda que o Estado tenha moldado o relacionamento das elites locais com o grande capital multinacional em estreita sintonia com os interesses dos capitais internacionais.

No Centro-Oeste, essa interação se mostrou mais difícil e complexa, pois apesar da penetração do capital internacional em todos os estágios da produção agropecuária da região ter sido bastante facilitada pelas políticas e incentivos estatais, o Estado auxiliou decisivamente a burguesia local no sentido de conseguir se consolidar não só no controle da terra e de grande parte da produção agropecuária, mas também de parte da agroindústria. Isso mostra a importância e a expressão das elites locais no desenvolvimento de forças capitalistas de produção e no controle e implementação das políticas públicas, ainda que em um contexto de desnacionalização da economia.

A título de ilustração, o expoente maior da relação dialética entre capital internacional e nacional presente na atividade agroexportadora no Centro-Oeste é o ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que já foi o maior plantador individual de soja do mundo, é controlador do Grupo Andre Maggi. De família de ascendência italiana, o atual senador pelo PR de Mato Grosso é paranaense, da cidade de São Miguel do Iguaçu. Filho de André Antônio Maggi e Lúcia Borges Maggi, fundadores das sementes Maggi em 1977, Blairo Maggi é agrônomo e chegou a Rondonópolis (MT) na década de 1980 no intuito de comprar terras para a produção de soja. No Centro-Oeste, o negócio prosperou, e a família começou a produzir soja em grande escala. A partir de

então, o grupo se transformou numa grande holding que atua nos setores de transportes, energia, processamento e beneficiamento, sementes, fertilizantes, e comércio exterior.

Além de seu sucesso no mundo empresarial, Blairo Maggi começou a ganhar notoriedade política em Mato Grosso ao organizar produtores de soja por renegociações de dívidas junto ao Banco do Brasil e ao governo federal. Em 2002, lançou-se candidato ao governo de Mato Grosso pelo PPS e venceu as eleições em primeiro turno, tendo repetido o feito nas eleições de 2006. Após ter se desfiliado do PPS e ter apoiado a reeleição do ex-presidente Lula em 2006, ganhou prestígio político e passou a indicar nomes para importantes escalões do governo federal e de empresas estatais.

Em 2009, foi eleito um dos homens 67 empresários mais influentes do mundo pela Revista Forbes, e em 2011, renunciou ao cargo de governador para se candidatar a Senador. Eleito, foi convidado pela presidente Dilma Rouseff a assumir o ministério dos transportes, mas recusou o convite. Após ter ganho o "Prêmio Motosserra de Ouro" do Greenpeace em 2005, em virtude ao aumento do desmatamento em Mato Grosso durante seu governo, Blairo Maggi vem acenando com uma postura de maior entendimento junto a ambientalistas, tendo inclusive implantado um programa de regularização ambiental chamado MT Legal, que reduziu o desmatamento no Estado. Essa postura mais moderada em relação às questões ambientais lhe rendeu críticas por parte de associações de produtores rurais, e também uma homenagem do próprio Greenpeace em 2010. Desde fevereiro de 2013, é presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, o que facilitou sua atuação durante o debate do Código Florestal.

Essa incurssão nos anos 2000 recente mostra que a estrutura de classes que se desenvolveu no Centro-Oeste exorbitou o âmbito da localidade, tendo em vista a importância que a região assumiu no capitalismo brasileiro, principalmente a partir do final da década de 1990, com o reforço da importância dos gêneros agrícolas, em especial a soja, e pecuários na pauta de exportações brasileira.

4.1.2 O papel do Estado no ajuste espacial

Para Harvey (2005, p. 153-155), o Estado é diferente dos outros agentes, pois tem como objetivo garantir o território e sua integridade, além de ter condições de dar forma e força às alianças regionais de classes por meio de mecanismos que vão desde a política e das instituições legais, até a repressão e a força militar. Além disso, por seu poder de tributar e controlar a política fiscal e monetária, o Estado pode estimular e sustentar a "coerência regional estruturada" empreendendo investimentos em infraestrutura e promovendo a ideologia nacionalista. Sob a bandeira da busca pelo crescimento econômico, o Estado busca estimular alianças regionais de classes que facilitem a acumulação de capital, da mesma forma que pode se utilizar de suas políticas e poderes para tentar evitar a desarticulação da aliança regional de classes nas fases de superacumulação.

Conforme já foi dito anteriormente, apesar de a abordagem de Harvey (2005) focar o papel dos Estados nacionais sob uma ótica transnacional, é possível observar que, dentro de uma mesma nação, o Estado solda coerências estruturais regionais que se articulam num padrão de acumulação nacional que só se explica a partir da economia mundo capitalista. Uma das formas de faze-lo, é através da expansão geográfica. O capital e a força de trabalho excedentes na região de origem são ambos aplicados para fomentar nova capacidade produtiva em outras regiões, criando uma demanda de criação de infraestruturas básicas, para a qual será destinada boa parte dos capitais acumulados. O Estado irá investir decisivamente nos setores nos quais a iniciativa privada não tem condições ou interesse de fazê-lo, mas que são de importância fundamental para garantir a circulação dos capitais privados e suas taxas de retorno.

.No Centro-Oeste brasileiro, o Estado cumpriu papel fundamental na criação das condições para a penetração da moderna agropecuária e da agroindústria. Sua atuação em relação à intensificação do capital fixo - através da criação de infraestruturas, pesquisa técnico-científica para a soja, e programas de desenvolvimento - deu à região condições de atrair capitais variáveis, e produziu um espaço aproveitável do ponto de vista econômico. A adaptação da soja aos solos do cerrado representou um ponto de

inflexão intelectual empreendido pelo Estado, que através da EMBRAPA, abriu um novo horizonte para a exploração econômica do espaço.

Através de incentivos fiscais, crédito subsidiado e investimentos em infraestrutura, o Estado brasileiro tornou possível a instalação de grandes grupos agroindustriais[30] na região Centro-Oeste. A formação do pacto regional de classes na região articulou agroindústria multinacional com os produtores rurais através das estratégias de inovação tecnológica da "Revolução Verde". As indústrias de insumos agrícolas, de processamento e beneficiamento de alimentos passaram a ser uma importante forma de reprodução do capital na agricultura, de modo que o controle oligopolista do processo de consumo produtivo na região não pode deixar de ser situado como parte fundamental no processo global de expansão do capitalismo monopolista no campo. A tabela 7 mostra que a indústria de produtos alimentares no Brasil mais que dobrou o valor de sua produção durante os anos de 1970. Além disso, apesar do grande crescimento industrial no período, o setor de produção de alimentos manteve elevada participação no número de estabelecimentos, no pessoal ocupado e no valor da produção da indústria de transformação brasileira.

Tabela 7: Participação da indústria de produtos alimentares na indústria de transformação no Brasil

	Estabelecimentos		Pessoa Ocupado*		Valor da Produção	
Período	Número	%	Número	%	Em milhões de US$ de 1981**	%
1970	17.162	24,4	315.508	12,88	11.723,70	19,74
1975	19.314	20,54	434.953	12,07	22.687,40	15,33
1980	24.916	21,06	566.833	12,19	29.180,60	13,78

*Estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas, em 31/12 de cada ano.
** Corrigido pelo índice 2 da FGV e pela taxa de câmbio média do ano de 1981
Fonte: IBGE

A política fundiária praticada pelo Estado entre 1960 e 1980, ao estimular a grande propriedade agrícola e a valorização especulativa da terra, também foi pilar

[30]Alguns grupos com instalações na região, cujos faturamentos ultrapassavam 1 bilhão de cruzeiros em 1981: Ometto (Açúcar; Álcool; Imóveis; e Agropecuária); Biafi-Zanini (Metal-Mecânica; Açúcar; Álcool; e Fertilizantes); Sadia (Avicultura e Frigoríficos); Klabin (Papel; Celulose; Embalagens; e Reflorestamento); Bueno Vidigal (Metal-Mecânica; Cimento; Seguros; Agropecuária; e Colonizadoras Rurais). Atlas Financeiro do Brasil – 1981; Quem é Quem na Economia Brasileira – 1981 – Balanço Anual e Visão da Gazeta Mercantil - 1981 in DELGADO, 1985, p. 147-151).

importante para a penetração do capital industrial e financeiro na agropecuária. Segundo Oliveira (1980, p. 1), a propriedade da terra é a imobilização de recursos para se obter renda antecipada, isto é, comprar terra é comprar o direito de extrair renda da sociedade em conjunto. O monopólio da posse da terra é fundamental no capitalismo para subordinar o trabalho e extrair a mais-valia[31]. Dessa forma, a política fundiária praticada, que estimulou a valorização da propriedade fundiária como ativo financeiro, deu melhores condições para que, na região Centro-Oeste, os grandes conglomerados empresariais e as elites agrárias se apropriassem das maiores porções de terra, em detrimento de pequenos proprietários e posseiros, para muitos dos quais restaram a proletarização ou a migração para novas frentes de expansão.

No Centro-Oeste, o progresso técnico da agricultura também marcou o processo de expansão do capitalismo monopolista, à medida que a indústria passou a se apropriar de parte maior do excedente agrícola através da transformação das propriedades rurais em consumidoras dos produtos industriais. Vale notar que, mais uma vez, o Estado atuou como catalisador do processo de forma bastante eficiente, criando padrões sanitários e regras para concessão de crédito oficial que tornaram os produtores dependentes das tecnologias produtivas oferecidas pelas grandes corporações, como agrotóxicos, adubos químicos, maquinário e etc.

Através do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o Estado estabeleceu o aumento da utilização de fertilizantes NPK: nitrogenados (N), fosfatados (P) e potássicos (K) como um dos objetivos do programa para a agricultura. Para tanto, foram estabelecidas linhas de crédito específicas, e a utilização do uso de fertilizantes como critério de avaliação da capacidade do produtor na concessão de financiamentos. Tais adubos eram, a época, os mais modernos existentes, por serem considerados de fácil manuseios pelos agricultores e apresentarem uniformidade no teor dos ingredientes.

[31]A aparente contradição entre capital e propriedade fundiária está no fato de que, ao adquirir lotes de terra, o proprietário aplica seus recursos na propriedade da terra, que não gera mais-valia, deixando de aplicar na produção. A contradição se aprofunda ao levar-se em consideração que a concentração da propriedade da terra não aumenta a capacidade de produção, mas aumenta o poder dos proprietários se apropriarem de parte cada vez maior da mais-valia global que lhes é dada pelo simples fato de serem proprietários privados da terra. O inverso ocorre com o capital aplicado na produção que, estando concentrado, provoca aumento da capacidade produtiva do trabalho, levando ao aumento da capacidade do capitalista de extrair mais-valia. Oliveira (1980, p. 2) ressaltou que, apesar dessa contradição, terra e capital são produtos de relações sociais capitalistas. A propriedade não deve ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição necessária e fundamental do modo capitalista de produção, o tributo que o capital tem de pagar para se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo. Trata-se de uma espécie de condição para manter aprisionada a terra e extrair mais-valia dos trabalhadores.

Assim, a utilização de tais fertilizantes esteve intimamente ligada ao aumento da produtividade agrícola. Nos anos de 1970, a produção desses fertilizantes estava concentrada em São Paulo, e as jazidas das quais eram retirados os nutrientes estavam em Araxá (MG) e Jacupiranga (SP). Os potássicos não eram produzidos no Brasil, de modo que eram importados e misturados aos nitrogenados e fosfatados na indústria. Setor intensivo em capital, a indústria de fertilizantes teve elevada presença de capital estatal até a década de 1990. O grupo Petrofértil, empresa subsidiária da Petrobrás, englobava as principais plantas de mistura dos nutrientes do Brasil, e coexistia com alguns grupos menores de origem nacional e estrangeira. A partir de 1990, a situação mudou, o setor internacionalizou-se e a participação do capital nacional no setor tornou-se minoritária. Em 2000, Cargill e Monsanto, além de atuarem no processamento de oleoginosas e fabricação de alimentos, controlavam 45% do setor de fertilizantes NPK no Brasil (LIMA, 2003, p. 1-4).

Em um país de desenvolvimento dependente, como o Brasil, o papel do Estado é central, tendo em vista que a desarticulação das sociedades dos países dependentes acaba por dar um peso maior à burocracia estatal. Isso significa dizer que a penetração das multinacionais nas economias dependentes exige do Estado local uma atuação diferenciada em relação ao Estado do Centro. Além de suas funções tradicionais, nos países dependentes industrializados, o Estado deve coordenar a racionalidade global das multinacionais e as necessidades locais de acumulação, isto é, deve incentivar ou obrigar as multinacionais a exercerem atividades ou papéis que essas, por sua racionalidade global, naturalmente rejeitariam (EVANS, 1980, p. 51).

Assim, a negociação e a barganha não são as únicas ferramentas disponíveis para o Estado dependente lidar com as multinacionais e a internacionalização de suas economias. A empresa estatal também é um instrumento importante, principalmente no caso brasileiro. Sua criação pode se dar a partir de diferentes necessidades do Estado: controlar os padrões de exploração de uma determinada atividade, o que culmina, muitas vezes, no monopólio da empresa estatal; fornecer insumos a baixo custo e infraestrutura para estimular o desenvolvimento de determinadas atividades pelo capital privado; estabelecer um clima de competição com as multinacionais a fim de incentiva-las ou coagi-las a assumir determinado papel; ou ainda pode ser uma expressão do

nacionalismo, importante bandeira dos Estados dependentes que se expressa em políticas que visam intensificar a taxa de acumulação e o controle sobre setores considerados estratégicos para manter o controle social (EVANS, 1980, p. 52-55).

Apesar de ser uma empresa de abrangência nacional, no Centro-Oeste, a EMBRAPA foi essencial, tendo em vista que o capital privado nacional e as multinacionais não tinham interesse em investir na área de pesquisa e desenvolvimento agrícola em um país com ampla extensão territorial, ampla variedade de solos e climas, e sem uma legislação específica sobre pesquisa de cultivares que garantisse o retorno dos investimentos, instituída apenas em 1997. O papel do Estado, nesse caso, foi o de assumir o controle de uma atividade na qual o setor privado inicialmente não tinha interesse, e que era necessária para a efetivação de seu projeto de modernização agrícola e de aproveitamento econômico do espaço do Centro-Oeste. A criação da estatal também representou um incentivo por parte do Estado para que as multinacionais e o capital privado pudessem participar desse projeto, ao garantir, a baixo custo, para os novos empreendimentos, sementes adaptadas ao clima do Centro-Oeste.

Segundo Evans (1980, p. 53), a criação de empresas estatais de lógica empresarial mudou a burocracia administrativa do estado, marcando o surgimento de uma “burguesia estatal”, que participa do projeto de aumento das taxas de acumulação nos países dependentes em função do interesse geral do capital, e não representa um movimento na direção de um capitalismo estatal:

> Em lugar de ver a burguesia estatal como uma substituição da burguesia industrial, podemos considera-la como uma espécie de “fração de classe”, que participa de um projeto comum tanto com as multinacionais, como com o capital privado nacional. Cada grupo pode ver no projeto diferentes limitações e cada um deles pode ter interesses particulares que contrariam os interesses dos outros, mas todos têm uma alta taxa de acumulação no nível nacional (EVANS, 1980, p. 53).

Nota-se aqui que a “burguesia estatal”, fruto do intenso papel do Estado no desenvolvimento dependente, e representa um fator de complexificação da organização social desses países. Essa dinâmica social mais complexa marcou o processo de integração do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional. Através da SUDECO, dos polos regionais de desenvolvimento, da EMBRAPA, e da criação novos municípios e

espaços políticos regionais, o Estado aumentou sua presença e a força e importância de seus agentes na região. Isso significou mais que melhoria da infraestrutura regional, o surgimento de uma classe de dirigentes e burocratas do Estado não só alterou as condições de negociação, mas modificou a natureza institucional do Estado dependente em relação ao imperialismo expresso nas multinacionais.

No contexto do desenvolvimento dependente, a existência de uma "burguesia estatal" forte, aliada à moderna tecnologia agropecuária da "Revolução Verde" e ao projeto nacional de industrialização empreendido pelos governos militares, tornou o pacto de classes do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro mais complexo e dinâmico que aquele esperado para uma realidade local marcada pela dinâmica agroexportadora.

4.1.3 O grande capital agroindustrial no processo de alienação e ajuste espacial

A partir de 1965, durante o processo de modernização conservadora da agropecuária, estabeleceu-se uma dinâmica através da qual o excedente da atividade agropecuária foi sendo crescentemente apropriado pelos capitais agroindustriais, ora no âmbito produção, através de oligopólios produtores, ora no âmbito circulação[32], conforme o modo como o grande capital se articulou nos vários setores e as especificidades das produções. Nesse período, foram lançadas as bases para a crescente internacionalização e concentração dos mercados de insumos e processamento agrícolas nas mãos das multinacionais, processo que se fortaleceu durante anos de 1990. No caso das oleoginosas, o mais emblemático para a região Centro-Oeste, observa-se o predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação de seus derivados e na venda de insumos agrícolas para a sua produção.

[32] Com o processo de modernização conservadora, as atividades agropecuárias passaram a contar com a atuação oligopolista industrial em várias etapas a depender do tipo de produção. Em linhas gerais, observou-se que a produção de cana de açúcar é oligopolizada já em sua fase de produção. Já os gêneros alimentícios têm sua produção mais distribuída, com participação expressiva, e até mesmo majoritária, de propriedades familiares e empresariais de menor porte, de forma que os capitais industriais atuam oligopolisticamente na circulação, isto é, na compra dos gêneros *in natura* dos produtores, o que tende a empurrar os preços para o produtor para baixo, e a aumentar o preço dos produtos beneficiados/processados para o consumidor, bem como na venda de insumos agrícolas para as propriedades rurais. No caso das oleoginosas, o que inclui a soja, observa-se que o capital agroindustrial atua mais significativamente na esfera da circulação.

A atuação capital agroindustrial no processo de incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro tem reflexos diretos na forma como está organizado o mercado agroindustrial no dias de hoje e suas conseqüências para o Centro-Oeste e para o país, conforme tabela 8. 20 das 100 maiores empresas que atuavam no país em 2008 eram do ramo agroindustrial, evidenciando o papel significativo do setor na indústria brasileira, e a elevada integração entre agropecuária e indústria.

Tabela 8: Principais Empresas Agroindustriais que atuam no Brasil (2008) classificadas entre as 1000 maiores empresas que atuam no país

	CLASSIFICAÇÃO GERAL EM 2008 *	EMPRESA	SEDE	ORIGEM DO CAPITAL	RECEITA LIQUIDA (em R$ milhões)	LUCRO LÍQUIDO (em R$ milhões)	MARGEM LÍQUIDA (em %)
1	6	BUNGE ALIMENTOS	SC	HOLANDA	21.669	2,1	0,0
2	14	CARGILL	SP	EUA	12.996	-383,2	-2,9
3	16	PERDIGÃO	SP	BRASIL	11.393	54,4	0,5
4	26	SADIA	SC	BRASIL	9.987	-2.493,7	-25,0
5	34	BUNGE FERTILIZANTES	SP	HOLANDA	7.798	188,9	2,4
6	49	BERTIN	SP	BRASIL	5.310	-681,8	-12,8
7	50	LDC BRASIL	SP	FRANÇA	5.251	65,2	1,2
8	52	SOUZA CRUZ	RJ	GRÃ-BRETANHA	5.199	1.212,1	23,3
9	55	JBS-FRIBOI	SP	BRASIL	4.866	25,9	0,5
10	59	BASF	SP	ALEMANHA	4.462	252,8	5,7
11	63	COAMO	PR	BRASIL	4.296	-434,8	7,3
12	82	AMAGGI	MT	BRASIL	3.433	66,9	1,9
13	83	BAYER	SP	ALEMANHA	3.399	183,1	5,4
14	91	SYNGENTA	SP	SUIÇA / HOLANDA	2.996	162,6	5,4
15	94	ADUBOS TREVO	RS	NORUÉGA	2.952	-356,9	-12,1
16	100	SEARA	SC	EUA	2.887	-72,5	-2,5
17	109	IMCOPA	PR	BRASIL	2.649	-141,6	-5,3
18	113	DU PONT	SP	EUA	2.584	_	-
19	123	AURORA	SC	BRASIL	2.427	-111,7	-4,6
20	130	KRAFT FOODS	PR	EUA	2.212	273,4	12,4
					118.765		

Fonte: Valor Econômico (2009)

O setor de defensivos agrícolas (herbicidas, fungicidas e inseticidas), por exemplo, está oligopolizado por cerca de sete corporações multinacionais: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel), que controlam cerca de 92% da receita anual de R$ 15 bilhões do setor, evidenciando um processo de controle da agroindústria pelo capital oligopolista internacional (BOMBARDI, 2011). Esse valor

de receita não engloba a renda obtida pela Monsanto através da venda do glifosato “round up”, um dos herbicidas mais populares dos vendidos no Brasil.

A suíça Syngenta formou-se em 2000, a partir da fusão dos braços agroquímicos dos laboratórios farmacêuticos Novartis e Zeneza, hoje, além de atuar na fabricação de herbicidas e defensivos químicos, também atua no desenvolvimento de sementes. A americana Dupont atua no Brasil desde 1937, e hoje, sua atuação é bastante ampla nas áreas de energia, alimentação, insumos industriais e produtos farmacêuticos. Na área de insumos agrícolas, atua principalmente no desenvolvimento de sementes e na produção de defensivos. A Dow Chemical chegou ao Brasil em 1956, e expandiu sua atuação no país principalmente através da fusão com empresas de sementes entre 2000 e 2007. Hoje, atua no ramos farmacêutico, de transportes, de energia, de alimentação e de defensivos agrícolas. A alemã Bayer fundou sua primeira representação comercial no Brasil em 1911, mas começou a ter atuação expressiva em 1956, quando adquiriu uma antiga fábrica de ácidos em Belford Roxo no Rio de Janeiro. Sua atuação é expressiva no ramo farmacêutico, além de produzir várias marcas de fungicidas, herbicidas e inseticidas. A suíça Novartis, foi fundada em 1996, como fusão da Ciba-Geigy. Na agropecuária, sua atuação se concentra na saúde animal, em especial no ramo pecuário. A alemã Basf abriu sua primeira representação comercial em 1911 no Rio de Janeiro, e hoje tem atuação expressiva na agricultura através de sua unidade de proteção de cultivos, além de ter grande atuação na produção de plásticos. A Milenia, que faz parte do grupo Makhteshim Agan, de Israel, possui duas unidades industriais no Brasil, no Paraná e no Rio Grande do Sul, e produz mais de 68 defensivos químicos dos mais variados tipos.

Todas são de origem estrangeira e têm suas sedes brasileiras na cidade São Paulo, enquanto as plantas industriais estão concentram-se no interior do estado de SP, no complexo de Camaçari, na Bahia, no estado do Rio de Janeiro e na região Sul. No Centro-Oeste, a Syngenta tem uma fábrica em Formosa (GO), enquanto as demais têm apenas centros de distribuição comercial e beneficiamento. Esse levantamento evidencia o baixo potencial de dinamização e diversificação da economia local da agropecuária capitalista que se desenvolveu na região a partir do processo modernização conservadora. Apesar de o Centro-Oeste ter consumido 23% de todos os agrotóxicos

vendidos no país em 2011, segundo o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), as sedes nacionais de todos os principais fabricantes, bem como a maior parte das plantas industriais não estão na região.

O setor de fertilizantes tem uma dinâmica um pouco diferente. Apesar de concentrado nas mãos das estadunidenses Cargill e Monsanto e da holandesa Bunge, até 1996, teve participação majoritária do capital nacional. Além disso, as principais multinacionais do ramo, apesar de sediadas em São Paulo, têm maior presença física na região Centro-Oeste. A Cargill tem terminais terrestres, unidades fabris e fazendas de soja e cana no Centro-Oeste. Atua também na fabricação de maquinário, alimentos e financiamentos rurais. A Bunge controla fábricas, moinhos, portos, silos e terminais terrestres em 19 estados e no DF. A Monsanto tem uma elevada atuação no Centro-Oeste, com centros comerciais ou de processamento nas cidades de Campo Novo do Parecis (MT), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Campo Verde (MT), Sorriso (MT), Santa Helana de Goiás (GO), Morrinhos (GO), Goiânia (GO), Brasília (DF), Chapadão do Sul (MS) e Dourados (MS), além de atuar no ramo de agroquímicos e no desenvolvimento de sementes.

No setor de esmagamento e processamento de grãos, além da Cargill, que é a maior esmagadora de soja do Brasil, comprando grãos diretamente de mais de 20 mil produtores, da Bunge e da Monstanto, que também destacam-se pela elevada atuação no mercado alimentício e na área de energia, atuam a Dreyfus, e a ADM, que chegaram no Brasil nos anos de 1990. Além disso, merece destaque uma participação mais significativa de grupos nacionais, como a holding André Maggi, a Caramuru Alimentos, a Brejeiro, a Granol e cooperativas de produtores. A Caramuru foi fundada em 1964 em Maringá, e chegou ao Centro-Oeste em 1975, na cidade de Itumbiara. Tem atuação expressiva na industrialização de grãos, exportação de soja em grãos, farelos e óleos. A Brejeiro, com sede em Ortolândia (SP), comercializa e processa soja em grãos, além de produzir óleo e farelo. A Granol produz óleo para o mercado interno e exporta grãos e farelo. As principais cooperativas de produtores a atuarem no mercado de soja são a Comigo, sediada em Rio Verde (GO), que além de esmagar soja, atua no segmento comercial varejista e na armazenagem de grãos.

Não obstante a presença relevante do capital nacional no setor de processamento, através de fusões e aquisições, os mercados de fertilizantes, defensivos agrícolas e esmagamento de grãos foram concentrados em grandes holdings internacionais, reforçando seu poder oligopsônio[33]. O cenário de elevada internacionalização do mercado agroindustrial da tabela 8 se consolidou entre 1990 e 2010, entretanto, teve suas bases construídas antes disso, justamente no período compreendido entre 1965 e 1980.

Postas as inovações da "Revolução Verde" e a dinâmica do projeto de modernização conservadora da agropecuária, tornou-se possível para as multinacionais estabelecerem amarras aos produtores através da venda de um plano de produção com serviços de assistência técnica e orientação de investimentos, que inclui a visita de agrônomos e técnicos contratados às propriedades. A vinda dessas empresas para o Brasil contou com a ajuda de fortes incentivos estatais, ainda que indiretos. Foram incentivos fiscais para investimentos na agroindústria; em infraestrutura viária e de estocagem através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento); e incentivos normativos indiretos, que através do estabelecimento de preços mínimos e regras sanitárias, levaram à padronização do processo produtivo segundo os padrões das tecnologias oferecidas pelas grandes multinacionais.

A capacidade de produzir artigos inovadores, não produzidos pelas empresas nacionais, é uma importante fonte de lucro para as multinacionais. Essas empresas tendem a manter suas atividades inovadoras nos países centrais, já que o conhecimento precisa ser monopolizado para que elas mantenham suas taxas de lucro (EVANS, 1980, p. 46). As novas tecnologias são assimiladas pela periferia quando já se tornaram rotineiras, e não existe incentivo para que a multinacional custeie o desenvolvimento tecnologias locais, mais apropriadas para a realidade da periferia, o interesse é tornar a economia periférica o mais permeável possível às tecnologias do centro. Para tanto, a multinacional acaba por se empenhar decisivamente em comercializar e criar mercado para seus produtos, utilizando-se de táticas como a publicidade.

[33]Oligopsônio é uma forma de mercado com poucos compradores. Os oligopsonistas têm poder de mercado devido ao fato de poderem influenciar os preços de determinado bem apenas variando a quantidade comprada. (ELIAS, 2003).

O esquema de Evans (1980) foi elaborado para estudar os setores industriais urbanos que se desenvolveram sob comando do capital multinacional na região Sudeste. Intimamente ligado à produção de rações, setor agroindustrial oligopolizado, o setor de grãos e óleos vegetais, que inclui a soja, desafia o esquema do autor. A produção do grão tem sua produção comandada majoritariamente pela classe agrícola local, e o excedente agrícola é em parte tomado pelo capital industrial através das indústrias processadoras e da venda de insumos agrícolas. No entanto, o *"breaktrough intelectual"* que possibilitou expansão do cultivo da soja nos solos do Cerrado foi empreendido pelo Estado brasileiro, através da EMBRAPA, conforme visto no capítulo 3.

Isso significa dizer que a atuação das multinacionais na região Centro-Oeste não se deu somente a partir de uma decisão do centro, mas também a partir da indução estatal periférica de tecnologias agrícolas que possibilitaram a exploração de novas terras. Ou seja, em contrapartida às novas sementes desenvolvidas e aos novos solos que passaram a ser explorados, muitas das tecnologias produtivas comercializadas pelo capital internacional tiveram que ser adaptadas a essa nova realidade, de modo que a atuação do capital internacional, nesse caso, não ficou restrita somente à exportação de tecnologias do centro para a periferia.

Segundo Oliveira (1980, p. 39-40), a atuação dos capitais internacionais no setor agropecuário deve ser entendida a partir das relações de poder que comandam o modelo brasileiro de industrialização e modernização econômica: ação conjugada entre capital privado nacional, capital estrangeiro, e estatal. É inegável que a ação das multinacionais vai da esfera mercantil e financeira até a industrial, com forte apoio do Estado, garantindo, em conjunto, a canalização de parte do excedente agrícola para agroindústria, para os setores especulativos imobiliários, e para as matrizes das transnacionais via remessas de parte dos lucros. Entretanto, conforme discutido nas seções 4.1.1 e 4.1.2, esse processo engendrou localmente um potencial dinamizador, tanto no que diz respeito à atuação das elites locais e ao papel do capital nacional na agroindústria, como em relação às respostas que os capitais internacionais tiveram que dar a variáveis locais, como condições naturais e ação do Estado.

Os grandes capitais agroindustriais são essencialmente as companhias e empresas as multinacionais citadas acima, que obedecem a uma lógica internacional de extração de uma taxa máxima de excedente. Segundo Evans (1980, p. 47), os grandes capitais refletem e dão forma à ordem econômica internacional, suas relações com fornecedores de serviços do centro e sua tendência de desarticulação em relação à tecnologia e às condições sociais locais marcam suas diferenças em relação às firmas nacionais. No interior dos países, buscam localizar-se nas regiões onde está mais assegurado o lucro, devido à maior presença de infraestruturas e segurança institucional, isto é, onde o Estado investe para construir uma coerência estruturada que assegure a extração da mais-valia, já que capacidade do capital se mover a baixo custo de uma região para outra depende da criação de infraestruturas físicas e sociais seguras (SANTOS, 2005).

Através dessa dinâmica, a atuação do capital estrangeiro na agroindústria brasileira vem crescendo ao longo do tempo. Para Wallerstein (2006, p. 21-22), a divisão do trabalho na economia-mundo capitalista é composta por produtos dos países centrais (produtos complexos) e produtos dos países periféricos (matérias-primas agrícolas; minerais; alimentos *in natura)*, sendo que alguns países conseguem ter uma mescla entre essas categorias de produtos, compondo a semiperiferia, que tem propriedades políticas específicas. Na segunda metade do século XX, em especial entre 1950 e 1970, o capital estrangeiro instalou unidades produtivas no Brasil com o intuito de investir os capitais acumulados, e fugir da crescente competição e dos altos salários e custos no centro da economia-mundo capitalista. Instalaram-se no Brasil em condições oligopolísticas, com incentivos estatais e um mercado consumidor pouco explorado. Dessa forma, foram recompostas as taxas de lucro através de um ajuste espacial que reorganizou a divisão do trabalho com a instalação de indústrias não inovadoras na semi-periferia.

A “Revolução Verde” e a instalação da moderna agropecuária no Centro-Oeste a partir dos anos de 1970 podem ser entendidas como parte de um processo de ajuste espacial da economia-mundo capitalista, no qual o grande capital multinacional buscou controle não só do setor industrial, mas também da produção agropecuária dos países da semi-periferia. Justamente por buscar, através de uma eficiência alocativa da divisão

geográfica do trabalho, a continuidade da expansão da acumulação de capital nos países centrais, as multinacionais buscaram expandir suas atividades e articular sua racionalidade nos setores mais rentáveis da produção agropecuária: as commodities.

As multinacionais agroindustriais encontram no Centro-Oeste brasileiro apoio estatal no sentido de estabelecer um pacto regional de classes para mobilizar mão de obra e garantir a segurança institucional da grande propriedade rural capitalista, além da tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA para a adaptação da soja ao clima da região, e investimentos em infraestrutura. Com tais condições, as multinacionais controladoras da agroindústria e insumos encontraram no Centro-Oeste um mercado capaz de garantir altas taxas de rentabilidade, graças à condição oligopolística em que se inseriram no país, dos baixos custos de instalação, de mão de obra, e da tecnologia de adaptação da soja ao cerrado, garantidos pelo Estado semi-periférico brasileiro.

O aproveitamento econômico da região Centro-Oeste e a opção pelo modelo agroexportador sob influência de multinacionais estrangeiras pode ser enquadrada como um reflexo do "ajuste espacial" pelo qual a economia-mundo capitalista passou durante os anos 50, 60 e 70 do século XX. O papel do Estado brasileiro nesse período foi fundamental. Com o objetivo de intensificar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o Estado garantiu que o espaço nacional fosse aproveitado sob os preceitos do sistema de trocas desiguais, que garante o fluxo de parte da mais valia rumo aos países centrais. O "ajuste espacial" colocou o Centro-Oeste como um dos pilares da inserção do Brasil na divisão do trabalho e na economia-mundo capitalista: semiperiferia exportadora de produtos industrializados não inovadores e matérias-primas.

Para a análise do espaço humano e sua transformação enquanto fato histórico relevante é necessária a análise do panorama e da sociedade mundiais, aliada à análise da realidade e da sociedade locais. Para tanto, a utilização da categoria "economia mundo" e suas implicações nas formações sociais locais são de extrema relevância na análise da valorização espacial seletiva do Centro-Oeste brasileiro na segunda metade do século XX a partir da mediação nacional do Estado e do mercado interno.

A expansão da agropecuária na região foi marcada pela inauguração de uma nova relação entre espaço e formação social, amplamente ligada à dinâmica da

economia-mundo capitalista no período. Constituiu-se no Centro-Oeste um atributo produtivo peculiar para a região: uma combinação entre latifúndio monocultor, elevada concentração de terras, relações de trabalho precarizadas em meio à elevada tecnologia e integração com a indústria.

O conjunto de relações que marcam essa nova realidade do Centro-Oeste tem um significado regional particular, mas não pode ser entendido fora do nível da totalidade, pois é ela que permite explicar a redistribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas sociais e físicas, e suas relações com o espaço e o pacto regional de classes. Essa totalidade engendrou relações econômicas dinâmicas e recíprocas entre multinacionais e capital nacional, o que fortaleceu uma relação dialética os setores dinamizados pela ação do Estado, influenciando a estrutura espacial da região. Em síntese, a combinação localizada de uma estrutura demográfica; de uma estrutura de classes, de padrões de consumo e de organização da produção específicos compõem a realidade social do Centro-Oeste.

Não obstante, a análise do papel do Estado-nação constitui fator essencial para o Centro-Oeste brasileiro, uma vez que a região não se articulou de forma isolada do espaço nacional. A expansão do agronegócio na região foi fruto de uma estratégia de estabelecer uma “vocação regional” de produção de matérias-primas para a indústria de alimentos e produtos agrícolas exportáveis, dentro de uma divisão nacional do trabalho planejada e implementada pelo Estado brasileiro em articulação com a posição do Brasil na economia-mundo capitalista.

A ideologia do crescimento, adotada no Brasil e na maioria dos países da semiperiferia preparou o caminho para os investidores “modernizadores” estrangeiros e nacionais se instalarem e operarem. Os gastos públicos passaram a orientar-se primordialmente para a construção de infraestruturas, transportes públicos e bens públicos cujo intuito é servir melhor às empresas que à população. O Estado preparou o Centro-Oeste brasileiro para que os capitais, principalmente estrangeiros, pudessem ampliar a mais valia local e enviar parte dela para fora do país via dinâmica de preços. A melhora genética e o aumento da produtividade de produtos exportáveis passaram a nortear as pesquisas agropecuárias, enquanto as culturas de subsistência e de gêneros alimentícios se deterioraram devido à falta de investimentos em pesquisa e apoio estatal,

desvalorizando os recursos nas mãos desses produtores, e valorizando os recursos dos grandes conglomerados agroquímicos.

4.2 A GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E O ESPAÇO DO CENTRO-OESTE.

Um aspecto bastante relevante do projeto dos governos militares para o Centro-Oeste é a questão geopolítica. Desde o primeiro governo Vargas até os governos militares, o Estado brasileiro propagandeou a necessidade de se "ocupar" o interior do país como forma de assegurar a posse sobre os territórios nacionais. Entretanto, o impulso decisivo e as dimensões assumidas resultaram dos esforços empreendidos a partir de meados da década de 1950 e 1960, através da expansão rodoviária e de programas e políticas gerais e específicas voltados para o Centro-Oeste.

Para superar a realidade de um território pouco integrado, constituído de subespaços econômicos poucos ligados entre si, o Estado brasileiro empregou uma política de integração nacional que envolveu basicamente expansão da rede de transportes terrestres e a apropriação política e econômica do interior. Essa apropriação teve importante alicerce na criação de novos municípios, que proliferou espaços políticos sem densidade própria, facilitando a apropriação econômica do espaço a partir do planejamento empreendido pelo poder central.

Para a concretização do projeto da nova capital, os modais de transporte rodoviário e ferroviário, mesmo que precários, foram importantes para o desenvolvimento do projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto militar. Nesse momento, a união entre o Estado brasileiro e o capital se consolidou, e teve papel importante na definição das prioridades de investimentos e nas estratégias para viabilizar a exploração do novo espaço, garantindo que os novos territórios fossem incorporados à lógica corporativa de investimentos (GALLO, 2010; CATAIA, 2006).

Conforme analisado nos capítulos anteriores, o Estado desempenhou um papel de viabilizador da abertura das novas fronteiras agrícolas, ao implantar infraestruturas que permitissem um uso econômico do território (rodovias, ferrovias, aeródromos, hidrovias, redes de telecomunicações) tanto para atender às necessidades da grande

lavoura e da pecuária, assim como para promover a aceleração do processo de industrialização. Entretanto, nesta seção, pretende-se demonstrar que a ação do Estado também esteve ligada a um projeto geopolítico de segurança das fronteiras e do território, no qual se buscou também a legitimação do poder central através da criação de novos municípios em territórios pouco povoados.

O primeiro aspecto a ser destacado na questão geopolítica é o da expansão da rede transportes na região. A posição geográfica do Distrito Federal demandou vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e, principalmente, em estradas de rodagem, sendo a questão dos transportes um entrave para o desenvolvimento produtivo do Centro-Oeste até os dias de hoje.

Serão destacadas aqui as rodovias de maior importância nesse processo. A partir de Goiás, a BR 153 ligou Goiânia a São José do Rio Preto, integrando a capital de Goiás à economia paulista. Ao norte, essa rodovia se interligou ao traçado já existente, entre Goiânia-Anápolis, chegando a Araguaína (TO), com entroncamentos para São Luiz (MA) e Belém (PA). A BR 060, a partir de Brasília, ligou Goiânia ao Sudoeste de Goiás, com ligações com as BR 364 e 163, reforçando Goiânia como área de influência sobre o sudoeste do estado, outrora ligado ao Triângulo Mineiro. Essa polarização a partir de Goiânia foi reforçada construção de outras rodovias: a BR 070 (Goiânia-Goiás-Barrado Garças-Cuiabá), a GO 060 (GO 326-São Luiz de Montes Belos-BR 070), a GO 326 (Goiânia-Anicuns-Novo Brasil-GO 060), GO 164 (São Miguel do Araguaia-Goiás) e a GO 060 (GO 326-São Luiz de Montes Belos-BR 070).

Segundo Guimarães e Leme (1997), a superação da rota ferroviária reordenou as áreas de polarização e influência em Goiás. Anápolis, outrora a principal área de irradiação de influência econômica, a partir de 1960 passou a ser suprimida por Goiânia e Brasília:

> Esse novo eixo de transporte, o rodoviário, foi responsável pela criação de uma nova espacialidade em Goiás. Primeiro, a superação da rota ferroviária prejudicou a posição locacional de Anápolis, que a partir de 1960 ficou comprimida entre dois grandes eixos de aglomeração urbana, Goiânia e Brasília, passando Goiânia a assumir definitivamente o papel de centralidade no centro-oeste do estado e centro-leste de Mato Grosso. Enquanto isso, Brasília tornou-se a grande absorvedora de migração, sem, entretanto, desempenhar um papel correspondente nos setores produtivos primário e secundário, além de possuir um terciário preponderantemente voltado para as funções de governo e a sustentação do próprio núcleo urbano do Distrito Federal (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 40).

Brasília, por atrair fluxos migratórios e populacionais significativos, além do poder político que concentra, passou a ser a metrópole regional. Não obstante, no aspecto econômico, sua função de metrópole acaba por ser incompleta, tendo em vista que sua atividade econômica não é diversificada, e tem como base majoritária o setor de serviços e o aparelho de Estado (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 40).

Outra questão importante ligada à construção da nova capital foi o papel que a BR 153 (Belém-Brasília) passou a exercer no sentido norte. Essa rodovia integrou o Sudeste ao Norte do país, de modo que a antiga penetração da influência socioeconômica de Belém sobre a porção norte do Centro-Oeste, baseada na navegação fluvial, perdeu importância. Assim, os municípios do norte de Goiás (atual Estado de Tocantins), antes integrados pela navegação perderam seu dinamismo. Segundo Guimarães e Leme (1997), ao passo que a força e a centralidade da economia urbano-industrial do Sudeste se consolidaram e avançaram para o norte e noroeste, a centralidade de Belém sobre o a porção Norte do Centro-Oeste, construída ao longo dos dois séculos anteriores, perdeu importância.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contavam com apenas poucas BR´s até 1969, a 262, a 267, a 163 e a 060, das quais eram pavimentadas apenas parte das BR´s 262 e 163. A BR 364 foi fundamental para a consolidação, a partir dos anos 60, dos três principais núcleos urbanos de Mato Grosso: Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres. A rodovia integrou Mato Grosso a noroeste, com Rondônia e Acre e, a sudeste, com o Triângulo Mineiro, tendo papel decisivo na ocupação de Rondônia, induzida pelos programas oficiais de colonização do INCRA. Segundo Guimarães e Leme (1997, p. 41-42), o estímulo produtivo que a BR 364 gerou na fronteira do Centro-Oeste não significou retenção da renda na mesma proporção do produto gerado na região, pois projetou a influência de um núcleo urbano externo sobre boa parte do traçado da rodovia: Uberlândia.

> (...) a simples abertura das vias de escoamento e o consequente estímulo produtivo não representam garantia de desenvolvimento regional, notadamente quando polarizados fortemente por um núcleo urbano externo à área. Ou seja, investimentos em infraestrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de outros investimentos produtivos, aumentando a produção *in loco*, mas não necessariamente significam garantia de materialização espacial de renda. Por isso, apenas Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, distantes da influência direta de Uberlândia, e com suas próprias

> vantagens locacionais, puderam beneficiar-se diretamente da grande via de integração da fronteira, a BR 364 (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 41).

A BR 163, que vai do sul do Estado de Mato Grosso do Sul até o entroncamento com a Transamazônica, possibilitou a formação de uma frente de exploração de madeira no norte de Mato Grosso, seguida da expansão da agropecuária. Vale destacar o papel importante dos projetos de colonização particulares e do INCRA no incremento populacional dos núcleos de Sinop, Alta Floresta e Colider. Ao sul, a BR 163 interliga Rondonópolis a Campo Grande e São Paulo, através de seu entroncamento com a BR 267. A BR 163 consolidou Rondonópolis como núcleo de referência do centro-sul de Mato Grosso, e Campo Grande como grande eixo rodoferroviário Mato Grosso do Sul-São Paulo.

Como consequência dos vultosos investimentos em infraestrutura, ocorreu uma aceleração do movimento migratório para o Centro-Oeste, que nos anos 60, torna-se a principal expressão do crescimento do mercado interno e da incorporação da região ao espaço econômico nacional. O crescimento populacional médio anual da região alcançou 5,6% nos anos de 1960, enquanto o Distrito Federal, inaugurado em 1960, cresceu a uma média anual de 14,3%. Esse aumento populacional revela que os esforços para o aproveitamento econômico do Centro-Oeste do Centro-Oeste surtiram resultados. Entretanto, além da expansão da infraestrutura, outro aspecto importante desse processo deve ser destacado: a organização do espaço político regional através da criação de municípios com pouca ou nenhuma centralidade, no contexto de governos autoritários entre 1964 e 1985.

A partir da Constituição de 1946, o município tornou-se um ente federativo com competência legislativa própria, tal qual a União, os Estados e o Distrito Federal. Essa nova configuração política marcou uma maior consolidação da organização do Estado no território, já que as competências de cada ente ficaram mais bem definidas, inclusive com o estabelecimento de competências privativas para cada um deles.

Houve aumento significativo do número de municípios entre 1946 e 1964, denotando um aumento, ainda que incipiente, da presença do poder público no interior. Não obstante, Rodrigues (1947) afirmou que as fronteiras internas do Brasil dificultavam ainda mais a integração do território, pois muitos municípios do interior possuíam dimensões superiores a muitos estados federados, impossibilitando a sua

administração racional. Além disso, o Brasil possuía a época, 17 Estados litorâneos e apenas 4 interioranos. Para Rodrigues (1947), era necessário mobilizar a população e o Estado para transformar o Brasil num país mais integrado, o que só um governo de tipo unitário poderia fazer.

> a) um núcleo central, ("plataforma essencial ao futuro expansionismo para o interior", idem, p. 281), o "triângulo de potência", formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (no estado de Minas Gerais) que, no início dos anos 1960, se alargava em direção a Vitória (no estado do Espírito Santo) e a Brasília (DF), que serviria para articular o centro ao *heartland* central; b) uma "península" sulina, que corresponde à região Sul do Brasil; c) outra "península", que corresponde à atual região Nordeste, e; d) a "ilha" amazônica ou *heartland* interior, correspondendo a grande parte da atual região Centro-Oeste e a totalidade da região Norte. Esse *heartland* é concebido como um grande deserto e futura área a ser articulada com o restante do território. É assim que o arquipélago brasileiro é interpretado do ponto de vista geopolítico (CATAIA, 2006, p. 5-6).

Nesse contexto, a decisão de interiorizar a economia é política, e deve ser implementada a partir de um grande plano de integração territorial. Os requisitos para que isso ocorresse passaram a existir a partir do golpe militar de 1964. A centralização do poder político no executivo federal e o projeto geopolítico militar colocaram em foco as políticas territoriais do Estado autoritário, que tinham como intuito mudar o cenário de "arquipélago". A Doutrina de Segurança Nacional ganhou força e a integração do território passou a ser um objetivo importante dos militares e de seu planejamento.

Com a reforma tributária de 1965, a participação do governo federal na arrecadação se elevou de 18,4% do Produto Interno Bruto em 1963, para 24,4% em 1966 e 26,3% em 1968, de modo que os municípios permaneceram fundamentalmente com dois impostos principais: o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços). Além disso, os municípios e estados perderam o direito de alteração das alíquotas dos impostos federais incidentes em sua base territorial. Como forma de compensação, foi criado o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)[34], subordinado aos critérios estabelecidos pelo governo federal, e que reforçou a dependência do ente municipal em relação à União.

[34] Os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios foram criados através da emenda constitucional de número 18, no ano de 1965. Oficialmente, sua criação teve como intuito diminuir as disparidades regionais, disponibilizando mais recursos para estados e municípios com baixa arrecadação de impostos em seus territórios. Nota-se, entretanto, que o fundo também reforça a dependência em relação ao Governo Federal, já que as disparidades regionais não foram profundamente alteradas desde então, e boa parte dos estados seguiu muito dependente dos recursos liberados pelo Governo Federal, o que significa, em certa medida, uma centralização de poder.

À medida que os atos institucionais se sucederam, a centralização aumentou. Em 1965, foi editado o AI-2 (Ato Institucional nº 2) que autorizava a Presidência da República a decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Em 1966, o AI-3 estabeleceu eleições indiretas para governadores e para prefeitos das capitais e cidades consideradas de "segurança nacional". A Constituição de 1967 definiu que os requisitos mínimos para a criação de novos municípios deveriam ser estabelecidos por Lei Complementar federal, tirando essa prerrogativa do âmbito estadual. Em 1968, o AI-5 deu ao executivo federal o poder de decretar recesso, tanto nas Assembleias legislativas quanto nas Câmaras Municipais. Em 1969, os municípios declarados de segurança nacional tinham os prefeitos nomeados pela Presidência da República.

Segundo os censos demográficos do IBGE, compilados na tabela 9, entre 1950 e 1980, 185 municípios foram instalados na região Centro-Oeste. Trata-se da utilização das fronteiras políticas como forma de centralização do poder e fortalecimento do Governo Federal ante os outros entes federativos:

> A manipulação das fronteiras é parte integrante das técnicas do poder. Neste subperíodo a malha política (entendida aqui como o conjunto das fronteiras político-administrativas num quadro de expansão dos sistemas de transporte e de comunicação) facilitou o exercício do poder central na medida em que a forma difunde ordens. A malha teve a função de transmitir as ordens do poder central aos lugares de maneira mais eficaz – porque a fronteira marca o limite que diferencia um espaço do outro, delimitando um quadro de ação –, de fazer circular a informação, tanto quanto possível, sem atritos (CATAIA, 2006, p. 8).

A intensificação da criação de municípios na região Centro-Oeste tem relação profunda com o acelerado avanço das frentes pioneiras na região nesse período. Através de uma nova configuração e capilaridade do poder político na região, foi possível a implantação de projetos de desenvolvimento regional e de programas especiais que resultaram em melhoria das infraestruturas de transporte, comunicação e energia, condições para a expansão da agropecuária moderna em bases empresariais. Cabe ressaltar aqui que a estrutura centralizada de impostos, por ser um fator de limitação à ação dos municípios, ao contrário do que se poderia supor, torna essa pulverização de entes públicos um fator de apoio à implementação do planejamento regional centralizado, tendo em vista a dependência dos dirigentes políticos locais em relação à

ação e recursos do poder central para viabilizar sua administração e controle do aparato municipal.

A frente pioneira da moderna agropecuária demanda regulação política. Sendo assim, as novas cidades, além de concentrarem o comércio, os serviços e as funções diretamente ligadas ao campo, passaram a ser centros políticos da fronteira, de modo que o território passou por uma maior divisão político-administrativa, conforme tabela 9. A criação dos novos municípios foi elemento político essencial para a incorporação dos territórios do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, não só pelo fato de a decisão de tornar esses territórios viáveis economicamente ser essencialmente política, mas também pelo fato de possibilitar a implementação de políticas públicas nesse sentido. Além disso, a criação de municípios é elemento fundamental para intensificar a ação reguladora do Estado, que possui competência normativa e legitimidade do uso da violência para regular a atividade econômica e os conflitos sociais.

A tabela 9 revela que a região ganhou 185 municípios entre 1950 e 1980. Em Goiás, foram criados 110 municípios, principalmente entre 1950 e 1970, o que indica que a construção de Brasília teve um importante papel na urbanização da região, cuja taxa subiu de 20,22% em 1950 para 42,10% em 1970. Durante a década de 1970, apesar de terem surgido apenas 4 novos municípios em Goiás, a taxa de urbanização subiu de 42,10% para 62,22%, evidenciando um movimento intenso e transferência das populações do campo para a cidades. Entre 1950 e 1970, também foi significativo o número de municípios criados em Mato Grosso, 29. Entretanto, nota-se que foi entre 1970 e 1980 que essa tendência se acelerou, tendo sido criados 46 municípios, e o estado de Mato Grosso do Sul, cujo território englobava 55 municípios em 1980, e já apresentava uma taxa de urbanização maior que a de Goiás.

Tabela 9: Brasil - Taxa de urbanização (população urbana) (%) e número absoluto de municípios por Estado

Estado	1950		1970		1980	
	Urbanização (em %)	Nº de municípios	Urbanização (em %)	Nº de municípios	Urbanização (em %)	Nº de municípios
Goiás	20,22	63	42,10	169	62,22	173
Mato Grosso	34,06	35	38,75	64	57,52	55
Mato Grosso do Sul[1]	------	------	------	------	67,11	55
					Total 1950/1980	185

[1] O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar 31, de 11/10/1977, durante o Governo Geisel. Sendo assim não existem dados dessa unidade da federação para 1950 e 1960.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (vários anos).

Ao analisar a utilização da criação de municípios como forma de implementação da política de planejamento regional do governo federal, deve ser levado em consideração que, segundo Becker (1990), a urbanização da fronteira oeste tem uma complexidade, oriunda da interação entre duas forças de influência sobre as decisões de manipulação das fronteiras políticas: a força "técnico-política", oriunda do Estado que, a partir dos estudos e decisões políticas, muitas vezes se contrapondo aos espaços efetivamente ocupados, define uma nova divisão territorial; e a força "sócio-política", composta pelos grupos sociais da fronteira e sua influência político-administrativa, que pode influir decisivamente para a criação de novas unidades da federação, núcleos urbanos, distritos, municípios e até estados, como no caso da criação de Mato Grosso do Sul em 1977.

Sendo assim, a articulação entre os agentes sociais da frente pioneira com o Estado, e até mesmo com grupos empresariais nacionais ou estrangeiros, criam um elemento de influência capaz de pesar na decisão político-administrativa de alteração das fronteiras e criação de municípios. Não obstante, a centralização do poder observada no período de análise fez com que o Governo Federal tenha obtido sucesso ao impor suas políticas territoriais, seja se aproveitando da correlação regional de forças

e organizando-a ao seu modo, seja impondo um modelo que não seja o propriamente desejado pelos grupos de influência regional (CATAIA, 2006, p. 10-12).

Os municípios são territórios políticos, pois suas fronteiras e sua constituição como entes federativos definem a existência de entidades jurídicas executivas, legislativas e tributárias integrantes de um sistema de poder orientado para uma dada organização do território. Dessa forma, os municípios, estados e regiões administrativas são fundamentais para a atuação do Governo Federal e da orientação de suas políticas técnicas, financeiras e territoriais para a execução de um projeto nacional, à medida que facilitam a mobilização de capitais públicos e privados para investimentos, programas de colonização e são necessários para a resolução dos conflitos sociais que surgiram a partir dá rápida conversão do Centro-Oeste em frente pioneira.

Não obstante a importância jurídica da política da criação de municípios e da utilização das fronteiras para estimular o aproveitamento econômico dos territórios, na região Centro-Oeste, a forma e o contexto como esses métodos se articularam não alteraram significativamente a estrutura e a hierarquia urbanas da região, bem como não criaram espaços políticos decisórios densos e autônomos. Conforme será discutido na seção 4.3, Brasília e Goiânia continuaram a ser os centros urbanos que encabeçam a hierarquia urbana da região, concentrando inclusive grandes contingentes populacionais expulsos do campo no processo de modernização conservadora. A grande maioria dos municípios criados tem sua importância reduzida ao simples fato de sediar uma máquina pública local bastante rudimentar com autonomia e condições de ação muito limitadas, e elevada dependência em relação aos repasses financeiros e às ações do Governo Federal.

Essa proliferação de municípios esvaziados, desconexos e sem centralidade são a expressão local da forma como se deu a intensificação da presença do Estado e do poder público no contexto da modernização conservadora da agropecuária e dos governos militares. Essa presença buscou na criação de municípios uma maior capilaridade de ação para a implementação de uma política centralizada de aproveitamento econômico do território. Essa política esteve restrita à instalação de projetos de colonização oficiais; polos de desenvolvimento; infraestruturas de transportes; e do poder policial do

Estado, com o intuito de garantir, ainda que sob uso da força, as condições necessárias à implementação das políticas determinadas pelo poder central.

A instalação de serviços públicos de educação, saúde e promoção da cidadania plena para a população local foi deixada a cargo dos municípios que, em sua maioria, mal conseguem manter um aparato burocrático mínimo. Em seu conjunto, e dentro do contexto político em que foram idealizadas e empreendidas, as políticas territoriais postas em prática entre 1965 e 1980 foram relativamente bem sucedidas ao garantir avanços na superação do esquema de "arquipélago econômico", e ao garantir a posse do Brasil sobre os territórios. Seus resultados do ponto de vista do desenvolvimento regional, entretanto, são bastante discutíveis, à medida que a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro se deu essencialmente a partir de uma frente agroindustrial subordinada ao complexo urbano-industrial do Sudeste.

4.3 ESPAÇOS URBANOS: OS CENTROS DINÂMICOS OU SUFOCADOS DA AGROPECUÁRIA MODERNA ?

A partir de 1960, as transformações estruturais da economia brasileira alteraram a distribuição da população pelo território e tornaram a rede urbana mais complexa, inclusive em regiões interioranas. Os municípios médios passaram a apresentar taxas de crescimento significativas, e várias capitais estaduais começaram a se transformar em metrópoles, como Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. No Centro-Oeste, para atender à crescente demanda por diversificação de produtos e serviços, emergiram alguns centros urbanos intermediários e houve alterações importantes na distribuição da população pelo território. Contudo, não se alterou bruscamente a hierarquia urbana da região.

É fato que o consumo produtivo da moderna agropecuária se dá nas cidades, de modo que são necessárias agências bancárias para viabilizar as operações de crédito; comércio especializado de máquinas, equipamentos, tratores, fertilizantes e agrotóxicos; consultorias especializadas; escritórios de fabricantes de insumos agrícolas e até mesmo agroindústrias. Essa diversificação, em certa medida, fomenta a expansão de uma classe

média urbana, já que algumas cidades passam a abrigar uma gama maior de profissionais especializados, o que acaba por gerar uma demanda potencial maior por serviços como saúde, educação e lazer.

Segundo Santos (1993, p. 55), principalmente o consumo produtivo[35] e, mas também, o consumo consuntivo[36] criariam uma demanda para os diferentes subespaços, o que tornaria mais complexa a divisão do trabalho entre os centros urbanos e intensificou sua importância demográfica e econômica:

> O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa (Santos, 1993, p. 55).

Assim, as cidades médias[37] tendem a potencialmente beneficiadas por essa nova relação urbano-rural. Nessa nova realidade, essas cidades devem ter o papel de suprir com informação e técnica a atividade agropecuária moderna, ocupando um nicho de atividade urbana especializada e conectada com a produção regional. Visando suprir à crescente demanda por regulação e consumo produtivo, as cidades médias necessitam de investimentos públicos e privados a fim de tornarem-se centros de expressão regional, "pontes entre o global e o local" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 281). Entretanto, observa-se que a dinamização e diversificação da rede urbana do Centro-Oeste vêm se apresentando bastante limitadas, com um número reduzido de cidades médias que cumprem tais papéis.

---

[35] Segundo Santos (1993), o consumo produtivo é aquele que se refere ao consumo das unidades produtivas, e que são parte do processo produtivo, seja sob a forma de matérias primas, seja sob a forma de máquinas, insumos ou equipamentos.

[36] O consumo consuntivo é aquele que se esgota em si mesmo, ou seja, cujo objeto de consumo não é parte do processo produtivo de nenhuma mercadoria. Essa categoria abrange primordialmente os bens adquiridos pelo consumidor final, sejam eles *in natura*, *ou* industrializados.

[37] Conforme Soares (1999), o termo cidades médias é uma referência ao lugar que essas cidades ocupam no sistema econômico global, isto é, na relação entre o local e o global, levando-se em consideração também o lugar que ocupa na rede urbana.

A expansão do capital no campo, ainda que sob a forma do moderno empreendimento agroindustrial capitalista, não depende necessariamente da centralidade e das economias de aglomeração de uma região. Isso significa dizer que a capacidade de movimentação de capitais, produção, circulação de mercadorias e serviços de uma localidade não afeta decisivamente a decisão de se instalar um empreendimento agrícola em uma dada região, e não é um fator de alteração significativa das vantagens que ela possa oferecer às atividades agrárias (SANTOS, 1993; FERREIRA, 1987). A partir dessa constatação, a análise da rede urbana do Centro-Oeste ganha um fator de complexidade bastante contraditório: o potencial de dinamização urbana da agropecuária empresarial capitalista contrasta com cidades (em sua maioria municípios pequenos, com menos de 20 mil habitantes) que, mesmo localizadas em regiões de produção agropecuária intensiva, não conseguem diversificar suas funções urbanas e sua economia, por não conseguirem reter a renda gerada nas atividades ao seu redor.

A diversidade de bens e serviços ofertados por uma dada localidade aumenta conforme aumenta seu grau de centralidade, sendo que alguns bens e serviços são de exclusividade das metrópoles regionais, o que possibilita a elas um maior número de empregos e capitais circulando. Roberto Lobato Corrêa trabalhou com a Teoria das Localidades Centrais, acrescentando-lhe uma inovação importante para o presente estudo: o fato de que, sob o modo de produção capitalista, produção, distribuição, e consumo têm um papel determinante na organização da sociedade e do espaço. Isso significa dizer que a centralidade de uma determinada localidade não é dada a priori, mas pode ser produzida segundo as necessidades postas a partir do desenvolvimento do capitalismo (CORRÊA, 1997, p. 18-19).

Outra mediação importante refere-se às diferenças de consumo entre os membros de diferentes classes sociais. Essas diferenças têm papéis bastante importantes nos arranjos hierárquicos regionais, variando conforme inserção de uma centralidade nos "ciclos superiores ou inferiores[38]" da economia. Essa metodologia de divisão da

[38] O circuito superior resulta da modernização tecnológica, enquanto o inferior deriva, indiretamente, da mesma modernização e está voltado aos indivíduos que pouco ou nada beneficiam-se da mesma. O primeiro dos circuitos tem como clientela as classes ricas e expressiva parcela das classes médias, que também utilizam o circuito inferior, interligando-os (SANTOS, 1994).

rede de localidades centrais faz referência à diferenciação de consumo entre os grupos sociais e, logo, a um diferente comportamento espacial dentro do mesmo espaço de coexistência. Dessa forma, a rede de localidades centrais constitui um meio através do qual o modo de produção capitalista reproduz a diferenciação entre as classes sociais (SANTOS, 1994). Os sistemas hierárquicos que serão aqui abordados revelam justamente as diferentes formas de penetração do capitalismo, assim como as desigualdades resultantes dessas diferenças materializadas espacialmente.

O principal aspecto dessa desigualdade a ser tratado nesta seção é a incapacidade da maioria das cidades do Centro-Oeste para reter a renda das atividades agropecuárias desenvolvidas em seu entorno. Essa renda acaba sendo, em grande parte, drenada para médias e grandes cidades, inclusive de outras regiões, pois essas são capazes de atrair esses capitais através da produção de bens e serviços. Essa dinâmica reforça disparidades espaciais históricas e evidencia a natureza controversa dos impactos das alterações do processo produtivo decorrentes da modernização conservadora da agropecuária.

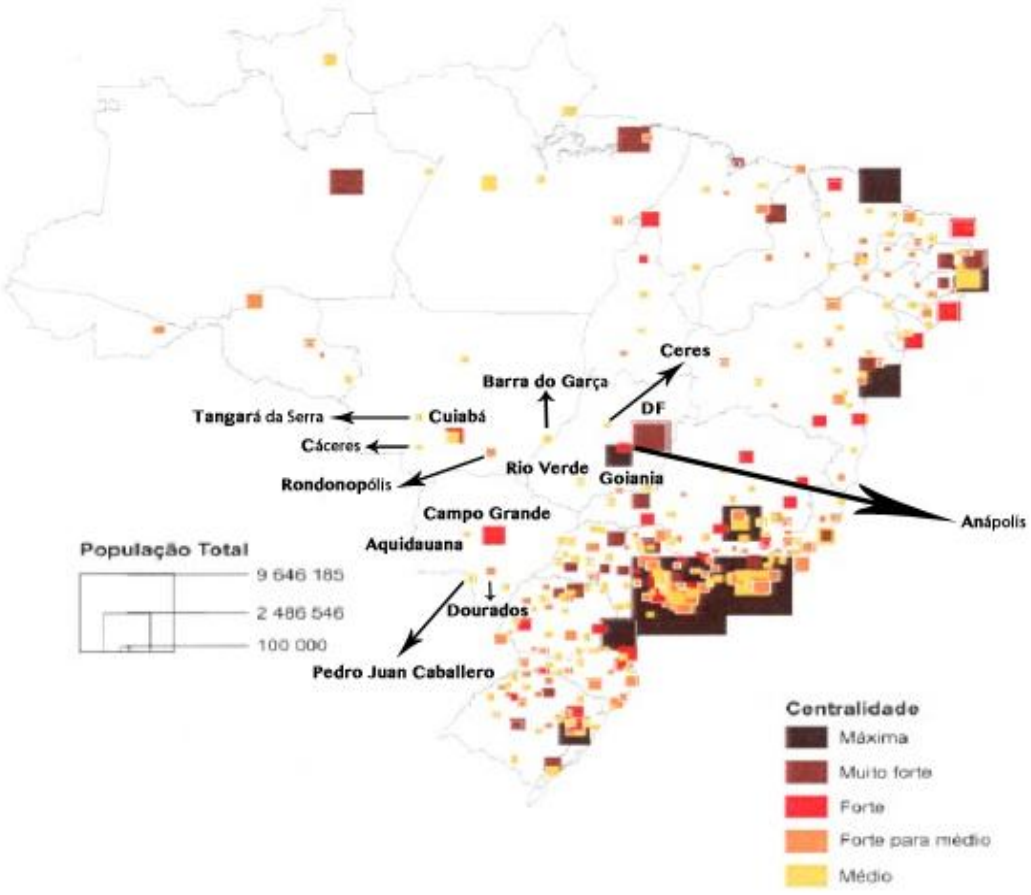
A elevação da concentração fundiária se refletiu na supressão de formas não capitalistas de produção, como parceria e produção familiar de subsistência. Além disso, houve a difusão de tecnologias que diminuíram a absorção de mão de obra não especializada. Como consequência, as cidades passaram a receber grandes contingentes populacionais que tiveram suas propriedades expropriadas, bem como trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho em virtude da tecnificação do campo.

Nesse sentido, a região Centro-Oeste, pela sua especialização na produção agropecuária de caráter empresarial, tem uma relação campo-cidade bastante específica, na qual o campo tende a não ser o local de moradia dos produtores e tampouco dos trabalhadores agrícolas. O campo tornou-se o espaço da produção agropecuária, mas não mais da residência da população, o que levou a uma elevação do percentual da população que reside nos núcleos urbanos. Segundo os censos populacionais do IBGE de 1950 e 1980, o percentual da população que residia nas cidades subiu de 24,38% em 1950, para 67,78% em 1980, superior à média nacional no mesmo ano, que era de

67,59%, sendo que parte desse contingente continuou a obter renda no campo, principalmente através do trabalho volante.

Dessa forma, ainda que a migração campo-cidade tenha tido impactos positivos sobre o consumo consuntivo, ela não foi suficiente para dinamizar e diversificar economicamente a maior parte dos núcleos urbanos, em especial as pequenas cidades. Essas, por não apresentarem economias externas e de aglomeração que as tornassem atrativas para o setor de comércio produtivo moderno, de serviços especializados, e agroindústrias não conseguem reter os capitais produzidos em seu entorno, tendo se transformado em “reservatórios” de força de trabalho, habitados por assalariados rurais ou trabalhadores volantes.

Mapa 4: Níveis de Centralidade em 1993



Fonte: IBGE (2000).

Conforme o mapa 4, a maior parte das cidades da região Centro-Oeste tem pouca ou nenhuma centralidade, sendo capazes de responder, quando muito, às necessidades vitais básicas de sua população e seu entorno agrícola. O mapa é de 1993, ou seja, período posterior ao recorte histórico que está sendo focado neste capítulo, o que possibilita uma análise dos resultados históricos que as ocorrências do período estudado tiveram sobre a hierarquia urbana. O mapa 4 mostra que São Paulo e Rio de Janeiro detêm centralidades máximas. O Distrito Federal, apesar de ser a capital federal, detém centralidade muito forte, inferior em relação a São Paulo e Rio de Janeiro na escala. Nota-se que, na região Centro-Oeste, a única cidade com centralidade máxima é Goiânia. É baixa também a ocorrência de centralidades fortes, restrita à Cuiabá (MT),

Campo Grande (MS) e Anápolis (GO). Além dessas, observam-se apenas 10 municípios com centralidade média: Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Aquidauana, Pedro Juan Caballero, Dourados, Rio Verde, e Ceres.

Sendo assim, pode-se dizer que o processo de incorporação Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, por ter um caráter de subordinação econômica em relação ao núcleo urbano-industrial do Sudeste, não engendrou o surgimento de economia externas e de aglomeração na região. Essas economias, em sua maioria, estão concentradas na região Sudeste, sendo que o modelo de planejamento econômico posto em prática não teve como objetivo estimular a proliferação de centralidades mais fortes no Centro-Oeste, mas a projeção da centralidade de cidades do Sudeste sobre a região.

Dispondo somente de serviços básicos, a maior parte das localidades urbanas da região é incapaz de atender às necessidades mais especializadas de seu entorno agrícola e de sua população, que acabam tendo que recorrer aos centros de médio e grande porte quando necessário.

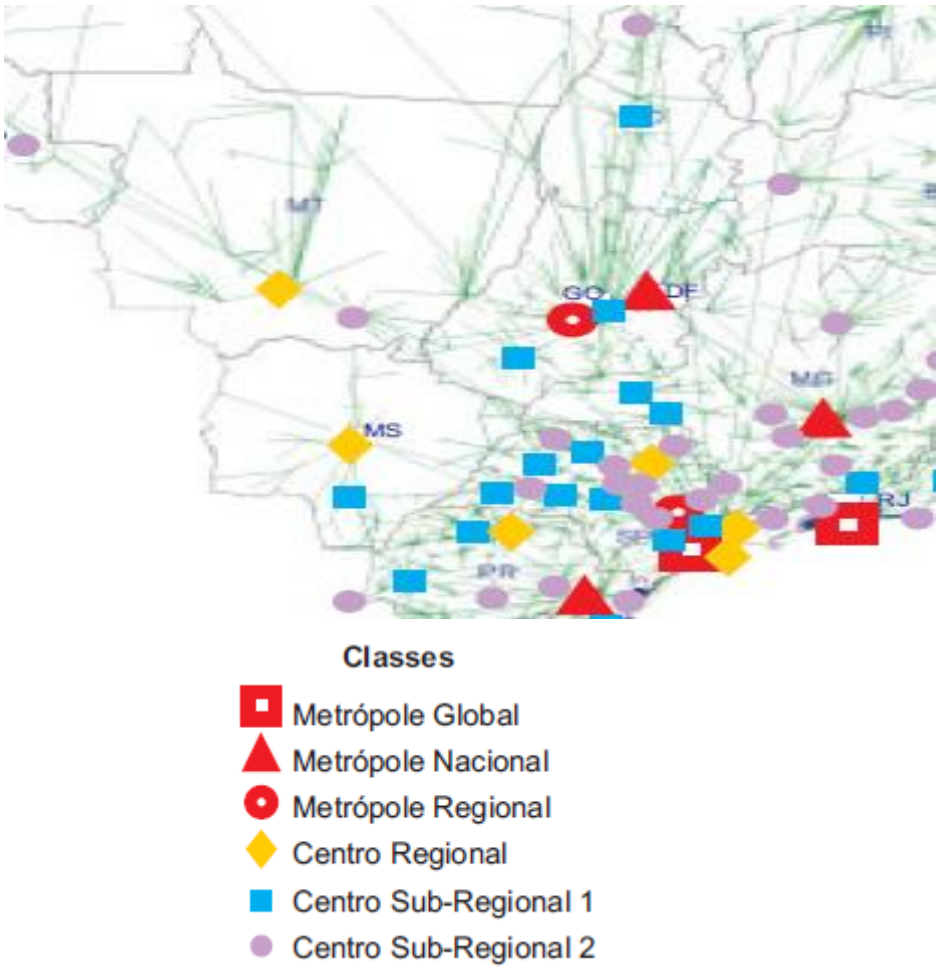
> (...) cidades locais evoluíram como pontos de ligação entre a produção regional e os mercados extra-regionais. Beneficiam-se dessa inserção da região numa divisão espacial do trabalho, mas não se tornaram locais de produção e não acumularam capital. O comércio e os serviços foram sempre as atividades que lhes asseguraram o dinamismo. Com a concorrência de outros centros mais equipados e não sendo atrativas para novos investimentos, não têm condições para servir a região quando ela se moderniza (FERREIRA, 1987, p. 14).

Posta a dinâmica da circulação de capitais e as diferenças que ela apresenta em relação aos vários tipos de centralidades, cabe uma análise empírica da hierarquia urbana e da rede urbana do Centro-Oeste a partir de seus polos intra e inter-regionais de influência. A partir de 1965, a expansão da economia brasileira e o crescimento demográfico favoreceram a proliferação de núcleos urbanos pelo território, em especial nas áreas de fronteira econômica. No Centro-Oeste, esse fenômeno se potencializou com a moderna produção agroindustrial que se desenvolveu na região. A pecuária de corte e de leite, e a produção intensiva de milho e soja se tornaram sistemas produtivos amplamente voltados à produção de matérias primas para indústrias que, em sua maioria, não estão enraizadas no Centro-Oeste.

Essa transformação da base produtiva da agropecuária ocorrida no Centro-Oeste aponta para uma complementaridade da economia da região em relação à economia urbano-industrial do Sudeste, evidenciada a partir de suas conexões logísticas e inter-relações urbanas com outros estados e regiões. Segundo Motta e Ajara (2001, p. 12), a classificação da rede urbana brasileira consiste em seis categorias: Metrópoles Globais, Nacionais e Regionais; Centros Regionais; e Centros Sub-Regionais 1 e 2. A rede urbana nacional compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e as áreas rurais. Entre os centros urbanos, estabelecem-se relações dinâmicas de diferentes magnitudes e graus de subordinação. O mapa 5 revela que a classificação da rede urbana do Centro-Oeste apresenta bastante coesão em relação ao grau de centralidade das localidades, retratada no mapa 4.

No mapa, São Paulo e Rio de Janeiro cumprem o papel de metrópoles globais, as únicas no Brasil. Já Brasília é a única metrópole nacional da região Centro-Oeste, que também só conta com uma metrópole regional: Goiânia. Cuiabá e Campo Grande figuram como os dois únicos centros regionais. Além disso, aparecem apenas quatro centros urbanos que podem ser classificados como Centros Sub-Regionais: Dourados (MS), Anápolis (GO) e Rio Verde (GO) como centros sub-regionais 1, e Rondonópolis (MT) como centro sub-regional 2. Isso significa dizer que, dos 111 centros urbanos que comandavam a rede urbana brasileira em 1999, apenas 8 estavam localizados na região Centro-Oeste, apesar de sua elevada taxa de urbanização que, em 1996, chegou a 84,4%, segundo o IBGE.

Mapa 5: Classificação da Rede Urbana: Metrópoles e Centros Regionais



Fonte: IPEA, IBGE (1999)

Enquanto no Sudeste, é possível identificar uma intensidade bastante grande de sistemas urbanos regionais, o mapa 5 mostra que, no Centro-Oeste, é possível identificar apenas 3 sistemas: Cuiabá, Brasília-Goiânia e o mais incipiente dos três, que é Campo Grande. Segundo Motta e Ajara (2001, p. 22), na estrutura urbana do Centro-Norte, que integra os sistemas urbanos regionais do Centro-Oeste, observa-se que as cidades desempenharam um papel fundamental na abertura de novas áreas para a exploração econômica, mas que o nível mais elevado da hierarquia de influência é ocupado por São Paulo. As cidades médias, como Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Barra do Garças, Aquidauana, Pedro Juan Caballero e Ceres fazem a ligação dos sistemas metropolitanos com as hierarquias menores e as cidades pequenas, em geral

sem centralidade e que existem por serem sedes de municípios, mas que mal conseguem fazer a integração das cidades médias com a economia rural.

Para este estudo, será tomada como referência de cidade média, aquelas com população entre 50 e 800 mil habitantes. Conforme a tabela 10, em 1991, a região Centro-Oeste era a que apresentava menor número de municípios com mais de 50 mil habitantes (22), a despeito do grande crescimento econômico decorrente da expansão a fronteira agrícola ocorrida entre 1960 e 1980.

Tabela 10: Municípios brasileiros segundo classe de tamanho – 1991

Grupos de Habitantes (1000 hab)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro -Oeste
Total	4491	298	1509	1432	873	379
Até 5	745	28	128	338	153	98
5 a 10	1053	62	316	316	253	106
10 a 20	1298	94	529	341	241	93
20 a 50	929	73	404	247	144	61
50 a 100	279	28	93	101	46	11
100 a 200	102	9	21	45	23	4
200 a 500	50	2	11	33	11	3
500 a 1000	13		4	7		2
1000 e mais	12		4	7		2

Fonte: Andrade e Serra (1999).

A tabela 11 mostra a evolução da distribuição da população por classe de muncípios da região entre 1970 e 1996. Os dados revelam que o percentual da população que vivia em municípios com mais de 50 mil habitantes, Brasília e Goiânia evoluiu de 45,4 % em 1970, para 62,3 % em 1996. Apesar de um expressivo

crescimento, nota-se que, se excluídos Brasília e Goiânia, o percentual cai para 24,6 %, em 1996, contra 19,6, em 1970, comprovando que, no período, a estrutura urbana da região não se diversificou a ponto de fazer surgirem novas aglomerações capazes de concentrarem contingentes populacionais tão expressivos quanto Brasília e Goiânia. Nota-se também que o percentual de pessoas vivendo em municípios com menos de 50 mil habitantes permaneceu elevado: 37,6%, evidenciando o espaço restrito para o surgimento de cidades médias na região.

Tabela 11: Distribuição da População por Classes de Municípios Centro-Oeste (em %) – 1970, 1980, 1991, 1996

	1970	1980	1991	1996
< 5000 hab	6,9	4,2	3,2	2,8
De 5001 a 10000	11,4	8,4	7,4	6,9
De 10001 a 20000	14,6	13	12,2	11,7
De 20001 a 50000	21,6	19	17,2	16,2
Total < 50000	54,5	44,6	40	37,6
De 50001 a 100000	7,8	6,8	6,7	6,6
De 100001 a 200000	4,2	4,9	5,5	5,7
De 200001 a 500000	4,5	5,8	6,8	6,6
De 500001 a 800000	3,1	4,3	5,6	5,7
Total > 50000 hab	19,6	21,8	24,6	24,6
Goiânia	10,4	12,6	13,5	14,2
Brasília	15,4	21,1	22	23,5
Total com Brasília e Goiânia	45,4	55,5	60,1	62,3

Fonte: Guimarães e Leme (1997).

Os dados das tabelas 10 e 11 comprovam que o papel dinamizador da agropecuária sobre o surgimento de cidades médias, bem como sobre a estrutura urbana intra-regional foi limitado. A dinâmica sócio-econômica regional engendrada pelo processo de abertura de novas áreas de exploração econômica durante os governos militares não foi capaz de fomentar a proliferação de cidades médias em grande número, e nem de alterar decisivamente a hierarquia e a estrutura urbanas da região. Entretanto, foi decisiva no processo de deslocamento populacional do campo para as cidades, inclusive com a elevada concentração populacional em Brasília e em Goiânia, que já eram as aglomerações urbanas mais importantes da região antes de 1970.

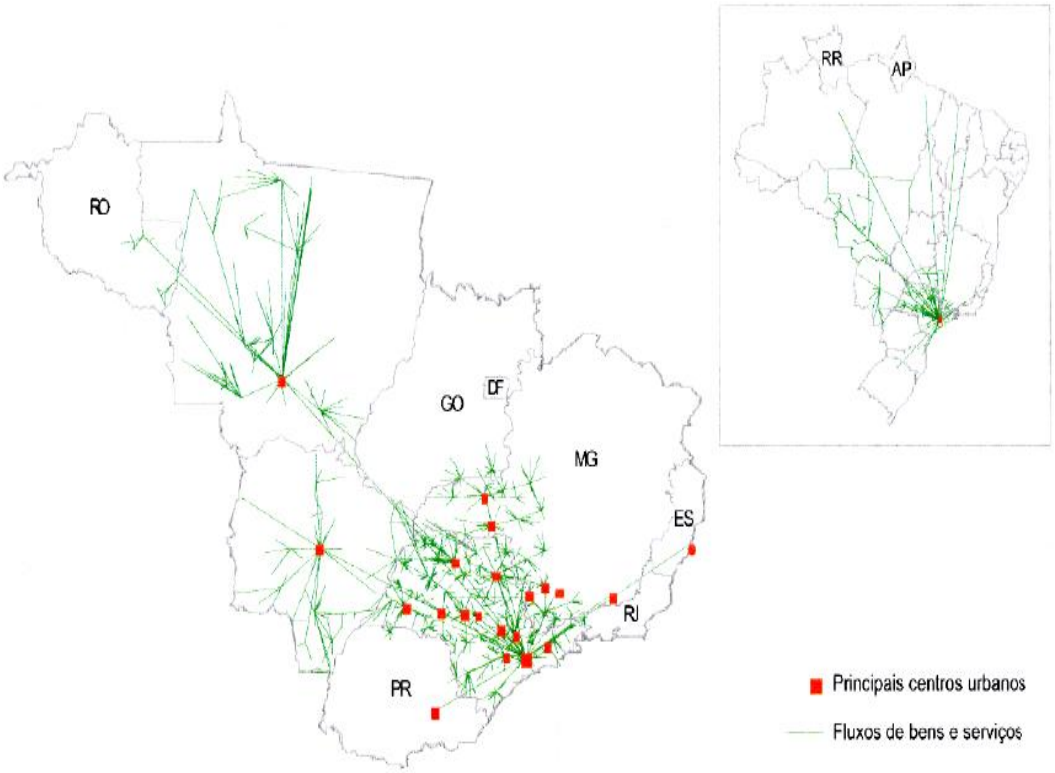
Na moderna agropecuária, a tônica do desenvolvimento das forças produtivas, da produção e da acumulação de riquezas é dada a partir das cidades, de modo que essa baixa dinamização da estrutura urbana regional torna-se mais uma evidência da hegemonia da economia industrial paulista, que se intensificou a partir de 1930. Essa hegemonia integrou o Centro-Oeste a uma divisão regional do trabalho, em que a região assumiu uma "vocação agropecuária". Esse processo de complementaridade, que também envolve uma relação de subordinação em relação à economia urbano-industrial do Sudeste, redefiniu o campo e a produção agrícola, elevou a taxa de urbanização da região, mas não alterou significativamente a hierarquia urbana, que continuou a sofrer influência de sistemas urbanos externos.

A expansão da rede rodoviária na região, por si só, não foi elemento suficientemente forte para garantir uma maior retenção de renda das atividades agropecuárias nas regiões onde são praticadas, mas ajudou a escoa-las para aglomerações urbanas externas com maior centralidade. A BR 364, que parte do Triângulo Mineiro em direção a Rondônia, é um exemplo dessa incapacidade. Segundo Guimarães e Leme (1997, p. 41), a rodovia acabou por projetar a influência de Uberlândia no sudoeste de Goiás e no Sudeste de Mato Grosso, tornando-se muito mais uma via de escoamento da produção, do que um meio de materialização local da renda. Esse fato pode ser comprovado pela inexistência de um núcleo urbano expressivo ao longo de mais de 700 km dessa rodovia, que corta uma área de intensa produção agropecuária. Somente a partir de Rondonópolis, a 837 km de Uberlândia, é que começam a surgir núcleos de expressão urbana significativa, como Cuiabá, Cáceres e a própria Rondonópolis. Já distantes da influência e da centralidade de Uberlândia, essas cidades puderam beneficiar-se da integração propiciada pela rodovia e desenvolver suas próprias economias de aglomeração.

O trabalho "Regiões e Influência das Cidades", publicado pelo IBGE em 1993 mostrou que os grandes centros de irradiação de influência para o Centro-Oeste estão na região Sudeste, e o principal deles é São Paulo, de onde partem os principais fluxos de bens e serviços para a região, conforme as linhas verdes do mapa 6. Em Mato-Grosso e Mato-Grosso do Sul, partem linhas verdes majoritariamente de Cuiabá e Campo

Grande, mostrado que essas são as únicas cidades com centralidade e potencial de irradiar influência e fluxos de bens e serviços para o interior de seus estados.

Mapa 6: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de São Paulo (SP)



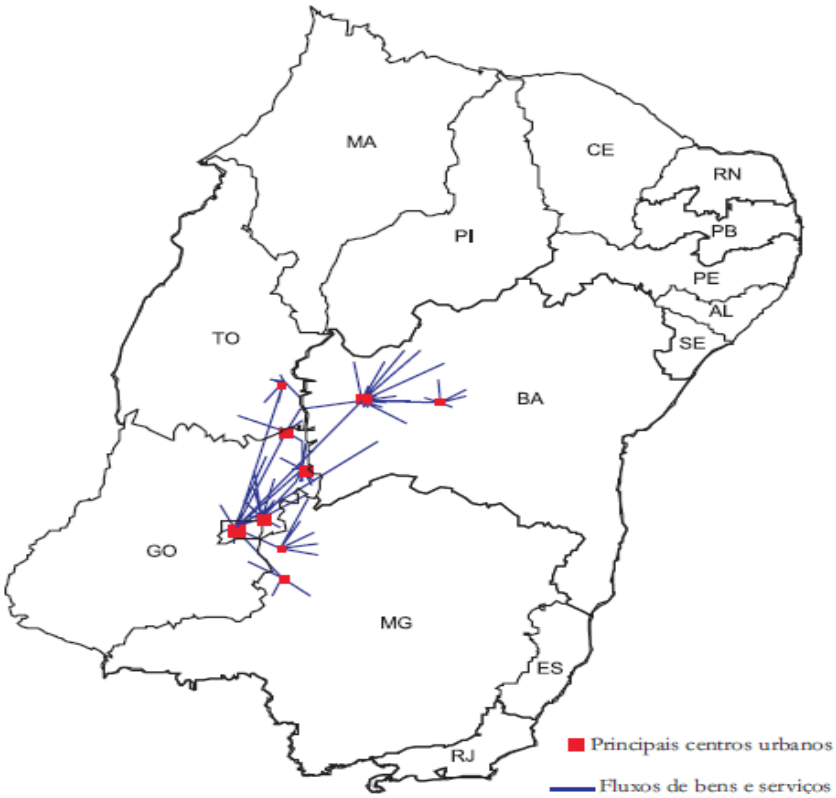
Fonte: Regiões de Influências das Cidades (1993) – IBGE/ Diretoria de Geociências/Departamento de Geografia

O mapa 6 também deixa claro que os principais centros urbanos regionais que se consolidaram na região Centro-Oeste têm uma distância significativa em relação a São Paulo: Campo Grande e Cuiabá, revelando um movimento dialético: o dinamismo de São Paulo, ao mesmo tempo em que representa um estímulo produtivo ao Centro-Oeste, deixa pouco espaço para o desenvolvimento de fluxos de bens e serviços locais, e o surgimento de núcleos regionais urbanos de expressão socioeconômica na região. Assim, nota-se que a região Centro-Oeste vincula-se à economia do Sudeste, com a intermediação de alguns poucos centros regionais, que concentram população e funções

urbanas importantes. O restante das estruturas urbanas pouco expressam a base produtiva desenvolvida em seu entorno (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 56).

Goiânia e Brasília ocupam patamares superiores a Cuiabá e Campo Grande na hierarquia urbana, metrópole regional e metrópole nacional respectivamente. Entretanto, a capacidade de irradiação de influência de fluxos de bens e serviços dessas cidades tende a ser restrita, se comparadas a São Paulo. Brasília, apesar de ser a capital federal e, por consequência, o centro político decisório máximo, tem sua potencialidade econômica restrita ao setor de serviços e ao funcionamento do aparato estatal e, mesmo concentrando um grande contingente populacional, não figurou como uma metrópole de centralismo forte no estudo do IBGE. Sua área de influência no território é restrita, bem como a quantidade de fluxos de bens e serviços que irradia, conforme as linhas azuis do mapa 7 (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 61).

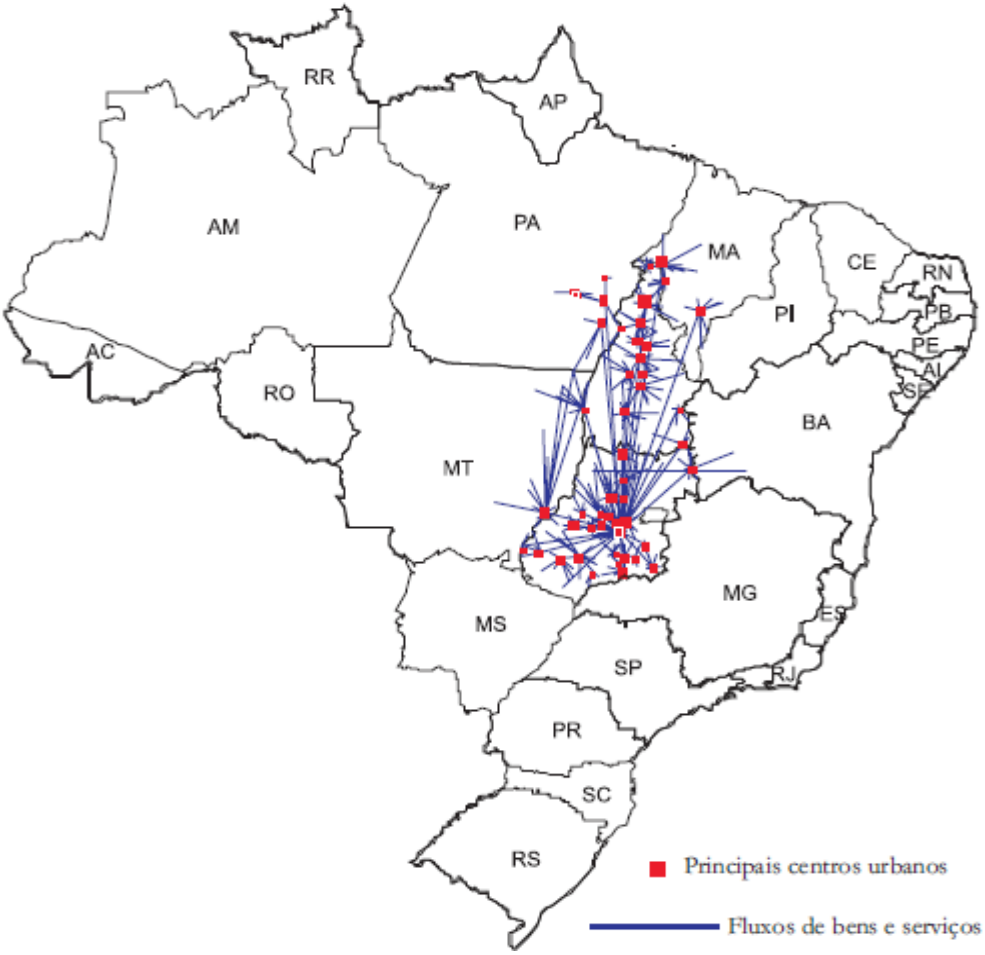
Mapa 7: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de Brasília (DF)



Fonte: Regiões de Influências das Cidades (1993) – IBGE/ Diretoria de Geociências/Departamento de Geografia.

Goiânia figura como um centro de irradiação de influência e fluxos de bens de maior alcance territorial. Conforme o mapa 8, seus principais fluxos de bens e serviços orientam-se no sentido de Tocantins, e seguem o eixo da BR-153 por todo o estado. Na porção Sul do estado, os fluxos têm dimensão mais restrita, devido à maior integração dessa região com o Sudeste, o que evidencia a forma subordinada através da qual a região Centro-Oeste foi incorporada ao capitalismo brasileiro.

Mapa 8: Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação de Goiânia (GO)



Fonte: Regiões de Influências das Cidades (1993) – IBGE/Diretoria de Geociências/Departamento de Geografia.

O avanço da frente pioneira se apoiou em poucos sistemas urbanos regionais: Cuiabá, Campo Grande, e Goiânia-Brasília. Isso significa dizer que as mudanças vividas pela economia do Centro-Oeste a partir da agro industrialização entre 1965 e 1980, ainda que profundas, não foram capazes de alterar radicalmente a hierarquia urbana anterior. Houve a ascensão de alguns centros intermediários, conforme mapas 4 e 5, entretanto, os principais aglomerados urbanos irradiadores de influência continuaram essencialmente os mesmos, tendo havido inclusive o reforço do papel de São Paulo enquanto centro polarizador externo, em detrimento de cidades onde está localizada produção agropecuária.

A forte centralidade de São Paulo e a baixa ocorrência de cidades com centralidades expressivas no Centro-Oeste são evidências empíricas da subordinação do espaço do Centro-Oeste à economia urbano-industrial do Sudeste, expressas no desenvolvimento e caracterização da rede urbana. Essa subordinação vai além da "vocação agropecuária" estabelecida para a região na divisão geográfica do trabalho posta em prática a partir de 1965. Suas consequências para a rede urbana da região denotam o engendramento de uma estrutura social frágil, nas quais as cidades, apesar de concentrarem a maior parte da população da região, tornaram-se espaços pouco dinâmicos, com capacidade limitada de participação nos fluxos de renda gerados pela atividade agropecuária.

4.4 ESTRUTURAS SOCIAL E AGRÁRIA ORIUNDAS DO CAPITALISMO NO CENTRO-OESTE

A partir da recuperação histórica feita nesta pesquisa, depreende-se que a partir do regime militar, iniciado em 1964, a região passou a ser aproveitada do ponto de vista da complementaridade econômica em relação ao núcleo urbano-industrial do Sudeste. Nesta seção, será traçado justamente o panorama das estruturas social e agrária resultantes desse processo. Para tanto, serão utilizados os Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1995, bem como indicadores sociais medidos pelo IBGE nos censos populacionais, tabulados na base de dados do IPEADATA. Serão utilizados

principalmente os dados dos anos de 1970 e 1980, tendo em vista que foi nesse período em que ocorreram as principais transformações decorrentes do projeto econômico posto pelos governos militares para o Centro-Oeste, bem como a implementação dos projetos regionais, cujas diretrizes foram traçadas a partir de PAEG e do I PND.

O avanço da frente pioneira no Centro-Oeste atraiu para a região intensos fluxos migratórios, conforme discutido anteriormente. Esses fluxos colaboraram para um crescimento populacional bastante expressivo. No período que vai de 1960 a 1980, o crescimento da população do Centro-Oeste foi de 4.176.273 milhões de habitantes, saltando de 2.6.447 milhões, em 1960, para 6.806.720 milhões de habitantes em 1980, o que representa um crescimento de 259%. A análise do dado de população residente revela que, ao final dos anos de 1950, a região Centro-Oeste não era um vazio populacional. Essa constatação, confirmada pela retomada histórica do processo de ocupação da região feito no capítulo 2, faz com que as profundas transformações que se iniciaram a partir de 1965 necessitem de uma análise que passe também pela expropriação de pequenos produtores e camponeses, pela destruição de economias naturais, bem como pelas novas relações de produção engendradas (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 20).

Sendo assim, é importante que seja analisa a evolução da utilização do solo da região no período. Conforme tabela 12, o aumento na área aproveitada para pastagens sejam elas naturais ou artificiais, e para o cultivo de culturas temporárias, categoria que inclui a soja, é expressivo. Vale notar também a queda na quantidade de terras inaproveitáveis, reflexo das inovações tecnológicas que permitiram o aproveitamento dos solos do Cerrado. A tabela 12 mostra ainda que o ritmo de crescimento das lavouras se acelerou a partir de 1970. Esse dado revela o impacto do desenvolvimento das novas técnicas e sementes para o Cerrado, o que possibilitou a implantação de lavouras e pastagens tecnificadas na região, marcas do processo de agroindustrialização decorrente da “Revolução Verde”. Também nos anos de 1970, as unidades agroindustriais começaram a operar no Centro-Oeste, algumas delas comandadas pelo capital nacional, com instalações baseadas em plantas agroindustriais trazidas do Sudeste. O capital internacional, por sua vez, começou a implantar uma rede estratégica de silos e armazéns, no intuito de ter maior controle sobre a oferta de grãos para suas indústrias,

ainda fortemente concentradas no Sul e Sudeste no início da década de 1970 (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 50).

Tabela 12: Ocupação dos solos segundo o uso econômico

Região	Ano		
Centro-Oeste	1960	1970	1980
Utilização das terras - Estabelecimentos Agropecuários- Total	131.776	215.565	224.630
Utilização das terras - lavouras permanentes - área	175.097,00	126.538,20	250.433,00
Utilização das terras - lavouras temporárias - área	1.085.682,00	2.099.976,10	5.678.806,74
Utilização das terras - terras das lavouras temporárias em descanso - área		494.261,30	711.460,35
Utilização das terras - terras produtivas não utilizadas - área	3.099.771,00	3.953.748,40	4.717.411,56
Utilização das terras - terras inaproveitáveis - área	47.087.162,00	3.464.621,40	5.727.849,14
Utilização das terras - pastagens naturais - área	31.259.715,00	40.604.511,50	34.039.375,03
Utilização das terras - pastagens plantadas (artificiais) - área	4.751.008,00	8.434.914,90	22.304.222,76

Fonte: Censos Agropecuários 1960, 1970 e 1980; IPEADATA.

Se analisados juntamente com a evolução da população rural ocupada, esses números evidenciam que as exigências de quantidade de mão de obra na agricultura foram reduzidas pelo processo de tecnificação, pois entre 1970 e 1980, a população rural ocupada caiu 6,60%, enquanto que a área ocupada pelas lavouras temporárias mais que duplicou. O descolamento entre o aumento das áreas cultivadas e a população rural ocupada mostra que, a partir de 1970, com o sistema de produção mecanizado, o número de empregos diretos permanentes gerados no setor tende a ser menor, o que leva a alterações significativas nas relações de trabalho a partir desse nevo contexto. A tabela 13 também revela que, no meio urbano, o aumento da população ocupada foi de 157%, comprovando o processo de êxodo rural e o novo papel das cidades engendrado a partir do processo de modernização conservadora.

Tabela 13: Evolução da população ocupada no meio urbano e no meio rural

Região Centro-Oeste	População Ocupada- Rural	Variação %	População Ocupada-Urbana	Variação %
1970	684.801		686.095	
1980	639.061	-6,60%	1.768.613	157%

Fonte: IPEADATA

Com a modernização das técnicas de produção, a atividade agropecuária passou por uma mudança bastante significativa: a constituição de um meio "técnico-científico-informacional". Esse meio extrapolou a vida urbana, chegando ao mundo rural tanto em países centrais como nos países da semiperiferia. A partir dessa nova agricultura, é que devem ser analisadas as mudanças profundas ocorridas nas relações sociais e de trabalho no campo, que continuam a ser permeadas por bases antigas, com forte tendência de aumento da concentração fundiária. (SANTOS, 2000, p. 88).

No Centro-Oeste, essa tendência de elevação da concentração fundiária pode ser observada a partir de vários dados. A tabela 14 revela que a quantidade de arrendatários, e ocupantes se manteve estável entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1985, apesar do grande avanço quantitativo nas áreas de cultivo e de pastagem no Centro-Oeste. Vale lembrar que essas categorias de produtores não detêm a propriedade da terra, e geralmente estão organizadas em unidades produtivas de menor porte cujo objetivo principal é o sustento da família, através do autoconsumo e da venda dos excedentes da produção. O fato de essas categorias de produtores terem se mantido estáveis revela que, na moderna agropecuária capitalista que se disseminou na região, o espaço para economias naturais e formas de produção pré-capitalistas é reduzido. A categoria de produtor que mais cresceu foi a de proprietários, denotando o caráter essencialmente capitalista da produção agropecuária moderna, na qual o domínio da terra é ditado pela propriedade.

A tabela 14 mostra ainda que o número de ocupantes se manteve estável entre 1970 e 1985, tendo aumentado a partir de 1980. Apesar desse aumento no número de ocupantes, a tabela 15 revela que a área das propriedades compostas por terras ocupadas

caiu 35,09%, apesar do aumento de 41,09 % na área ocupada por estabelecimentos agrícolas. Já o número de proprietários aumentou de 146.071 para 192.167 em 1985, variação de 31,55%, enquanto a soma das áreas de suas propriedades aumentou 45,24%. Os dados evidenciam que o ritmo de aumento das áreas das propriedades (45,24%) foi maior que o aumento do número dos proprietários (31,55%) e do total de áreas cultivadas (41,09%), confirmando uma tendência de concentração da terra, bem como sua conversão em mercadoria no contexto do processo de modernização conservadora.

Tabela 14: Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – Centro-Oeste

Ano	Categoria de Produtor			
	Arrendatário	Ocupante	Parceiro	Proprietário
1970	28.961	31.532	9.001	146.071
1975	29.670	37.199	12.398	148.466
1980	22.962	27.206	10.244	164.218
1985	28.004	31.491	15.734	192.167

Fonte: Censos Agropecuários 1970/1975/1980/1985

Tabela 15: Área das propriedades em ha segundo condição do proprietário

Região Centro-oeste	1970	1980	1985	Variação %
Área do estabelecimento - terras arrendadas	2.269.685,50	2.651.017,51	3.110.303,13	37,04%
Área do estabelecimento - terras ocupadas	3.495.058,40	3.406.148,89	2.268.803,41	-- 35,09%
Área do estabelecimento - terras em parceira	305.498,10	589.973,40	522.792,58	71,13%
Área do estabelecimento - terras próprias	64.185.013,70	88.121.667,69	93.220.500,92	45,24%
Totais	70.255.255,70	94.768.807,49	99.122.400,03	41,09%

Fonte: IPEADATA

A questão da agricultura familiar é bastante complexa, e envolve diversos tipos de unidades produtivas rurais, que vão desde os estabelecimentos rurais puros, aqueles que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família, passando pelos estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários, que contratam algum empregado volante durante o ano, até as empresas familiares, que

usam mão de obra externa permanentemente (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989/1990). Essas categorias tornam análise da agricultura familiar mais complexa. Com a crescente integração da agropecuária à indústria, muitas propriedades familiares tornaram-se empresas familiares intensivamente mecanizadas, empregadoras de mão de obra, e tiveram condições de se expandir em tamanho, principalmente em uma região de fronteira agrícola como o Centro-Oeste. Sendo assim, nota-se na tabela 16 que no Centro-Oeste, em 1995/96, as propriedades familiares tinham extensão maior daquela observada nas outras regiões. A maior parte das propriedades familiares rurais da região, 70,7 %, tinham acima de 20 hectares, número que chegava a 38,9% no Sudeste, 19,2% no Nordeste, 32% no Sul, e 57,8 % no Norte.

Tabela 16: Agricultores Familiares – Percentual de estabelecimentos e áreas segundo grupos de área total

REGIÃO	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 ha		100 ha a – de 15 MR	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	58,8	6,1	21,9	13,0	11,0	20,3	4,8	19,3	3,4	41,3
Centro-Oeste	8,7	0,3	20,5	2,9	27,3	10,7	18,8	15,5	24,6	70,6
Norte	21,3	0,8	20,8	3,8	22,5	12,5	17,9	20,8	17,4	62,0
Sudeste	25,5	2,1	35,6	13,6	22,7	24,4	9,9	23,2	6,3	36,5
Sul	20,0	2,6	47,9	25,1	23,2	32,5	5,9	18,8	2,9	21,1
BRASIL	**39,8**	**3,0**	**30,0**	**12,2**	**17,1**	**20,4**	**7,6**	**19,7**	**5,9**	**44,7**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE; FAO/INCRA

Esses números não devem ser entendidos como uma medida de uma distribuição fundiária mais equitativa, já que 29,2% dos estabelecimentos familiares têm menos de 20 ha e dividem apenas 3,2% da terra. Na verdade, o maior tamanho médio das propriedades familiares do Centro-Oeste decorreu da maior disponibilidade de terras que a região ofereceu para a formação de propriedades maiores, e do próprio processo de modernização conservadora, que fez com que os menores produtores, com baixa capacidade de integração com a agroindústria, acabassem se desfazendo de suas propriedades, ou sendo expulsos de terras ocupadas.

A partir da tabela 17, entretanto, fica claro o restrito espaço da agricultura familiar na região Centro-Oeste, apenas 0,7% da área dos estabelecimentos

agropecuários, número que chega 4,1% na média nacional. O percentual de estabelecimentos patronais, aqueles que não se utilizam de mão de obra familiar, com área superior a 100 hectares é de 80,8 % na região Centro-Oeste, enquanto que nacionalmente chega a 48,6%, e ocupa 99,3 % das terras, revelando o caráter essencialmente capitalista da produção rural a partir do processo de modernização conservadora.

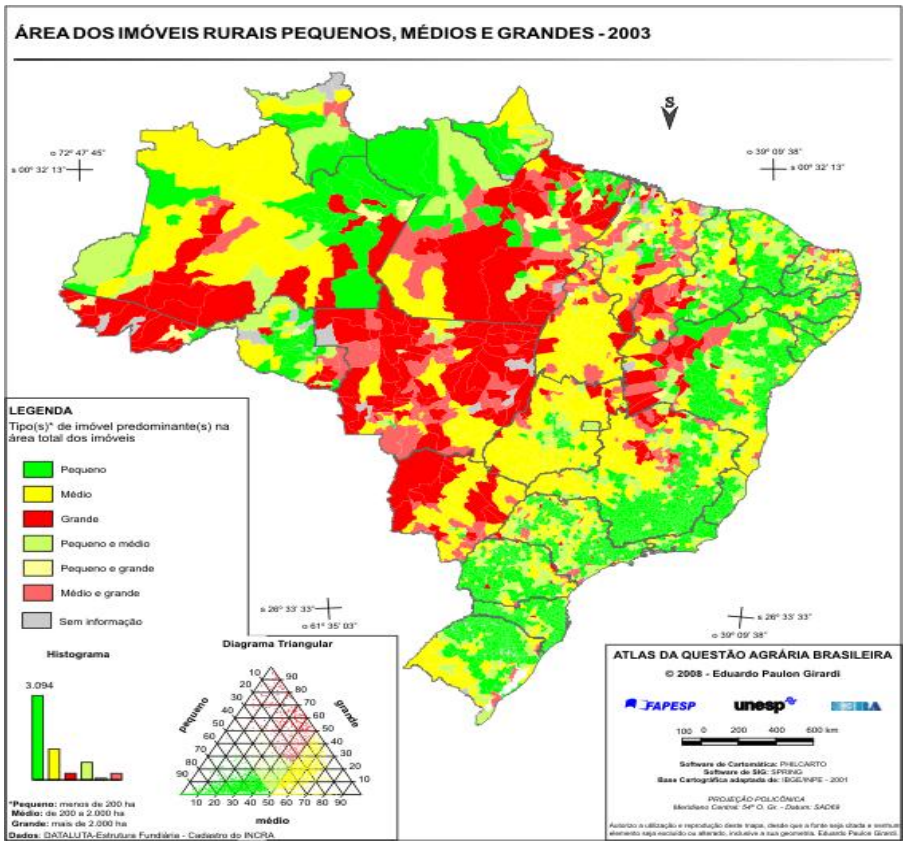
Tabela 17: Agricultores Patronais – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total

REGIÃO	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 ha		100 ha e mais	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	13,7	0,1	16,1	0,7	17,0	2,0	14,5	3,8	38,7	93,4
Centro-Oeste	1,1	0,0	3,3	0,0	6,4	0,2	8,5	0,5	80,8	99,3
Norte	4,1	0,0	5,5	0,1	10,4	0,3	13,0	0,9	67,1	98,7
Sudeste	4,9	0,1	14,8	0,8	20,7	3,1	17,6	5,7	41,9	90,2
Sul	5,9	0,1	16,1	0,7	16,3	1,9	12,5	3,2	49,2	94,2
BRASIL	**7,1**	**0,0**	**13,4**	**0,4**	**16,5**	**1,3**	**14,4**	**2,4**	**48,6**	**95,9**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

No Centro-Oeste, a concentração fundiária foi uma das marcas do avanço da frente pioneira. O mapa 9 mostra que o tamanho médio dos imóveis rurais na região é o maior do Brasil. O mapa de 2003 revela uma estrutura agrária engendrada a partir dos processos históricos ocorridos entre 1965 e 1980 e que estão sendo estudados neste trabalho. No mapa, nota-se que o Centro-Oeste tem a maior parte de seu território destacado em vermelho, evidenciando o predomínio de grandes propriedades, principalmente no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde estão concentradas as maiores produções de soja, milho e gado para corte. As áreas em verde, cor indicativa de pequenas propriedades, são poucas e concentravam-se no centro de Goiás, na região próxima de Goiânia e Brasília, onde se desenvolveu uma atividade agropecuária para o abastecimento desses centros, o chamado “cinturão verde” de Anápolis, onde existe uma produção significativa de frutas, legumes e hortaliças, além de uma pecuária leiteira familiar (EMATER, 2011).

Mapa 9: Classificação das regiões pelo tipo de imóvel rural predominante



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira (2008).

Conforme já foi dito, até 1965, o Centro-Oeste não era um vazio populacional, de modo que esse processo de concentração foi responsável por expropriar a terra de contingentes populacionais instalados na região desde os mais antigos processos de ocupação, ou durante as frentes de expansão incentivadas a partir de 1930, com a Marcha para o Oeste. Milhares de famílias de pequenos produtores foram expulsas do campo e passaram a viver precariamente nas nos centros urbanos, sujeitos às demandas colocadas por mercados que não exigem mão de obra qualificada, como construção civil, vigilância, serviços domésticos, transformando-se num exército de trabalhadores intensamente precarizados. Além disso, cabe destacar a associação entre as atividades urbanas e o trabalho temporário, conhecido como “bóia-fria”, principalmente nos períodos de plantio e colheita.

Essa necessidade de trabalho volante é confirmada pelas tabelas 18 e 19, que revelam um aumento bastante grande das despesas com salário na atividade agropecuária: 238,20%, bem como no pessoal ocupado na agropecuária: 60,81%. Vale destacar aqui que o dado de pessoal ocupado na agropecuária engloba os indivíduos que não vivem no meio rural, diferentemente do dado de população rural ocupada, da tabela 13, que mede a população ocupada residente no campo. O fato de as despesas com salários e do pessoal ocupado na agropecuária ter aumentado, a despeito da diminuição da população ocupada no meio rural, é uma evidência bastante contundente do êxodo rural e da manutenção do vínculo das populações expulsas do campo com o meio rural como forma de garantir sua subsistência através do trabalho volante.

Tabela 18: Despesas com salários nas atividades da agropecuária em R$ de 2000

Região	1970	1975	1980	1985	Variação %
Região Centro-oeste	162.061,60	399.875,89	548.454,93	548.104,11	238,20 %

Fonte: IPEADATA

Tabela 19: Evolução do pessoal ocupado na agropecuária entre 1970 e 1985

Região	1970	1975	1980	1985	Variação %
Região Centro-oeste	775.272	1.027.123	1.108.118	1.246.728	60,81%

Fonte: IPEADATA

A tabela 20 revela a participação da agricultura familiar na produção dos principais gêneros agrícolas e na pecuária. O levantamento FAO/INCRA mostra que, no Centro-Oeste, as propriedades familiares têm uma participação bem menos expressiva no total de soja, feijão, café, e milho produzidos em comparação a outras regiões. No caso da soja, a participação da produção familiar é de apenas 2,6 %, contra 22,5 da região Sul, e 5,2% da média nacional. 37,8% do milho produzido no Centro-Oeste é oriundo de propriedades familiares, enquanto a média nacional é de 55%. No caso da pecuária, a participação é bem mais expressiva, 53% na pecuária de corte, e 61% na

pecuária de leite, contra 27,8% e 36% das médias nacionais, respectivamente. Entretanto, deve-se levar em consideração que, no país todo, a participação das propriedades familiares é maior na pecuária, por essa ser uma atividade historicamente utilizada para subsistência. Além disso, vale destacar que essa uma das mais antigas atividades desenvolvidas no Centro-Oeste, consolidada localmente desde o período colonial, o que torna o controle familiar, ainda que de caráter empresarial, mais consolidado.

Tabela 20: Agricultura Familiar – Percentual de estabelecimentos produtores entre os agricultores da categoria (principais produtos)

REGIÃO	Pecuária de corte	Pecuária de leite	Suínos	Aves/ Ovos	Café	Arroz	Feijão	Mand.	Milho	Soja
Nordeste	17,5	22,1	22,0	60,9	1,5	19,3	56,4	22,1	55,1	0,0
Centro- Oeste	53,7	61,0	36,7	69,4	4,0	26,3	9,9	11,8	37,8	2,6
Norte	23,6	25,7	23,4	63,1	10,7	35,0	23,1	43,2	40,4	0,1
Sudeste	27,9	44,1	23,5	53,4	25,2	12,4	32,3	11,9	44,3	0,7
Sul	48,2	61,6	54,9	73,5	2,0	18,1	46,9	35,7	71,4	22,5
BRASIL	**27,8**	**36,0**	**30,1**	**63,1**	**6,2**	**19,7**	**45,8**	**25,0**	**55,0**	**5,2**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

A presença da agricultura familiar no Centro-Oeste é significativamente menor que no restante do país para a maioria das produções analisadas, evidenciando a hegemonia do modelo empresarial agroexportador baseado em médias e grandes explorações, com pouca presença de mão de obra permanente. A partir dessa realidade, desenvolveu-se uma nova relação cidade-campo, que não envolve somente o processo de proletarização de antigos posseiros, meeiros, pequenos proprietários, e afins, mas uma precarização do trabalho, tendo em vista o surgimento desordenado de aglomerações urbanas. Essa estrutura urbana, originada a partir da modernização conservadora da agropecuária, em grande parte, não é capaz de assegurar à maior parte dos contingentes populacionais expulsos do campo oportunidades de desenvolvimento social e profissional baseadas em qualificação e relações duradouras de trabalho. O que ocorreu foi o surgimento de concentrações urbanas onde vivem contingentes de mão de obra barata para o empresariado urbano e rural.

> (…) a proletarização do trabalhador rural no Brasil, não redunda na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou "volantes", como são comumente conhecidos (SINGER, 1979, p.2).

Não obstante, pode-se dizer que, apesar de pouco numerosa, a presença de trabalhadores com alto e médio nível de escolaridade e de renda é encontrada na região. Na realidade, a necessidade de qualificação do trabalho não é para todas as funções. Pelo contrário, as funções qualificadas com altos salários oferecem menos vagas que as demais, evidenciando a tendência geral de precarização do trabalho, já que a maioria desses trabalhadores são oriundos de outras regiões do país.

> A modernização da base técnica, as modificações na organização espacial e a racionalização do espaço com base em determinadas ações, além de necessitarem de uma mão de obra que atenda seus requisitos, muito provavelmente não fazem sentido sem ela. Para a otimização da base técnica é necessário que haja no trabalho um mínimo de conhecimento do sistema técnico envolvido, mesmo não tendo este trabalhador nível técnico nem superior, sendo apenas familiarizado com a base técnica. Neste sentido, os produtores da região estimulam a migração de sulistas e do Sudeste do país, dando preferência por estes migrantes na escolha de seus funcionários, principalmente nas funções que necessitam de alguma qualificação que são, em geral, permanentes, portanto com maior possibilidade de serem os representados nos dados anteriores (ARRUZZO, 2005, p. 1248).

Em resumo, dois principais tipos de trabalho passaram a se combinar na moderna agropecuária do Centro-Oeste: trabalhadores altamente qualificados com trabalhadores temporários (bóias-frias), e o trabalho familiar combinado com o trabalho volante ou subempregos urbanos, levando a um crescimento das rendas não agrícolas dos trabalhadores rurais, principalmente aqueles situados nas proximidades dos centros urbanos. Essas combinações são as marcas de um cenário de proletarização e fragilização cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola tradicional, e de um aumento do trabalho volante baseado em relações de trabalho precarizadas.

> O trabalhador volante tem o máximo interesse pessoal em executar as tarefas, o mais rápido possível, para receber o valor correspondente, o que permite ao empresário uma elevação da íntensidade do trabalho acima do normal. Além do mais, é conveniente e necessário que o trabalhador prolongue a jornada de trabalho, a fim de aumentar o salário, mesmo que, para isto, multiplique seus próprios braços com os da mulher e filhos menores (GONZALES E BASTOS, 1977, p. 29).

O caráter de precarização que a modernização conservadora da agropecuária teve para o trabalho resultou em uma divisão do trabalho que se expressa territorialmente e socialmente. Os centros urbanos, por concentrarem a maior parte das populações expulsas do campo, também revelam uma face desigual do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro. Conforme foi discutido, a maior parte dos núcleos urbanos surgidos na região não teve condições de reter e multiplicar os capitais gerados pela atividade agropecuária, de modo que muitas cidades acabaram por se tornar tão somente o abrigo de contingentes de mão de obra desqualificada e empobrecida. Esse baixo dinamismo se expressa na baixa capacidade de investimento público dos municípios e, consequentemente, na baixa qualidade dos serviços e nos indicadores sociais.

Para avaliar esse cenário, serão utilizados aqui três tipos de indicadores: indicadores de renda; de desenvolvimento humano; e acesso a rede de água e eletricidade nos domicílios. Será analisada a evolução dos números entre 1970 e 1980, utilizando-se os indicadores nacionais como parâmetros de comparação[39].

A tabela 21 mostra a evolução da renda familiar média, do percentual de pessoas pobres, e do índice de desigualdade L de Theil[40]. Os dados mostram uma evolução expressiva da renda familiar per capita média, que passou de 0,54 para 1,43 salários mínimo, aumento de 164%, contra 126% de aumento na média nacional. O índice L de Theil apresentou uma piora tanto em nível regional, quanto em nível nacional, revelando o caráter concentrador de renda do projeto econômico colocado em prática nesse período. Na região Centro-Oeste, todavia, a piora do índice foi bem mais expressiva, se comparada ao índice nacional. O índice passou de 0,55 para 0,66 na

[39] Merece destaque o fato de os indicadores regionais englobarem o Distrito Federal, que apresenta uma realidade socioeconômica bastante diferenciada em relação às demais unidades federativas que compõem do Centro-Oeste. Essa diferenciação se dá em virtude de o DF ser um espaço predominantemente urbano, planejado para ser a capital federal, no qual os indicadores sociais e de qualidade de vida tendem a ser melhores pela forte presença do aparelho de Estado em seu território, além de o setor mais dinâmico desse subespaço ser as instâncias máximas da máquina pública federal, nas quais a média salarial é maior que a do restante da população.

[40] Esse índice é uma medida estatística que reflete a distribuição de renda através da seguinte metodologia: logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Quanto mais próxima de 1 for a razão entre as médias, mais próximo de zero será o L de Theil, e mais próxima do perfeito será a distribuição. À medida que a razão entre as médias fica maior que 1, maior será o valor de Theil, indicando uma pior distribuição de renda (PIGOU, 1912).

década mais importante desta análise. Essa piora no índice expressa não só o reflexo regional do aumento da desigualdade no período, mas também o padrão de desigualdade acentuada engendrado no Centro-Oeste a partir da forma como a região foi articulada ao espaço econômico nacional. Nesse padrão, a atividade agropecuária, amplamente integrada à indústria, concentra a propriedade fundiária, gera centros urbanos empobrecidos a partir de um projeto geopolítico de ocupação do território e da expulsão de contingentes populacionais do campo, e se utiliza de relações de trabalho baseadas na alta rotatividade, informalidade, sazonalidade e precarização do trabalho.

A tabela 21 revela também que o percentual de pessoas pobres[41] no Centro-Oeste caiu de 73,71%, em 1970, para 37,48, em 1980, abaixo dos 39,47% observados para o Brasil no mesmo período. Essa evolução mais rápida dos índices regionais evidencia a dinamização econômica que o processo de incorporação econômica do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro engendrou a nível regional, apesar da ampla desigualdade que gerou, e de seu caráter subordinado de complementação econômica em relação à economia urbano industrial do Sudeste.

Tabela 21: Evolução dos indicadores de renda e percentual de pessoas pobres entre 1970 e 1980

Brasil	Renda familiar - per capita - média (Salário Mínimo)	Renda - desigualdade - índice L de Theil (1970)	Pobreza - pessoas pobres (%)
1970	0,63	0,68	67,90
1980	1,45	0,70	39,47
Centro-Oeste			
1970	0,54	0,55	73,71
1980	1,43	0,66	37,48

Fonte: IPEADATA; IBGE

A tabela 22 mostra a evolução na quantidade de domicílios com acesso à água encanada e eletricidade entre 1970 e 1980. Para os dois índices a evolução na região Centro-Oeste foi notadamente maior que a observada a nível nacional. Essa rápida evolução evidencia o caráter dinamizador que o avanço da frente pioneira teve na

[41] Conforme será analisado mais adiante, os indicadores de aumento da renda apresentam uma limitação para a avaliação do bem-estar social, tendo em vista que refletem as condições de vida e trabalho da população, a distribuição da renda, bem como a remuneração do trabalho e o aumento de sua produtividade.

região, e também o aumento do percentual da população que vive no meio urbano, marca da modernização conservadora da agropecuária. Entretanto, merece destaque a evolução dos domicílios com água e esgoto em relação ao número geral de domicílios. Segundo os Censos Populacionais do IBGE, o número de domicílios da região Centro-Oeste subiu de 826.917 para 1.420.468 entre 1970 e 1980. Assim, apesar da evolução no número absoluto de domicílios com redes de água e eletricidade ser superior a 170%, o percentual em relação ao total evoluiu de 21,88% para 34,57%, isto é, a proporção de domicílios contemplados com água encanada e eletricidade continuou bastante inferior à nacional, que era de 47,51%, em 1970, e subiu para 68,27%, em 1980.

Tabela 22: Evolução dos domicílios com água canalizada e eletricidade entre 1970 e 1980

Brasil	Domicílios com água canalizada rede geral - número	Domicílios com iluminação elétrica - número
1970	5.784.268,00	8.383.994,00
1980	11.977.045,00	17.269.475,00
Variação Percentual	107%	106%
Região Centro-Oeste		
1970	180.962,00	257.416,00
1980	491.173,00	863.652,00
Variação Percentual	171%	236%

Fonte: IPEADATA; IBGE.

Os indicadores de expectativa de vida, educação e desenvolvimento humano talvez sejam os mais significativos para revelar o baixo potencial de investimento nas áreas sociais por parte dos municípios e governos estaduais da região, bem como o caráter concentrador de renda engendrado na fronteira do Centro-Oeste. A tabela 23 aponta que a média de anos de estudo das pessoas com mais de 25 anos no Centro-Oeste evoluiu pouco mais acima da média nacional, tendo atingido o mesmo patamar em 1980. Chama a atenção o percentual de pessoas entre 10 e 14 anos com defasagem escolar maior que um ano que, apesar de ter diminuído durante a década de 1970, permaneceu acima da média nacional em 1980, revelando que a educação não foi o alvo dos investimentos públicos que a região recebeu no período. Essa constatação é reforçada pela evolução do percentual de analfabetos com mais de 15 anos de idade, que apresentou praticamente a mesma evolução do índice nacional, apesar da região abrigar

a capital federal e sua burocracia, o que tende a elevar o número de pessoas com maior nível educacional.

Tabela 23: Evolução da defasagem escolar, dos anos de estudo e do percentual de analfabetos entre 1970 e 1980

Brasil	Anos de estudo - média - pessoas de 25 anos e mais (Anos)	Defasagem escolar - média - pessoas 10 a 14 anos (Anos)	Defasagem escolar - mais de 1 ano atraso - pessoas 10 a 14 anos (%)	Analfabetos - pessoas 15 anos e mais (%)
1970	2,4	2,9	73,00	32,97
1980	3,6	2,6	67,10	25,34
Centro-Oeste				
1970	2,1	3,2	81,60	32,53
1980	3,6	2,6	70,40	23,55

Fonte: IPEADATA; IBGE.

A tabela 24 revela que os indicadores de expectativa de vida e mortalidade infantil, apesar do dinamismo econômico da região durante a década de 1970, evoluíram praticamente na mesma proporção dos índices nacionais. A expectativa de vida ao nascer do aumentou 5,44 anos em nível nacional, enquanto que na região Centro-Oeste essa evolução foi de 5,58 anos. A mortalidade infantil recuou em 38 mortes a cada mil nascimentos a nível nacional, enquanto que, na região Centro-Oeste, essa redução foi menor: 35,64 mortes a cada mil nascimentos.

Tabela 24: Evolução da mortalidade infantil e da expectativa de vida entre 1970 e 1980

Brasil	Esperança de vida ao nascer	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)
1970	51,43	123,19
1980	56,87	85,20
Centro-Oeste		
1970	51,67	94,94
1980	57,25	59,30

Fonte: IPEADATA; IBGE.

Apesar de a mortalidade infantil na região Centro-Oeste ser menor que a observada nacionalmente no início da amostragem, seria de se supor que durante um período em que o processo de urbanização avançou rapidamente na região, o ritmo da redução da mortalidade infantil fosse mais acelerado. A esse fato, acrescenta-se o elevado investimento federal em polos de desenvolvimento e infraestrutura na região que, em teoria, deveria ter se traduzido em melhora dos serviços públicos e, consequentemente, dos indicadores sociais. Não obstante, observa-se que os investimentos do Governo Federal na região Centro-Oeste estiveram restritos à infraestrutura de transportes, comunicação, pesquisa agropecuária e a incentivos fiscais para a instalação de empreendimentos empresariais. Os números revelam que educação, saúde, assistência social e saneamento básico não foram prioridades da ação federal na região. Sob responsabilidade dos governos estaduais e principalmente dos municípios, esses serviços acabaram reproduzindo a baixa qualidade e abrangência observadas nas demais regiões do país.

Esse fato pode ser comprovado pela evolução do Índice de Desenvolvimento Humano[42] e pela estimativa do componente de renda isolada para 1970 e 1980. A tabela 25 revela a discrepância entre a evolução do componente de renda isolado em relação ao índice geral, que engloba educação e longevidade. O dado confirma que a década de 1970 foi de fato um período de elevado dinamismo econômico para a região Centro-Oeste, inclusive com o índice atingindo o patamar próximo de 1, considerado elevado para a metodologia do IDH. Entretanto, essa evolução não se refletiu nos serviços de saúde pública e educação, tendo em vista os indicadores de longevidade e educação que, apesar de terem apresentado evolução significativa, são bem mais baixos que o componente de renda.

[42] O índice é elaborado a partir dos dados da expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita. O índice varia de zero a um, sendo que um é o patamar mais elevado que um país ou região pode atingir (ONU, 2010).

Tabela 25: Evolução do IDH e da estimativa do IDH renda entre 1970 e 1980

Brasil	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - renda
1970	0,462	0,444
1980	0,685	0,947
Centro-Oeste		
1970	0,438	0,373
1980	0,692	0,947

Fonte: IPEDATA.

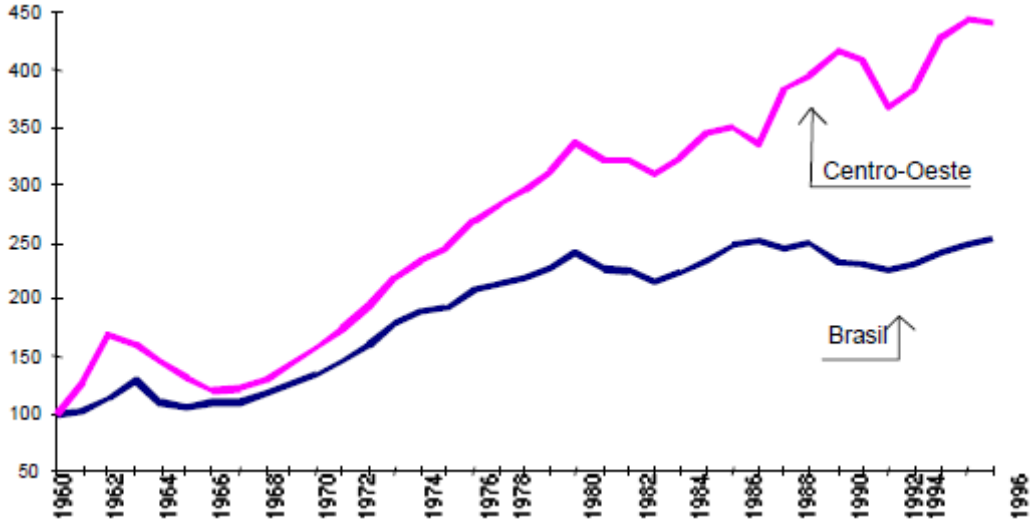
A melhora do componente renda do IDH revela, na verdade, uma expansão da atividade econômica e da produção de riqueza na região, já que é medido a partir da renda per capita que, conforme o gráfico 1, evoluiu em ritmo mais acelerado no Centro-Oeste do que no restante do país. Entretanto, essa evolução, não se refletiu na diminuição da desigualdade entre ricos e pobres na mesma proporção, tendo e vista o elevado índice de Gini[43] que a região apresentou entre 1970 e 1985, conforme tabela 26. O índice apresentou uma queda muito tímida de 0,876 para 0,857 no período, tendo estado mais elevado que o índice nacional entre 1970 1980, conforme tabela 26. A tomar pelo setor agropecuário, esse descolamento entre a evolução do PIB e o índice de Gini, mostra que a elevação da renda não se refletiu da mesma forma em todos os segmentos sociais.

A permanência da concentração da renda aponta para um aumento da produtividade do trabalho que não teve reflexos nos salários e no emprego, tendo em vista que, enquanto a área dos estabelecimentos rurais aumentou 37,89%, e o PIB per capita da região aumentou mais de 130%, o pessoal ocupado aumentou apenas 42,93% entre 1970 e 1980. Além disso, a tabela 27 revela um aumento da concentração da renda domiciliar per capita a partir de 1981, ano em que começou a ser medida a evolução do coeficiente de Gini nessa metodologia. O índice se manteve acima da média nacional durante todo o período da tabela, evidenciando que a renda domiciliar per capita dos

[43] O coeficiente de Gini é utilizado a renda dos mais ricos em contraponto à renda dos mais pobres. 0 representa a distribuição perfeita da renda, enquanto 1 a concentração total. Dessa forma, quando maior o coeficiente, pior é distribuição de renda de um país ou região.

indivíduos, apesar de menos concentrada que a renda geral, também reproduziu a realidade de aceleração da concentração de renda e da desigualdade no Centro-Oeste. Trata-se de um modelo bastante perverso, já que, apesar de o rápido crescimento econômico ter reduzido a pobreza extrema, reforçou-se regionalmente o padrão de aumento constante da desigualdade, no qual os trabalhadores têm seus rendimentos crescentemente desvalorizados em comparação com aumento da produtividade do trabalho e do lucro do empresariado.

Gráfico 1: Evolução do PIB per capita do Centro-Oeste x Brasil (1960=100)



Fonte: IPEA (1997)

Tabela 26: Evolução do Coeficiente de Gini – Centro-Oeste e Brasil

UF	1970	1975	1980	1985
DF	0,794	0,780	0,753	0,767
GO	0,751	0,760	0,753	0,766
MS	0,918	0,909	0,874	0,860
MT	0,941	0,943	0,921	0,909
CO	0,876	0,876	0,861	0,857
Brasil	0,843	0,854	0,857	0,857

Fonte: IBGE (1996)

Tabela 27: Evolução do Coeficiente de Gini na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos – Centro-Oeste e Brasil

Região	1981	1985	1990	1995	2001	2005	2009
Região Centro-oeste	0,577	0,587	0,611	0,585	0,598	0,577	0,560
Brasil	0,584	0,598	0,614	0,601	0,596	0,569	0,543

Fonte: IPEADATA

A análise comparada da estrutura agrária e dos indicadores sociais regionais com os nacionais revelou que o projeto de incorporação do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, por seu êxito em estabelecer uma relação de complementaridade econômica para com a economia urbano-industrial do Sudeste, não só reproduziu, a nível regional, um padrão de concentração de renda e desigualdades sociais e fundiárias seculares do campo e das cidades brasileiras, mas também criou um novo padrão de desigualdade que se territorializou através da relação campo-cidade que se estabeleceu na região.

A "vocação agroindustrial" estabelecida para o subespaço do Centro-Oeste reforçou o caráter subordinado de sua inserção no espaço econômico nacional, justamente porque a dinâmica do desenvolvimento econômico da região tem sua tônica dada a partir da centralidade da economia urbano-industrial do Sudeste. Isso significa dizer que, apesar da influência e das necessidades locais, não só o ritmo e as atividades mais dinâmicas desenvolvidas na região são ditados a partir de fora. Além disso, o Centro-Oeste foi colocado no "passo" do capitalismo brasileiro, reproduzindo localmente, e de maneira peculiar, suas principais características, à medida que engendrou uma estrutura social mais rígida, e com desigualdades mais acentuadas em relação à média nacional.

CONCLUSÃO

Tem sido de fundamental importância o papel da agropecuária no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, seja como vínculo com o mercado externo, com papel destacado na balança comercial e nas contas nacionais, seja como fornecedora de alimentos para o abastecimento da população. Não obstante, no contexto de industrialização, urbanização, e consolidação do padrão de acumulação capitalista no país a partir de 1965, a forma como está organizada a agropecuária no Centro-Oeste, dada a partir do processo de modernização conservadora e da "Revolução Verde", acentuou desigualdades e mazelas históricas. Essa distorção evidencia o caráter contraditório do projeto político e econômico do período, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento regional e à articulação da região ao espaço econômico nacional.

Como decorrências desse processo contraditório, destacam-se a elevação da concentração fundiária, o baixo dinamismo dos centros urbanos, as elevadas taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e o aumento da concentração de renda. Intimamente ligadas, essas questões são as marcas de um processo histórico que engendrou uma estrutura de classes e uma dinâmica econômica desiguais, que se expressam não só pela posição de subordinação do Centro-Oeste em relação à economia urbano industrial do Sudeste, mas também territorialmente, na forma como está estruturada a relação campo-cidade na região. Essa relação é marcada pela incapacidade da maior parte dos centros urbanos da região em reter parcela significativa da renda gerada pela atividade agropecuária, evidenciando a baixa complexidade da rede de bens e serviços da região, incapaz de atender à demanda de consumo produtivo de sua agropecuária.

As conseqüências desse esvaziamento dos centros urbanos regionais têm seus impactos na renda e na situação social maximizados pelo intenso êxodo rural pelo qual a região passou. A concentração da população em cidades com pouca ou nenhuma centralidade fragiliza a classe trabalhadora, à medida que prolonga a dependência em relação ao trabalho volante na agropecuária, marcado pela elevada informalidade e ausência de direitos trabalhistas e sociais, bem como limita os horizontes de desenvolvimento do mercado de trabalho urbano, no qual as possibilidades de emprego acabam reduzidas ao comércio varejista, empregos domésticos e ao setor público. Essa

fragilidade do mercado de trabalho reforça a desigualdade na distribuição da renda, limitando a ascensão social e a formação de um mercado regional com dinâmica própria.

Vale destacar também que o planejamento regional autoritário empreendido pelos governos militares, responsável pelo caráter subordinado através do qual a região se articulou ao espaço econômico nacional, foi possível graças aos desequilíbrios do pacto federativo brasileiro, reforçados pelos atos institucionais. A principal marca dessa distorção prevalece até os dias de hoje na concentração de competências tributárias pela União, que acaba por fragilizar a capacidade de investimentos das prefeituras e governos estaduais, principais responsáveis diretos pelos serviços públicos e pelas áreas sociais. Essa distorção está expressa nos indicadores sociais analisados no capítulo 4, cuja análise evidenciou a disparidade entre o aumento da renda per capita e a evolução dos índices. Além disso, a concentração tributária tornou os municípios extremamente dependentes de repasses de recursos federais, o que, de certa forma fragilizou as instâncias locais de poder, facilitando a consecução do projeto de produção do espaço Centro-Oeste como fronteira para agropecuária e para a agroindústria capitalistas.

No processo histórico que engendrou essa realidade controversa, não se pode deixar de considerar o papel da elite local na concretização do projeto. A burguesia agrária que se formou na região principalmente a partir das frentes migratórias oriundas da região Sul foi parte importante e ativa no processo de aumento da acumulação de capital na região. Essa elite inclusive passou a exercer o controle de alguns setores agroindustriais importantes, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, consolidando lideranças políticas e empresariais bastante relevantes, cuja força se expressa nos dias de hoje. Nas eleições de 2007, o número de parlamentares da bancada ruralista oriundos do Centro-Oeste mais que dobrou em relação à legislatura anterior, passando de 8 para 22 deputados. Na legislatura 2011, a bancada ruralista sofreu uma queda de 45% no número de eleitos, entretanto, no Centro-Oeste, essa queda foi de apenas 22,72%, indicando o nível de organização a influência desse grupo na região (DIAP, 2012).

A capacidade de organização dessa elite exorbita o âmbito regional e se expressa nacionalmente. Em 2012, a bancada ruralista do Congresso Nacional, sob a liderança de três expoentes agronegócio da região: o Senador Blairo Maggi (PR-MT), a Senadora

Katia Abreu (PSD-TO), e o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), protagonizou, com vitória, uma das mais acirradas disputas ideológicas e parlamentares da história recente: o novo Código Florestal. O embate girou principalmente em torno da diminuição das áreas de preservação permanente - que passariam a fazer parte das reservas legais obrigatórias das propriedades, em especial topos de morro e margens de rios – e da anistia de desmatamentos passados. Após várias emendas e meses de discussões, o texto foi aprovado pelas casas legislativas e sofreu vetos por parte da presidente Dilma Rouseff. Entretanto, os vetos são questionados judicialmente e podem vir a ser derrubados pelos parlamentares, aproximando o texto de seu conteúdo original, cujo relator foi o deputado Paulo Piau (PMDB-MG), também membro da bancada ruralista. Vale notar que as principais lideranças que trabalharam em prol da aprovação do novo Código são de Estados com territórios no bioma do Cerrado, indicando sua importância estratégica para a expansão do agronegócio, e a força de seus representantes.

Acrescenta-se aqui o legado histórico e o papel das frentes pioneiras que ocupavam a região Centro-Oeste desde o período colonial. Essas frentes consolidaram núcleos urbanos, relações inter-regionais, redes de influência entre as localidades, hábitos, cultura, e atividades econômicas que se tornaram marcas da região Centro-Oeste ao longo de mais de quatro séculos, ainda que em escala reduzida, tendo em vista a dimensão territorial da região. A partir de 1965, com a implementação de um projeto regional, cuja tônica é dada a partir de um planejamento centralizado e das necessidades da economia urbano-industrial do Sudeste, esse legado foi reprocessado de maneira peculiar. Ao contrário do que poderia se supor, esse legado não se perdeu, mas se articulou às frentes pioneiras, e mesmo tendo sido em grande medida desestruturado, definiu relações capitalistas de produção específicas, que se tornaram expressão concreta da localidade no processo.

O maior exemplo do papel ativo da localidade talvez seja a pecuária. Atividade secularmente desenvolvida no Centro-Oeste, que se articulou com o Complexo Agroindustrial e, mesmo tendo se tornado umas das mais notórias expressões da penetração do capital agroindustrial no campo, permanece majoritariamente sendo desenvolvida em propriedades familiares, conforme tabela 20. Diferentemente da pecuária, a soja foi introduzida na região a partir de uma dinâmica externa, dada a partir

da prioridade de se aumentar as exportações, definida pelos governos militares, e pelas necessidades de abastecimento do núcleo urbano-industrial do Sudeste.

A ação conjugada entre Estado, elite local e capital agroindustrial produziu as condições para que o espaço do Centro-Oeste pudesse ser aproveitado economicamente, de modo a garantir avanços na superação do esquema de "arquipélago econômico", segundo o projeto econômico e dos governos militares. Esse projeto imprimiu um caráter de subordinação para a região em relação ao Sudeste, à medida que projetou a centralidade da economia urbano-industrial do Sudeste - que concentra os centros de controle do grande capital agroindustrial, bem como a atividade industrial e os centros urbanos mais dinâmicos do país- sobre o Centro-Oeste. A subordinação reside justamente no fato de a tônica do desenvolvimento da região e sua articulação com os mercados interno e externo serem determinados externamente, com reflexos que se expressam de forma negativa territorial e socialmente.

Essa dinâmica é o cerne do processo histórico pelo qual o Centro-Oeste foi incorporado ao capitalismo brasileiro. Para sua concretização, a contribuição dos agentes sociais locais foi extremamente importante à medida que se articularam em uma estrutura regional de classes específica. Nessa estrutura social centrada na desigualdade, Estado, capitais agroindustriais internacionais e nacionais e elites locais cumpriram papel social, econômico e político ativo e historicamente determinante para o sucesso do projeto posto em prática, tornando-se cada vez mais influentes na economia e na vida política do país.

BIBLIOGRAFIA

ABIOVE. Associação brasileira das indústrias de óleos vegetais. Disponível em: www.abiove.com.br. Acesso em 18/08/2012.

ALBANO, G. P. e SÁ, A. J., **Globalização da Agricultura: Multinacionais no Campo brasileiro**. Revista de Geografia (UFPE), v. 28, n. 1, 2011.

AMARAL, Azevedo. **Ensaios Brasileiros**. 2ª edição, Omena e Barreto, Rio de Janeiro, 1930.

_____. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, Livraria Jose Olympio, 1938.

_____. **Realismo político e democracia, separata de Cultura Política n.° 1 reproduzida em O pensamento Político do Presidente**, Comemorativa do 60° Aniversário do Presidente Getúlio Vargas, 1943.

ANDRADE, T.A e SERRA, RV**. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro.** IPEA. (Texto para discussão 554). 1998.

ARAÚJO, M. A. C., **A SUDECO e seus Gestores: O Estado como agente de produção na consolidação do capitalismo monopolista na Região Centro-Oeste**, UFGO, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** Londres: Unesp, 1994.

ARRUZZO, R. C., **Relações entre técnica, trabalho formal e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso- Brasil.** In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005.

BACKES, Ana Luiza, **Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales,** Editora Plenarium, 2006.

BARAN, P. e SWEEZY, P., **Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

BECKER, Berta. **Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, Vol. 51, nº 4, out/dez. 1990, Rio de Janeiro, FIBGE.

BECKER, Berta. **Geopolítica da soja na Amazônia.** Revista Idéias e Debates, nº 8, 2004, Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT, Pará.

BERTRAN, P. **Uma Introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JUNIOR, João**. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrícola de Goiás,**Caminhos da Geografia, Uberlândia, p.29-49, 02 fev. 2004.

BOMBARDI, L. M., **Intoxicação e Morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado.** In: Boletim DATALUTA, setembro de 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 18/08/2012.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Dissertação (Mestrado). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. PROCEDER. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: 14/06/2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. I Programa Nacional de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1967.

BRUNO, Ernani Silva. **História Geral e Regional do Brasil:** Vol. 6 - Grande Oeste. São Paulo: Cultrix, 1967.

BUNGE. Disponível em: www.bunge.com.br. Acesso em 18/08/2012.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento da América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As tradições de Desenvolvimento Associado.** Estudos Cebrap, n.8,1974.

CARVALHO, S. M. P., **Propriedade Intelectual e Setor Público de Pesquisa Agropecuária: Alguns Comentários**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.9 n. 1/3, p. 62-81, 1992.

CASSIANO, Luiz de Carvalho**. Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945),** dissertação de mestrado, UnB, 2002.

CATAIA, Márcio Antonio**. Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CATAIA, M. A. **A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar.** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (22). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm> [ISSN: 1138-9788]

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento: www.conab.gov.br. Acesso em 07/09/2013.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1995.

CORRÊA, V. B. **Mato-Grosso: 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província**. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP, São Paulo, 1976.

CORRÊA, R. L. A.. **Trajetórias Gegoráficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Econômica do Brasil. Disponível em: www.cpoc.fgv.br. Acesso em 18/08/2012.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Dinâmica Migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso,** Revista Brasileira de Estudos Populacionais**,** São Paulo, n. , p.87-107, 06 jul. 2006.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAP – Departamento Interssindical de Assessoria Parlamentar. Disponível: www.diap.org.br. Acesso em 09/11/2013.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina.**O Grande Cerrado do Brasil Central:** geopolítica e economia. 2006. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 14 jun. 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto.** São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Disponível em www.embrapa.br. Acesso em 18/08/2012.

ESTEVAM, L. A**. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Tese (Doutorado). IE/UNICAMP. Campinas, 1997.

EVANS, P., **A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1975.

FERREIRA, M. R. **As Bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.

_____. **O mistério do ouro dos martírios: desbravando o grande segredo das bandeiras paulistas**. São Paulo: Editora Gráfica Biblos, 1960.

FORTES, T., **A sistemática do FUNRURAL**. Disponível em: www.fortes.adv.br. Acesso em: 18/08/2012.

FREIRE DE SOUZA, I. S., **Condicionantes da Modernização da Soja no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 28, n. 2, p. 175-212, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 2005 (1959).

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965

GALLO, F. **O território nacional, a soja e a importância da aviação no atual período: a incorporação da região Centro-Oeste à lógica brasileira da produção de grãos.** Revista Acta Geográfica (UFRR), v. 4, p. 27-37, 2010.

GONZALES, E. e BASTOS, M. I. **O trabalho volante na agricultura brasileira.** In: SlNGER, Paul. Capital e trabalho no campo. São Paulo: Hucitec, 1977. p.25-47.

GOODMAN, D. **Expansão da fronteira e colonização rural: recente política de desenvolvimento do Centro-Oeste**. In: BAER, W; GEIGER, P. P.; HADDAD, P. R. Dimensões do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

GUIMARÃES, E. N**. Infraestrutra pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro da divisão inter-regional do trabalho**. Dissertação (Mestrado). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

GUIMARÃES, E. N.; LEME; H.J.C. **Caracterização histórica e configuração espacial do Centro-Oeste.** Campinas: Unicamp. Texto para Discussão Nepo. N. 33, 1997.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de**. Raízes do Brasil** (1936). 10ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

_____. **Monções** (1945).Rio de Janeiro: CEB, 1945.

_____. **Caminhos e Fronteiras** (1957) Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. **Visão do Paraíso** (1958). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial - administração, economia e sociedade. 3 ed, São Paulo: DIFEL, 19 76.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial. 5 ed, São Paulo: DIFEL, 1976.

_____. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____, **Índios e Mamelucos na Expansão Paulista**. Anais do Museu Paulista, Separata do Volume XIII/177-290, 1949

IANNI, O., **Relações de produção e proletariado rural.** In: SZMRECSÁNYI, T., QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo: Nacional, 1979, p. 148-159.

IANNI, O., **Ditadura e Agricultura.** São Paulo: C. brasileira, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em 18/08/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários e Populacionais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influências das Cidades, 1993 e 2000.

IPEADATA – Base de dados do IPEA. Disponível: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 07/09/2013.

ISA. Instituto Socioambiental. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em 18/08/2012.

LIMA, L. C. O., **Empresas Globais, Estratégia de Financiamento e Investimento Estratégico no Brasil: Indústria de Fertilizantes Agrícolas**, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

KAGEYAMA, A. A. **A questão agrária brasileira: interpretações clássicas**. Reforma Agrária, Campinas, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1994.

KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S. M. P., **A estrutura da produção no campo em 1980.** Perspectivas, São Paulo. 12/13: 55-72, 1989/90.

KASTER, M. e BONATO, E. R., **Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: a pesquisa em soja.** Brasília, DF. Revista de Economia Rural, 23 (3), 1980.

MACIEL, Dulce Portilho. ARAGARÇAS (1943-1968): A moderna urbe na rota para o oeste. **IV Jornadas NacionalesEspacio, Memória e Identidad**, Rosario, 2006.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 8, n°1, 25-70, São Paulo, maio, 1996b.

_____. **O Cativeiro da terra.** 9ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MENDONÇA, M. R., RIBEIRO, D. D., JÚNIOR, A.T. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho.** Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, Vol. VI, núm. 119 (44), 1 de agosto de 2002.

MOOG, Viana, **Bandeirantes e Pioneiros**, 9ª edição, Ed Civilização Brasileira, 1969.

MOORE JUNIOR, B., **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses naconstrução do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, D. M., AJARA, C., **Configuração da Rede Urbana do Brasil.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun., 2001.

MUELLER, C. C., **Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste**. Planejamento e Políticas Públicas, junho de 1990.

NATAL, J. L. A. **Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectiva**. Tese (Doutorado). IE/Unicamp, Campinas, 1991.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido** (2008). 1ª Ed. São Paulo: Ed: EDUSP, 2008.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.

_____, **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: Novos Caminhos da Geografia, Contexto, 1999

OLIVEIRA, A. U., **Agricultura e Indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, 1980.

_____., **As geografias das lutas no campo.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de, **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**, in Estudos CEBRAP 2, 1972.

OLIVEIRA. T. C. M. **Agroindústria e reprodução do capital: o caso da soja no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/Usp, São Paulo, 1993.

PASIN, J. A. B., **Logística e Expansão da Soja em Grãos de Mato Grosso**. In: Revista do BNDES, v. 14, n. 27: 195-212, 2007.

PASTORE, J.; G. L. S. Dias e M. C. Castro, **Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil**. In: Estudos Econômicos, v. 6, n. 3, 1976.

PAEG, **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 – Síntese**. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964.

PIGOU, A. C., ***Wealth and Welfare*.** Londres: Macmillan, 1912.

PINTO, V. N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

PIRES, M. J., **O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, 2009.

_____., **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás.** Unicamp, 2008, 146f, Doutorado (tese).

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de mato grosso: a colônia agrícola nacional de Dourados**. Analecta, Guarapuava, v. 2, n. 1, p.93-101, 01 jun. 2001.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia (1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RANGEL, I. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. V. 1.

_____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

REZENDE, T. V. F.,**A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras**. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História Econômica, Departamento de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 18/08/2012.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RICARDO, Cassiano – **Marcha para Oeste**, 4ªedição, Livraria Jose Olympio, 1970.

RODRIGUES, L. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: Bibliex. 1947.

SADER, M.R. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTINI, G. A. e L. F. Paulillo, **Mudanças Tecnológicas e Institucionais da Indústria de Sementes no Brasil: Uma Análise Aplicada aos Mercados de Milho Híbrido e Soja**. In: Agricultura em São Paulo, v. 50, n.1, 2003.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo. Editoria Hucitec, 1979. (Série Economia e Planejamento).

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L**. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SENADO FEDERAL. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 18/08/2012.

SICSÚ, A. B., **Fronteiras Agrícolas no Brasil: A Lógica de sua Ocupação Recente**. In: Nova Economia, v. 10, n. 1, 2000.

SINGER, P. I. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista.** São Paulo: Hucitec, 1979.

SIQUEIRA, E.M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, T. V. **O ciclo da soja: desempenho da cultura de soja entre 1961 e 2003**. In: BNDES Setorial. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento

SOARES, B. R. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização.** Formação. Presidente Prudente: UNESP, n 6, 1999. p 55-63.

TREDEZIN, C. A. O., **A Ocupação do Centro-Oeste brasileiro**. UFMS, 2001.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JUNIOR, Carlos. A Marcha para Oeste de Cassiano Ricardo: Um Itinerário para a Nação. **Anais do XI Encontro Regional da** Associação Nacional de História **- ANPUH/PR "Patrimônio Histórico No Século XXI",** Jacarezinho, p.1-12, 21 maio 2008.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JUNIOR, Carlos. **A marcha para o Oeste de Cassiano Ricardo: Um itinerário para a Nação,**Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História - ANPUH/PR "Patrimônio Histórico No Século XXI"**,** Jacarezinho, p.1-12, 21 maio 2008.

TURNER, Frederick Jackson, **The frontier in American History**. New York: DoverPublications, 1996.

VALE DOS ESQUECIDOS. Direção: Maria Raduan, Produção: Rodrigo Teixeira. Brasil: Tucura Filmes e RT Features, 2010. Digital. Colorido.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: www.valor.com.br. Acesso em 18/08/2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira.** In: Dados vol. 39 no. 3 Rio de Janeiro 1996.

VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste**: epopéia da Expedição Roncador Xingu. São Paulo: EditoraGlobo, 1994.

WALLERSTEIN, I. **“The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis”**, in: The Capitalist World-Economy. Cambridge, Cambridge University Press (pp. 1-37), 1983.

_____. **Analisis de Sistemas-Mundo**. Siglo Veintiuno Editores, 2011.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste. A Fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WITTER, José Sebastião. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 11-21.